

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
2016-2020**

(revisão 2018)

Blumenau, julho de 2018.

Dirigentes

Reitoria: **Prof. João Natel Pollonio Machado**

Vice-Reitoria e Pró-Reitoria de Administração: **Prof. Udo Schroeder**

Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Ensino Médio e Profissionalizante: **Profa. Simone Leal Schwertl**

Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura: **Prof. Alexander Christian Vibrans**

Coordenadoria de Comunicação e Marketing: **Prof^ª. Márcia Regina Bronnemann**

Coordenadoria de Planejamento: **Prof. João Natel Pollonio Machado**

Coordenadoria de Assuntos Estudantis: **Diego Probst**

Coordenadoria de Relações Internacionais: **Prof. David Colin Morton Bilsland**

Biblioteca Universitária: **Darlan Jevaer Schmitt**

Escola Técnica do Vale do Itajaí: **Prof. Manoel José Fonseca Rocha**

Rádio e Televisão Educativa: **Prof. Paulo Roberto Brandt**

Procuradoria Geral: **Beatriz Silva Wirth**

Instituto FURB de Serviços, Pesquisa e Inovação: **Prof. Paulo César de Jesus**

Diretores das Unidades Universitárias

Centro de Ciências da Educação, Artes e Letras: **Prof^ª. Rita Buzzi Rausch**

Centro de Ciências Exatas e Naturais: **Prof. Everaldo Artur Grahl**

Centro de Ciências Humanas e da Comunicação: **Prof. Celso Kraemer**

Centro de Ciências Jurídicas: **Prof. Antônio Carlos Marchiori**

Centro de Ciências da Saúde: **Prof. Cláudio Laurentino Guimarães**

Centro de Ciências Sociais Aplicadas: **Prof. Valter Augusto Krauss**

Centro de Ciências Tecnológicas: **Prof^ª. Márcia Cristina Sardá Espíndola**

Comissão Permanente de Revisão e Acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional (COPERA-PDI)

Representante do setor responsável pela avaliação institucional Flávia Keller Alves

Indicados pela Reitoria

Representante dos **Docentes**: Professor Mauro Rogério da Silva

Representante dos Servidores **Técnico-Administrativos**: Iara Cristina Thewis

Indicado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE) - Sasha Benner Bauer.

Representantes da Comunidade Externa -

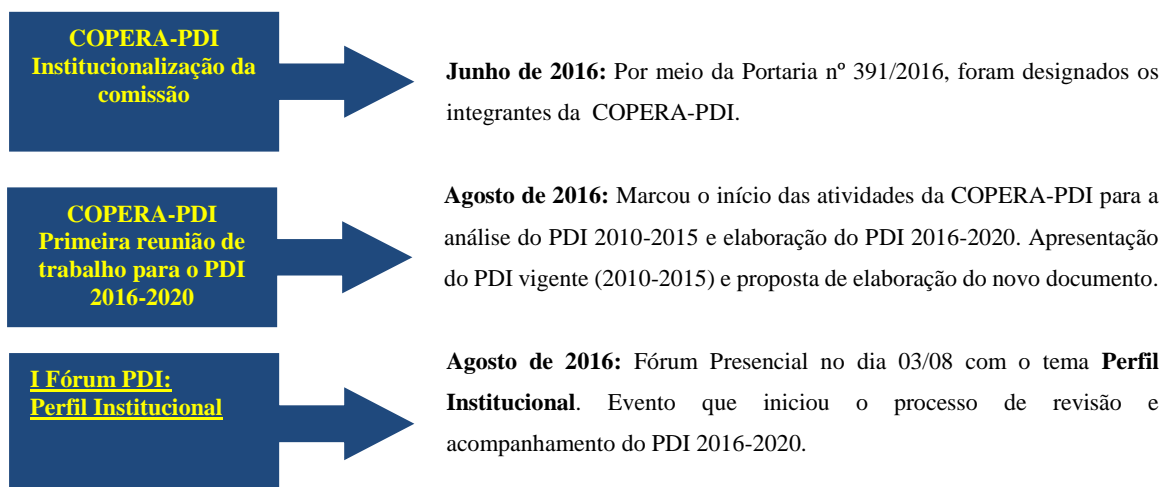
Egresso FURB -

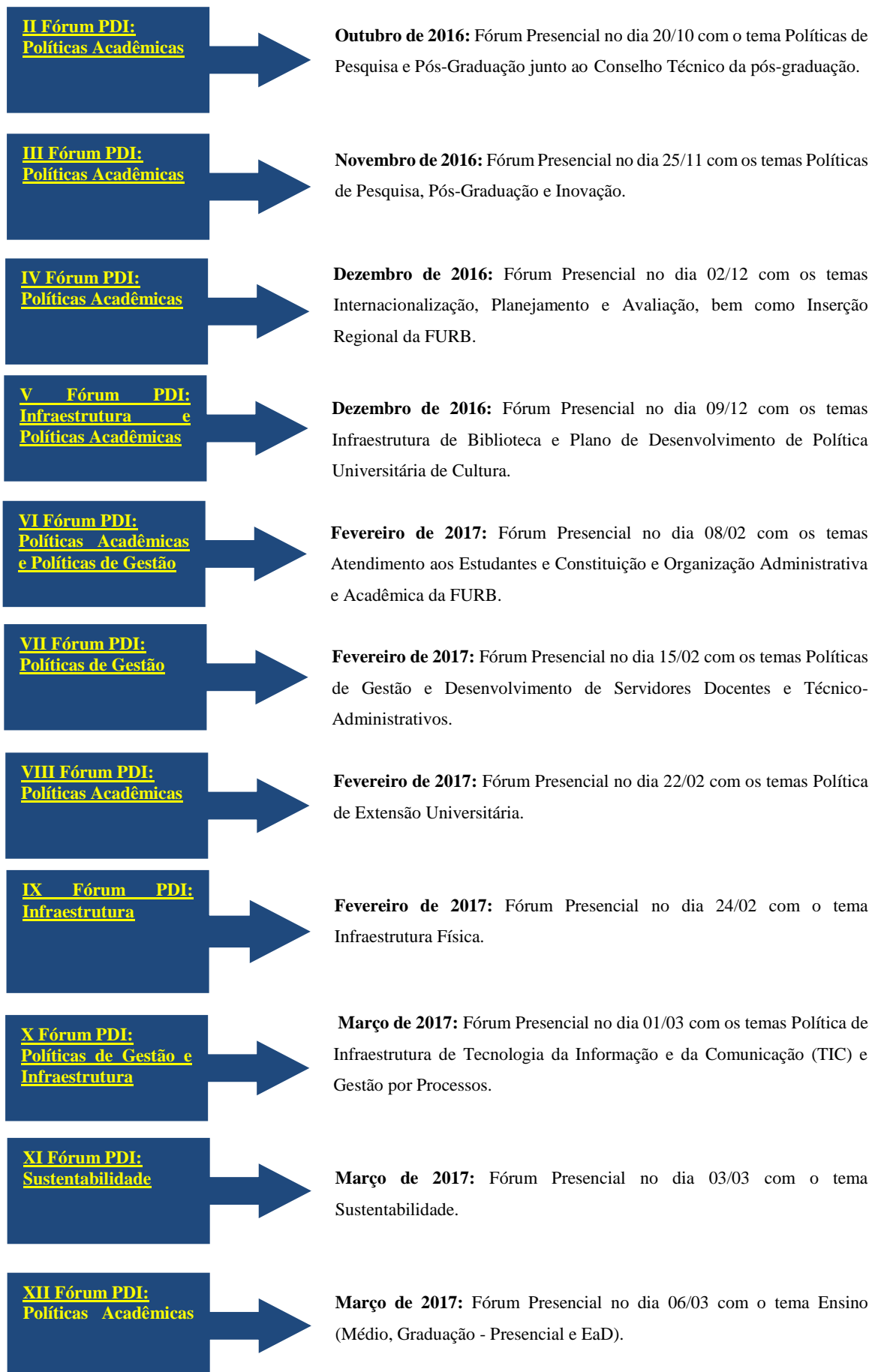
NOTA EXPLICATIVA

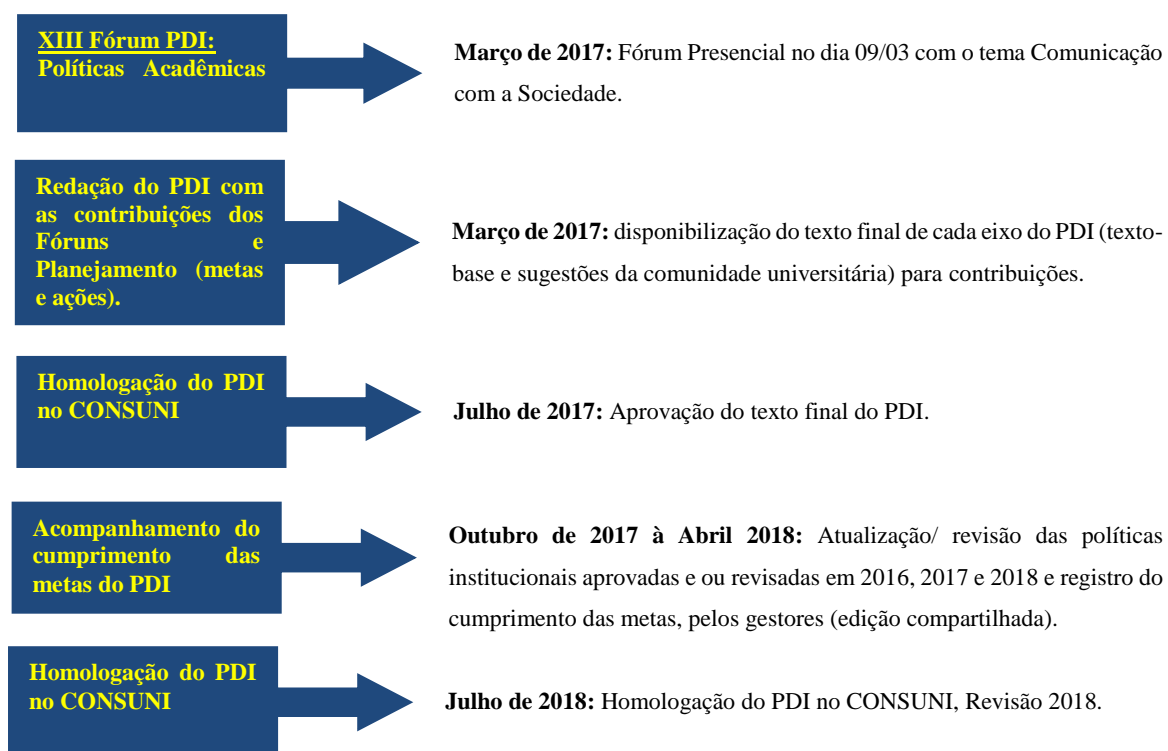
A FURB expressa por meio do presente documento o PDI referente ao período 2016-2020, atendendo ao determinado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o SINAES e estabelece que as instituições deverão apresentar seus Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) a cada 5 (cinco) anos. Para reorganização do planejamento, deu-se prioridade à análise do cumprimento das metas propostas no PDI 2010/2015, revisado em 2014, bem como às recomendações oriundas da Comissão Própria de Avaliação (CPA) documentadas no Relatório de Autoavaliação Institucional 2012-2014.

Cabe ressaltar que em 2015, para garantir a sustentabilidade da FURB, foram estabelecidas medidas administrativas cuja implementação se deu a partir da publicação da Resolução nº 24/2015, de 29/07/2015. Dentre as medidas ficou estabelecida a alteração na composição da Comissão Permanente de Revisão e Acompanhamento do PDI (COPERA-PDI), cuja representação passou a ser orientada pelos dispositivos da Resolução nº 23/2015, publicada em 28/07/2015. Em 08 de junho de 2016, na Portaria nº 391/2016 foram designados os integrantes da Comissão Permanente de Revisão e acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional (COPERA-PDI).

A COPERA-PDI iniciou, em junho de 2016, a elaboração do PDI 2016-2020, iniciando o primeiro Fórum Presencial do PDI em agosto do referido ano e finalizando em março de 2017. Com o apoio do site www.furb.br/pdi, elaborado pela COPLAN, foram realizados os Fóruns Virtuais de todas as temáticas do PDI, que permitiram a participação e manifestações da comunidade Universitária. A seguir, apresenta-se uma síntese dos Fóruns Presenciais:







O PDI 2016-2020 que ora se apresenta é um processo em contínua construção e representa o início de um novo ciclo de desenvolvimento e crescimento institucional baseado nos anseios da nossa comunidade universitária.

APRESENTAÇÃO

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016-2020 representa o esforço da comunidade acadêmica no planejamento para os próximos cinco anos da FURB. Consolidado em 210 metas e suas estratégias, cobrindo as exigências externas e avança em áreas de atuação necessárias às universidades atuais, como inovação, internacionalização, empreendedorismo e responsabilidade ante a sociedade.

É comum a afirmação de que as salas de aula são do século XIX, os professores do século XX e o estudante do século XXI. Embora tomada como verdade, o que penso ser questionável, e extrapolada para as universidades, emerge a pergunta que modelo de universidade e de fato a quem ela deve atender nos tempos atuais.

Não é uma resposta fácil, pois não se trata de instituições homogêneas. O PDI 2016-2020 da FURB aponta para uma instituição preocupada com a qualidade, vista pelo olhar da comunidade, nos seus diversos fazeres.

Agradecemos a COPERA-PDI pelo empenho, dedicação e competência, aliada ao entusiasmo indispensável que resultou neste importante documento. Desafio maior é torná-lo conhecido da comunidade acadêmica e da sociedade, bem como o trabalho e envolvimento de um número crescente de pessoas que possam tornar realidade a maioria das metas aprovadas.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Reitor da Fundação Universidade Regional de Blumenau
Gestão 2015-2018.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	vi
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	xi
LISTA DE FIGURAS	xvi
LISTA DE QUADROS	xvii
LISTA DE TABELAS	xix
1 PERFIL INSTITUCIONAL	20
1.1 HISTÓRICO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU	20
1.1.1 Primeiras manifestações pelo ensino superior em Blumenau.	20
1.1.2 Década de 1960: instalação do ensino superior em Blumenau.	20
1.1.3 A Carta de Ibirama: um símbolo de integração no Vale do Itajaí	22
1.1.4 Ano de 1968 e década de 1970	22
1.1.5 A década de 1980: Universidade reconhecida.....	27
1.1.6 Década de 1990	27
1.1.7 A FURB no 3º milênio	29
1.2 FILOSOFIA INSTITUCIONAL	40
1.2.1 Missão.....	40
1.2.2 Visão.....	40
1.2.3 Valores.....	40
1.3 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA	41
1.4 FINALIDADES DA INSTITUIÇÃO.....	43
1.5 OBJETIVOS	44
2 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	45
2.1 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	45
2.1.1 Avaliação institucional interna: autoavaliação	46
2.1.2 Avaliação Externa.....	48
2.1.2.1 Avaliação Institucional Externa	49
2.1.2.2 Avaliação dos Cursos de Graduação	50
2.1.2.3 Conceito do Curso (CC).....	51
2.1.2.4 Conceito Preliminar de Curso (CPC)	51
2.1.2.5 ENADE	51
2.2 AVALIAÇÃO DISCENTE E DOCENTE.....	53
2.3 PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO DO PDI	54
3 POLÍTICAS ACADÊMICAS	61
3.1 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI).....	61
3.1.1 INSERÇÃO DA FURB	62
3.1.1.1 Mesorregião: caracterização geográfica e econômica da região do Vale do Itajaí	63
3.1.1.2 Distribuição dos estudantes do Ensino Médio – Microrregião de Blumenau	66
3.1.1.3 Inserção da FURB no contexto regional, nacional e global	67
3.1.2 FUNDAMENTOS DA PRÁTICA ACADÊMICA DA INSTITUIÇÃO.....	70
3.1.3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA FURB	71
3.1.4 POLÍTICA DE ARTICULAÇÃO DOS TEMAS TRANSVERSAIS.....	72
3.1.5 POLÍTICAS PARA O ENSINO	73
3.1.5.1 Ensino Médio	73
3.1.5.1.1 Da atualização do Projeto Político Pedagógico (PPP)	73
3.1.5.1.2 Desenvolvimento do Ensino Médio	75
3.1.5.2 Ensino de Graduação.....	81
3.1.5.2.1 Ensino Presencial	83
3.1.5.2.2 Educação à Distância (EaD).....	84

3.1.5.2.3	Avaliação Discente.....	87
3.1.5.2.4	Desenvolvimento da Graduação.....	89
3.1.5.2.5	Política Para a Formação de Professores da Educação Básica.....	99
3.1.5.2.6	Desenvolvimento da Política para a formação de professores da Educação Básica	
	101	
3.1.6	Política de Extensão	103
3.1.6.1	Empresas Juniores	104
3.1.6.2	Desenvolvimento da Extensão	105
3.1.7	Política de Pesquisa	112
3.1.7.1	Fomento à Pesquisa.....	115
3.1.7.2	Comitês de Ética.....	117
3.1.7.3	Plano institucional para o desenvolvimento de pesquisa	117
3.1.8	Políticas de Pós-Graduação	121
3.1.8.1	Pós-graduação <i>lato sensu</i>	121
3.1.8.2	Pós-graduação <i>stricto sensu</i>	122
3.1.8.3	Desenvolvimento da pós-graduação.....	125
3.1.9	Plano de Desenvolvimento de Política Universitária de Cultura	130
3.1.9.1	Abrangência Cultural	131
3.1.9.2	EDIFURB e Livraria Universitária	133
3.1.9.3	Retomada da publicação do periódico Revista de Divulgação Cultural (RDC) ..	135
3.1.9.4	Desenvolvimento da Cultura.....	135
3.1.10	Políticas de Inovação e Empreendedorismo	140
3.1.10.1	Desenvolvimento da Inovação	141
3.2	POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO E MOBILIDADE.....	145
3.2.1	Programa Ciência sem Fronteiras (CsF).....	153
3.2.2	Programa Idiomas sem Fronteiras (ISF) e Política Linguística da FURB	155
3.2.3	Desenvolvimento da Internacionalização e Mobilidade.....	155
3.3	COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE	159
3.3.1	Portal da Transparência	159
3.3.2	Ouvidoria.....	159
3.3.3	Fale com o Reitor	160
3.3.4	Jornalismo Institucional.....	160
3.3.5	Revistas Científicas e de Divulgação Cultural	161
3.3.6	Rádio e Televisão Educativa (RTE).....	161
3.3.6.1	FURB FM: uma rádio diferenciada.....	162
3.3.6.2	FURB TV	163
3.3.6.3	TV Universitária (TUB)	164
3.3.7	Redes Sociais.....	164
3.3.8	Coordenadoria de Comunicação e Marketing (CCM).....	164
3.3.8.1	Programa Interação	165
3.3.8.2	Revista Escolha Certa.....	166
3.3.8.3	Revista UPDATE FURB.....	166
3.3.9	Agência de Notícias de Extensão Universitária (ANEXU).....	167
3.3.10	Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão na área de comunicação.	167
3.3.11	Desenvolvimento da Comunicação com a Sociedade	169
3.4	POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES.....	173
3.4.1	Divulgação dos cursos da FURB.....	173
3.4.2	Interação FURB	173
3.4.3	Formas de ingresso no ensino superior na FURB	174
3.4.4	Assuntos estudantis e estímulos à permanência	175

3.4.5	Atenção ao Estudante e Núcleo de Inclusão (NInc).....	176
3.4.6	Política de Acesso e Permanência dos Estudantes Indígenas da FURB.....	177
3.4.7	Apoio financeiro aos discentes.....	178
3.4.7.1	Apoio aos discentes para atividades acadêmicas extracurriculares.....	185
3.4.8	Intercâmbios.....	186
3.4.9	Acompanhamento dos Egressos.....	186
4	SUSTENTABILIDADE.....	194
4.1	RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	196
4.2	RESPONSABILIDADE AMBIENTAL.....	199
4.3	RESPONSABILIDADE FISCAL.....	213
4.3.1	PPA, Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual na FURB.....	213
4.3.2	Sustentabilidade Financeira.....	215
4.3.2.1	Prestação de Serviços.....	218
4.3.2.2	Desenvolvimento para o período de vigência deste PDI.....	219
5	POLÍTICAS DE GESTÃO.....	228
5.1	POLÍTICAS DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE SERVIDORES DOCENTES E TECNICO-ADMINISTRATIVOS.....	228
5.1.1	Corpo Docente.....	230
5.1.2	Corpo de servidores técnico-administrativo.....	233
5.1.3	Políticas institucionais de Gestão de Pessoas.....	234
5.1.3.1	Política de capacitação e qualificação dos docentes e técnico-administrativos...	234
5.1.3.2	Avaliação de desempenho.....	236
5.1.3.2.1	Avaliação de desempenho docente.....	236
5.1.3.3	Avaliação de desempenho do servidor técnico-administrativo.....	237
5.1.4	Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) e a Comissão Interna de Saúde do Servidor Público (CISSP).....	238
5.1.5	Procedimentos para realização de sobreaviso.....	239
5.1.6	Programa de Colaborador Voluntário.....	239
5.1.7	Licenças para servidores e afastamento do Reitor e Vice-Reitor para o exterior.....	239
5.2	CONSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA.....	246
5.2.1	Constituição e Organização Administrativa.....	247
5.2.1.1	Órgãos de deliberação coletiva.....	249
5.2.1.1.1	CONSUNI.....	249
5.2.1.1.2	CEPE.....	250
5.2.1.2	Órgão executivo.....	251
5.2.1.3	Unidades de Ensino Médio e Universitárias.....	253
5.2.1.3.1	Unidades Universitárias.....	253
5.2.1.3.2	Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante.....	253
5.2.1.4	Organograma Geral da FURB.....	254
5.2.2	Desenvolvimento para o período de vigência deste PDI.....	256
5.2.3	Gestão por Processos.....	258
6	INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL.....	261
6.1	INFRAESTRUTURA FÍSICA.....	261
6.1.1	PDEFI.....	264
6.1.1.1	Macrozoneamento: Política de Espaço Físico Institucional da FURB.....	264
6.1.1.2	Diretrizes gerais de integração da Política de Espaço Físico da Universidade com as políticas urbanas municipais: Distrito Universitário e Mobilidade.....	265
6.1.1.3	Diretrizes gerais para a Política de Espaço Físico da Universidade.....	267
6.1.1.3.1	Identidade e concentração das áreas de conhecimento.....	267
6.1.1.3.2	Ambiências construídas e não construídas.....	268

6.1.1.3.3	Diversificação de ofertas de serviços	270
6.1.1.4	Diretrizes gerais para a gestão da Política de Espaço Físico da Universidade: elaboração, implantação e gestão do PDEFI	270
6.1.2	Desenvolvimento da infraestrutura física	272
6.2	INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	286
6.3	INFRAESTRUTURA DE BIBLIOTECA	299
6.3.1	Centro de Memória Universitária (CMU)	305
6.3.2	Desenvolvimento da Biblioteca.....	307
	REFERÊNCIAS	311
	ANEXO 1	312

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AACC – Atividade Acadêmico-Científico-Cultural
- ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas
- ACAFE – Associação Catarinense das Fundações Educacionais
- AMMVI - Associação de Municípios do Médio Vale do Itajaí
- APCN – Aplicativo para Propostas de Cursos Novos de Pós-Graduação
- AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento
- BU – Biblioteca Universitária Martinho Cardoso da Veiga
- C&T – Ciência e Tecnologia
- CA – Centros Acadêmicos
- CAE – Coordenadoria de Assuntos Estudantis
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CCEAL – Centro de Ciências da Educação, Artes e Letras
- CCEN – Centro de Ciências Exatas e Naturais
- CCHC – Centro de Ciências Humanas e da Comunicação
- CCJ – Centro de Ciências Jurídicas
- CCM – Coordenadoria de Comunicação e Marketing
- CCS – Centro de Ciências da Saúde
- CCSA – Centro de Ciências Sociais Aplicadas
- CCT – Centro de Ciências Tecnológicas
- CEE/SC – Conselho Estadual da Educação
- CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina
- CEOPS – Centro de Operações do Sistema de Alerta da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí-Açu
- CEPE – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
- CI – Conceito Institucional
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
- COMAVI – Comissão de Avaliação Institucional
- CONSAD – Conselho de Administração
- CONSUNI – Conselho Universitário
- COPERA-PDI – Comissão Permanente de Revisão e Acompanhamento do PDI
- COPLAN – Coordenadoria de Planejamento
- CPA – Comissão Própria de Avaliação

CPC – Conceito Preliminar de Curso
CPCM – Comissão Permanente da Carreira do Magistério
CRI – Coordenadoria de Relações Internacionais
DA – Diretório Acadêmico
DAC – Divisão de Administração do Campus
DACP – Divisão de Administração Contábil e Patrimonial
DAEX – Divisão de Apoio à Extensão
DAF – Divisão de Administração Financeira
DAM – Divisão de Administração de Materiais
DAP – Divisão de Apoio à Pesquisa
DCE – Diretório Central dos Estudantes
DCN – Departamento de Ciências Naturais
DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais
DGDP – Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas
DIC – Divisão de Cultura
DME – Divisão de Modalidades de Ensino
DOC\$ – Documentos (sistema de gerenciamento eletrônico de documentos)
DPE – Divisão de Políticas Educacionais
DPG – Divisão de Pós-Graduação
DRA – Divisão de Registros Acadêmicos
DSC – Departamento de Sistemas e Computação
DTI – Divisão de Tecnologia da Informação
EaD – Educação a Distância
EDECON – Escola de Educação Continuada (da FURB)
EDIFURB – Editora da Furb
ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio
ERP – *Enterprise Resource Planning* (sistema integrado de gestão empresarial)
ESMESC – Escola Superior de Magistratura do Estado de Santa Catarina
ETEVI – Escola Técnica do Vale do Itajaí
FIES – Fundo de Financiamento Estudantil
FITUB – Festival Internacional de Teatro Universitário de Blumenau
FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
FUMDES – Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior

FUNAPES – Fundo de Apoio à Pesquisa
FUNDOSOCIAL – Fundo de Desenvolvimento Social
FUNPIVI – Fundação de Piscicultura Integrada do Vale do Itajaí
FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau
HEV – Hospital Escola Veterinário da Fundação Universidade Regional de Blumenau
HU – Hospital Regional Universitário
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDD – Indicador de Diferença Entre os Desempenhos Observado e Esperado no ENADE
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
IES – Instituição de Ensino Superior
IGC – O Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição
IN – Instrução Normativa
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPA – Instituto de Pesquisas Ambientais
IPS – Instituto de Pesquisas Sociais
IPTB – Instituto de Pesquisas Tecnológicas de Blumenau
ISBN – International Standard Book Number (Número Padrão Internacional de Livro)
IVGP – Índice de Variação Geral de Preços
LAC – Laboratório de Análises Clínicas
LCC – Laboratório de Computação Científica
LCI – Laboratório de Computação e Informática
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
LEA – Laboratório de Ensino e Aprendizagem
LIBRAS – Linguagem Brasileira de Sinais
LOA – Lei Orçamentária Anual
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MIPE – Mostra Integrada de Pesquisa, Ensino e Extensão
MS – Ministério da Saúde
NDE – Núcleo Docente Estruturante
NInc – Núcleo de Inclusão
NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica
NUPEX – Núcleo de Pesquisa e Extensão Universitária da FURB
NUPOF – Núcleo de Políticas de Formação

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PAEX – Programa de Apoio à Extensão

PAIUB – Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras

PAIURB – Programa de Avaliação Institucional da Fundação Universidade Regional de Blumenau

PARFOR – Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

PATT – Política de Articulação dos Temas Transversais

PCI - Plano Catarinense de Inovação

PD – Plano Departamental

PD&I – Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

PDEFI – Plano Diretor de Espaço Físico

PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional

PDTIC – Plano Diretor de Tecnologias da Informação e Comunicação

PET – Programa de Educação Tutorial

PIB – Produto Interno Bruto

PIBIC – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica

PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência

PIBITI – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação

PIPe – Programa de Incentivo à Pesquisa

PMB – Prefeitura Municipal de Blumenau

PPA – Plano Plurianual

PPC – Projeto Pedagógico do Curso

PPCS – Projeto Pedagógico dos Cursos Sequenciais

PPCST – Projeto Pedagógico dos Cursos Superiores de Tecnologia.

PPGCC – Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis

PPGEA – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental

PPGEF – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Florestal

PPI – Projeto Pedagógico Institucional

PPP – Projeto Político-Pedagógico

PRO\$ – Abertura e Tramitação de Processos.

PROAD – Pró-Reitoria de Administração

PROAP – Programa de Atualização Permanente
PROEN – Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Ensino Médio e Profissionalizante
PROEP – Programa de Educação Permanente
PROERC – Pró-Reitoria de Extensão e Relações Comunitárias
PROESDE – Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional
PROGEF – Procuradoria Geral da FURB
PROPEP – Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
PROPEX – Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura
PSPS – Processo Seletivo Público e Simplificado
RSA – Responsabilidade Socioambiental
RTE – Rádio e Televisão Educativa
RTI – Regime de Tempo Integral
RU – Restaurante Universitário
SciELO – *Scientific Electronic Library Online* (Biblioteca Científica Eletrônica em Linha)
SED – Secretaria de Expediente e Documentação
SEER – Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas
DGDP – Secretaria de Gestão de Pessoas
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SGBD – Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados
SGU – Sistema de Gestão Universitária
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SIPEX – Sistema Integrado de Pesquisa e Extensão
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
TCE/SC – Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina
TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação
TPH – Tempo Parcial Horista
TTD – Tabela de Temporalidade de Documentos
UFPR – Universidade Federal do Paraná
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria
UGCP – Unidade Gestora de Convênios e Projetos
VPN – Virtual Private Network (Rede Privada Virtual)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Inauguração dos 3 primeiros blocos da FURB.	21
Figura 2 – Vista aérea do campus 1 da FURB.	23
Figura 3 – Vista aérea do campus 1 da FURB.	24
Figura 4 – Vista aérea do campus 1 da FURB.	25
Figura 5 – Vista do pátio da Oficina Mecânica da Estrada de Ferro de Santa Catarina (E.F.S.C.), aparecendo dois galpões – Futuro campus 2.	25
Figura 6 – Vista aérea do campus 2 da FURB.	26
Figura 7 – Associação Comercial Industrial de Blumenau - ACIB visita o campus 2.	26
Figura 8 – Passeata em prol da federalização da FURB, com a participação dos estudantes de Ensino Médio e Universitários, servidores da FURB e sociedade.	31
Figura 9 – Passeata em prol da federalização da FURB, com a participação dos estudantes de Ensino Médio e Universitários, servidores da FURB e sociedade.	31
Figura 10 – Inauguração do campus 5.	33
Figura 11 – Inauguração do Centro de Saúde Veterinária e do Centro de Morfologia.	33
Figura 12 – Vista parcial do Biotério, aos fundos, e em frente, o Canil - campus 5.	34
Figura 13 – Vista da entrada do prédio do Hospital Escola Veterinário da FURB.	35
Figura 14 – A FURB inaugurou o novo espaço da livraria.	36
Figura 15 – Apresentação da maquete do futuro edifício de Centro de Inovação da FURB. ..	37
Figura 16 – Fachada do Hospital Regional Universitário.	38
Figura 17 – Fachada da Policlínica Universitária.	39
Figura 18 – Proposta de processo para realização do Fórum PDI 2016-2020	55
Figura 19 – Divisão de Santa Catarina em mesorregiões	63
Figura 20 – Mesorregião do Vale do Itajaí em microrregiões.	64
Figura 21 – Remuneração média dos empregados formais em 31/12, segundo as regiões administrativas – Santa Catarina – 2014.	65
Figura 22 – Estrutura Organizacional da FURB.	248
Figura 23 – Organograma da FURB.	255
Figura 24 – Construção dos Blocos A, B, C do campus 1 em 1969	261
Figura 25 – Distritos Universitário, Turístico e de Inovação.	266
Figura 26 – Identidade/ nomenclatura proposta para os campi	268

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Conceito dos cursos de graduação da FURB (2012-2017)	52
Quadro 2: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas ao planejamento e avaliação institucional.	57
Quadro 3: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas à Inserção Regional.....	69
Quadro 4: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas ao Ensino Médio.	76
Quadro 5: Princípios e Diretrizes do Ensino	81
Quadro 6: Diretrizes Gerais e Curriculares Institucionais para os cursos de graduação da FURB.....	82
Quadro 7: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas à Graduação, cursos sequenciais e tecnólogos.....	91
Quadro 8: Número de Estudantes beneficiados com bolsa de estudo (abatimento de 40%) para os cursos de licenciatura e Serviço Social da FURB.....	101
Quadro 9: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas à Formação de Professores da Educação Básica.	102
Quadro 10: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas à Extensão	107
Quadro 11: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas à Pesquisa.....	118
Quadro 12: Mestrados e Doutorados: Conceitos CAPES (2017).....	124
Quadro 13: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas à Pós-graduação <i>lato e stricto sensu</i>	126
Quadro 14: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas à Cultura.....	136
Quadro 15: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas à Inovação	143
Quadro 16: Acordos/Convênios Internacionais FURB (2017).....	148
Quadro 17: Mobilidade Acadêmica – Estudantes Encaminhados ao Exterior (2017)	151
Quadro 18: Mobilidade Acadêmica – Estudantes Estrangeiros Acolhidos (2017)	152
Quadro 19: Programa Ciência sem Fronteiras – Estudantes Enviados (2012 e 2015).....	153
Quadro 20: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas à internacionalização e mobilidade.	157
Quadro 21: Revistas Científicas Eletrônicas	161
Quadro 22: Programas Produzidos pela FURB FM	162
Quadro 23: Programas Produzidos Pela FURB TV	163
Quadro 24: Ações de comunicação oriundas da CCM.....	165
Quadro 25: Projetos institucionais na área da comunicação	167
Quadro 26: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas à comunicação com a sociedade	170
Quadro 27: Processos de ingresso no ensino superior na FURB	174
Quadro 28: Núcleo de Inclusão (NInc) e Atenção ao Estudante.....	176
Quadro 29: Apoio financeiro: bolsas de estudo.	179
Quadro 30: Outras modalidades de bolsas e oportunidades	181
Quadro 31: Modalidades de financiamento estudantil	184
Quadro 32: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas ao relacionamento com os estudantes	188
Quadro 33: Programas Institucionais de Gestão Ambiental.....	202
Quadro 34: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à responsabilidade social e ambiental	204
Quadro 35: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à responsabilidade fiscal ...	220
Quadro 36: Organização da Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (DGDP)	228
Quadro 37: Estatuto da FURB e regulamentação dos planos de carreira dos servidores.....	229
Quadro 38: Critérios de ingresso, progressão na carreira e distribuição de horas docente ...	232

Quadro 39: Critérios de ingresso e progressão na carreira de TA.....	233
Quadro 40: Plano de qualificação do servidor.....	235
Quadro 41: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à gestão e desenvolvimento de pessoas.....	240
Quadro 42: Estatutos e regimento da Universidade	246
Quadro 43: Composição e atribuições do CONSUNI.....	249
Quadro 44: Composição e atribuição do CEPE	250
Quadro 45: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à constituição e organização administrativa e acadêmica.....	257
Quadro 46: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à gestão de projetos e gestão de processos.....	259
Quadro 47: Unidades da Fundação Universidade Regional de Blumenau.....	263
Quadro 48: Prioridades e Diretrizes para Macrozoneamento por campus	272
Quadro 49: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à Infraestrutura física	275
Quadro 50: Grupos de trabalho e gestão dos processos de TIC	286
Quadro 51: Infraestrutura de REDE mantida pela DTI.....	288
Quadro 52: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à Infraestrutura de TIC 2016-2020	291
Quadro 53: Sistema de consulta ao acervo da Biblioteca.....	300
Quadro 54: Prazos para empréstimos de obras.....	300
Quadro 55: Serviços relacionados com o empréstimo de obras	301
Quadro 56: Serviços relacionados com empréstimos de obras para estudantes de EaD	301
Quadro 57: Serviços oferecidos pela Biblioteca.....	302
Quadro 58: Portais de busca acessíveis através da BU	303
Quadro 59: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à Biblioteca Universitária – PDI - 2016-2020	308

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Cursos de graduação ofertados pela FURB	41
Tabela 2 – Cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> (2017)	42
Tabela 3 – Cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> e conceitos na CAPES	43
Tabela 4 – Conceitos da Autoavaliação da FURB: 2001-2014.....	47
Tabela 5 – Conceitos da Avaliação Institucional Externa <i>in loco</i> FURB	50
Tabela 6 – Distribuição dos estudantes do Ensino Médio na Microrregião de Blumenau (2015)	66
Tabela 7 – Cursos de graduação ofertados pela FURB	83
Tabela 8 – Grupos de pesquisa cadastrados no CNPq por área (2011-2016).....	114
Tabela 9 – Dados de pesquisa (2011 - 2016).....	114
Tabela 10 – Projetos de pesquisa em execução (2011-2016).....	115
Tabela 11 – Cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>	121
Tabela 12 – Resumo Atividades Culturais (2014 – 2017).....	132
Tabela 13 – Editora e Livraria – dados gerais (2012-2016).....	134
Tabela 14 – Editora e Livraria – publicações de servidores da FURB (2016).....	134
Tabela 15: Vagas preenchidas x matriculados com cadastrado no Interação.....	166
Tabela 16: Comparativo de resultados das ações do Interação	166
Tabela 17 – Resumo das Receitas (2012-2015)	215
Tabela 18 – Evolução do Crédito Financeiro (2000-2016).....	216
Tabela 19 – Resumo das Despesas (2010-2015).....	216
Tabela 20 – Evolução da despesa orçamentária (2012-2015).....	217
Tabela 21 – Servidores da FURB (2011-2017).....	229
Tabela 22 – Docentes por categoria funcional (2013-2017)	231
Tabela 23 – Titulação dos docentes (2013-2017).....	234
Tabela 24 – Titulação de servidores técnico-administrativos por gênero (2013-2017)	234
Tabela 25 – Áreas de terrenos e áreas construídas por campus da FURB (2016).....	262
Tabela 26 – BU em números (2012-2016)	299
Tabela 27 – Composição do acervo e de algumas atividades desenvolvidas pelo CMU.....	306
Tabela 28 – Composição de acessos ao endereço eletrônico do CMU (2011-2017)	306

1 PERFIL INSTITUCIONAL¹

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, FURB, é uma pessoa jurídica de direito público interno e integrante da administração pública indireta do município de Blumenau, na forma de autarquia municipal de regime especial. Trata-se de uma instituição **multicampi**, detentora de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, sujeita ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

1.1 HISTÓRICO DA FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU ²

1.1.1 Primeiras manifestações pelo ensino superior em Blumenau.

Foi na década de 1950 que surgiram as primeiras manifestações públicas em defesa da implantação do ensino superior em Blumenau. Em 1956, a estudante secundarista Orlandina Carmem Wüst publicou no Jornal O Estudante um artigo intitulado “Por que Blumenau não tem uma Faculdade?”. A partir deste questionamento, a Câmara de Vereadores e à União Blumenauense de Estudantes levaram o debate para dentro da sociedade e ocuparam espaços nas rádios, no interior das escolas e nos clubes de serviço, que resultou na criação, pela Lei Municipal nº 1.233, de 5 de março de 1964, da Faculdade de Ciências Econômicas de Blumenau (FACEB).

O movimento que deu origem à FACEB, embrião da FURB, deve ser entendido no contexto de reivindicações pelo ensino superior no estado, em expansão, e sua interiorização, e não somente como um ato isolado resultado do sonho particular de algumas pessoas e sim fruto é fruto de um movimento comunitário que envolveu estudantes, políticos e imprensa.

1.1.2 Década de 1960: instalação do ensino superior em Blumenau.

A Lei Municipal nº 1.233, de 05 de março de 1964, criou a FACEB. Inicialmente mantida financeiramente pela Prefeitura de Blumenau, gratuita e as aulas eram ministradas no prédio da Escola Barão do Rio Branco.

¹ Aprovado pelo Parecer/CONSUNI nº 023/2016

² Histórico resumido da implantação e desenvolvimento da FURB elaborado pela CMU em junho de 2014, atualizado em junho de 2016.



Figura 1 – Inauguração dos 3 primeiros blocos da FURB.

Destaque: da janela do piso superior é possível visualizar parte do acervo da biblioteca, cuja primeira sede foi no Bloco A. Local: campus 1 – Bloco A. Data: 02/08/1969. Acervo: Centro de Memória Universitária – CMU/Arquivo da FURB.

A aula inaugural, proferida pelo professor da UFSC, Alcides Abreu, aconteceu apenas no dia 02 de maio de 1964, data esta reconhecida como sendo a da fundação oficial da FURB. No ano seguinte, as atividades são transferidas para o Grupo Escolar Júlia Lopes de Almeida, escola mantida pelo governo estadual, onde permaneceu até 1969.

Em 1967, foram criadas mais duas faculdades, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e a Faculdade de Ciências Jurídicas. Concomitantemente à criação dessas duas faculdades, a Lei Municipal nº 1.458 de 20 de dezembro de 1967 criou a FUB, mantenedora das três faculdades então existentes. Essa mesma Lei criou também o Conselho Curador e o Conselho Administrativo da Fundação e incluiu o Hospital Santo Antônio em sua estrutura.

Devido ao aumento dos cursos e dispersão dos mesmos em espaços diversos, em janeiro de 1968 foi criado o Movimento Pró-Sede Própria, cujo principal objetivo era angariar fundos para a construção dos três primeiros prédios da Instituição, por meio da venda de rifas. Em abril de 1968 inaugurou-se junto à entrada do campus 1, o marco no qual se pode ler “Juntos construímos a nossa Universidade”.

O Movimento Pró-Sede Própria atingiu seus objetivos no dia 02 agosto de 1969, quando foram inaugurados os três primeiros prédios (blocos A, B e C), atualmente pertencentes ao campus 1 da FURB (logo após, em 1971, foi construído um quarto bloco, o Z, mais tarde incorporado ao Bloco A). Além disso, ao envolver diversos municípios do Vale do Itajaí nesse movimento, contribuiu de maneira fundamental para a compreensão da importância de uma universidade regional para o desenvolvimento da região.

Ao término da década de 1960, Blumenau contava com os seguintes cursos superiores: Faculdade de Ciências Econômicas: Economia (1964); Faculdade de Ciências Jurídicas: Direito (1968); Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras: Letras (1968) com habilitações em Licenciatura em Língua Portuguesa e respectivas Literaturas, Língua Inglesa e respectivas Literaturas, Língua Alemã e respectivas Literaturas e Língua Francesa e respectivas Literaturas; Matemática (1968) - Licenciatura e Bacharelado; Química (1968) - Bacharelado; Pedagogia (1968); História Natural (1968), atual Ciências Biológicas, Licenciatura e Bacharelado.

1.1.3 A Carta de Ibirama: um símbolo de integração no Vale do Itajaí

A cidade de Blumenau, reconhecida como polo econômico da região e tendo sido o primeiro município a criar sua faculdade, atuou como um catalizador de esforços, contribuindo para o surgimento e organização de faculdades nos demais municípios ainda na década de 1960, especialmente em Brusque e Rio do Sul.

Nesse sentido, foi realizado o I Encontro Intermunicipal Pró-Ensino Superior no Vale do Itajaí, realizado na Cidade de Ibirama, em 05 de outubro de 1968. O principal resultado desse encontro foi a redação da “Carta de Ibirama”.

1.1.4 Ano de 1968 e década de 1970

Em 24 de dezembro de 1968, o prefeito Carlos Curt Zadrozny assinou a Lei Municipal nº 1557, modificando a Lei nº 1458 de 1967 e instituindo a FURB, uma entidade de direito público cujos objetivos eram a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de profissionais de nível superior. Essa lei vinha ao encontro dos princípios da “Carta de Ibirama”, pois previa a participação, por convênios de integração, de outros municípios mediante as “Divisões Universitárias”.



Figura 2 – Vista aérea do campus 1 da FURB.

Local: Antônio da Veiga, nº 140 - Bairro: Victor Konder – Blumenau/SC. Data: 1974. Fotógrafo: Marek. Acervo: Centro de Memória Universitária – CMU/Arquivo da FURB.

Em continuidade aos planos de expansão e diversificação de cursos, em 11 de dezembro de 1972, com a Lei nº 1894, é criada a Faculdade de Engenharia de Blumenau. Logo mais, em maio de 1974, pela Lei nº 2001, foi instituída a Faculdade de Educação Física e Desportos. Também em 1972 foi criado o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), depois renomeado para Instituto de Pesquisas Tecnológicas de Blumenau (IPTB).

Em 22 de julho de 1974, pela Lei nº 2.016, altera-se a denominação da Fundação Universidade Regional de Blumenau para Fundação Educacional da Região de Blumenau, sem, entretanto, alterar a “marca” FURB. A citada Lei, no seu art. 3º, prevê que, após o reconhecimento como universidade, restabelecer-se-ão plenamente os dispositivos da Lei nº 1.557, a qual a denominava universidade.

No final da década, a FURB contava com diversos novos cursos superiores: Ciências Contábeis (1972), Administração (1973), Engenharia Civil (1973), Engenharia Química (1973), Educação Física (1974) e Educação Artística (1974).

A partir da década de 1970, a FURB consolidou-se definitivamente como instituição de ensino, pesquisa e extensão. Para além de sua expansão física com os novos campi (campus 2, na Itoupava Seca, e o campus de Gaspar) e com a construção de novos blocos no campus 1 (bloco Z, em 1971, e blocos D, E e F, em 1974), houve o incremento das modalidades de ensino oferecidas pela Instituição no decorrer dessa década. Em 1974, é instalado o Laboratório de Línguas, que passou a atuar como escola de idiomas da Universidade. Em 1980, iniciam as atividades da Escola Técnica de Agropecuária do Vale do Itajaí, a qual, em 1981, muda sua nomenclatura para Escola Técnica Vale do Itajaí (ETevi). Atualmente a ETEVI está consolidada como a escola de ensino médio da Universidade.



Figura 3 – Vista aérea do campus 1 da FURB.
Data: 1988. Acervo: Centro de Memória Universitária – CMU/Arquivo da FURB.



Figura 4 – Vista aérea do campus 1 da FURB.

Data: 10/2006. Fotógrafo: Ingo Penz. Acervo: Centro de Memória Universitária – CMU/Arquivo da FURB.



Figura 5 – Vista do pátio da Oficina Mecânica da Estrada de Ferro de Santa Catarina (E.F.S.C.), aparecendo dois galpões – Futuro campus 2.

Local: Rua São Paulo, nº 3250 - Bairro: Itoupava Seca – Blumenau/SC. Data: Aproximadamente 1970. Acervo: Arquivo Histórico 'Prof. José Ferreira da Silva'.



Figura 6 – Vista aérea do campus 2 da FURB.

Local: Rua São Paulo, nº 3250 - Bairro: Itoupava Seca – Blumenau/SC. Data: 10/2006.

Fotógrafo: Ingo Penz. Acervo: Centro de Memória Universitária – CMU/Arquivo da FURB.



Figura 7 – Associação Comercial Industrial de Blumenau - ACIB visita o campus 2.

Destaque: Laboratório do IPTB. Local: Laboratório de Análise de Combustível – campus 2.

Data: 12/09/2005. Fotógrafo: Ricardo Silva. Acervo: Centro de Memória Universitária – CMU/Arquivo da FURB.

1.1.5 A década de 1980: Universidade reconhecida

Em 19 de outubro de 1982, a Lei Municipal nº 2876 consolidou a legislação referente à FURB. Em setembro de 1985, a Universidade recebeu a visita de uma comissão do MEC, visando verificar as condições da Instituição para o seu reconhecimento. Foi a última etapa de um longo caminho iniciado nos meados da década de 1970. No dia 6 de novembro desse mesmo ano, o Conselho Federal de Educação reconheceu a FURB como **universidade**. O credenciamento por parte do MEC aconteceu no dia 13 de fevereiro de 1986, quando foi publicada a Portaria Ministerial nº 117; com esse reconhecimento ministerial, a mantenedora passou a denominar-se novamente Fundação Universidade Regional de Blumenau, nossa conhecida FURB, conforme previa o artigo 3º da Lei nº 2016 de 22/07/1974. A instalação oficial da Universidade aconteceu no dia 07 de fevereiro de 1986, com a presença do ministro da educação Marco Antônio de Oliveira Maciel. Na mesma data foi inaugurado o prédio próprio da Biblioteca Universitária Martinho Cardoso da Veiga (BU), no campus 1.

No que diz respeito à estrutura física, além da construção do prédio da Biblioteca, outras importantes obras foram realizadas, como a construção do Complexo Esportivo, em 1982, além da ampliação e construção dos blocos B, C e G (1981) e do bloco R (1988).

No decorrer da sua trajetória, ampliou atividades de ensino, pesquisa e extensão, prestando serviços especializados e de interesse público, como o Projeto Crise (1983), o qual deu origem ao Instituto de Pesquisas Ambientais (IPA) em 1995. Nessa década, também foi criado o Instituto de Pesquisas Sociais (IPS).

No campo da extensão cultural, a FURB inaugurou a sua editora, a EDIFURB, em 1986, e promoveu, em 1987, a primeira edição do Festival Universitário de Teatro, atual Festival Internacional de Teatro Universitário de Blumenau (FITUB).

No final da década de 1980, a FURB contava com diversos novos cursos superiores, especialmente na área das Ciências Humanas: Ciências Sociais (1987), Serviço Social (1987), História (1987), Turismo e Lazer (1988), e na área das Ciências Exatas: Ciências da Computação (1988).

1.1.6 Década de 1990

A década de 1990 iniciou-se atendendo a antigos anseios da comunidade universitária, como, por exemplo, o desenvolvimento dos programas de pós-graduação, como o primeiro mestrado da Instituição, o de Educação, criado em 1991. Nessa mesma década são criados ainda

os mestrados de Administração e Engenharia Ambiental (ambos em 1998) e Desenvolvimento Regional (1999).

Nesse período, houve também a expansão dos grupos estáveis de cultura, somando-se ao já existente Grupo de Teatro Phoenix (1974) o Coro (1992), o Grupo de Danças Folclóricas (1994), a Orquestra (1999) e a Camerata de Violões (2000). Em 1992, foi lançado o projeto da Universidade para Terceira Idade, que teve suas atividades iniciadas no ano seguinte (1993), passando, em 1994, a denominar-se Programa de Atualização Permanente (PROAP), e atualmente denominado Programa de Educação Permanente (PROEP).

No início de 1990, foi realizado o primeiro vestibular para o curso de Medicina. Intensificaram-se as discussões a respeito da criação de um Hospital Universitário. Em 1999, com a expansão dos cursos na área da saúde, a Universidade inaugurou diversas clínicas (Odontologia, Psicologia e Fisioterapia), visando servir de campo de estágio para os estudantes e prestar atendimento à comunidade, seguindo o exemplo do Serviço Judiciário (1972) e do Ambulatório (1995). Em 2007, foi inaugurada a Clínica de Nutrição que, à época, se localizava no Ambulatório do campus 1.

Investiu-se no aprimoramento da estrutura para as práticas esportivas na FURB, com a construção do Ginásio de Esportes, em 1992, e do Ginásio-Escola, em 1997, junto ao Complexo Esportivo; como resultado, a Universidade passou a manter e incentivar ainda mais equipes esportivas e atletas.

Em 1994, ocorreu a criação do Núcleo de Rádio e Televisão e, em 2003, o canal de rádio FURB FM entrou no ar.

Em 1995, pela Lei Municipal nº 80, a FURB foi incluída como órgão autônomo na estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal. A década de 1990 registrou, além do surgimento dos mestrados, a maior expansão dos cursos de graduação da Universidade. Ao final dos anos noventa, a FURB contava com diversos novos cursos superiores: Secretariado Executivo Bilíngue (1990), Licenciatura em Artes Visuais (1990), Medicina (1990), Engenharia Elétrica (1990), Comércio Exterior (1991 – posteriormente denominado Curso de Tecnologia em Comércio Exterior), Arquitetura e Urbanismo (1992), Comunicação Social (1992), Teatro (1992), Fisioterapia (1994), Engenharia Florestal (1995), Psicologia (1995), Música (1995), Ciências da Religião (1997), Moda (1997), Odontologia (1998), Farmácia (1999) e Engenharia de Telecomunicações (1999).

1.1.7 A FURB no 3º milênio

O terceiro milênio iniciou para a FURB repleto de desafios, não apenas no plano acadêmico, mas também no político. A Universidade ingressou em uma nova fase. A expansão dos cursos de graduação, na década anterior, deu lugar à consolidação dos programas de pós-graduação, por meio da oferta de novos cursos de Mestrado em: Química, 2002; Ciências Contábeis, 2005; Engenharia Química, 2007; Ensino de Ciências Naturais e Matemática, 2008; Engenharia Florestal, 2010; Saúde Coletiva, 2012; e, além desses os cursos de Doutorado em: Ciências Contábeis e Administração, 2008, o primeiro da Instituição; Desenvolvimento Regional, 2011, cuja aula magna foi proferida em agosto de 2012; e Engenharia Ambiental, de 2013, que teve sua aula magna em março de 2014.

Em 2005, a FURB foi credenciada pelo MEC para oferecer cursos de pós-graduação *lato sensu* à distância e, em 2008, a Escola Superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina, a Associação dos Magistrados Catarinenses, a Fundação Fritz Müller e a Universidade firmaram um convênio que possibilitou a abertura de uma extensão da Escola de Magistratura no campus da FURB. Já em 2009, por meio de convênio firmado entre o Governo Federal, a Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina e as universidades do sistema ACADE, a FURB passou a participar do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR). Esse programa contemplava, inicialmente, somente as instituições federais de ensino superior, porém, após diversas negociações, a ACADE foi inserida no programa, sendo, portanto, o único sistema de instituições de educação superior não federal inserido no projeto.

Em 2010, foi criada a Escola de Educação Continuada (EDEC), agregando os cursos sequenciais da FURB, cuja gestão comercial, a partir de 2013, passou para o Instituto FURB, assim como dos cursos de especialização e dos serviços que eram prestados pelos institutos de pesquisa (IPTB, IPA e IPS).

Muitos foram os investimentos na ampliação e reestruturação da estrutura física da FURB nesse período. Em 2001, a Universidade adquiriu e equipou o campus 3, o qual abriga diversas clínicas e laboratórios da área da saúde, o Instituto FURB e algumas turmas de pós-graduação *lato sensu*. Em 2003, foi inaugurado o novo prédio do Núcleo de Prática Jurídica (antigo Fórum do Município de Blumenau), órgão de coordenação e supervisão do Estágio Orientado de Prática Jurídica do Curso de Graduação em Direito e do Serviço Judiciário. Em 2007, foi inaugurado o Complexo Aquático, utilizado nas atividades didático-pedagógicas dos cursos de Educação Física e Fisioterapia e pelos demais acadêmicos e servidores da Instituição

como mais uma opção para a prática desportiva. A “piscina”, como esse complexo é popularmente conhecido, era outro pleito antigo da comunidade acadêmica.

No caminho dos intercâmbios internacionais, foram muitas as ações da Universidade nesse período.

Em março de 2010, pela Lei Municipal nº 743/2010, votada e aprovada pela Câmara de Vereadores e sancionada pelo prefeito municipal, a FURB reorganizou sua estrutura administrativa e passou à condição de autarquia municipal de regime especial, com sede e foro no município de Blumenau, estado de Santa Catarina, sendo aplicadas as prerrogativas e os privilégios da fazenda pública municipal.

Contudo, o maior desafio (e talvez o mais antigo pleito, não apenas da comunidade acadêmica, mas de toda a região) que os anos 2000 trouxeram à FURB foi a criação das condições técnicas e o convencimento político visando à federalização da Universidade.

No final de 2002, foi oficialmente criado o Comitê Pró-Federalização da FURB, o qual passou a reunir representantes da sociedade civil e da comunidade acadêmica em defesa da federalização da FURB por meio da incorporação da sua estrutura, dos servidores e dos estudantes. Em 2008, o Comitê realizou um plebiscito junto à comunidade do Vale do Itajaí, procurando ouvi-la a respeito do assunto. Nesse plebiscito, a grande maioria dos votantes manifestou-se favorável a essa federalização. Ao longo dos anos, várias ações e movimentos foram realizados por gestores, políticos, Comitê e comunidade em geral.

Em 2011, a luta pela federalização se intensificou, agora na proposição de uma Universidade Federal do Vale do Itajaí. No entanto, apesar dos esforços, o MEC anunciou a expansão da UFSC em Blumenau a partir de uma sede própria. Ressalta-se que a FURB continua reivindicando a ampliação do número de vagas públicas e gratuitas.



Figura 8 – Passeata em prol da federalização da FURB, com a participação dos estudantes de Ensino Médio e Universitários, servidores da FURB e sociedade.

Local: campus 1 - FURB - Blumenau. Data: 12/08/2011. Fotógrafo: Daniel Zimmermann.
Acervo: Centro de Memória Universitária – CMU/Arquivo da FURB.



Figura 9 – Passeata em prol da federalização da FURB, com a participação dos estudantes de Ensino Médio e Universitários, servidores da FURB e sociedade.

Local: Entroncamento das Ruas São Paulo, Paulo Zimmermann e Avenida Pres. Castello Branco – Centro de Blumenau. Data: 12/08/2011. Fotógrafo: Leo Laps. Acervo: Centro de Memória Universitária – CMU/Arquivo da FURB.

Na primeira década do terceiro milênio, a FURB criou os seguintes cursos superiores: Engenharia de Produção (2000), Tecnologia em Processos Industriais – Eletromecânica em parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) (2000), Sistemas de Informação (2001), Design (2003), Enfermagem (2003), Nutrição (2004), Medicina Veterinária (2006), Tecnologia em Marketing (2009), Letras – Língua Alemã (2009), Biomedicina (2012), Engenharia de Alimentos (2013), Engenharia Mecânica e Jornalismo (2014). Convém citar, também, o primeiro convênio firmado entre a FURB e a Secretaria Municipal de Educação de Blumenau objetivando o desenvolvimento de projetos do PIBID junto às escolas municipais vinculadas à rede municipal de ensino. O referido convênio foi firmado em agosto de 2012.

Ainda, no decorrer de 1998, as prioridades na área de saúde se intensificaram, o Fórum de Desenvolvimento Regional do Médio Vale do Itajaí reivindicava a construção do Hospital Regional Universitário, como sendo um projeto de todas as prefeituras do Médio Vale em que municípios se comprometeram a repassar recursos para o mesmo.

Na III Conferência Municipal de Saúde, realizada em agosto de 1998, que teve por tema: “Defendendo saúde, discutindo responsabilidades”, tratou-se da política hospitalar do município, e da necessidade de: “Construir Hospital Universitário com verbas das esferas estadual e federal, com caráter e finalidade de Hospital-Escola (vinculado a FURB) com a participação comunitária em Conselho Administrativo”³.

Em 19 de outubro do mesmo ano foi lançado o marco fundamental do campus da Fortaleza, hoje denominado de campus 5, localizado à Rua Samuel Morse, no Bairro Fortaleza, com cerca de 315 mil/m². Na ocasião, o Reitor Mércio Jacobsen anunciou como seria feita a ocupação gradual desse novo campus, visto que o campus 1 estava saturado, e o próprio plano diretor restringia obras de expansão da Universidade naquela região. O novo campus, localizado na Região Norte do município, fica em zona estratégica, próximo à BR-470 e à Rodovia SC-108, fazendo as melhores ligações com outros municípios do Vale do Itajaí.

³ Caderno de Resoluções da III Conferência Municipal de Saúde “**Defendendo Saúde, Discutindo Responsabilidades**”, Blumenau, 1998, p. 24.



Figura 10 – Inauguração do campus 5.

Local: R. Samuel Morse – Bairro: Fortaleza Alta, Blumenau/SC. Da esquerda para a direita: Alcir Müller, presidente da Câmara de Vereadores de Blumenau; Mércio Jacobsen, reitor da FURB; Décio Lima, prefeito de Blumenau; Wilson Wan-Dall, deputado estadual de Santa Catarina.

Data: 19/10/1998. Acervo: Centro de Memória Universitária – CMU/Arquivo da FURB.

Em julho de 1999, o Conselho Executivo do Fórum de Desenvolvimento Regional apresenta o projeto do Hospital Regional Universitário (HRU). Em meados de 2003 passam a funcionar o Biotério e o Canil e têm início os trabalhos visando à construção das futuras instalações do Hospital Veterinário, Hospital Universitário e novo prédio para o Ambulatório.



Figura 11 – Inauguração do Centro de Saúde Veterinária e do Centro de Morfologia.

Local: Rua Samuel Morse – Bairro: Fortaleza Alta, Blumenau/SC. Fotógrafo: Rogério Pires.

Acervo: Centro de Memória Universitária – CMU/Arquivo da FURB. Data: 13/08/2008



Figura 12 – Vista parcial do Biotério, aos fundos, e em frente, o Canil - campus 5.
Local: R. Samuel Morse – Bairro: Fortaleza Alta, Blumenau/SC. Data: 07/10/2004.
Fotógrafo: Rogério Pires. Acervo: Centro de Memória Universitária – CMU/Arquivo da FURB.

No decorrer dos anos, visando o cumprimento das etapas previstas em convênios, juntamente com o “fôlego” financeiro da Instituição, trabalhou-se para que fosse realizada a abertura do Hospital Universitário. A primeira etapa do HRU foi inaugurada em 16/01/2012 e o processo de implantação do Complexo de Saúde, hoje localizado no campus 5, é fruto da determinação e atuação de diversos gestores da FURB, esferas municipais, estadual, federal, associações diversas, visando mais um espaço de excelência para atendimento da comunidade em geral.

No decorrer de sua ocupação outras áreas como a da engenharia florestal e biologia foram utilizando este campus também para instalações específicas.

Em 25 de junho de 2014 foi inaugurado o Hospital Escola Veterinário da Fundação Universidade Regional de Blumenau (HEV), infraestrutura importante para as aulas práticas do curso de Medicina Veterinária. Os animais são oriundos da comunidade acadêmica e de proprietários carentes que necessitam de atendimento veterinário clínico e cirúrgico.



Figura 13 – Vista da entrada do prédio do Hospital Escola Veterinário da FURB.
Local: Campus 5. Data: 06/06/2014. Fotógrafo: Daniel Zimmermann. Acervo: Centro de Memória Universitária – CMU/Arquivo da FURB.

Esse ano foi marcado também por diversas atividades realizadas em comemoração aos 50 anos da instituição, como apresentações da Orquestra em diferentes cidades do estado, exposições, lançamento do selo comemorativo, homenagens aos acadêmicos da primeira turma, dirigentes e outras personalidades de destaque na história da Universidade.

Em 2015 a FURB inaugurou um novo espaço para sua livraria, na ocasião se fez também Lançamento do livro "Crônica do vilarejo de Itoupava Seca-Altona desde a origem até a incorporação à área urbana de Blumenau", escrito pelo professor Max Humpl em 1918 e traduzida do alemão para o português pela pesquisadora Méri Frotscher, seu marido, Johannes Kramer e Adriano Steffler, e publicado pela Editora da FURB. Este livro teve apoio financeiro da Empresa Altona.



Figura 14 – A FURB inaugurou o novo espaço da livraria. O espaço fica no térreo do Bloco I, próximo ao elevador. Local: Livraria da FURB - Bloco I - campus 1. Data: 30/04/2015. Fotógrafo: Daniel Zimmermann. Acervo: Centro de Memória Universitária – CMU/Arquivo da FURB.

Ainda em setembro de 2015, visando intensificar mais as áreas de pesquisa, extensão, prestação de serviços e inovação, o Governo do Estado de Santa Catarina assinou a ordem de serviço para o início das obras do Centro de Inovação de Blumenau, que está sendo construído no campus 2. Convém ressaltar que a FURB participa do Programa Catarinense de Inovação (PCI), lançado pelo Governo do Estado, com coordenação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável (SDS), em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação (FAPESC), a Federação da Indústria de Santa Catarina (FIESC) e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina (Sebrae/SC).

O PCI tem três eixos de ação: Atração de investimentos, Capacitação e Infraestrutura para inovação. O Centro de Inovação será o edifício-sede do Distrito de Inovação de Blumenau e região, a ser implementado junto ao campus 2 da FURB, no Bairro Itoupava Seca⁴.

⁴ O mapa do Distrito de Inovação, figura 25, consta deste PDI no Eixo 5, Infraestrutura Física.



Figura 15 – Apresentação da maquete do futuro edifício de Centro de Inovação da FURB.

Local: Auditório do campus 2 - FURB. Data: 20/03/2014. Fotógrafo: Daniel Zimmermann. Acervo: Centro de Memória Universitária – CMU/Arquivo da FURB.

O Complexo de Saúde da FURB, composto pelo Hospital Regional Universitário (HRU) e Policlínica Universitária Dra. Anna Cechet⁵ localiza-se junto a estrutura do campus 5 da FURB, no bairro Fortaleza, a 500 metros da Rodovia Federal BR-470. De fácil acesso, em área livre de enchentes, são prestados serviços exclusivamente aos usuários do SUS de toda região do Médio Vale do Itajaí (AMMVI).

Com uma estrutura de 1.662m², na modalidade de assistência de Hospital Dia Escola da FURB, a unidade conta com um Centro Cirúrgico e sua sala de recuperação pós-anestésica, um ambiente de consultórios especializados, um Centro de Diagnóstico, no qual também se desenvolve o Projeto Vida e Saúde em Pomerode em parceria com a Universidade de Greifswald. Atualmente são executados, neste espaço, procedimentos cirúrgicos de média

⁵ Em 2009, o Conselho Universitário (CONSUNI) aprovou uma das primeiras homenagens à Dra Anna Cechet. Os membros do Consuni aprovaram processo de denominação de espaços públicos da Universidade Regional de Blumenau (FURB). Assim, por meio de sugestão do Centro de Ciências da Saúde, ficou definido que o Ambulatório Universitário, que funciona junto ao Campus 5, levará no nome de “Dra Anna Cechet”. Anna Cechet nasceu em Acurra, em 1930. Coursou Medicina na Universidade Federal do Paraná, em Curitiba (PR), concluindo em 1961. Na Faculdade de Medicina da USP fez Pós-Graduação em Histologia e Embriologia. Fez aperfeiçoamento em nível de pós-graduação nas disciplinas de Metodologia da Pesquisa e Tecnologia do Ensino na FURB, em 1977. Em 1984, especializou-se em saúde pública na União da Associação de Ensino Superior de Ensino de Ribeirão Preto (UNAERP). Atuou como professora da FURB entre março de 1970 e fevereiro de 1980. Retornou em 1986 e permaneceu até a sua aposentadoria, em 2001. Participou de inúmeras bancas examinadoras para seleção do corpo docente da Instituição. Foi membro da Comissão de implantação do Curso de Medicina e coordenadora do curso de 1990 à 1994, bem como chefe do Departamento de Ciências Naturais. Anna faleceu em 23 de dezembro de 2006.

complexidade, consultas médicas especializadas, exames de diagnóstico em Neurologia, chegando ao total de 50.000 atendimentos anualmente.



Figura 16 – Fachada do Hospital Regional Universitário.

Data: 20/03/2014. Fotógrafo: Daniel Zimmermann. Acervo: Centro de Memória Universitária – CMU/Arquivo da FURB.

A Policlínica Universitária, antigo Ambulatório de Medicina situado junto ao campus 1 da Universidade, projeto totalmente reestruturado para a assistência multiprofissional, permite a comunidade acadêmica o convívio com diversas especialidades da área da saúde, contemplando a integralidade dos usuários do SUS.

A Policlínica Universitária, referência a comunidade regional, ocupa um espaço de 3.140m² de área construída desenvolve projetos de extensão nas áreas de atenção ao adolescente portador de diabetes, atenção ao portador de Síndrome de Down (Sorrir para Down), ambulatório para tratamento de feridas crônicas e atenção integral ao doente renal Crônico e com afecções neurológicas, entre outras atividades.

São atendidos por este serviço, cerca de 70.000 usuários/ano em diversas atividades acadêmicas e assistenciais em que atendem os cursos de Biomedicina, Enfermagem, Fisioterapia, Medicina, Nutrição, Psicologia, Farmácia, Educação Física e Serviço Social.



Figura 17 – Fachada da Policlínica Universitária.

Data: 20/03/2014. Fotógrafo: Daniel Zimmermann. Acervo: Centro de Memória Universitária – CMU/Arquivo da FURB.

1.2 FILOSOFIA INSTITUCIONAL

A filosofia institucional da FURB está estabelecida em sua missão, visão e valores.

1.2.1 Missão

Promover o ensino, a pesquisa, a extensão e a inovação, respeitando e integrando a diversidade cultural, fomentando o desenvolvimento social, econômico e ambiental responsável.

1.2.2 Visão

Ser universidade pública reconhecida pela qualidade de sua contribuição e inovação na vida regional, nacional e global.

1.2.3 Valores

Comprometimento:

- a) com a transparência nos processos e atos institucionais;
- b) com a participação democrática das comunidades interna e externa nas políticas e decisões institucionais;
- c) com a valorização dos discentes e dos servidores;
- d) com a formação integral do ser humano;
- e) com o desenvolvimento social e sustentável;
- f) com a democracia, com a ética e com a pluralidade;
- g) com a manutenção da sua identidade e tradição;
- h) com respeito à natureza e a todas as formas de vida.
- i) com a formação inicial e continuada de professores para a Educação Básica.⁶

Efetividade:

- a) como universidade pública;
- b) na socialização do conhecimento e de tecnologias;
- c) na indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão;
- d) na integração e inserção comunitária.

⁶ Texto inserido com a aprovação do Parecer 024/2017, Processo 023/2017/CONSUNI, em 16/11/2017.

Inovação:

- a) nos processos de humanização;
- b) nos processos de ensino-aprendizagem, de pesquisa e extensão;
- c) nas soluções para atendimento às demandas da sociedade.
- d) nos processos de internacionalização;
- e) na gestão acadêmica e administrativa.

1.3 ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

A FURB, instituição pública municipal, é uma das mais representativas instituições de ensino superior do sul do Brasil. Seu desenvolvimento tem sido intenso, com atuação no ensino de graduação, pós-graduação, médio e profissionalizante, na pesquisa e na extensão, abrangendo as grandes áreas do conhecimento: Ciências Exatas e da Terra; Ciências Biológicas; Engenharias; Ciências da Saúde; Ciências Agrárias; Ciências Sociais Aplicadas; Ciências Humanas; Linguística, Letras e Artes, conforme as tabelas abaixo:

Tabela 1 – Cursos de graduação ofertados pela FURB

Centro / Curso	Titulação	Vagas anuais	Turno
Centro de Ciências da Educação, Artes e Letras (CCEAL)			
Artes Visuais	Licenciatura	40	N
Dança ¹	Licenciatura	40	M
Educação Especial	Licenciatura	40	N
Letras – Português/ Espanhol	Licenciatura	50	N
Letras – Português/ Inglês	Licenciatura	80	N
Letras – Alemão	Licenciatura	40	N
Moda	Bacharelado	120	M/N
Música	Licenciatura	80	N
Pedagogia	Licenciatura	80	N
Teatro	Licenciatura	40	N
Centro de Ciências Exatas e Naturais (CEEN)			
Ciência da Computação	Bacharelado	160	M/N
Ciências Biológicas	Bacharelado	70	M/N
	Licenciatura	40	M/N
Matemática	Licenciatura	50	N
Química	Bacharelado	50	M/N
	Licenciatura	30	M/N
Sistemas de Informação	Bacharelado	80	N
Centro de Ciências Humanas e da Comunicação (CCHC)			
Ciências da Religião	Licenciatura	30	N
Ciências Sociais	Licenciatura	50	N
Publicidade e Propaganda	Bacharelado	100	M/N
História	Licenciatura	40	N
Jornalismo	Bacharelado	80	M/N
Serviço Social	Bacharelado	50	N
Centro de Ciências Jurídicas (CCJ)			
Direito	Bacharelado	350	M/N

Centro / Curso	Titulação	Vagas anuais	Turno
Centro de Ciências da Saúde (CCS)			
Biomedicina	Bacharelado	120	N
Educação Física	Bacharelado	100	M/N
	Licenciatura	100	M/N
Enfermagem	Bacharelado	50	M/V
Farmácia	Bacharelado	50	SI
Fisioterapia	Bacharelado	80	M/N
Medicina	Bacharelado	90	I
Medicina Veterinária	Bacharelado	80	I
Nutrição	Bacharelado	80	M/N
Odontologia	Bacharelado	70	I
Psicologia	Bacharelado	100	M/N
Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA)			
Administração	Bacharelado	250	M/N
Ciências Contábeis	Bacharelado	100	N
Ciências Econômicas	Bacharelado	70	N
Secretariado Executivo	Bacharelado	40	N
Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior	Tecnólogo	100	N
Curso Superior de Tecnologia em Marketing	Tecnólogo	80	N
Turismo	Bacharelado	30 (EaD) ²	-
	Bacharelado	40	N
Centro de Ciências Tecnológicas (CCT)			
Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	110	M
Design	Bacharelado	80	N
Engenharia de Alimentos	Bacharelado	60	M/N
Engenharia Civil	Bacharelado	180	M/V
Engenharia Mecânica	Bacharelado	100	M/N
Engenharia de Produção	Bacharelado	130	M/N
Engenharia de Telecomunicações	Bacharelado	40	M/N
Engenharia Elétrica	Bacharelado	140	M/N
Engenharia Florestal	Bacharelado	60	M/N
Engenharia Química	Bacharelado	150	M/N

Fonte: Resolução nº 064/2016, de 07 de Dezembro de 2016.

¹ A Resolução nº 150/2017 aprovou a criação do curso de graduação em Dança (licenciatura).

² A partir de 2017/2 passou a ser ofertado o curso de Turismo na modalidade EaD, aprovado por meio da Resolução nº 015/2015.

Legenda: M – Matutino V – Vespertino N – Noturno SI – Semi-Integral I – Integral

Tabela 2 – Cursos de pós-graduação *lato sensu* (2017)

Unidade Universitária/ Curso de Especialização	Nº de alunos
CCEAL	
- Negócios da Moda	14
CCJ	
- Direito Público	177
- Direito Aplicado	14
CCS	
- Urgência e Emergência - Pré e Intra Hospitalar	15
- Doenças Infecciosas e Parasitárias	08
CCSA	
- Assessoria Executiva Empresarial	13
- Contabilidade e Gestão Tributária	10
- Finanças e Controladoria	16
CCT	
- Geoprocessamento e Georreferenciamento de Imóveis	27

- Recuperação de Áreas Degradadas	14
- Engenharia de Materiais	12
- Sustentabilidade : Ambientes Urbanos e Edificações	15
TOTAL	335

Fonte: Instituto FURB.

Tabela 3 – Cursos de pós-graduação *stricto sensu* e conceitos na CAPES

Mestrados	Ano de implantação	Conceito Capes
Mestrado em Administração	2012	5
Mestrado em Ciências Contábeis	2005	5
Mestrado em Desenvolvimento Regional	2000	5
Mestrado em Educação	2001	4
Mestrado em Engenharia Ambiental	1998	4
Mestrado em Engenharia Elétrica	2017	3
Mestrado em Engenharia Florestal	2011	3
Mestrado em Engenharia Química	2008	3
Mestrado em Ensino de Ciências Naturais e Matemática	2009	4
Mestrado em Química	2002	3
Mestrado em Saúde Coletiva	2013	3
Doutorados		
Doutorado em Ciências Contábeis e Administração	2008	5
Doutorado em Desenvolvimento Regional	2012	5
Doutorado em Engenharia Ambiental	2014	4

Fonte: Dados de 2016. Divisão de Apoio à Pesquisa (PROPEX).

A Universidade apoia e promove, ainda, a disseminação da Cultura e da Arte, por meio da música, teatro, danças e esportes, conforme pode ser observado no Eixo das Políticas Acadêmicas, item 3.1.9 - Plano de Desenvolvimento de Política Universitária de Cultura.

Apesar da sua organização *multicampi* e da multiplicidade de suas ações e do volume de seu orçamento, a Instituição conta com um modelo de administração racional, com alto índice de informatização, tanto em suas atividades fins como atividades de apoio, modelo este construído, progressivamente, ao longo de sua história.

1.4 FINALIDADES DA INSTITUIÇÃO

A FURB assegura em seu estatuto (Resolução nº 35/2010) as seguintes finalidades:

- a) promover as atividades de ensino superior, médio e profissionalizante, de pesquisa, de extensão e de serviços, de forma permanente e abrangente;
- b) propiciar o desenvolvimento da cidadania, incrementar propostas e realizações, pesquisa institucional, visando ao desenvolvimento regional e global, científico, tecnológico, cultural, com vista ao bem-estar e à valorização do ser humano;

- c) promover a divulgação científica, tecnológica e artístico-cultural, visando colocar o conhecimento sistematizado para o desenvolvimento e transformação da sociedade.

1.5 OBJETIVOS

A visão de ser universidade pública reconhecida pela qualidade de sua contribuição e inovação na vida regional, nacional e global requer o desenvolvimento de objetivos e metas para cada uma das dimensões pedagógicas e administrativas da FURB, que serão detalhados nos eixos desse PDI.

2 PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A avaliação é um processo inerente ao desenvolvimento contínuo das instituições. Nesse sentido, a avaliação não se deve restringir apenas a uma coleta de dados, mas deve constituir-se em um dos processos dos quais a Universidade dispõe para analisar e planejar e/ou reorganizar ações, na medida em que subsidia intervenções a partir dos resultados obtidos.

Assim, a avaliação é projeto, processo, implantação de ações e análise de seus resultados. Esse conjunto de procedimentos avaliativos sempre está vinculado à tomada de decisões. Esse é o caráter político-pedagógico da avaliação: emitir juízos de valor sobre a instituição, seus projetos e processos.

2.1 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Lei nº 10.861 de 14/04/2004, estabelece o SINAES, constituído com o objetivo de assegurar o processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico de seus estudantes. O SINAES tem por finalidades a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e a efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional.

O SINAES, ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar:

- a) a avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos;
- b) o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos;
- c) o respeito à identidade e à diversidade de instituições e de cursos;
- d) participação do corpo discente, docente e técnico-administrativo das instituições de educação superior e da sociedade civil, por meio de suas representações.

Para a avaliação das instituições, são utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a autoavaliação e a avaliação externa *in loco*. Os resultados da avaliação constituem o referencial básico dos processos de regulação e supervisão da educação superior, neles compreendidos o credenciamento e a renovação de credenciamento de instituições de educação superior, a autorização, o reconhecimento e a renovação de reconhecimento de cursos de graduação.

2.1.1 Avaliação institucional interna: autoavaliação

A FURB implantou o seu primeiro processo de avaliação institucional em 1995, com base nos princípios e indicadores do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB). A proposta de avaliação institucional construída nesse ano foi conduzida pela Comissão de Avaliação Institucional (COMAVI), constituída por um grupo de professores de diferentes áreas do conhecimento, nomeados pelo então Reitor, conforme Portaria nº 59/1995. Contudo, os pressupostos de uma avaliação institucional abrangente e sistêmica não foram atingidos, pois na prática a avaliação ficou mais restrita ao ensino e aos serviços. Em decorrência das discussões sobre a avaliação da educação superior em âmbito nacional, a Instituição resolveu, em 2005, integrar-se ao SINAES, proposto pelo MEC, pois se percebeu haver consonância quanto à concepção e objetivos do processo de autoavaliação desejado e o proposto em âmbito nacional.

O SINAES dispõe que cada IES, pública ou privada, deve constituir uma CPA, com as atribuições de condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP. As CPA devem ser constituídas por ato do dirigente máximo da IES e assegurar a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, com atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na instituição de educação. Seguindo essa orientação, a FURB, por meio da Resolução nº 14/2005, complementada pela Resolução nº 20/2005, reformulou o Programa de Avaliação Institucional da Fundação Universidade Regional de Blumenau (PAIURB) e instituiu a CPA, cuja comissão era composta por 15 (quinze) membros, representantes dos diversos segmentos da comunidade interna e externa.

Mais recentemente, a Resolução nº 25/2015, de 30 de julho de 2015, alterou a redação dos artigos 8 e 9 da Resolução nº 14/2005, especificamente no que tange à composição da comissão, passando a ser constituída de 06 (seis) membros, sendo: 01 (um) representante do setor responsável pela avaliação institucional; 01 (um) membro representante do corpo docente,

indicado pelo Reitor; 01 (um) membro representante dos servidores técnico-administrativos, indicado pelo Reitor; 01 (um) representante discente, indicado pelo DCE; 02 (dois) representantes da comunidade externa, sendo 01 (um) representante dos ex-alunos da FURB e 01 (um) representante do SINSEPES. O mandato de cada representante é de 03 (três) anos, permitida a recondução.

Desde a institucionalização do processo de autoavaliação na FURB com base no SINAES, a CPA publicou quatro relatórios de autoavaliação (referentes aos períodos de 2001-2005, 2006-2008, 2009-2011 e, o último, 2012-2014) e três outros relatórios parciais, denominados *Balanço Crítico*, referentes aos três primeiros processos autoavaliativos. Nesse sentido, os resultados obtidos são resumidos na Tabela 4:

Tabela 4 – Conceitos da Autoavaliação da FURB: 2001-2014

DIMENSÕES DO SINAES	2001-2005	2006-2008	2009-2011	2012-2014
1 – Missão e PDI.	3,44	3,75	2,95	4,19
2 – A Política para o Ensino, a Pesquisa, a Extensão e a Pós-Graduação.	3,38	3,95	3,25	3,91
3 – A responsabilidade social.	4,00	3,89	3,80	3,92
4 – A comunicação com a sociedade.	3,71	3,46	3,18	4,05
5 – Políticas de Pessoal, Carreira do Corpo Docente e Técnico-Administrativo.	3,72	3,77	3,50	4,11
6 – Organização e gestão da FURB, funcionamento e representatividade dos colegiados, participação da comunidade universitária nos processos decisórios.	3,83	4,16	3,73	4,55
7 – Infraestrutura física, de biblioteca e de TIC.	3,88	3,82	3,27	3,56
8 – Planejamento e avaliação.	3,45	4,00	3,57	4,24
9 – Políticas de Atendimento a Estudantes e Egressos.	4,00	3,84	3,00	3,85
10 – Sustentabilidade financeira.	3,85	4,07	3,40	3,54
RESULTADO GERAL⁷	3,63	3,87	3,35	3,94

Fonte: Relato Institucional 2016, organizado pela CPA.

Cabe ressaltar que a FURB utilizou nos processos de autoavaliação 2001-2005 e 2006-2008 os indicadores estabelecidos no instrumento denominado de Avaliação Institucional para as IES do Sistema ACADE, elaborado em 2005. No terceiro processo, referente a 2009-2011, com o intuito de qualificar o trabalho de avaliação, a CPA revisou os indicadores de desempenho que vinha utilizando, alinhando-os com aqueles utilizados pelas comissões de avaliação externa (MEC), permitindo uma visão mais detalhada da realidade da Universidade. Assim, além do diagnóstico institucional, outro resultado significativo obtido pela CPA, em 2013, foi a consolidação de um instrumento próprio de autoavaliação.

⁷ Nos processos referentes aos períodos 2001-2005, 2006-2008 e 2009-2011, o Resultado Geral foi calculado a partir de uma média aritmética. No processo 2012-2014, a CPA aplicou a média ponderada, ou seja, com os pesos por Eixos, conforme o Instrumento de Avaliação do SINAES.

Em agosto de 2014, o MEC publicou o novo instrumento de avaliação institucional externa, o qual subsidia os atos de credenciamento, recredenciamento e transformação da organização acadêmica das IES. Por isso, em 2015, a CPA revisou seu instrumento de autoavaliação e organizou as dez dimensões do SINAES em cinco eixos, contemplando o estabelecido pela Nota Técnica INEP/ DAES/ CONAES nº 065/2014, de 09 de outubro de 2014. A CPA elaborou, ainda, o Relato Institucional, conforme a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES Nº 062/2014.

As recomendações dadas pela CPA para as fragilidades apontadas nos relatórios de autoavaliação são incorporadas no planejamento de metas e ações do PDI.

2.1.2 Avaliação Externa

A Lei nº 9.394, de 20/12/1996, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB). No artigo 17, esta Lei determina que os sistemas de ensino dos Estados e do Distrito Federal compreendem as instituições de educação superior mantidas pelo Poder Público Municipal. Por sua vez, a Resolução nº 03, de 27/02/1997, do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC), enquadra as instituições de Ensino Superior do Sistema Fundacional Catarinense no inciso II do artigo 17 da Lei n. 9394.

O PRESIDENTE DO CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso XII do artigo 10, do Regimento Interno deste Conselho e o deliberado na Sessão Plenária do dia 25 de fevereiro de 1997, RESOLVE: Art. 1º Com base na interpretação sistemática do artigo 242 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Conselho Estadual de Educação considera que as instituições de ensino Superior do sistema fundacional Catarinense, se enquadram no inciso II do artigo 17 da Lei n. 9394/96.

A Resolução nº 75/2005, de 22/11/2005, do CEE/SC, no art. 3º, determina que compete ao CEE/SC, amparado na Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e leis correlatas, a função normativo-jurisdicional de fixar normas para:

- I. a autorização de funcionamento e reconhecimento de cursos, credenciamento de instituições, supervisão e avaliação de estabelecimentos de Educação Básica, integrantes do Sistema Estadual de Educação;
- II. o funcionamento da Educação Superior no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina;
- III. o credenciamento de instituições de Educação Superior, autorização e reconhecimento de cursos, habilitações e programas das instituições integrantes

do Sistema Estadual de Educação, respeitando a autonomia das Universidades ou dos Centros Universitários, quando for o caso.

A mesma Resolução nº 75/2005 estabelece que, na função deliberativa, compete ao Conselho Estadual de Educação:

- I. credenciar e renovar o credenciamento das Instituições de Educação Superior, integrantes do Sistema Estadual de Educação;
- II. autorizar e reconhecer os cursos das instituições de Educação Superior integrantes do Sistema Estadual de Educação, quando fora de sede;
- III. reconhecer e renovar o reconhecimento dos cursos, habilitações e programas das Instituições de Educação Superior integrantes do Sistema Estadual de Educação;
- IV. avaliar as instituições e os cursos reconhecidos ou autorizados, oferecidos pelas instituições integrantes do Sistema Estadual de Educação;
- V. propor a suspensão temporária ou desativação de cursos, habilitações e programas das instituições de Educação Superior integrantes do Sistema Estadual de Educação;
- VI. propor a suspensão temporária das atividades de instituições integrantes do Sistema Estadual de Educação;
- VII. examinar e aprovar a transferência de Instituição de Educação Superior de um para outro mantenedor de instituições integrantes do Sistema Estadual de Educação;
- VIII. provar o estatuto e o regimento das universidades e das demais instituições de Educação Superior integrantes do Sistema Estadual de Educação;
- IX. julgar, em grau de recurso, as decisões do Conselho Universitário das Universidades integrantes do Sistema Estadual de Educação;
- X. julgar, em grau de recurso, as decisões dos Conselhos Superiores das demais instituições de Educação Superior integrantes do Sistema Estadual de Educação;
- XI. julgar, em grau de recurso, as decisões dos mantenedores das Instituições de Educação Básica, integrantes do Sistema Estadual de Ensino;

Sendo assim, o CEE/SC dá legalidade, validade e legitimidade aos cursos, através da publicação de atos ou decretos de reconhecimento ou de renovação do reconhecimento. A periodicidade acompanha o ciclo avaliativo do SINAES.

2.1.2.1 Avaliação Institucional Externa

A Resolução nº 01, de 14/06/2015, do CEE/SC, fixou normas para o funcionamento da Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina e estabeleceu outras providências. Esta resolução designou, ainda, que a avaliação das IES do Sistema Estadual de Ensino, tem por objetivo identificar as condições de atuação, por meio de suas atividades, cursos, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões e critérios constantes nos instrumentos do SINAES, utilizados pelo INEP. Desta forma, a avaliação externa tem como

referência os padrões de qualidade para a educação superior expressos nos instrumentos de avaliação do MEC, bem como nos relatórios da autoavaliação, elaborados pela CPA.

Em 2010, a FURB recebeu a visita *in loco* da Comissão Verificadora para a primeira avaliação institucional externa com base nos critérios do SINAES, visando à renovação de seu credenciamento como Universidade. A comissão, nomeada pelo CEE/SC, aprovou a continuidade do enquadramento da FURB nesta categoria pelo prazo de 5 (cinco) anos. Findado esse prazo, a Universidade encaminhou um novo processo de avaliação externa, visando seu credenciamento.

Em março de 2017, a FURB recebeu a visita *in loco* da Comissão Verificadora nomeada por meio da Portaria nº 127/2016/CEESC. De acordo com esta comissão, a Universidade apresentou um desempenho muito bom com relação aos referenciais de qualidade dispostos no instrumento de avaliação institucional externa, bem como na legislação vigente e orientações e diretrizes do MEC e CEE/SC. Desta forma, o conceito atribuído aprovou a continuidade do enquadramento da FURB como Universidade pelo prazo de 8 (oito) anos.

Os conceitos da Avaliação Institucional Externa da FURB, nos períodos de 2010 e de 2017, estão evidenciados na tabela Tabela 5:

Tabela 5 – Conceitos da Avaliação Institucional Externa *in loco* FURB

EIXOS DO SINAES		DIMENSÕES	2010	2017
1	Planejamento e avaliação Institucional	8 – Planejamento e avaliação	4,33	4,00
2	Desenvolvimento Institucional	1 – Missão e PDI	3,50	4,11
		3 – A responsabilidade social	4,75	
3	Políticas Acadêmicas	2 – A Política para o Ensino, a Pesquisa, a Extensão e a Pós-Graduação	4,00	3,92
		4 – A comunicação com a sociedade	4,00	
		9 – Políticas de Atendimento a Estudantes e Egressos	4,00	
4	Políticas de Gestão	5 – Políticas de Pessoal, Carreira do Corpo Docente e Técnico-Administrativo	3,33	4,00
		6 – Organização e gestão da FURB, funcionamento e representatividade dos colegiados, participação da comunidade universitária nos processos decisórios	4,50	
		10 – Sustentabilidade financeira	3,67	
5	Infraestrutura	7 – Infraestrutura física, de biblioteca e de TIC	4,20	4,06
RESULTADO GERAL			3,92	4,01

Fonte: organizado pela COPERA-PDI.

2.1.2.2 Avaliação dos Cursos de Graduação

A avaliação dos cursos de graduação tem por objetivo identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica. Essa avaliação, utilizando procedimentos e

instrumento específico, dentre os quais obrigatoriamente as visitas *in loco* por comissões de especialistas das respectivas áreas do conhecimento, resultam na atribuição de conceitos a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas.

2.1.2.3 Conceito do Curso (CC)

O CC é o conceito obtido na verificação *in loco* realizada por Comissão Avaliadora designada pelo Conselho Estadual de Educação, com a finalidade de regulação/supervisão.

2.1.2.4 Conceito Preliminar de Curso (CPC)

O CPC é um conceito atribuído pelo MEC e publicado anualmente, calculado para cada curso avaliado nas áreas contempladas na avaliação do ENADE. É a média ponderada de diversas medidas relativas à qualidade de um curso, considerando a nota dos concluintes e dos ingressantes, o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), a qualidade do corpo docente, a infraestrutura e a organização didático-pedagógica. O CPC constitui elemento de referência nos processos de avaliação, para subsidiar a renovação de reconhecimento dos cursos de graduação.

2.1.2.5 ENADE

A avaliação do desempenho dos estudantes dos cursos de graduação é realizada mediante aplicação do ENADE, que afere a apropriação, por parte dos estudantes, dos conteúdos programáticos previstos nas diretrizes curriculares do respectivo curso de graduação, suas habilidades para ajustamento às exigências decorrentes da evolução do conhecimento e suas competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento.

O ENADE é aplicado periodicamente aos estudantes de todos os cursos de graduação, no último ano de curso, cuja aplicação vem acompanhada de instrumento destinado a levantar o perfil dos estudantes, relevante para a compreensão de seus resultados: o questionário socioeconômico. O ENADE é componente curricular obrigatório dos cursos de graduação, sendo inscrita no histórico escolar do estudante somente a sua situação regular com relação a

essa obrigação, atestada pela sua efetiva participação ou, quando for o caso, dispensa oficial pelo Ministério da Educação, na forma estabelecida em Regulamento.

A avaliação do desempenho dos estudantes de cada curso no ENADE também é expressa por meio de conceitos, ordenados na escala de cinco níveis, tomando por base padrões mínimos estabelecidos por especialistas das diferentes áreas do conhecimento. O Quadro 1 apresenta os conceitos dos cursos de graduação da FURB e os respectivos resultados no ENADE.

Quadro 1: Conceito dos cursos de graduação da FURB (2012-2017)

Cursos da FURB	Código INEP	ENADE						CPC	CC (Public.) CEE/SC
		Conceitos 1 à 5 (SINAES)							
		2012	2013	2014	2015	2016	2017		
Administração	3659	3	-	-	3	-	-	3	4,17 (2018)
Arquitetura e Urbanismo	3681	-	-	3	-	-	A	3	4,03 (2017)
Artes Visuais	1178043	-	-	SC ⁸	-	-	SC ⁹	-	4,75 (2017)
Biomedicina	1172591	-	SC	-	-	3	-	-	4,15 (2016)*
Ciência da Computação	3676	-	-	3	-	-	A	3	3,86 (2017)
Ciências Biológicas (Lic.)	3673	-	-	4	-	-	A	4	4,00 (2015)
Ciências Biológicas (Bach.)	303673	-	-	SC	-	-	A	SC	
Ciências Contábeis	3660	5	-	-	4	-	-	4	**
Ciências da Religião	18016	-	-	NA ¹⁰	-	-	NA		***
Ciências Econômicas	3658	4	-	-	4	-	-	3	***
Ciências Sociais (Lic.)	3670	-	-	SC	-	-	A	SC	3,36 (2016)
Curso Superior de Tecnologia em Marketing	118200	3	-	-	A	-	-	3	4,24 (2011)
Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior	1149888	NA	-	-	A	-	-	NA	4,35 (2012)
Design	64650	3	-	-	3	-	-	3	4,74 (2018)
Direito	3663	4	-	-	3	-	-	3	4,56 (2018)
Educação Física (Bach.)	303662	-	3	-	-	A	-	2	3,58 (2016)*
Educação Física (Lic.)	3662	-	-	3	-	-	A	3	4,00 (2018)
Enfermagem	64642	-	3	-	-	3	-	4	4,25 (2011)**
Engenharia Civil	3668	-	-	3	-	-	A	3	4,61 (2017)
Engenharia de Alimentos	1206892	-	-	SC	-	-	SC	SC	4,07 (2016)
Engenharia de Produção	21615	-	-	2	-	-	A	3	4,00 (2017)

⁸ Apenas 01 (um) inscrito no ENADE e, por isso, não tem Conceito Publicado.

⁹ Apenas 01 (um) inscrito no ENADE e, por isso, não tem Conceito Publicado.

* Curso será avaliado em 2018.

* Curso será avaliado em 2018.

** Sem avaliação pelo CEE/SC por bom desempenho CPC;

*** Curso avaliado em 2018, porém sem Decreto.

**** Curso avaliado em 2017, porém sem Decreto.

¹⁰ Curso sem DCN – Não participa do ENADE

Engenharia de Telecomunicações	20228	-	-	3	-	-	A	3	3,17 (2017)
Engenharia Elétrica	3678	-	-	3	-	-	A	3	4,35 (2017)
Engenharia Florestal	3684	-	-	3	-	-	A	3	4,56 (2017)
Engenharia Mecânica	1267290	-	-	SC	-	-	SC	SC	4,14 (2018)
Engenharia Química	3669	-	-	3	-	-	A	3	4,68 (2017)
Farmácia	20229	-	2	-	-	5	-	4	**
Fisioterapia	3683	-	4	-	-	5	-	4	**
História	3671	-	-	4	-	-	A	4	**
Jornalismo	1267282	-	-	-	SC	-	-	SC	4,40 (2017)
Letras - Português/Inglês	3665	-	-	4	-	-	A	4	**
Letras - Alemão	1153676	-	-	SC	-	-	-	SC	4,77 (2016)
Matemática	3675	-	-	4	-	-	A	4	**
Medicina	3677	-	4	-	-	2	-	2	3,00 (2015)*
Medicina Veterinária	90053	-	4	-	-	3	-	3	3,00 (2015)*
Moda ¹¹	18017	3	-	-	NA	-	-	-	3,81 (2016)
Música	24605	-	-	3	-	-	A	3	3,52 (2017)
Nutrição	70777	-	3	-	-	4	-	3	4,00 (2015)*
Odontologia	19454	-	3	-	-	3	-	4	**
Pedagogia	3664	-	-	3	-	-	A	2	4,77 (2017)
Psicologia	3685	4	-	-	3	-	-	3	****
Publicidade e Propaganda	23123	4	-	-	3	-	-	3	4,49 (2018)
Química (Lic.)	3674	-	-	SC	-	-	A	SC	4,23 (2016)
Química (Bach.)	303674	-	-	2	-	-	A	2	****
Secretariado Executivo	3679	5	-	-	5	-	-	4	**
Serviço Social	3672	-	3	-	-	4	-	4	**
Sistemas de Informação	54172	-	-	5	-	-	A	4	**
Teatro	1191340	-	-	-	-	-	-	-	3,12 (2018)
Turismo	19452	3	-	NA	3	-	-	3	4,00 (2018)

Fonte: Divisão de Políticas Institucionais (DPE)/ PROEN

** Sem avaliação pelo CEE/SC por bom desempenho CPC;

*** Curso avaliado em 2018, porém sem Decreto.

**** Curso avaliado em 2017, porém sem Decreto.

Legenda:

Conceitos: de 1 a 5 (sendo 5 o melhor conceito/desempenho)

A = Avaliado

NA = Não Avaliado no ENADE, não consta na listagem de áreas definidas pelas portarias anuais.

SC = Sem conceito, quando não houve ingressantes ou concluintes inscritos.

2.2 AVALIAÇÃO DISCENTE E DOCENTE

A avaliação educacional tem por finalidade acompanhar as atividades de ensinar e aprender, assumindo função de diagnóstico, regulação e projeção dos processos curriculares.

¹¹ O curso de Moda estava na área de classificação do Design até 2012 e, e os dois cursos, tinham conceito igual. A partir de 2015, o curso de Moda não realiza mais prova junto com Design, sendo classificado como NA.

No que diz respeito a esse caráter e a essa função da avaliação educacional, compreende-se que as ações avaliativas no âmbito do ensino devem ser articuladas, focando as atividades discente, docente e de implementação dos projetos pedagógicos dos cursos, para se poder, além de consolidar uma cultura avaliativa comprometida com a busca permanente da qualidade do processo ensino-aprendizagem, ter um *feedback* constante entre o que planejamos, executamos e necessitamos reorganizar.

A metodologia adotada pela FURB para avaliação discente está explicitada no Projeto Pedagógico de cada um dos seus cursos de graduação (PPC), bem como nos Planos de Ensino apresentados pelos docentes em suas respectivas disciplinas. O processo avaliativo discente está descrito com maior detalhamento no Eixo Projeto Pedagógico Institucional (PPI), nas Políticas para o Ensino, conforme item 3.5.1.2.3.

No que tange o processo de avaliação docente, o detalhamento do processo encontra-se descrito no Eixo Políticas de Gestão, no capítulo Políticas de Gestão e Desenvolvimento de Servidores Docentes e Técnico-administrativos.

2.3 PLANEJAMENTO E MONITORAMENTO DO PDI

O PDI é um documento que faz parte do processo do credenciamento ou credenciamento periódico de IES, ou autorização de cursos superiores de graduação, tecnológicos ou sequenciais, ou credenciamento de instituição para a oferta de EaD, ou autorização de cursos fora de sede para as universidades.

Nesse contexto, a FURB apresentou à Comissão Verificadora para Avaliação Externa de Instituição de Educação Superior, em 2010, seu PDI referente ao período 2010-2015, aprovado pelo Reitor *ad referendum* ao CONSUNI. O mesmo foi, posteriormente, submetido à aprovação no dia 12/08/2010, por meio do Processo nº 004/2010 e Parecer nº 13/2010. No dia 16 de junho de 2011, com vistas a atender as recomendações da comissão de avaliação externa, realizou-se uma sessão solene do CONSUNI na qual se deliberou a necessidade de iniciar um processo de revisão e atualização do PDI 2010-2015, com amplo envolvimento e participação da comunidade universitária.

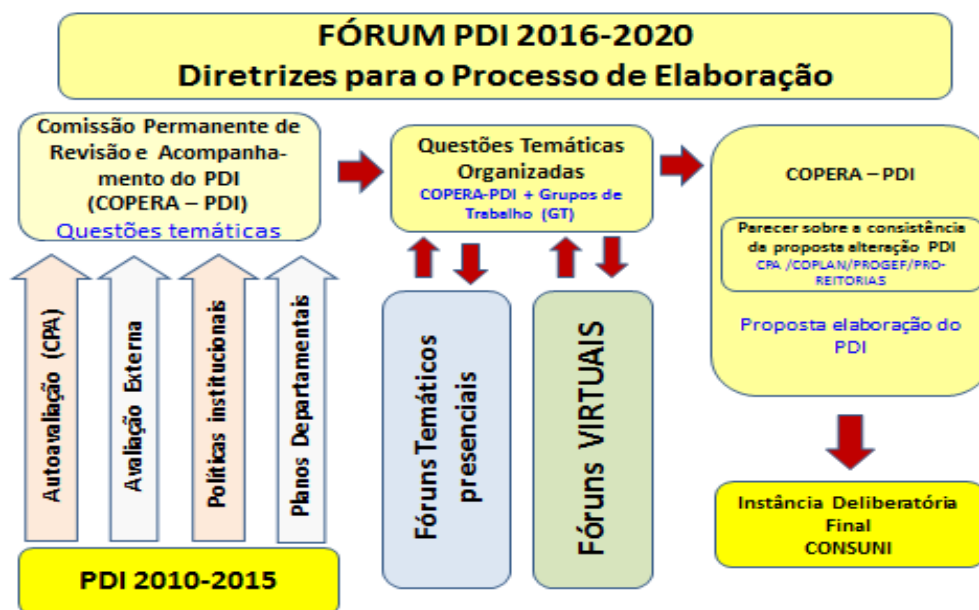
Em julho de 2012, o CONSUNI aprovou as Diretrizes de Revisão e Acompanhamento do PDI da FURB e aprovou a criação da Comissão Permanente de Revisão e Acompanhamento do PDI (COPERA-PDI) e seu Regulamento (sua composição, coordenação, competências e funcionamento), por meio da Resolução nº 30/2012. A revisão do PDI 2010-2015 foi concluída em julho de 2014. O PDI da FURB que ora se apresentava se constituía num processo em

contínua construção e representava o início de um ciclo de desenvolvimento e crescimento institucional baseado nos anseios da nossa comunidade universitária.

Em 2015, a Resolução nº 023/2015, de 27 de julho de 2015, alterou dispositivos da Resolução nº 30/2012, especificamente no que tange à composição da COPERA-PDI, passando a ser constituída de 06 (seis) membros, sendo: 01 (um) representante do setor responsável pela avaliação institucional; 01 (um) membro representante do corpo docente, indicado pelo Reitor; 01 (um) membro representante dos servidores técnico-administrativos, indicado pelo Reitor; 01 (um) representante discente, indicado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE); 02 (dois) representantes da comunidade externa, sendo 01 (um) representante dos ex-alunos da FURB. O mandato de cada representante é de 05 (cinco) anos, permitida a recondução.

Em 2016, o CONSUNI aprovou as diretrizes de elaboração, atualização e acompanhamento do PDI 2016-2020 da FURB, cujo processo para realização dos fóruns está expresso na Figura 18:

Figura 18 – Proposta de processo para realização do Fórum PDI 2016-2020



Cientes de que “o planejamento organizacional é orientado por objetivos e pela avaliação do processo de planejamento e seus resultados, guiados por critérios”, conforme ressalta Souto-Maior (2012, p. 97), a utilização dos resultados obtidos nos processos de avaliação, tanto internos quanto externos, para a revisão do PDI é uma estratégia de melhoria contínua da Instituição. Ao PDI 2016-2020 foram acrescentadas, ainda, as políticas institucionais estabelecidas durante a vigência do PDI anterior, bem como as propostas advindas dos planos departamentais, os quais foram elaborados e apresentados pelos departamentos em 2014 com

vigência até 2016. As metas estabelecidas no PDI somente serão alcançadas, se estiverem alinhadas com as ações propostas no planejamento setorial e com o comprometimento do corpo docente e técnico-administrativo.

O monitoramento crítico do PDI da FURB só se inicia com a apropriação das metas e objetivos institucionais por sua comunidade universitária. Compete à COPERA-PDI organizar questões temáticas, promover eventos presenciais e virtuais, com posterior homologação das propostas no CONSUNI, instância democrática e representativa de deliberação.

Quadro 2: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas ao planejamento e avaliação institucional.

Objetivo 1 – Monitorar o cumprimento das metas do planejamento institucional e setorial						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/ Comentários
				Início	Fim	
1) Promover a apropriação do PDI pela comunidade interna.	1) Publicar o PDI no site da FURB;	PDI publicado	COPERA-PDI	2017	2017	2017: PDI 2016-2017 publicado no website da Universidade.
	2) Apresentar o PDI aos servidores em suas unidades de trabalho e na formação institucional;	Nº de servidores envolvidos.	COPERA-PDI	2017	2018	2017: PDI homologado (maio). 2016: Formação Institucional – Oficina Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): Vamos construir juntos o Futuro da Nossa Universidade? 2018: No 1º Encontro para Discussão de Processos Atuais e Construção de Normatização para Gestão de Laboratórios da FURB, o PDI foi “apresentado” aos Técnicos de Laboratório, em especial o eixo Responsabilidade Ambiental.
	3) Apresentar o PDI para os discentes na disciplina <i>Universidade, Ciência e Pesquisa</i> .	Nº de estudantes envolvidos	COPERA-PDI/ PROEN	2018	2020	2018: Será levada proposta para o conselho.
	4) Divulgar o PDI para os representantes externos dos conselhos da Universidade.	Documento apresentado	COPERA-PDI	2018	2020	<i>(Elaborar o PDI compacto).</i>
	5) Divulgar o documento em conselhos externos no qual a FURB tem representantes;	Documento apresentado	COPERA-PDI	2018	2020	<i>(Elaborar o PDI compacto).</i>
	6) Distribuir o <i>PDI compacto</i> , impresso simplificado, aos servidores e gestores da Universidade (com objetivos, metas e ações, responsáveis e prazos);	Documento impresso e distribuído	COPERA-PDI	2018	2020	<i>(Elaborar o PDI compacto).</i>

	7) Utilizar os espaços de ensino-aprendizagem para divulgar o PDI (placas, cartazes, entre outros), AVA;	Ações de divulgação realizadas	COPERA-PDI	2018	2020	2017/2018: Nos Planos de Ensino das disciplinas da FURB consta a Filosofia Institucional (Missão, visão e valores), de modo a aproximar os estudantes destas definições.
2) Monitorar e avaliar o alcance das metas estabelecidas no PDI, anualmente.	1) Avaliar anualmente o alcance das metas estabelecidas no PDI;	Balanco Crítico do PDI Balanco Crítico da CPA	COPERA-PDI	2017	2020	2017: Preenchimento do Balanco Crítico do PDI, pelos gestores. 2018: avaliação da COPERA-PDI
	2) Relatar, no CONSUNI, o alcance das metas, com avaliação e recomendações da COPERA-PDI;	Relatório anual CONSUNI	COPERA-PDI	2018	2020	2019: 2020:
	3) Dar publicidade aos resultados alcançados.	Resultados publicados no site e redes sociais	COPERA-PDI			2018: Processo em tramitação no CONSUNI. (Depende da homologação do BC no CONSUNI).
3) Promover, anualmente, a elaboração do Planejamento Setorial.	1) Elaborar plano de desenvolvimento dos cursos, que deverá estar inseridos nos planos departamentais.	Planos aprovados	Colegiados das Unidades Universitárias	2017	2020	
	2) Institucionalizar um Plano de Desenvolvimento das Unidades Universitárias (PDU) a partir dos planos departamentais da Unidade, a cada três anos.					
	3) Avaliar, anualmente, o alcance das metas estabelecidas nos planos setoriais.	Relatório anual ao CEPE				
Objetivo 2 – Consolidar os processos de avaliação institucional (externos e internos)						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/ Comentários
				Início	Fim	
4) Institucionalizar o Instrumento de	1) Aprovar, no CONSUNI, a proposta de Instrumento de Autoavaliação Institucional.	Instrumento de Autoavaliação	CPA	2016	2018	2017: CPA revisou e organizou a proposta do instrumento de autoavaliação.

Autoavaliação da CPA.		aprovado no CONSUNI				2018: com a publicação do Instrumento de Avaliação Externa (INEP, 2017), a CPA optou por alinhar os indicadores internos aos externos. A proposta será levada ao CONSUNI em 2018.
5) Ampliar o conhecimento sobre o processo de autoavaliação institucional para 100% dos servidores da FURB.	1) Qualificar a página da CPA no site da FURB;	Página atualizada	CPA	2016	2018	Iniciado o estudo e proposta de adequação.
	2) Realizar reuniões com os setores da FURB divulgando o trabalho da CPA.	Reuniões realizadas. Servidores envolvidos.	CPA	2016	2018	2018: Por meio do aplicativo <i>Yammer</i> (Office 365) e com suporte da DTI, a CPA vem divulgando o processo de autoavaliação institucional para todos os servidores (docentes e técnicos).
6) Melhorar a eficácia de aplicação do instrumento de avaliação de ensino pelo discente.	1) Comprometer os coordenadores de curso pelo % de respostas dos discentes;	50% de respostas dos discentes	Colegiados dos cursos	2017	2020	Em andamento a avaliação discente totalmente online. Intervenção da assessoria pedagógica nas situações mapeadas pela CPAEP e solicitações de coordenação de Curso.
	2) Utilizar os resultados da avaliação do ensino no planejamento dos cursos e no desenvolvimento ou reordenação das ações acadêmico-administrativas;	Resultados analisados e utilizados	PROEN	2017	2020	Em estudo.
	3) Analisar com os gestores os resultados do processo de avaliação do ensino;		PROEN	2017	2020	Permanente.
	4) Dar publicidade aos resultados alcançados, especialmente aos discentes.	Resultados publicados	PROEN	2017	2020	Permanente.
7) Consolidar as ações para o ENADE	1) Definir ações (pré e pós) de aproximação da FURB com estudantes e docentes envolvidos no ENADE.	Ações planejadas	Coordenadores de Cursos/ NDE/ Assessorias Pedagógicas/ Diretores das Unidades	2016	2020	2017: uma das assessoras ampliou sua carga horária e passou a acompanhar as ações do ENADE para qualificar a questão pedagógica nas ações desenvolvidas, bem como promover um alinhamento institucional. Acompanhamento

			Universitárias/ PROEN			permanente das assessorias de cada centro.
	2) Garantir a participação dos discentes nas ações pré-ENADE.	100% dos estudantes participando		2016	2020	Ações foram executadas por demanda dos ciclos de avaliação do ENADE.
	3) Divulgar ciclo anual do ENADE.	Ciclo divulgado 2017	PROEN	2017	2017	Ciclo 2017 executado.
		Ciclo divulgado 2018		2018	2018	Em andamento.
		Ciclo divulgado 2019		2019	2019	
		Ciclo divulgado 2020		2020	2020	

Fonte: organizado pela COPERA-PDI

3 POLÍTICAS ACADÊMICAS

Entendem-se como políticas acadêmicas aquelas estabelecidas para o ensino médio, o ensino de graduação e de pós-graduação, a pesquisa e a extensão. A essas políticas, foram acrescentadas as diretrizes para inovação e cultura. As políticas acadêmicas abrangem, ainda, as Políticas de Comunicação com a Sociedade, de Atendimento ao Estudante, bem como as Políticas para Internacionalização e Mobilidade, as quais também são apresentadas a seguir.

Cabe considerar ainda, nas políticas acadêmicas, a Política de Articulação dos Temas Transversais (PATT), que objetiva estabelecer fundamentos e orientações para o planejamento e avaliação de ações sobre os temas transversais, de forma permanente e articulada, em todos os níveis e modalidades do processo de ensino, pesquisa, extensão e cultura da Universidade.

Por fim, ressalta-se o compromisso da Universidade com a formação inicial e continuada de professores para a Educação Básica, guardando consonância com as Resoluções do Conselho Nacional de Educação que tratam da formação dos profissionais do magistério. A Universidade assume um compromisso também de manter e ampliar a integração com as redes de ensino municipais, estaduais e particulares, mantendo uma maior articulação com as licenciaturas e programas de pós-graduação por meio do ensino, da pesquisa, da extensão e da cultura.¹²

3.1 PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL (PPI)

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da FURB é composto pelos seguintes conteúdos:

- I. Inserção regional da FURB;
- II. Fundamentos da prática acadêmica da Instituição;
- III. Organização didático-pedagógica;
- IV. Política de Articulação de Temas Transversais (PATT)

¹² Texto inserido com a aprovação do Parecer 024/2017, Processo 023/2017/CONSUNI, em 16/11/2017.

- V. Políticas Acadêmicas: ensino médio, graduação, política para a formação de professores da educação básica, pesquisa e extensão, inovação, cultura, comunicação com a sociedade, atendimento ao estudante, internacionalização e mobilidade.

3.1.1 INSERÇÃO DA FURB

Em 1964, por lei municipal, a comunidade de Blumenau instituiu, por esforço próprio, a sua universidade pública, fundada em bases comunitárias. No ano de 1969, a FUB - atual FURB, por meio do seu Instituto de Planejamento e Processamento de Dados, elaborou o Plano de Desenvolvimento Local Integrado (PDLI), no qual foram apresentados projetos viáveis e necessários para o desenvolvimento dos municípios, para demandas por melhorias físicas e sociais. A partir da necessidade de promover a integração e a organização dos municípios da Região do Médio Vale do Itajaí, em 23 de julho de 1969, os prefeitos foram convidados para os atos de discussão e aprovação do estatuto que, em assembleia geral de constituição realizada em 02 de agosto de 1969, nas dependências da Universidade, aprovou o Estatuto Social e, assim, fundou a Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI).

A AMMVI foi a oitava associação microrregional a ser instituída, o que fortaleceu o movimento municipalista catarinense e colaborou para a fundação da Federação Catarinense de Municípios (FECAM), em 1980. Atuando em prol dos municípios do Médio Vale do Itajaí (Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó), a AMMVI defende os pleitos municipalistas junto às esferas de governo, órgãos de fiscalização e entidades representativas, de forma que a autonomia municipal seja assegurada.

Atualmente, a AMMVI é uma entidade com personalidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos. Seu principal objetivo é promover a integração administrativa, econômica e social dos municípios que a compõem, regendo-se por seu estatuto, e sua sede localiza-se em Blumenau, cidade polo da região metropolitana. A relação da AMMVI com a Universidade se dá por meio da participação da entidade no CONSUNI – um membro representante – bem como da participação de servidores da

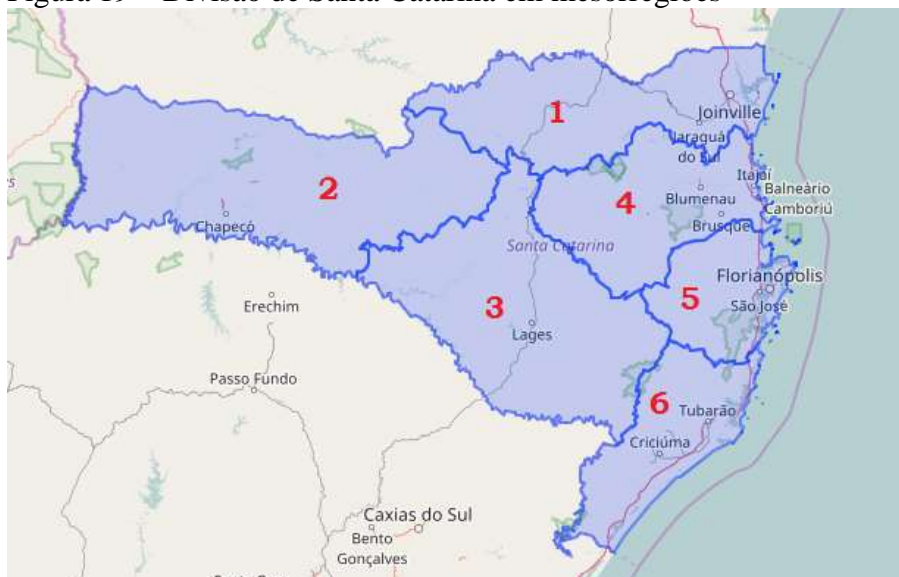
FURB na profissionalização das administrações públicas municipais, ou seja, em capacitações, cursos e reuniões dos colegiados, promovidas pela associação.

3.1.1.1 Mesorregião: caracterização geográfica e econômica da região do Vale do Itajaí

O estado de Santa Catarina está dividido em seis mesorregiões. O arranjo, constituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2015), pode ser observado na

Figura 19:

Figura 19 – Divisão de Santa Catarina em mesorregiões



Fonte: Adaptado de IBGE (2015)

Legenda: 1 – Norte Catarinense; 2 – Oeste Catarinense; 3 – Serrana; 4 – Vale do Itajaí; 5 – Grande Florianópolis; 6 – Sul Catarinense.

A Mesorregião do Vale do Itajaí integra quatro microrregiões denominadas como Microrregião de Blumenau, Microrregião de Itajaí, Microrregião de Ituporanga e Microrregião de Rio do Sul, como se pode observar na

Figura 20. Em termos populacionais, a representatividade da Mesorregião do Vale do Itajaí sobre Santa Catarina é expressiva, constituindo-se em 24,15% da população catarinense, de acordo com os dados do IBGE (2010).

Figura 20 – Mesorregião do Vale do Itajaí em microrregiões.



Fonte: Adaptado de IBGE (2015)

Legenda: 1 – Microrregião de Rio do Sul;
2 – Microrregião de Blumenau;
3 – Microrregião de Ituporanga;
4 – Microrregião de Itajaí.

A Microrregião de Rio do Sul abrange o maior número de municípios, seguida pelas Microrregiões de Blumenau, Itajaí e Ituporanga, respectivamente. No entanto, segundo os dados do IBGE (2010), a maior população está na Microrregião de Blumenau, representando 44,9% da Mesorregião, contra apenas 13,6% de Rio do Sul.

Fazem parte da Microrregião de Blumenau 15 cidades, a saber: Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Luiz Alves, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio, Timbó. Dentre estas cidades, Pomerode possui o maior PIB *per capita*¹³, ou seja, R\$ 70.901,56, seguido por Blumenau, com R\$ 50.200,62 e, por outro lado, com o menor PIB *per capita* da Microrregião, a cidade de Doutor Pedrinho, com R\$ 18.929,39.

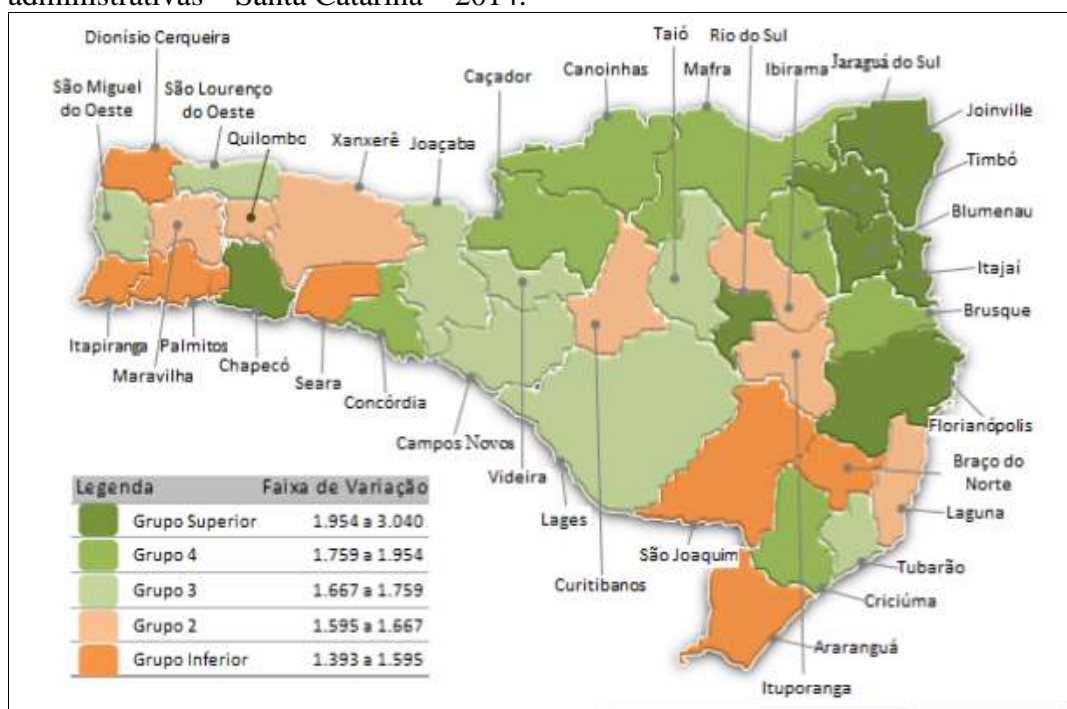
A cidade de Blumenau possui um Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 16,8 bilhões, o quarto de Santa Catarina, de acordo com dados do IBGE de dezembro de 2016. Mas

¹³ Os dados do Produto Interno Bruto (PIB) dos Municípios para o período de 2010 a 2014 (série revisada) têm como referência o ano de 2010, seguindo, portanto, a nova referência das Contas Nacionais.

além do PIB *per capita*, há de se considerar a remuneração média¹⁴ dos empregados formais. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (2013), a remuneração média de um empregado no segmento formal do mercado de trabalho brasileiro alcançou o patamar de R\$ 2.266, em dezembro de 2013, um aumento real de 3,2% em relação a 2012. A região Sul possuía, em 2013, uma remuneração média próxima de R\$ 2.146,00.

Em Santa Catarina, de acordo com a Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina (2016) e segundo as regiões administrativas, a remuneração média dos empregados formais, em 31/12/2014¹⁵, em Florianópolis foi de R\$ 3.040,00, seguido por Jaraguá do Sul (R\$ 2.342,00), Blumenau (R\$ 2.252,00), Joinville (R\$2.238,00), Itajaí (R\$ 2.060,00), Chapecó (R\$1.977,00) e Rio do Sul (R\$ 1.962,00). A distribuição no estado pode ser observada na Figura 21:

Figura 21 – Remuneração média dos empregados formais em 31/12, segundo as regiões administrativas – Santa Catarina – 2014.



Fonte: adaptado do Caderno de Indicadores de Santa Catarina e suas Regiões (2016),

Observando-se a

¹⁴ O valor da remuneração média real analisada nesta seção refere-se à remuneração dos vínculos ativos em 31/12 de cada ano. Os valores monetários foram corrigidos pelo INPC/IBGE, em reais de dezembro de 2013 e seu cálculo exclui os vínculos empregatícios formais sem declaração de renda.

¹⁵ A remuneração média dos empregados formais é a soma dos rendimentos individuais em dezembro de cada ano, dividida pelo número de empregos formais, exclusive aqueles sem remuneração no mês.

Figura 20 e a Figura 21, pode-se inferir que a microrregião de Blumenau encontra-se na faixa de variação Grupo Superior ou Grupo 4, ou seja, com as mais altas taxas de remuneração média dos empregados formais de Santa Catarina no período de 31/12/2014.

A cidade de Blumenau possui uma população estimada, em 2016, de 343.715 habitantes, distribuídos em 519,8 km² de área. O Índice de desenvolvimento humano (IDH) de Blumenau atingiu 0,806 em 2010, atingindo a 25^a posição entre os municípios do Brasil.

3.1.1.2 Distribuição dos estudantes do Ensino Médio – Microrregião de Blumenau

De acordo com o censo da Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), a distribuição dos estudantes do Ensino Médio, na Microrregião de Blumenau, em 2015, era a seguinte:

Tabela 6 – Distribuição dos estudantes do Ensino Médio na Microrregião de Blumenau (2015)

Cidades	Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado) 1ª Série	Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado) 2ª Série	Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado) 3ª Série	Curso Técnico Integrado (Ensino Médio Integrado) 4ª Série	Ensino Médio - 1ª Série	Ensino Médio - 2ª Série	Ensino Médio - 3ª Série	Ensino Médio - Normal/Magistério 3ª Série	Ensino Médio - Normal/Magistério 4ª Série	Total Geral
Apiúna					62	173	105			340
Ascurra					82	120	82			284
Benedito Novo					29	142	115			286
Blumenau	430	488	344	256	3.058	3.550	2.809	19	14	10.968
Botuverá					23	56	32			111
Brusque					960	1.530	1.214			3.704
Doutor Pedrinho					16	71	44			131
Gaspar	118	76	54	35	678	795	657	49		2.462
Guabiruba					112	220	176			508
Indaial					651	695	460			1.806
Luiz Alves					67	152	122			341
Pomerode					351	326	268			945
Rio dos Cedros					41	122	72			235
Rodeio					59	93	69			221
Timbó					266	482	357	18		1.123
Total Geral	548	564	398	291	6.455	8.527	6.582	86	14	23.465

Fonte: INEP, 2016.

A Tabela 6 evidencia um número considerável de estudantes do Ensino Médio da Microrregião de Blumenau, ou seja, 23.465 estudantes. Deste total, 47% estão localizados na cidade de Blumenau, sendo que 3.079 estudantes encontram-se no último ano do Ensino Médio. De todas as cidades da Microrregião de Blumenau, o volume de estudantes no último ano do Ensino Médio correspondeu, em 2015, a 6.887.

3.1.1.3 Inserção da FURB no contexto regional, nacional e global

Atualmente, a FURB é reconhecida por ser uma IES geradora de conhecimento, adotando uma postura inovadora e ofertando cursos de graduação em todas as áreas do conhecimento. Em relação ao *stricto sensu*, a FURB oferece 11 cursos de Mestrado, dos quais 09 são acadêmicos e 02 mestrados profissionais, e 03 cursos de Doutorado, todos recomendados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) do Ministério de Educação. Estes cursos têm como objetivo a formação e capacitação de profissionais que atuarão no mercado de trabalho, tanto na docência como na pesquisa. Com uma comunidade universitária estimada em aproximadamente 15 mil pessoas e com o compromisso de inserção social, a FURB tem como objetivo suprir as necessidades profissionais da região do Vale do Itajaí e de Santa Catarina.

Além de formar profissionais para as diversas áreas do conhecimento, a inserção regional da Universidade ocorre também a partir dos atendimentos à comunidade, oferecendo gratuitamente serviços de apoio em diversas áreas: jurídico, odontológico, serviços de saúde na Policlínica e Hospital Regional Universitário (HRU), análises clínicas, entre outros. A FURB cria, organiza e mantém programas e projetos de extensão, com uma média anual de 350 atividades, beneficiando mais de 6 mil estudantes e prestando 90 mil atendimentos à comunidade de Blumenau e região.

Há de ser ressaltado, ainda, o Centro de Operações do Sistema de Alerta da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí-Açu (CEOPS), que fornece informações para a tomada de decisões das Defesas Cíveis e alertar, antecipadamente, a população potencialmente atingida. Este serviço se baseia na coleta de dados de chuva, níveis do Rio Itajaí-Açu e monitoramento meteorológico, os quais são utilizados para operar modelos matemáticos de previsão dos níveis futuros, nas principais localidades do Vale do Itajaí.

No âmbito da Cultura, a FURB realiza anualmente, por meio da Divisão de Cultura, inúmeras atividades, com amplo envolvimento e participação da comunidade regional. Trata-se de exposições científicas e artísticas, apresentações de dança, teatro, orquestra, camerata de violões, coro universitário, oficinas, palestras e cursos,

destacando-se o Festival Internacional de Teatro Universitário de Blumenau (FITUB). Desta forma, a FURB amplia sua inserção para além das fronteiras do Vale do Itajaí, inserindo artistas do Brasil e do mundo neste Festival.

Ainda em termos de inserção social, mediante a devida revalidação nos termos da Resolução nº 67/2017 de 07 de julho de 2017, os diplomas de cursos de graduação, expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior, são declarados equivalentes aos concedidos pela FURB. São susceptíveis de revalidação os diplomas de cursos de graduação estrangeiros que correspondam, quanto ao currículo, aos títulos ou habilitações, entendida a equivalência em sentido amplo, de modo a abranger áreas congêneres, similares ou afins, aos conferidos pela FURB.

Quadro 3: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas à Inserção Regional

Objetivo 3 - Ampliar a inserção regional da FURB.						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/ Comentários
				Início	Fim	
8) Ampliar a inserção regional da FURB.	1) Identificar localidades nas quais é possível captar estudantes para cursos (graduação, sequenciais, de curta duração, entre outros).	Estudo realizado	COPLAN	2016	2020	Este estudo vem sendo realizado sob demanda, especialmente das comissões de criação de novos cursos, para entender o mercado do ensino superior. Tem-se utilizado a ferramenta MercadoEdu. A COPLAN pretende realizar um estudo mais avançado para identificar a localidade para ampliar a oferta de cursos.
	2) Ampliar a inserção regional da Universidade por meio dos projetos de extensão.	Número de projetos de extensão em execução	Unidades Universitárias/ DAEX/ PROPEX	2016	2020	Em 2016 e 2017 foram lançados Editais para apoio aos Projetos de Extensão.
	3) Ampliar a representatividade da FURB em instituições e entidades.	Número de representantes da FURB em instituições e entidades	Reitoria	2016	2020	A Universidade tem mantido representações em diversos conselhos, instituições e entidades externas.

Fonte: organizado pela COPERA-PDI, a partir das contribuições do fórum virtual do PDI.

3.1.2 FUNDAMENTOS DA PRÁTICA ACADÊMICA DA INSTITUIÇÃO

Fundamentada no princípio inalienável da liberdade de pensamento e de crítica, a FURB é uma instituição integrada à comunidade, agente de transformações sociais e tem como missão básica a promoção do desenvolvimento científico, tecnológico, artístico e cultural e a realização de ações sociais, esportivas, ambientais e de saúde, com vista ao bem estar e à valorização do homem. São finalidades da FURB¹⁶.

- I. Promover as atividades de ensino superior, médio e profissionalizante, de pesquisa, de extensão e de serviços, de forma permanente e abrangente;
- II. Propiciar o desenvolvimento da cidadania, incrementar propostas e realizações, pesquisa institucional, visando ao desenvolvimento regional e global, científico, tecnológico, cultural, com vista ao bem-estar e à valorização do ser humano;
- III. Promover a divulgação científica, tecnológica e artístico-cultural, visando colocar o conhecimento sistematizado para o desenvolvimento e transformação da sociedade.

Compreendendo a universidade como um local de “[...] produzir e difundir ciência, arte, tecnologia e cultura” (ALMEIDA FILHO, 2008, p. 81), a Política de Ensino expressa no currículo formal precisa estar em consonância com essa missão. O currículo deve oferecer mais compatibilidade com o contexto do mundo contemporâneo, dando ênfase à formação cultural humanística, à internacionalização, à criatividade, à inovação, às práticas inter-multi-transdisciplinares, isto é, à articulação diferenciada de saberes.

Sendo assim, os princípios institucionais para o ensino, em seus diferentes níveis e modalidades, pautam-se pela intencionalidade pedagógica da comunidade acadêmica da FURB, visando ao desenvolvimento humano integral, ancorado por valores éticos, sociais, culturais e políticos, assim delimitados:

- I. Democracia e Direitos Humanos;
- II. Ética e Cidadania ambiental;
- III. Relações étnico-sociais
- IV. A Formação Crítica

¹⁶ Artigos 4º e 5º da Resolução nº 035/2010, Estatuto da FURB.

Amparados nestes princípios norteadores do ensino bem como nas legislações pertinentes, define-se as diretrizes que orientam e orientaram os projetos pedagógicos dos cursos da Universidade, os quais devem contemplar, considerando suas especificidades, as seguintes diretrizes:

- I. Aprendizagem como foco do processo;
- II. Educação geral;
- III. Flexibilização;
- IV. As tecnologias digitais;
- V. Internacionalização;

3.1.3 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA FURB

A organização didático-pedagógica dos cursos da FURB, atendendo aos princípios e diretrizes para o ensino, pauta-se na definição de desenhos curriculares que garantam:

- a) inovações consideradas significativas, especialmente quanto à flexibilidade dos componentes curriculares;
- b) oportunidades diferenciadas de integralização curricular;
- c) atividades práticas;
- d) atividades acadêmico-científico-culturais (AACCs);
- e) atividades transversais;
- f) estágios obrigatórios e não obrigatórios;
- g) incorporação de avanços tecnológicos.

Na FURB, os cursos de graduação e de pós-graduação estão vinculados aos Departamentos que, por sua vez, subordinam-se às Unidades Universitárias. Cada curso ou programa tem um colegiado próprio, denominado Colegiado de Curso. São os órgãos de coordenação didática dos cursos de graduação e de pós-graduação em nível de mestrado e doutorado.

Os Departamentos representam a menor fração da estrutura universitária para todos os efeitos da organização administrativa e didático-científica, e da distribuição de pessoal. Os Centros de Cursos são Unidades Universitárias de administração setorial constituídas por um conjunto de Conselhos de Centro, Direções de Centro e Departamentos de áreas afins.

Além destes colegiados, cita-se, ainda, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), que é o órgão deliberativo, normativo e consultivo da FURB em matéria de ensino,

pesquisa e extensão e o Conselho Universitário (CONSUNI), que é o órgão máximo e soberano de deliberação em assuntos de política acadêmica, administrativa e financeira da FURB.

3.1.4 POLÍTICA DE ARTICULAÇÃO DOS TEMAS TRANSVERSAIS

A Resolução nº 032/2017, de 27/04/2017, estabeleceu a Política de Articulação dos Temas Transversais (PATT) no âmbito da FURB. A PATT foi institucionalizada considerando, além da legislação vigente¹⁷, a dimensão político-pedagógica da Universidade, as preocupações da sociedade contemporânea com os temas em questão, e o desafio do permanente debate e promoção de ações. A referida resolução também instituiu uma comissão, com o objetivo de organizar e acompanhar as ações em todos os níveis e modalidades de ensino, pesquisa, extensão e cultura. A Comissão do PATT é um espaço de natureza acadêmica com a finalidade de definir, acompanhar e avaliar as metodologias para as ações permanentes e articuladas estabelecidas nas diretrizes curriculares nacionais para os temas transversais.

Os temas transversais dispostos na política institucional são: Religiosidades, Direitos Humanos, Gênero, Educação Ambiental, Relações étnico-raciais e Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena. Um eixo de articulação da PATT é constituído pelos Núcleo dos Temas Transversais (NTT), que estão fundamentados na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e cuja finalidade é articular e promover projetos e ações que envolvam os temas transversais. Os NTT são instituídos por meio de Portaria emitida pelo Reitor e regulamentados por um Regimento Geral.

De acordo com a Resolução nº 201/2017, os conteúdos obrigatórios que compõem os temas transversais, previstos na legislação específica, deverão ser contemplados no PPC, podendo ser:

- I. Como conteúdo em componentes curriculares constantes na matriz curricular que tem afinidade com a temática;
- II. Como conteúdo específico em disciplinas (elencadas no anexo I da Resolução);
- III. Como objeto de estudo em atividades curriculares previstas no PPC, tais como projetos e programas de pesquisa e extensão, semanas acadêmicas, palestras, seminários, oficinas e afins.

¹⁷ Lei nº 10639/2003; Resolução CNE/CP nº 01/2004; Lei nº 11.645/2008; Resolução CNE/CP nº 01/2012; Resolução CNE/CP nº 174/2013.

3.1.5 POLÍTICAS PARA O ENSINO

Os níveis de formação da FURB vão desde o ensino médio, passando pela graduação, sequenciais, até a pós-graduação. A PROEN é o órgão da Administração Superior cuja competência é elaborar e introduzir as políticas de ensino de graduação, ensino médio e profissionalizante da Universidade, coordenando-as e supervisionando-as.

A Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante (ETEVI), nos termos da Lei Complementar nº 743/2010, de 19 de março de 2010, é uma instituição com autonomia didática, administrativa e disciplinar, vinculada ao Sistema Estadual de Ensino, para ministrar o ensino médio e a educação profissionalizante da FURB, observando-se a legislação vigente. A ETEVI contempla, atualmente, 350 estudantes.

O ensino de graduação se desenvolve nas Unidades Universitárias por meio dos cursos com grau em Licenciatura, Bacharelado e Superior de Tecnologia, com o objetivo de formação acadêmica e profissional. A comunidade discente dos cursos superiores de graduação da FURB é composta de aproximadamente 12 mil estudantes regularmente matriculados na modalidade presencial.

3.1.5.1 Ensino Médio

O Ensino Médio se integra à Universidade pela Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante, proporcionando contato com o ambiente universitário e toda a estrutura da FURB. O órgão deliberativo da Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante é o Conselho da Unidade, tendo como órgão executivo a Direção da Unidade. Além disso, o Ensino Médio é acompanhado pela PROEN que, em conjunto com a comunidade escolar, elaboram e instituem, coordenam e supervisionam as políticas de Ensino Médio.

3.1.5.1.1 Da atualização do Projeto Político Pedagógico (PPP)

As políticas institucionais para o Ensino Médio são orientadas pela legislação vigente, a saber:

- I. Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/1996;
- II. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (DCNGEB);
- III. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCNEM);
- IV. Regulamentações do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC);
- V. Projeto Político Pedagógico (PPP), aprovado nos conselhos da própria unidade.

O PPP de uma instituição representa seu planejamento institucional. Em vista disso, sua elaboração e constante revisão são consideradas responsabilidades de todo o coletivo escolar que, em clima de reflexão, o elabora ou atualiza estabelecendo finalidades, concepções, objetivos, metas e procedimentos institucionais.

A Resolução nº 183, de 19 de novembro de 2013, do Conselho Estadual de Educação (CEE/SC), estabeleceu as diretrizes operacionais para a avaliação do processo ensino-aprendizagem nos estabelecimentos de ensino de Educação Básica e Profissional Técnica de Nível Médio, integrantes do Sistema Estadual de Educação. Com base nesta nova normativa, que veio substituir a Resolução nº 158/2008, bem como das demandas surgidas nas práticas cotidianas e pedagógicas durante o 2º semestre de 2014 e ao longo do ano letivo de 2015, o PPP da ETEVI foi revisado e atualizado durante o primeiro semestre de 2016.

O PPP da ETEVI, que vigorará a partir de 2017, foi discutido e deliberado junto ao coletivo da ETEVI e aprovado pelo Conselho da Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante, no dia 06 de maio de 2016. O referido documento tramitou junto ao CEPE por meio do processo nº 30/2017.

As concepções que o norteiam e seus objetivos gerais foram mantidos:

- I. Oferecer condições para que o estudante se desenvolva de forma responsável e autônoma, visando despertar a consciência crítica, para que possa interferir na realidade social;
- II. Garantir os conhecimentos científicos e tecnológicos, de forma interdisciplinar, com vistas ao prosseguimento de seus estudos;
- III. Orientar e preparar o estudante para a dimensão social do trabalho e para a construção de competências que lhe permitam o seu ingresso e aprimoramento profissional.

Merece destaque a atualização da Matriz Curricular, cujos componentes curriculares foram mantidos, porém, distribuídos em 04 (quatro) áreas do conhecimento, conforme regulamenta as DCNEM do ano de 2012. Além disso, retirou-se do PPP toda referência à oferta de cursos técnicos pela ETEVI.

No que diz respeito à dispensa da prática no Componente Curricular Educação Física ficou resguardada a prática facultativa apenas para os casos resguardados pela LDB 9394/96, em seu artigo 26, § 3º. No que tange à educação inclusiva, o PPP foi ajustado, no sentido de atender o que determina a legislação vigente. Da mesma forma, atualizou-se o Sistema de

Avaliação adotado pela ETEVI, para seguir a normatização estabelecida pela Resolução nº 183/2013/CEE/SC.

3.1.5.1.2 Desenvolvimento do Ensino Médio

As propostas de desenvolvimento para a área de Ensino Médio no período de vigência deste PDI estão evidenciadas a seguir, tomando por base os pontos fortes e as fragilidades identificadas no planejamento da Unidade de Ensino Médio.

Quadro 4: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas ao Ensino Médio.

Objetivo 4 – Qualificar as atividades de Ensino Médio e Profissionalizante da ETEVI.						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/ Comentários
				Início	Fim	
9) Acompanhar as discussões sobre a reforma do Ensino Médio, em nível nacional, estadual, municipal e local;	1) Participar dos encontros oficiais municipais, estaduais e federais, atualizando a comunidade interna;	PPP e planejamentos de ensino atualizados;	ETEVI/PROEN	2016	2020	Contato permanente com a Secretaria Estadual de Educação. Curso de formação em fevereiro, com a presença de um representante da SEE.
10) Qualificar o quadro do magistério de ensino médio.	1) Identificar, anualmente, vacância nas disciplinas do currículo do ensino médio;	Vagas para processo seletivo identificadas	ETEVI/PROEN	2016	2020	Concursos para o quadro/ todos os componentes curriculares são ocupados por professores de carreira.
	2) Analisar, avaliar e fortalecer os serviços de psicologia escolar e professor multidisciplinar;	Demanda dos estudantes e profissionais	ETEVI/PROEN	2016	2020	Psicólogo cedido pela CAE com 20 horas e Professora multidisciplinar contratada através de PSPS.
	3) Oferecer, anualmente, um mínimo de 20h de formação continuada para o quadro do magistério da ETEVI;	Carga horária em cursos de formação continuada	ETEVI/PROEN/PROPEX	2016	2020	2016: não realizado.
	4) Estimular os docentes a realizar, permanentemente, formação continuada na área;					Oferecido 20 horas de formação em 2017.
	5) Incentivar intercâmbios nacionais e internacionais culturais entre professores e estudantes;	Número de docentes e estudantes	ETEVI/PROEN/CRI	2016	2020	Oferecido 16 horas de formação em 2018.
						2019:
					2020:	
					Os docentes participam, quase que na sua totalidade, dos curso de formação promovidos pela instituição FURB e por instituições externas.	
					Intercâmbios Internacionais: ISF contempla.	
					Intercâmbios Nacionais: consolidado com a cidade de Mariana (MG).	

		realizando intercambio.				
	6) Participar da formulação de políticas (resoluções) no âmbito da FURB, prioritariamente, as que venham contemplar o ensino médio.	Políticas reformuladas	ETEVI/PROEN/REITORIA	2016	2020	A ETEVI é convidada a participar da formulação políticas da FURB. Necessário avançar em ações políticas que contemplem os professores e servidores à participarem de cursos strictu sensu com gratuidade e possibilidade de afastamento na sua jornada de trabalho.
11) Promover a interação/ inserção da ETEVI nos programas de pesquisa e extensão da FURB, inclusive na pós-graduação	1) Incentivar a participação dos docentes nos programas de pesquisa e extensão, nas mais diversas áreas, em consonância com as políticas da FURB, inclusive na pós-graduação;	Número de docentes envolvidos em projetos de pesquisa e extensão	ETEVI/PROEN/PROPEX	2016	2020	2017: Participação na MIPE; Consolidação do Núcleo de Iniciação Científica (NIC); Realização do Projeto Aquaponia em parceria com o PPGDR.
						2018:
						2019:
						2020:
	2) Incentivar intercâmbios nacionais e internacionais culturais entre professores e estudantes;	Número de docentes e estudantes realizando intercâmbio	ETEVI/PROEN	2017	2020	Estudantes são incentivados à participar dos intercâmbios nacionais e internacionais. Necessário avançar em parceria com a CRI.
12) Estabelecer política para o ensino de línguas estrangeiras no ensino médio (Inglês e Espanhol)	1) Fortalecer e valorizar o ensino da Língua Espanhola, por meio da parcerias;	Parcerias realizadas	ETEVI/ PROEN/ PROGEF/ REITORIA	2016	2020	ETEVI: assinatura da carta de intensões. PROGEF: emite parecer prévio sobre as parcerias de interesse da IES com outras entidades.
	2) Fortalecer o ensino optativo da Língua Espanhola para as Terceiras Séries	Parcerias realizadas	ETEVI/ EQUIPE PEDAGÓGICA	2016	2020	Realizado, mas precisa avançar.
	3) Desenvolver práticas pedagógicas diferenciadas da Língua Inglesa em	Bom desempenho em concursos (vestibulares,	ETEVI/ FURB Idiomas	2016	2020	Realizado em parceria com o FURB IDIOMAS. Avançar na efetivação de um convênio formalizado entre ETEVI e FURB IDIOMAS.

	parceria com o FURB Idiomas;	Enem, e outros) e editais de intercâmbio;				
	4) Incentivar intercâmbio para a aprendizagem das línguas inglesa e espanhola.	Número de intercâmbios realizados/ano	ETEVI/ CRI	2016	2020	O incentivo é realizado. Avançar em parceria com a CRI.
13) Estabelecer uma política de acompanhamento da evasão escolar.	1) Acompanhar estudantes com potencial para evasão/transferência, através de contatos com a família;	Permanência dos estudantes	ETEVI/EQUIPE ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA	2016	2020	2017 e 2018/1 não houve evasão.
	2) Discutir para ampliar a política de bolsas de estudo (estudo, trabalho, cultura, esporte, iniciação científica e outros);	Oferta de bolsas	ETEVI/PROAD	2016	2020	Estudo vem sendo realizado juntamente com a PROAD.
	3) Desenvolver ações que contribuam para o desenvolvimento (qualitativo e quantitativo) dos estudantes com dificuldade de aprendizagem bem como com problemas disciplinares;	Registros de acompanhamento internos e reuniões de Conselhos de Classe	ETEVI	2016	2020	Houve alteração do PPP da ETEVI. Houve processo seletivo para professor multidisciplinar. E outras ações articuladas entre o serviço de psicologia escolar, orientação educacional e professor multidisciplinar. Necessário aprimorar.
	4) Assessorar os professores no cumprimento da Planejamento de Ensino;	Análise e devolutiva dos Planejamentos;	ETEVI/SUPERVISÃO PEDAGÓGICA	2016	2020	Ação Permanente. Ações desenvolvidas a partir das novas realidades com orientação da Supervisão pedagógica.
	5) Auxiliar os professores diante às dificuldades didático-pedagógicas;	Demandas discentes e docentes;	ETEVI/SUPERVISÃO PEDAGÓGICA	2016	2020	Ação Permanente Avançar na Formação com orientação da Supervisão Pedagógica

14) Qualificar o corpo discente	1) Ampliar as campanhas de conscientização sobre o trânsito, drogas, doenças, entre outras, visando despertar a consciência crítica, para que possa interferir na realidade social;	Projetos de extensão, Planos de Ensino e Atividades Complementares.	ETEVI/ PROEN/ PROAD Psicologia Escolar	2016	2020	2016: Formação Institucional - Seminário <i>Drogas na escola: aspectos de prevenção</i> ; 2017: Em fase de estudo.
	2) Garantir os conhecimentos científicos e tecnológicos, de forma interdisciplinar, com vistas ao prosseguimento de seus estudos;	Planos de Ensino e Atividades Complementares.	ETEVI/ PROEN/ Orientação Escolar/ Psicologia Escolar	2016	2020	2017: Participação em feiras e projetos de iniciação científica.
	3) Orientar e preparar o estudante para a dimensão social do trabalho e para a construção de competências que lhe permitam o seu ingresso e aprimoramento profissional.	Planos de Ensino, Atividades de orientação profissional e Atividades Complementares.	ETEVI/ PROEN/Orientação Escolar/ Psicologia Escolar	2016	2020	2017: Sendo discutida na Comissão de Integração ETEVI e GRADUAÇÃO.
15) Investir na infraestrutura do ensino médio	1) Viabilizar no campus 1, um espaço físico para ETEVI, que ofereça segurança e identidade ao Ensino Médio,	Materialização do Espaço.	ETEVI/ PROAD/ PROEN/Associação dos Pais e Professores (APP)	2017	2020	Em estudo. Avançar para a materialização do espaço físico.
	2) Centralizar a Direção, Secretaria, Administração Escolar e Equipe Pedagógica, Psicologia Escolar, sala dos Professores e Professor Multidisciplinar num	Materialização do Espaço.	ETEVI/ PROAD/ APP	2016	2020	Em estudo. Avançar para a materialização do espaço físico.

	único espaço, porém divididos por painéis de vidro que permitam privacidade e humanização do ambiente,					
16) Institucionalizar processo de avaliação das atividades de ensino médio e profissionalizante	1) Elaborar instrumento de Avaliação Institucional que atenda as dimensões pedagógicas e administrativas e permita avaliar a qualidade do ensino;	Instrumento de avaliação e seus resultados	ETEVI/PROEN	2016	2020	Não realizado. Buscar auxílio junto a PROEN para a elaboração do instrumento.
17) Viabilizar a qualificação profissional discente	1) Implantar cursos de qualificação profissional para os discentes em parceria com as unidades universitárias	Demanda Regional	ETEVI/PROEN/ Unidades Universitárias	2016	2020	Em estudo/discussão na Comissão de Integração ETEVI e GRADUAÇÃO.
18) Elevar o desempenho dos estudantes da ETEVI no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e Concursos Vestibulares	1) Qualificar as ações pedagógicas (instrumentos de avaliação e práticas pedagógicas, como simulados e revisas)	Desempenho no ENEM e Vestibulares	ETEVI/PROEN	2016	2020	Desenvolvidas ações de ensino como o Revisa, simulados e Gincanas do Conhecimento.
19) Ampliação da Educação Básica.	1) Oferta do Ensino Fundamental II	Pesquisa da demanda no município e região.	ETEVI/PROEN/ REITORIA/ PROAD	2016	2020	

Fonte: Organizado pela ETEVI e COPERA-PDI

3.1.5.2 Ensino de Graduação

As políticas que dão as diretrizes para os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) e garantem os princípios filosóficos e técnico-metodológicos são as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) de Cursos de Graduação e, internamente, o PPP da Graduação e a Resolução nº 201/2017. A referida Resolução instituiu Diretrizes Gerais e Curriculares Institucionais para os cursos de graduação da FURB, definindo normas de organização curricular para os mesmos, os quais são ofertados nos graus de bacharelado, licenciatura e Superior de Tecnologia.

Cabe considerar que o PPC é o documento norteador de um curso, que traduz as políticas institucionais, com base nas DCN e é composto, entre outros elementos, pelos conhecimentos e saberes necessários à formação das competências estabelecidas a partir do perfil do egresso; estrutura e conteúdo curricular; ementário; bibliografia básica e complementar; estratégias de ensino; docentes; recursos materiais; laboratórios e infraestrutura de apoio ao pleno funcionamento do curso. A elaboração do PPC segue os trâmites definidos em Instrução Normativa específicas, obedecendo as determinações da Resolução nº 201/2017.

Como citado anteriormente, os cursos de graduação deverão ser norteados pelos seguintes princípios e diretrizes:

Quadro 5: Princípios e Diretrizes do Ensino

Princípios	Diretrizes
I. Democracia e Direitos Humanos; II. Ética e Cidadania ambiental; III. Relações étnico-sociais; IV. A Formação Crítica;	I. Aprendizagem como foco do processo; II. Educação geral III. Flexibilização; IV. As tecnologias digitais; V. Internacionalização; VI. Indissociabilidade do Ensino, Pesquisa e Extensão.

Fonte: Organizado pela COPERA-PDI.

Os currículos dos cursos de graduação, atendendo aos princípios e diretrizes acima mencionados, à especificidade e às DCN de cada curso, poderão incluir componentes curriculares obrigatórios, eletivos e optativos, como:

- I. Disciplinas;
- II. Atividades Acadêmico-Científico-Culturais – AACCs;
- III. Estágios obrigatórios e não-obrigatórios;
- IV. Trabalhos de Conclusão de Curso – TCC;

- V. Trabalho de Curso – TC;
- VI. Estudos complementares; e
- VII. Atividades de extensão, entre outros.

Destaca-se que o componente curricular Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS), a partir da institucionalização da Resolução nº 201/2017, deverá ser ofertado por todos os cursos, sendo componente obrigatório nas licenciaturas, podendo figurar como optativo para os bacharelados e superior de tecnologia, exceto quando as DCN determinarem como obrigatório. Já o componente curricular Universidade, Ciência e Pesquisa, com 36 h/a, tornou-se obrigatória para todos os cursos de graduação, grau Bacharelado.

Os currículos dos cursos de graduação deverão ser organizados em espaços comuns e integrados de estudos, denominados eixos, visando superar a fragmentação e isolamento das áreas, dos sujeitos, dos componentes curriculares e dos espaços de ensino-aprendizagem. Neste sentido, poderão se estruturar da seguinte forma:

Quadro 6: Diretrizes Gerais e Curriculares Institucionais para os cursos de graduação da FURB

Resolução nº 201/2017			
Grau	Eixos	Carga horária mínima	Detalhamento
Bacharelado	Geral	216 h/a	Anexo I e II da Resolução nº 201/2017
	de Articulação	144 h/a	A articulação pode se dar nas formas estabelecidas pela Resolução nº 201/2017.
	Específico	Conforme previsto nas DCNs.	Poderá ser estruturada por módulos, projetos, disciplinas ou de forma híbrida.
Licenciatura	de Articulação	792 h/a	648 h/a em 09 disciplinas comuns a todos as licenciaturas; 144 h/a em disciplinas complementares
	Específico	Conforme previsto nas DCNs e na Resolução CNE específica	
	Complementar	252 h/a de AACC	
Superior de Tecnologia	Geral	Conforme requisitos legais	Anexo I da Resolução nº 201/2017;
	Específico	-	Poderá ser estruturada por módulos, projetos, disciplinas de forma não excludente.
	de Articulação (opcional)	-	A articulação pode se dar nas formas estabelecidas pela Resolução nº 201/2017.

Fonte: Organizado pela COPERA-PDI.

Na FURB, o ensino poderá ofertado nas modalidades presencial e à distância.

3.1.5.2.1 Ensino Presencial

De acordo com a Resolução nº 201/2017, o ensino presencial caracteriza-se pela frequência de, no mínimo, 75% das aulas, em ambiente físico onde estudantes e docentes desenvolvem atividades. Na Tabela 7 são apresentados os cursos de graduação ofertados pela FURB, número de vagas por curso e o respectivo turno de funcionamento:

Tabela 7 – Cursos de graduação ofertados pela FURB

Centro / Curso	Titulação	Vagas anuais	Turno
Centro de Ciências da Educação, Artes e Letras (CCEAL)			
Artes Visuais	Licenciatura	40	N
Dança ¹	Licenciatura	40	M
Educação Especial	Licenciatura	40	N
Letras – Português/ Espanhol	Licenciatura	50	N
Letras – Português/ Inglês	Licenciatura	80	N
Letras – Alemão	Licenciatura	40	N
Moda	Bacharelado	120	M/N
Música	Licenciatura	80	N
Pedagogia	Licenciatura	80	N
Teatro	Licenciatura	40	N
Centro de Ciências Exatas e Naturais (CEEN)			
Ciência da Computação	Bacharelado	160	M/N
Ciências Biológicas	Bacharelado	70	M/N
	Licenciatura	40	M/N
Matemática	Licenciatura	50	N
Química	Bacharelado	50	M/N
	Licenciatura	30	M/N
Sistemas de Informação	Bacharelado	80	N
Centro de Ciências Humanas e da Comunicação (CCHC)			
Ciências da Religião	Licenciatura	30	N
Ciências Sociais	Licenciatura	50	N
Publicidade e Propaganda	Bacharelado	100	M/N
História	Licenciatura	40	N
Jornalismo	Bacharelado	80	M/N
Serviço Social	Bacharelado	50	N
Centro de Ciências Jurídicas (CCJ)			
Direito	Bacharelado	350	M/N
Centro de Ciências da Saúde (CCS)			
Biomedicina	Bacharelado	120	N
Educação Física	Bacharelado	100	M/N
	Licenciatura	100	M/N
Enfermagem	Bacharelado	50	M/V
Farmácia	Bacharelado	50	SI
Fisioterapia	Bacharelado	80	M/N
Medicina	Bacharelado	90	I
Medicina Veterinária	Bacharelado	80	I
Nutrição	Bacharelado	80	M/N
Odontologia	Bacharelado	70	I

Centro / Curso	Titulação	Vagas anuais	Turno
Psicologia	Bacharelado	100	M/N
Centro de Ciências Sociais e Aplicadas (CCSA)			
Administração	Bacharelado	250	M/N
Ciências Contábeis	Bacharelado	100	N
Ciências Econômicas	Bacharelado	70	N
Secretariado Executivo	Bacharelado	40	N
Curso Superior de Tecnologia em Comércio Exterior	Tecnólogo	100	N
Curso Superior de Tecnologia em Marketing	Tecnólogo	80	N
Turismo	Bacharelado	40	N
	Bacharelado	30 (EaD) ²	-
Centro de Ciências Tecnológicas (CCT)			
Arquitetura e Urbanismo	Bacharelado	110	M
Design	Bacharelado	80	N
Engenharia de Alimentos	Bacharelado	60	M/N
Engenharia Civil	Bacharelado	180	M/V
Engenharia Mecânica	Bacharelado	100	M/N
Engenharia de Produção	Bacharelado	130	M/N
Engenharia de Telecomunicações	Bacharelado	40	M/N
Engenharia Elétrica	Bacharelado	140	M/N
Engenharia Florestal	Bacharelado	60	M/N
Engenharia Química	Bacharelado	150	M/N

Fonte: Resolução nº 064/2016, de 07 de Dezembro de 2016.

¹ A resolução 150/2017 aprovou a criação do curso de graduação em Dança (licenciatura)

² A partir de 2017/2 passou a ser ofertado o curso de Turismo na modalidade EaD, aprovado pela resolução 15/2015.

Legenda: M – Matutino V – Vespertino N – Noturno SI – Semi-integral I – Integral

Neste meio século de existência da FURB foram diplomados mais de 50.000 profissionais nas diversas áreas do conhecimento. As diferentes realidades de cada curso trouxeram experiências que se reverteram em informações e dados para subsidiar a revisão do PPP de Graduação, o qual orienta a elaboração dos PPC de graduação desde 2006.

As constantes modificações sociais, inovações tecnológicas e avanço do conhecimento colocam novos desafios para o ensino superior que chegam à Universidade tanto pelos campos de atuação profissional quanto pela legislação externa. É, portanto, impositivo discussões cíclicas acerca das concepções político-pedagógicas, orientações norteadoras dos projetos de curso da FURB.

3.1.5.2.2 Educação à Distância (EaD)

De acordo com a Resolução nº 201/2017, o ensino à distância caracteriza-se pela mediação didática-pedagógica com a utilização de tecnologias de informação e comunicação,

peçoal qualificado, políticas de acesso, material didático, acompanhamento e avaliação compatíveis, onde estudantes e docentes desenvolvem atividades em lugares e tempos diversos.

Em março de 2014, por meio da Portaria nº 450/2014, foi instituída a Comissão para Elaboração da Política de Educação a Distância da FURB. A referida comissão, em maio de 2014, concluiu a proposta da construção de políticas e práticas de EaD, em consonância com as diretrizes da Resolução nº 07/2010, de 26 de fevereiro de 2010 - que dispõe sobre a oferta de cursos a distância na FURB, incluindo as disciplinas com carga horária parcial ofertadas nesta modalidade; e baseou-se nas orientações dispostas no Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que regulamenta a oferta de EaD no Brasil. Este texto foi aprovado pelo CONSUNI por meio do Processo nº 07/2014.

Baseada em princípios de qualidade do ensino, a FURB pretende proporcionar, por meio da EaD, o acesso de novas demandas ao ensino de qualidade e à experiência adquirida ao longo de seus mais de 50 anos de existência, prevendo a integração da EaD com o ensino presencial. Considerando que o desenvolvimento tecnológico tem permitido criar estratégias pedagógicas diferenciadas, a FURB vem desenvolvendo atividades na modalidade semipresencial, oportunizando uma inovação como modalidade de ensino e aprendizagem em que o estudante e professor promovem o ensino superior direcionado à competência de gerar conhecimento. É por isso que a FURB concebe a EaD como uma modalidade de ensino na qual a mediação didático-pedagógica baseia-se no uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), o que amplia os tempos e espaços de ensinar e aprender.

O interesse pela EaD na FURB remonta a meados da década de 1990. A partir do ano de 2006 houve a introdução de 20% da carga horária de algumas disciplinas a distância e, posteriormente, com a introdução de algumas disciplinas de graduação inteiramente nesse formato. De forma conveniente, a FURB ofertou, nesse mesmo período, cursos de pós-graduação lato sensu inteiramente a distância. Atualmente, após passar por formação específica ofertada pela FURB e mediante o cumprimento de diretrizes institucionais, os docentes estão autorizados a cumprir parte da carga horária de disciplinas a distância. A FURB disponibiliza, também, uma complementação disciplinar em duas áreas: Metodologia da Pesquisa e Metodologia do Ensino Superior.

Os estudos serão realizados na modalidade à distância, contemplando atividades presenciais, sobretudo para fins de avaliação, e atividades a distância, conforme o Projeto Pedagógico do Curso, e expressas nos Planos de Ensino das disciplinas. Para tal, prevê-se o desenvolvimento de reflexões e ações sobre EaD na FURB que deverão, preferencialmente, ocorrer a partir das diretrizes:

- a) a produção de materiais didáticos deve contemplar os princípios da interatividade, produzidos por equipe multidisciplinar;
- b) para promover a interação entre estudantes e servidores docentes e técnico administrativos, serão constituídas salas de aula virtuais a partir do software específico. Essas salas virtuais estarão alocadas nesse sistema e distribuídas no AVA, gerenciado pela DME;
- c) a avaliação da aprendizagem deverá ser estabelecida no modelo pedagógico a ser construído pela Instituição para a EaD, promovendo o permanente acompanhamento dos estudantes, resguardando a prevalência das avaliações presenciais sobre as avaliações a distância;
- d) os processos de avaliação institucional serão executados em conformidade com o SINAES, em atuação desde 2004, que deverá observar as especificidades dessa modalidade de ensino em seus processos avaliativos;
- e) deve ser garantida a acessibilidade, na sede e nos polos de apoio presencial;
- f) as Políticas de Pessoal da Universidade deverão ser estendidas à equipe multidisciplinar envolvida na modalidade de EaD. Preferencialmente, far-se-á uso da equipe docente do quadro efetivo da FURB, que será preparada para atuação na modalidade pela DME.

O polo de apoio presencial, necessário para o desenvolvimento da EaD será, em um primeiro momento, na sede da Universidade. Posteriormente, a implantação de novos polos levará em consideração as demandas regionais com relação à localização geográfica dos estudantes e ao perfil profissiográfico em ascensão no mundo do trabalho, prevendo a articulação entre a Universidade e o mercado de trabalho. Pretende-se que sejam estabelecidos por meio de parcerias e convênios com outras IES e/ou secretarias municipais de educação.

Partindo dessas diretrizes, articuladas com o cumprimento das orientações estabelecidas no Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, Resolução CNE nº 01, de 02 de fevereiro de 2016, e nos Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância - 2007, a FURB pretende ampliar o seu rol de ações na modalidade de EaD, oportunizando o acesso à educação por meio de um modelo pedagógico consolidado e de qualidade.

Neste ínterim, a Resolução nº 015/2015 aprovou a criação do curso de Bacharelado em Turismo, vinculado ao Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA), para oferta na

modalidade EaD. O processo de Autorização de Curso, conduzido pelo MEC, atribuiu conceito 5 a este curso e o processo de Credenciamento Institucional para Oferta de Ensino Superior na Modalidade a Distância atribuiu à instituição também conceito 5. Em 16/02/2017 foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria MEC nº 261, a qual credencia a FURB para ofertar cursos superiores na modalidade EaD. Assim, no segundo semestre de 2017, a FURB passou a ofertar o curso de Turismo na modalidade EaD.

3.1.5.2.3 Avaliação Discente

Partindo do pressuposto que o ensino-aprendizagem é um processo de construção e reconstrução do conhecimento, e que essa ação interfere diretamente na formação do sujeito, a avaliação da aprendizagem discente necessita estar articulada aos objetivos educacionais, pois é por meio de instrumentos avaliativos que professores e estudantes podem coletar dados sobre o alcance desses objetivos. “A avaliação da aprendizagem deve ir além da medida e da classificação, resultado da ação unilateral de docente para discente, ou seja, deve acompanhar e regular as atividades de ensino e aprendizagem como elemento de constante reflexão e tomada de decisões sobre a organização do trabalho docente, assumindo um caráter formativo.” (HADJI, 2001).

A Resolução nº 129/2001, que homologa o Regimento Geral da Universidade, trata, na seção IX, da Avaliação do Processo Ensino/Aprendizagem. O artigo 62 determina que “A avaliação do processo ensino/aprendizagem, nos cursos de graduação, tem por finalidade acompanhar o progresso do acadêmico no domínio das competências exigidas para o curso que está realizando, conforme projeto político pedagógico, tendo em vista a adequada formação científica e profissional, a promoção por semestre”, que compreende a apuração da frequência e a verificação da aprendizagem. Neste sentido:

- I. A frequência mínima exigida, para fins de aprovação, é de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total da disciplina em que o discente estiver matriculado, cabendo ao professor o controle da presença do acadêmico, vedado o abono de faltas, ressalvadas as determinações legais;
- II. A verificação da aprendizagem do discente será de responsabilidade do professor da disciplina e incidirá sobre todas as atividades curriculares, compreendendo instrumentos como provas orais, escritas e práticas, exercícios de aplicação,

pesquisas, trabalhos práticos, saídas a campo, projetos, estágios e outros procedimentos definidos pelo Colegiado do Curso.

- III. A avaliação do processo ensino/aprendizagem deverá se constituir de um processo contínuo e cumulativo, observados os aspectos qualitativos e quantitativos.

A Resolução estabelece que o rendimento escolar do discente será expresso numa escala de notas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), com uma casa decimal e que seu registro será feito no Diário de Classe, a ser entregue ao final de cada semestre. Esta nota deverá resultar do processo de verificação de, no mínimo, 3 (três) notas parciais. No caso das disciplinas de estágio supervisionado e outras que abranjam atividades de conclusão de curso e projetos, a avaliação do discente será verificada de acordo com os respectivos regulamentos e/ou manuais, aprovados pelo CEPE, observada a nota mínima de aprovação, prevista neste Regimento. A média final para aprovação na disciplina, após as verificações, deverá ser igual ou superior a 6,0 (seis). O aluno que não alcançar essa média final estará automaticamente reprovado.

Ainda, outros critérios e formas de avaliação poderão ser propostos pelos respectivos colegiados em seus planos político-pedagógicos, mediante aprovação pelo CEPE. Faltando a qualquer atividade prevista neste Regimento, o discente poderá requerer nova oportunidade, em primeira instância, ao professor da disciplina, no prazo de 5 (cinco) dias e, em segunda instância, ao Colegiado de Curso, mediante expressa justificativa fundamentada. Nos demais cursos previstos neste Regimento, aplicam-se, na espécie, as normas constantes dos respectivos projetos ou programas.

A partir da concepção de avaliação educacional que orienta os processos de ensinar e aprender, os cursos explicitam em seus PPC os procedimentos e critérios de avaliação que melhor possibilitem visualizar o alcance dos objetivos educacionais almejados no perfil de formação do acadêmico. Esses procedimentos e critérios devem ter como base os objetivos do curso, o perfil profissiográfico desejado, as competências e habilidades definidas pelas DCN e os princípios de formação apontados no PPI.

Considerando que a aprendizagem acontece em contexto, na interação professor-estudante e estudante-estudante, propõe-se a adoção de formas diferenciadas de avaliação, contemplando instrumentos individuais, coletivos (em grupo) e autoavaliação, com o intuito de possibilitar diferentes leituras sobre as aprendizagens alcançadas. Nesse sentido, no plano de ensino-aprendizagem, o docente deve prever no mínimo três instrumentos de avaliação, contemplando as orientações institucionais e os procedimentos e critérios de avaliação adotados no PPC.

Os instrumentos de avaliação, com seus respectivos critérios avaliativos bem definidos e explícitos, devem ser trabalhados no sentido de propiciarem a professores e acadêmicos retorno quanto ao alcance dos objetivos educacionais propostos no plano de ensino. Ao ser aplicado o instrumento de avaliação, cabe ao professor, após sua correção e análise, fazer o retorno ao estudante, apontando êxitos e fragilidades demonstrados pelos resultados. O retorno deve possibilitar ao acadêmico a reelaboração da atividade avaliativa realizada, uma vez que a função da avaliação é regular o processo de ensino-aprendizagem, promovendo o replanejamento das metodologias de ensino, bem como as estratégias de estudo. Nesse sentido, o prazo de retorno dos instrumentos de avaliação deve ser adequado à reelaboração das ações de ensino-aprendizagem, respeitando as características e o tempo de cada disciplina, devendo ser estabelecido nos PPC.

Caso haja problemas nos procedimentos de correção, os acadêmicos têm o direito de recorrer ao docente, ao Colegiado de Curso, ao Conselho de Centro e ao CEPE.

3.1.5.2.4 Desenvolvimento da Graduação

As propostas de desenvolvimento para a área de graduação no período de vigência deste PDI estão evidenciadas a seguir, tomando por base os pontos fortes e as fragilidades identificadas no Relatório de Autoavaliação Institucional da CPA, bem como as rupturas identificadas no Planejamento da Reitoria.

Destaca-se, para o período de vigência deste PDI, a intenção da Universidade de institucionalizar o novo projeto pedagógico para a graduação, haja vista as discussões que vem ocorrendo no âmbito institucional desde 2013. O PPI deverá substituir as normas do atual PPP da Graduação que data 2003. Da mesma forma, a Universidade precisa institucionalizar o Projeto Pedagógico dos Cursos Sequenciais (PPCS) e o Projeto Pedagógico dos Cursos Superiores de Tecnologia (PPCST), medidas recomendadas pela CPA.

A FURB iniciou a oferta de cursos de graduação na modalidade Educação a Distância (EaD), utilizando-se do credenciamento que a Universidade obteve junto ao MEC. Por meio do fortalecimento do ensino nessa modalidade educacional, pretende-se buscar elementos que permitam o avanço em projetos de inovação educacional, acompanhando o desenvolvimento de novas tecnologias educacionais disponíveis no mercado e verificando a possibilidade de sua utilização na realidade local. Assim, a Instituição estabelece como meta principal na EaD, para o período de vigência deste documento de orientação, organizar ações que permitam à

Universidade fazer uso das experiências prévias já mencionadas para investir no desenvolvimento de cursos de licenciatura, bacharelados, graduação tecnológica, pós-graduação e extensão nessa modalidade.

Quadro 7: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas à Graduação, cursos sequenciais e tecnólogos

Objetivo 5 – Consolidar as políticas para o ensino nos cursos de graduação, sequenciais e superior de tecnologia.						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/ Comentários
				Início	Fim	
20) Revisar o Projeto Pedagógico Institucional (PPI).	1) Revisar/ atualizar/criar novos Projetos Pedagógicos Institucionais (bacharelados, licenciaturas, Superiores de Tecnologia).	Propostas aprovadas no CONSUNI	PROEN	2016	2018	A Resolução nº 201/2017 Instituiu as diretrizes gerais e curriculares Institucionais para os cursos de graduação da FURB.
	2) Criar os PPC ofertados na modalidade sequencial;	PPC aprovado no CEPE	PROEN	2017	2018	Não iniciada.
	3) Instituir fórum permanente sobre a Política das Licenciaturas;	Fórum instituído	PROEN	2016	2020	A ser instituída a partir do grupo gestor da PROEN – Resolução nº 201/2017.
	4) Instituir fórum permanente sobre a Política dos Bacharelados.	Fórum instituído	PROEN	2016	2020	
	5) Curricularizar a Extensão nos PPC.	PPC aprovado no CEPE	PROEN/DPE/DAEX	2017	2020	Grupo de Trabalho foi instituído.
	6) Revisar a Política das AACC.	Política aprovada	PROEN/DPE	2018	2019	
21) Institucionalizar a oferta de disciplinas semipresenciais.	1) Definir os critérios envolvidos na oferta das disciplinas semipresenciais;	Manual aprovado CEPE	PROEN/DPE/DME	2016	2018	Em elaboração.
	2) Elaborar e aprovar manual para oferta das disciplinas semipresenciais;		PROEN/DPE/DME	2016	2018	Em elaboração.
22) Qualificar o processo de elaboração e atualização dos PPCs.	1) Definir o processo de elaboração de PPC (licenciaturas, superior de tecnologia, bacharelados);	Processo aprovado CEPE	PROEN	2016	2018	Instrução Normativa 01/2017/PROEN

	2) Definir o fluxo (tramitação eletrônica) dos PPCs.		PROEN	2016	2018	
23) Institucionalizar as diretrizes de desenvolvimento e uso das metodologias e tecnologias digitais de ensino-aprendizagem.	1) Definir diretrizes de Apoio ao uso de TDIC no Ensino (presencial);	Diretrizes aprovadas CEPE	PROEN/DME	2016	2018	Em estudo. Com a aquisição do Office 365 e com a implementação do novo AVA será possível desenhar ações institucionalizadas que mobilizem os professores no uso de TICs em suas práticas pedagógicas.
	2) Implementar as diretrizes de Apoio para Uso de TDIC no Ensino (presencial);		PROEN/DME	2016	2018	Em estudo.
	3) Capacitar, por meio de formação institucional, docentes, servidores e assessores pedagógicos para o uso de novas ferramentas (TDIC);	Número de participantes nas formações.	DME / PROEN	2016	2020	Durante o ano de 2017 foram ofertados diversos cursos e capacitações na área das TDIC. Cerca de 442 profissionais foram capacitados.
	4) Criar fórum para debate a respeito de novas tecnologias de ensino-aprendizagem;	Número de participantes no Fórum	DME e PROEN	2016	2017	Fórum não criado.
	5) Qualificar o Ambiente Virtual de Aprendizagem.	Ambiente virtual qualificado	DTI/ DME e PROEN	2016	2018	DTI: novo ambiente de aprendizagem entregue à comunidade acadêmica em jan./2018. Devem iniciar trabalhos de divulgação, com apoio da CCM e de incentivo à migração do material, coordenados pela PROEN.
24) Ampliar a apropriação dos PPC por parte dos professores e dos discentes.	1) Disponibilizar todos os projetos pedagógicos dos cursos no site da FURB;	PPC disponibilizados	PROEN	2016	2017	Os PPCs foram inseridos no website da FURB. Para acessar, basta escolher o curso que deseja e, no menu, escolher o link currículo.
	2) Promover a discussão dos PPC na formação institucional;	Nº de professores participantes	PROEN	2016	2018	Vem ocorrendo a discussão dos PPC na formação institucional.
	3) Criar mecanismos que permitam uma participação mais significativa (dos estudantes) tanto na	Nº de discentes participando nos colegiados e NDEs	PROEN	2016	2020	Conforme a Resolução nº 73/2010, o NDE não tem na sua composição discentes. Nos colegiados o número de discentes é calculado conforme regimento da FURB.

	elaboração, quanto na adequação e revisão do PPC.					
25) Institucionalizar a Política de Articulação dos Temas Transversais (PATT).	1) Inserir os temas transversais nos PPC;	Resolução de Temas Transversais aprovada no CEPE	PROEN	2016	2017	Foram criados Núcleos de Estudos relacionados com a Resolução 32/2017 - PATT, a saber: Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB), Núcleo de Estudos de Religiosidade e Interculturalidade (NERI), Núcleo de Estudos da Diversidade de Gênero e Sexualidade (Vozes Livres), Núcleo de Estudos de Ambiente, Sociedade e Sustentabilidade (NEASS), Núcleo de Estudos Indígenas (NEI). A Educação Inclusiva não foi incluído na resolução da PATT por ter resolução específica, ver discussão recente no CONSUNI).
	2) Garantir o desenvolvimento de projetos e ações institucionais que envolvam os temas transversais;		PROEN	2016	2020	
26) Criar um mecanismo de gestão da legislação e normas educacionais.	1) Criar um sistema eletrônico de normas e legislação educacionais internas e externas;	Sistema instituído	PROEN	2016	2017	Em estudo.
	2) Capacitar servidores para acompanhar diariamente as legislações externas e internas.		PROEN	2017	2018	Em estudo.
Objetivo 6 – Qualificação das atividades acadêmicas						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/ Comentários
				Início	Fim	
27) Implementar o Projeto IGC nota 4 (Índice Geral de Cursos)	1) Analisar o último Relatório de Autoavaliação Institucional e implementar as recomendações da CPA;	Projeto instituído	PROEN	2016	2018	Em análise. Aguardando o Relatório 2015-2017.
	2) Acompanhar a visita <i>in loco</i> de comissões externas de avaliadores (graduação e pós-graduação), observando (síntese por escrito) os pontos fracos e fortes detectados.		PROEN	2016	2020	Em execução. (Permanente).

	3) Auditar os PPC dos cursos, tendo como referência a Política de Ensino e o ciclo do SINAES (considerar os aspectos regulamentares de estágios e Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), objetivos do curso, ementas, DCN, reconhecimentos e renovação de reconhecimentos);		PROEN	2016	2020	Em execução. (Permanente).
	4) Acompanhar a revisão periódica e reestruturação didático-pedagógica dos cursos;		PROEN	2016	2020	Em execução. (Permanente).
	5) Simular a avaliação externa dos cursos de graduação, para identificar possíveis fragilidades e realizar suas adequações;		PROEN	2016	2020	Em execução experimental.
	6) Definir estratégias administrativas e pedagógicas, tendo como meta a média 4 (mínimo).		PROEN	2016	2020	Em estudo.
28) Construir organizações curriculares inovadoras.	1) Criar um GT com assessores, professores e coordenadores para discutir currículos inovadores;	GT instituído	PROEN	2016	2017	Não realizado.
	2) Fomentar projetos de ensino inovadores por meio da construção de diretrizes para o desenvolvimento de projetos de ensino.	Lançamento de Edital experimental de projetos de ensino	PROEN	2017	2017	Em estudo.
		Editais anuais de projetos de ensino		2017	2020	Em estudo.

	3) Ampliar os processos de flexibilidade curricular;	Flexibilidade curricular instituída	PROEN	2016	2018	Em estudo.
	4) Possibilitar aos discentes a integralização, em seu currículo, de disciplinas de livre escolha de qualquer curso da FURB.		PROEN	2016	2018	Em estudo.
	5) Ampliar a oferta de até 20% da carga horária dos cursos de graduação na modalidade EaD.	PPC aprovado	PROEN	2017	2020	Em estudo.
29) Qualificação do corpo docente	1) Criar mecanismos para ampliar e incentivar a participação dos professores em formações institucionais voltadas aos processos de ensino e aprendizagem.	Oferta de Formações institucionais	PROEN /DGDP	2016	2020	2016 e 2017: Ofertadas diversas formações voltadas para os processos de ensino e aprendizagem. Tais como: Plano Nacional da Educação e políticas Institucionais – materialização das metas para o Ensino Superior; Oficina Indicadores de Qualidade da Educação Superior – Contribuições do ENADE aos cursos da FURB; Oficina uso de Tecnologias Digitais no processo de Ensino Aprendizagem; entre outras. 2017 e 2018: diversas formações realizadas ofertadas aos docentes sobre as ferramentas do Office 365;
		Número de professores participantes	PROEN/DGDP	2016	2020	
	2) Construir um projeto de formação docente, em conjunto com a DGDP, de participação obrigatória, voltado especificamente para professores ingressantes, professores em estágio probatório e professores com avaliações abaixo da média.	Proposta aprovada por meio de resolução específica.	PROEN/DGDP	2017	2017	Em estudo. Reuniões foram realizadas ao longo de 2017 entre assessoras pedagógicas, DGDP e Pró-reitora.
	3) Implementação do projeto de formação obrigatória para professores ingressantes, professores em estágio probatório e professores com		PROEN/DGDP	2017	2020	Em estudo. Reuniões foram realizadas ao longo de 2017 entre assessoras pedagógicas, DGDP e Pró-reitora

	avaliações negativas e/ou com problemas na condução de suas atividades em sala de aula detectados pela coordenação do curso.					
	4) Instituir grupo de pesquisa/estudo capaz de realizar levantamentos permanentes sobre a formação docente na Universidade.	Grupo Instituído	PROEN/DGDP	2017	2017	Em estudo. Reuniões foram realizadas ao longo de 2017 entre assessoras pedagógicas, DGDP e Pró-reitora.
		Análises realizadas	PROEN/DGDP	2017	2020	Em estudo. Reuniões foram realizadas ao longo de 2017 entre assessoras pedagógicas, DGDP e Pró-reitora.
30) Ampliar e qualificar os grupos dos Programas de Educação Tutorial (PET)	1) Ampliar o número de PET na FURB, conforme editais do MEC.	Número de programas PET.	PROEN	2016	2020	FURB mantém o PET-Biologia. MEC não lança Edital para PET desde 2010.
Objetivo 7 – Consolidar a assessoria pedagógica e técnica para as unidades universitárias e CAE/ Atendimento Educacional Especializado (AEE)						
31) Consolidar o trabalho de assessoria pedagógica e técnica para as unidades, a CAE e para o AEE	1) Garantir assessoria pedagógica para todas as unidades e CAE/AEE.	Assessoria pedagógica e técnica institucionalizada	PROEN	2016	2018	2017: As Unidades Universitárias contaram com assessoria pedagógica. Por sua vez, a CAE não teve assessor pedagógico.
	2) Definir, considerando as normas da FURB, as atividades específicas do trabalho de assessoria pedagógica.		PROEN	2016	2018	Realizado, necessário adequação.
	3) Divulgar para as direções das unidades, das coordenações de cursos e para as presidências dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDE) as funções legais do assessor pedagógico.		PROEN	2016	2020	Realizado, necessário adequação.
	4) Consolidar por meio de concurso público o cargo de assessoria pedagógica nas		PROEN	2017	2018	Realizado, necessário adequação.

	unidades universitárias e/ou PROEN.					
Objetivo 8 – Expansão acadêmica qualificada da FURB						
32) Expandir por meio de novos cursos de graduação presenciais (tecnólogo, licenciaturas e bacharelados), tanto presenciais quanto na modalidade EaD .	1) Utilizar a pesquisa realizada pelo Departamento de Matemática em 2016 para propor áreas de expansão;	Expansão definida	PROEN/ Unidades Universitárias	2016	2016	A pesquisa serviu de referência para a proposição de alguns cursos novos.
	2) Tramitar proposta de curso (presencial): Geografia;	Curso aprovado	Comissões específicas/DPE/ PROEN	2016	2017	O curso de Geografia passou a ser ofertado em 2017.
	3) Tramitar proposta de curso (presencial): Dança;					A Resolução nº 150/2017 aprovou a criação do Curso de Graduação (Licenciatura) em Dança. O mesmo passou a ser ofertado em 2017.
	4) Tramitar proposta de curso (presencial): Engenharia Agrônômica.					O PPC de Engenharia Agrônômica foi concluído em 2017 e irá tramitar em 2018.
	5) Tramitar propostas de cursos Superior de Tecnologia em: Estética (presencial), Gestão em Saúde Pública (presencial), Informática (presencial), Gestão Comercial (presencial e EaD), Processos Gerenciais (presencial e EaD), Gestão Financeira (presencial e EaD), Gestão de Qualidade (presencial e EaD), Gestão de Cooperativas (presencial e EaD), Logística (presencial e EaD), Gestão Pública (presencial e EaD), Recursos Humanos (presencial e EaD), Processos Industriais (presencial e EaD).	Curso aprovado	Comissões específicas/ PROEN	2016	2017	Em estudo nas Unidades Universitárias. As comissões, já instituídas por meio de Portaria, estão trabalhando na proposição dos PPC.

	6) Tramitar proposta dos cursos na modalidade EaD: SEB, Ciências da Religião, Letras – Alemão; Educação Especial (segunda licenciatura).	Curso aprovado	Comissões específicas/ PROEN/DME	2017	2020	Em estudo.
	7) Elaborar projetos de oferta de cursos de especialização e de curta duração à distância.	Número de Projetos aprovados	PROEN/DME	2017	2020	Em estudo.
	8) Realizar fóruns presenciais e virtuais (Fórum PDI) sobre estratégias para a temática EaD e semipresencial;	Fóruns realizados	COPERA-PDI/ PROEN/DPE/ DME	2017	2018	2018: Iniciado o processo.

Fonte: Organizado pela COPERA-PDI

3.1.5.2.5 Política Para a Formação de Professores da Educação Básica¹⁸

A Política *Para a Formação de Professores da Educação Básica da FURB*, a ser elaborada pela Instituição deverá considerar que a Instituição assume um importante papel regional no que se refere à formação inicial e continuada de professores para a Educação Básica. Em sua trajetória histórica de mais de 50 anos de existência, buscou construir bases sólidas com relação aos compromissos pedagógicos, científicos, culturais e sociais no que tange à formação de professores.

Para além dos esforços empreendidos com a formação de qualidade por meio do ensino, pesquisa, extensão e cultura aos diversos cursos de licenciatura, pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* que oferece, a Universidade vem desenvolvendo um papel ativo nas políticas nacionais, estaduais e regionais direcionadas à formação de professores. Tem participado ativamente das discussões na CONAE e contribuído com a elaboração dos Planos Nacional, Estadual e Municipal de Educação e da Proposta Curricular de Santa Catarina, bem como nas discussões da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Tem assento no Conselho Municipal de Educação; Fórum Municipal de Educação; Fórum Estadual das Licenciaturas; Conselho Interestadual de Educação Ambiental de SC; Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência; Núcleo de Educação e Desenvolvimento profissional da ACIB, dentre outros.

É intenção da Instituição, participar dos novos programas/projetos implementados pelo MEC, como o PROFIC para formação de licenciados em formação de 2ª licenciatura; Complementação pedagógica para os professores não licenciados, Residência Pedagógica dentre outros, bem como contribuir com as Secretarias Municipal e Estadual de Educação na elaboração da Políticas Municipais e Estadual de Formação Inicial e Continuada de Professores e a Políticas Municipais e Estadual de Ensino Médio, dentre outros.

A integração da FURB com as redes de Educação Básica e seus diferentes contextos e espaços educativos é pressuposto fundamental para efetivação de um currículo de formação inicial e continuada de professores condizente com o mundo do trabalho, visando uma maior articulação contextualizada entre a formação acadêmica e o exercício profissional. Há uma grande parceria entre a Universidade e Redes de Ensino Municipais e Estaduais de Educação na realização dos Estágios Supervisionados das diferentes licenciaturas. Vários programas e projetos de pesquisa e extensão são desenvolvidos de forma colaborativa. Entre eles podemos

¹⁸ Texto inserido com a aprovação do Parecer 024/2017, Processo 023/2017/CONSUNI, em 16/11/2017.

mencionar: Programa de Formação continuada para Profissionais da Educação Básica; PIBID; PARFOR; FUMDES; PRODOCÊNCIA, PROESDE - Licenciaturas; Idiomas sem Fronteiras (IsF); Espaço de formação e experimentação (EFEx¹⁹) para professores em inovação e tecnologias educacionais, dentre outros. Destaca-se também a participação ativa dos docentes da FURB em atividades de formação continuada para professores da Educação Básica, bem como exercendo atividades de palestras em congressos, seminários e produção escrita e conceitual de Propostas Curriculares para os municípios e rede estadual. O conjunto dessas atividades e ações, estabelece uma estreita articulação entre a Universidade e a Educação Básica, cumprindo a função social de ambas, com a formação de profissionais da Educação.

A FURB tem como premissa à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Tem subsidiado com recursos internos e externos várias atividades de pesquisa e extensão por meio de editais próprios de iniciação à pesquisa e de extensão estendido a todos os licenciandos. Possui um Núcleo Comum das Licenciaturas e promove periodicamente eventos acadêmicos, científicos e culturais como: Seminário Integrado das Licenciaturas, PIBID, PARFOR e PROESDE; MIPE; a curricularização da pesquisa e, mais recente, da extensão. São movimentos importantes e que ganham cada vez mais espaço nas reestruturações dos Projetos Pedagógicos dos diferentes Cursos de graduação, bem como um forte incentivo aos processos de internacionalização.

Destaca-se também a integração entre graduação e pós-graduação, integrando professores da Universidade, professores da Educação Básica e licenciandos nos Grupos de Pesquisa vinculados aos Programas de Pós-Graduação da Universidade. São promovidos periodicamente também seminários, “Universidade Aberta” e palestras, vinculados principalmente ao PPGE, PPGCIM, PPGDR e aos Núcleos de Estudos, envolvendo discussões pertinentes à formação de professores para a Educação Básica.

A Resolução nº 078/2014, de 15 de dezembro de 2014, determinou, em seu artigo 1º, a concessão de, “a partir do semestre 2015/1, benefício, na forma de bolsa de estudo, **de abatimento de 40%** (quarenta por cento) sobre o número de créditos financeiros da matriz curricular plena, excluídos todo e qualquer valor agregado à mensalidade, **para os cursos de licenciatura** e Serviço Social da FURB”. No Quadro 8 apresenta-se o número de estudantes beneficiados:

¹⁹ A Resolução nº 144/2017 aprovou a criação do Espaço de Formação e Experimentação em Tecnologias (EFEx), em parceria com a Secretária de Educação do Estado de SC (SED) e Centro de Inovação da Educação Brasileira (CIEB).

Quadro 8: Número de Estudantes beneficiados com bolsa de estudo (abatimento de 40%) para os cursos de licenciatura e Serviço Social da FURB

Número de Estudantes beneficiados	ANO/SEMESTRE					
	2015/1	2015/2	2016/1	2016/2	2017/1	2017/2
	948	819	1.091	1.008	950	867

Fonte: Sistema de Registros Acadêmicos

3.1.5.2.6 Desenvolvimento da Política para a formação de professores da Educação Básica

As propostas de desenvolvimento da Política para a formação de professores da Educação Básica, no período de vigência deste PDI, estão evidenciadas a seguir e tomam por base o planejamento institucional de 2016.

Quadro 9: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas à Formação de Professores da Educação Básica.

Objetivo 9 - Institucionalizar a Política para a Formação de Professores da Educação Básica no âmbito da FURB.						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/Comentários
				Início	Fim	
33) Elaborar e aprovar a Política para a Formação de Professores da Educação Básica.	1) Instituir uma Comissão responsável pela elaboração da Política para a Formação de Professores da Educação Básica envolvendo comunidade interna e externa.	Comissão Nomeada	Reitoria	Novembro 2017	Julho 2018	Comissão instituída por meio de Portaria com integrantes das Redes Municipal e Estadual de Educação, representantes do PIBID, PARFOR, Residência Pedagógica, Programas de Pós-Graduação em Educação; Extensão, coordenações de curso, etc.
	2) Aprovar a política no Conselho Universitário.	Resolução aprovada	Comissão Nomeada/ Reitoria	Agosto 2018	Agosto 2018	-
	3) Incluir metas e ações nos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) da graduação e pós-graduação, visando a operacionalização desta Política.	PPC atualizados	PROEN	Agosto 2018	2020	Já estamos contemplando nos novos PPCs ações que integram essa política como: formação continuada; PIBID, PARFOR, Residência Pedagógica etc.

Fonte: Organizado pelo CCEAL e COPERA-PDI.

3.1.6 Política de Extensão

Na FURB, a Extensão fundamenta-se no princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, e realiza-se orientada para o favorecimento das condições de produção do conhecimento e a formação de profissionais capazes de atuação academicamente inovadora e socialmente comprometida com a melhoria das condições de vida em sociedade. A Resolução nº 024/2004, de 21 de março de 2004, institui e regulamenta a Política de Extensão, a qual é regida pelos seguintes princípios:

- I. gestão democrático-participativa;
- II. desenvolvimento do ser humano na sua integralidade e diversidade, respeitado o meio ambiente;
- III. valoração dos direitos fundamentais e dos direitos humanos;
- IV. produção e/ou socialização do conhecimento;
- V. ética e justiça na relação universidade-sociedade-ambiente, considerando os interesses de humanos e não humanos;
- VI. interdisciplinaridade nas ações de extensão universitária;
- VII. indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão;
- VIII. regionalidade nas ações;
- IX. caráter público na condução das ações da extensão.

A Política de Extensão tem os seguintes objetivos:

- I. promover a interação transformadora entre Universidade, a sociedade e o ambiente;
- II. contribuir para o desenvolvimento sustentável;
- III. incentivar a expressão da diversidade cultural, artística, científica, tecnológica, desportiva e filosófica;
- IV. estimular e promover o respeito trans e multicultural;
- V. contribuir na formação acadêmica, fomentando a inserção de atividades de extensão, nas matrizes curriculares, podendo ser articulada com pesquisas;
- VI. consolidar as ações de extensão, a partir da perspectiva ética;

A FURB concebe e organiza seu processo de extensão em convergência às previsões da Política Nacional de Extensão. Deste modo, na FURB a extensão é compreendida e praticada

como um “[...] processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre Universidade e Sociedade”.

Partindo da determinação legal impressa na Constituição de 1988, a FURB considera a Extensão como possibilidade de uma prática integradora entre o conhecimento-modo de fazer acadêmico e o conhecimento-modo de fazer da sociedade em geral.

Na FURB, a prática da extensão é desenvolvida sob a perspectiva integradora e se materializa por meio de ações de planejamento e execução de atividades por meio de Programas Permanentes, Projetos, atividades diversas propostas pela comunidade acadêmica e não acadêmica, consideradas as Áreas Temáticas assinaladas nas diretrizes da Política Nacional de Extensão, a saber:

- I. Comunicação
- II. Cultura;
- III. Direitos Humanos e Justiça;
- IV. Educação;
- V. Meio Ambiente;
- VI. Saúde;
- VII. Tecnologia e Produção;
- VIII. Trabalho.

3.1.6.1 Empresas Juniores

A Resolução nº 056/2016, de 27/10/2016, regulamentou a criação, o reconhecimento e o funcionamento das empresas juniores no âmbito da FURB. A empresa júnior constitui-se em uma associação civil, sem fins lucrativos, com finalidade educacional, constituída e gerida por estudantes de graduação com o propósito de realizar projetos e serviços que contribuam para o desenvolvimento acadêmico-profissional dos associados, capacitando-os para o mercado de trabalho. As atividades desenvolvidas pela empresa júnior serão inseridas no conteúdo acadêmico e serão consideradas como ações de extensão, para fins de flexibilização curricular.

Os fins da empresa júnior são educacionais e não lucrativos e deverão contemplar as seguintes finalidades:

- I. aperfeiçoar o processo de formação acadêmica por meio da experiência profissional e empresarial, ainda em ambiente acadêmico;

- II. Incentivar e estimular o empreendedorismo e promover o desenvolvimento técnico, acadêmico, pessoal e profissional de seus membros associados;
- III. Melhorar as condições de aprendizado em nível superior, aplicando os conhecimentos teóricos à prática por meio de atividades de extensão;
- IV. Proporcionar aos estudantes a preparação e valorização profissional por meio da adequada assistência de professores;
- V. Intensificar o relacionamento da FURB e a sociedade visando o desenvolvimento social e econômico.

O processo de criação de uma empresa júnior deverá ser submetido à aprovação do Colegiado do Curso ao qual se encontram vinculados os estudantes e ao CONSUNI.

3.1.6.2 Ligas Acadêmicas

A Resolução nº 54/2011, de 27 de outubro de 2011, normatiza o funcionamento das Ligas Acadêmicas no âmbito da FURB. De acordo com esta normativa, entende-se por Liga Acadêmica “a organização estudantil, sem fins lucrativos, voltada ao aprofundamento de uma área do conhecimento convergente a um ou mais cursos de graduação, organizada pelo corpo discente, sob a orientação de um ou mais docentes.”. Dentre os objetivos da Liga Acadêmica estão efetuar atividades de ensino, pesquisa ou extensão extracurriculares, bem como a integração do corpo discente.

Convém destacar que as atividades realizadas pela Liga Acadêmica não se caracterizam como atividade trabalhista vinculada à FURB. O docente orientador de Liga Acadêmica deverá assinar termo de adesão ao serviço voluntário, que será anexado ao processo de credenciamento da Liga, conforme prevê a Lei Federal nº 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, e a Resolução FURB nº 27/2010, de 25 de maio de 2010. A Liga Acadêmica que exercer atividades na FURB deve ter seu projeto de criação credenciado junto à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura (PROPEX). As atividades desenvolvidas pela Liga Acadêmica poderão ser validadas como Atividades Acadêmico-Científico-Culturais – AACCs, de acordo com o PPC, desde que observada a Resolução FURB nº 82/2004, de 7 de dezembro de 2004.

3.1.6.3 Desenvolvimento da Extensão

As propostas de desenvolvimento para a área de extensão no período de vigência deste PDI estão evidenciadas a seguir e tomam por base o processo avaliativo presente no Relatório de Autoavaliação Institucional da CPA, bem o planejamento institucional de 2016.

O fortalecimento da integração com a comunidade da região, com a formulação e execução de políticas públicas e adequações institucionais decorrentes deste processo de integração, constitui o horizonte institucional pelo qual a FURB pretende realizar suas ações de extensão.

Cabe à PROPEX fomentar, acompanhar, avaliar, articular, divulgar e, quando necessário, coordenar as ações extensão da FURB. Cabe à ela, também, representar a FURB no diálogo com os organismos públicos e privados, organizações não-governamentais e da sociedade civil, para a consecução dos objetivos de extensão presentes neste PDI.

Quadro 10: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas à Extensão

Objetivo 10 – Consolidar a efetividade das ações de extensão da FURB, na perspectiva da integração universidade-sociedade, por meio do aprimoramento na proposição e execução das políticas públicas.						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/ Comentários
				Início	Fim	
34) Revisar a Política de Extensão	1) Revisar a Política de Extensão	Resolução aprovada	DAEX/ PROPEX	2017	2017	A minuta de Resolução foi entregue à Reitoria.
35) Ampliar a abrangência e efetividade das ações de extensão.	1) Capacitar e estimular coordenadores dos programas/projetos de extensão a captarem recursos externos;	Capacitações Realizadas	DAEX/ PROPEX	2016	2020	Continuar conscientização / capacitação.
		Recursos externos captados				Editais 2016 e 2017 estimularam a participação de STA como proponentes. Manter nos editais.
	2) Estimular o envolvimento de servidores técnico-administrativos nos projetos/ programas de extensão, por meio de critérios previstos nos editais;	Número de Editais TA Lançados	DAEX/ PROPEX	2016	2020	O Edital 2016 e 2017 estimulava a indissociabilidade entre extensão e pesquisa. Avaliar em abril e continuação.
		Número de propostas apresentadas				Criar câmara de extensão com membros que sejam extensionistas.
		Número de servidores envolvidos em projetos de extensão				Alterar regulamento do CEPE.
	3) Estimular formulação de propostas de extensão claramente vinculadas ao desenvolvimento de trabalhos de pesquisa, estabelecendo tal vinculação como critério para qualificação dos projetos apresentados nos editais e nos relatórios de avaliação;	Número de propostas apresentadas	Divisão de Apoio à Pesquisa (DAP)/ DAEX/ /PROPEX	2016	2020	Avaliar em abril e continuação.
		Número de projetos com evidente integração entre pesquisa e extensão				
		Número de projetos executados				
	4) Criar instâncias de implementação da extensão (fóruns, câmaras, grupos de trabalho/avaliadores, espaços, unidades de controle da extensão, entre outros);	Número de instâncias criadas	DAEX/PROPEX	2016	2020	Criar câmara de extensão com membros que sejam extensionistas/ alterar Regulamento do CEPE.

36) Qualificar a avaliação dos projetos de Extensão	1) Prever representação externa (individuais ou da sociedade organizada) na CAPEX, para que possam trazer as demandas da sociedade, dos grupos. externos;	Representação externa inserido na comissão	DAEX/PROPEX	2017	2020	
	2) Inserir avaliadores externos (<i>ad hoc</i>) para projetos de extensão;	Avaliadores <i>ad hoc</i> avaliando projetos	DAEX/PROPEX	2017	2020	
37) Estimular a realização de cursos de extensão.	1) Realizar formação para docentes e técnicos proponentes/ participantes de projetos para preparação de cursos de extensão;	Número de cursos de extensão ofertados	DAEX/ DME/ EaD/ Instituto FURB	2016	2020	Ofertados: 22
		Número de cursos realizados				Realizados em 2017: 12
		Número de extensionistas capacitados				
	1) Oferecer regularmente curso de aperfeiçoamento em metodologias de monitoramento e avaliação da extensão universitária	Número de cursos realizados	DAEX/PROPEX	2017	2020	
		Número de participantes envolvidos				
38) Consolidar as ações de extensão da FURB, fundamentando-as na perspectiva interdisciplinar	2) Ampliar o número de bolsas de extensão para estudantes de graduação e ETEVI	Número de bolsistas em atividade	DAEX/PROPEX	2017	2020	Com os editais de apoio à extensão nº 05/2016 e 01/2017, definiu-se como 12 meses o tempo de duração dos projetos apoiados pelo edital interno. Por conta da reorganização da temporalidade dos projetos e da forma de gestão proposta nos editais, especificamente com a supressão dos Programas, possibilitou-se a alocação de recursos orçamentários/ financeiros no incremento no número de bolsas de extensão destinadas aos estudantes de graduação e da ETEVI.

	3) Fortalecer propostas de extensão que estejam integradas ao ensino e à pesquisa, especialmente aquelas que digam respeito à flexibilização curricular e que possibilitem ao estudante obter créditos curriculares	Número de propostas apresentadas	DAEX/PROPEX	2017	2020	Continuar trabalho da comissão instituída pela reitoria.
		Número de ações realizadas na perspectiva da integração ensino-pesquisa-extensão				
	4) Realizar formação institucional para extensionistas para que possam trazer propostas que integrem a extensão ao ensino e à pesquisa;	Número de formações realizadas	DAEX/PROPEX	2017	2020	
		Número de extensionistas participantes				
	5) Priorizar propostas de Extensão oriundas da integração de docentes de diferentes Unidades Universitárias e cursos	Número de projetos Inter setoriais ou intercursos	DAEX/PROPEX	2017	2020	Em execução conforme edital e continuidade.
	6) Participar das atividades da Câmara de Extensão da ACAFE.	Número de atividades	PROPEX	2016	2020	FURB está participando das atividades da Câmara de Extensão da ACAFE. Dar continuidade.
7) Participar das atividades do FORPROEX (Fórum de Pró-Reitores de Extensão) e FOREXT (Fórum Nacional de Extensão).	Número de atividades	PROPEX	2016	2020		
39) Qualificar a divulgação das ações de extensão da FURB.	1) Divulgar as ações de extensão;	Número de ações de extensão divulgadas	DAEX/PROPEX e CCM	2016	2020	A Agência de Notícias de Extensão Universitária (ANEXU), criado em 2016, é um portal que reúne notícias sobre os as atividades de extensão da FURB. A ideia partiu da Divisão de Apoio à Extensão (DAEX) vinculada a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura (PROPEX).
	2) Formação regular de extensionistas para divulgação	Número de extensionistas capacitados	DAEX/PROPEX	2016	2020	Foi realizado um “ <i>Midia training</i> ” em Agosto/2017.

	de ações de seus projetos de extensão.”. <i>Mídia training</i> ;					
	3) Consolidar a Agência de Notícias de Extensão Universitária (ANEXU).	Número de produções de comunicação realizadas	DAEX/ANEXU	2016	2020	A Agência de Notícias de Extensão Universitária (ANEXU) é um portal que reúne notícias sobre os as atividades de extensão da FURB. www.furb.br/anexu . Foi criado em 2016. Conta com o apoio do curso de Jornalismo, e é uma forma de viabilizar a divulgação e troca de informação entre os extensionistas da FURB e entre estes e a comunidade externa.
	4) Consolidar o noticioso de extensão nas mídias sociais.	Número de seguidores nas redes sociais	DAEX/ANEXU	2016	2020	Em agosto de 2017 o perfil da ANEXU (Facebook) contava 326 seguidores.
	5) Criar um Portal de Extensão (local para divulgações diversas relacionadas à atividade);	Portal institucionalizado	DAEX/PROPEX	2016	2020	2016: Criado o ANEXU;
	6) Criar um periódico de Extensão (indexada), para os resultados dos projetos (institucional ou interinstitucional, parceria com a ACAFE);	Periódico instituído	DAEX/PROPEX	2016	2020	Processo em andamento.
40) Adequar as funcionalidades do Sistema Integrado de Pesquisa e Extensão (SIPEX) de maneira a contemplar a especificidade de execução da extensão.	1) Aprimorar o processo de submissão de propostas de trabalho em extensão;	SIPEX funcional	DAEX/PROPEX e DTI	2016	2020	DTI: solicitações de adequação do SIPEX a processos de extensão foram executadas em 2016 e 2017. Sistema adequado.
	2) Implantar formulários para a elaboração de relatórios <i>online</i> .		DAEX/PROPEX e DTI	2016	2020	DTI: solicitação concluída. Sistema adequado.
41) Mobilizar a inserção do princípio da curricularização da	1) Pautar os indicativos de curricularização da extensão nos projetos pedagógicos dos cursos;	Curricularização da Extensão inserida nos PPC dos cursos de graduação.	PROPEX e PROEN	2016	2020	

extensão nos PPCs da graduação.	2) Acompanhar a definição/revisão dos PPC. 3) Articular a PROEN/DPE e PROPEX/DAEX para planejar a operacionalização da curricularização da extensão					Em estudo. Comissão instituída em 2017.
42) Implementação das Empresas Juniores (EJ)	1) Implantar pelo menos uma empresa Júnior em cada Unidade Universitária	Implantação das EJ	Unidades Universitárias	2016	2020	A Resolução nº 056/2016 regulamenta a criação, o reconhecimento e o funcionamento das empresas juniores no âmbito da FURB. Já foram implantadas no CTT e CCSA;
43) Incentivar a organização de Liga(s) Acadêmica(s)	1) Incentivar a organização de Liga(s) Acadêmica(s)	Ligas Acadêmicas com projeto aprovado na PROPEX	Unidades Universitárias	2018	2020	

Fonte: Organizado pela DAEX e COPERA-PDI.

3.1.7 Política de Pesquisa

Na FURB, entende-se pesquisa científica e/ou tecnológica como “processo metódico de investigação, recorrendo a procedimentos técnicos e científicos para encontrar respostas para um problema de interesse da comunidade técnica e científica ou da sociedade e para produzir novos conhecimentos, processos ou produtos.”. A Resolução que institui a Política de Pesquisa e Pós-Graduação *stricto sensu* na FURB é a Resolução nº 054/2015²⁰, de 18 de dezembro de 2015.

A Política de Pesquisa e Pós-Graduação da FURB tem como princípios norteadores:

- I. Produção de conhecimentos em ciência, tecnologia e inovação relevantes para a sociedade em geral;
- II. Socialização dos conhecimentos gerados, em âmbito local, nacional e internacional;
- III. Promoção da inserção social na concepção e desenvolvimento dos projetos de pesquisa e pós-graduação;
- IV. Incentivo à interdisciplinaridade e dos temas transversais conforme resolução vigente na FURB nas ações de pesquisa e pós-graduação;
- V. Internacionalização das ações de pesquisa e pós-graduação, procurando fomentar cooperação e integração de pesquisadores e de programas;
- VI. Indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão;
- VII. Ética e transparência na condução das ações de pesquisa e pós-graduação.

São objetivos da Política de Pesquisa e Pós-Graduação da FURB:

- I. Produzir novos conhecimentos nas diversas áreas do saber;
- II. Contribuir para o desenvolvimento sustentável;
- III. Realizar ações de inserção social a partir dos resultados das pesquisas;
- IV. Formar recursos humanos qualificados para ensino, pesquisa científica e/ou tecnológica, inovação, extensão e para a sociedade;
- V. Consolidar e fortalecer os Programas de Pós-Graduação da FURB em consonância com os critérios de avaliação e diretrizes da CAPES;
- VI. Criar novos programas de pós-graduação em articulação com o Plano de Desenvolvimento Institucional;

²⁰ A Resolução nº 54/2015 foi parcialmente alterada pelas Resoluções nº 14/2016 e nº 131/2017.

- VII. Promover a difusão do conhecimento científico gerado na pesquisa por meio de ensino e extensão, publicações científicas qualificadas, em periódicos, livros com conselho editorial, eventos, mídias e hipermídias diversas;
- VIII. Gerar condições para a autossustentação das atividades de pesquisa através de estímulo e apoio à captação de recursos e de cooperações nacionais e internacionais;
- IX. Promover a integração de pesquisas desenvolvidas na pós-graduação e grupos de pesquisa da Instituição com a graduação;
- X. Contribuir para o desenvolvimento, sustentabilidade e visibilidade da Instituição;
- XI. Fomentar a internacionalização do campus, das disciplinas e dos currículos dos cursos, por meio do uso de línguas estrangeiras, da cooperação em rede, do desenvolvimento de competências comunicativas interculturais dos docentes e discentes, da mobilidade e do intercâmbio docente e discente, publicações científicas em periódicos internacionais, entre outras atividades;
- XII. Resguardar a Instituição e os pesquisadores quanto ao direito de propriedade intelectual de sua produção em conformidade com o marco regulatório vigente sobre o tema;
- XIII. Definir e implementar sistemática de acompanhamento e avaliação da pesquisa e pós-graduação, incorporando critérios de qualidade, relevância científica e social e resultados alcançados;
- XIV. Promover mecanismos para transformar os resultados de pesquisa em atividades de extensão tecnológica;
- XV. Adotar uma concepção de ensino que instigue a geração do conhecimento entre docentes e discentes a partir da exploração de processos cognitivos inovadores e criativos.

Dentre as diretrizes gerais para a implementação da Política de Pesquisa e Pós-Graduação está o princípio da indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão que, na FURB, se propõe a partir de:

- a) pesquisas que produzam conhecimento relevante à Sociedade;
- b) extensão que atue como indutora e difusora de pesquisas na pós-graduação;
- c) ensino na pós-graduação que interaja com a graduação e com atividades de extensão;
- d) pesquisas que atualizem o ensino na pós-graduação, graduação e ensino médio.

A FURB, por meio da PROPEX, dá amplo destaque para sua atividade de pesquisa. Desde 2004 a Instituição mantém edital anual, com recursos, para apoiar seus pesquisadores em projetos de pesquisa, participação em evento científico com apresentação de trabalho, publicação de livro ou artigo científico. A FURB conta, ainda, com um portal de periódicos *online*, com renomadas revistas científicas para divulgação de artigos nacionais e internacionais. Outro aspecto importante na Política de Pesquisa da FURB é a internacionalização, cada vez mais presente nas ações dos grupos de pesquisa, e que visam, principalmente, levar a Universidade a um patamar de reconhecimento internacional.

Ao final de 2015, a FURB mantinha 92 grupos de pesquisa certificados no Diretório dos Grupos de Pesquisa do CNPq, garantindo a representação de todas as áreas do conhecimento nas atividades de pesquisa realizadas pela Universidade. Os grupos trabalham na obtenção de recursos para suas pesquisas. CNPq, FINEP, CAPES e FAPESC estão entre as principais agências financiadoras das pesquisas realizadas pelos pesquisadores. No ano de 2015 foram executados 116 projetos com fomento externo.

Tabela 8 – Grupos de pesquisa cadastrados no CNPq por área (2011-2016)

Área	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Ciências Agrárias	3	5	5	5	6	5
Ciências Biológicas	10	8	11	10	11	11
Ciências da Saúde	13	13	12	11	8	13
Ciências Exatas e da Terra	10	9	8	12	10	9
Ciências Humanas	14	15	16	20	20	24
Ciências Sociais e Aplicadas	19	17	18	23	24	24
Engenharias	14	13	13	11	10	13
Linguística, Letras e Artes	2	2	2	2	3	2
TOTAL GERAL	85	82	85	94	92	101

Fonte: DAP (PROPEX)

São pesquisadores na FURB os docentes efetivos, professores visitantes, professores voluntários, servidores técnicos ou bolsistas de pós-doutorado integrantes de um ou mais grupos de pesquisa certificado(s) junto ao Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Alguns dados referentes à pesquisa na FURB são apresentados a seguir:

Tabela 9 – Dados de pesquisa (2011 - 2016)

Pesquisa	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Nº de Programas/ Projetos	564	596	582	613	579	641
Nº de Pesquisadores	158	165	170	171	177	193
Nº de Programas de Iniciação Científica	4	5	5	5	5	5
Nº de Alunos envolvidos	326	344	363	367	314	289

Fonte: DAP (PROPEX) /Sistema de Dados Estatísticos da ACAFE

Tabela 10 – Projetos de pesquisa em execução (2011-2016)

Centro / Departamento	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Centro de Ciências da Educação	42	53	44	42	43	47
Artes	-	4	7	6	2	-
Educação	30	38	29	28	30	35
Letras	12	11	8	8	11	12
Centro de Ciências Exatas e Naturais	197	187	169	168	160	171
Ciências Naturais	101	98	81	74	70	85
Física	4	4	10	9	8	7
Matemática	11	11	8	10	16	18
Química	66	60	55	55	52	50
Sistemas e Computação	15	14	15	20	14	11
Centro de Ciências Humanas e da Comunicação	49	62	72	80	72	94
Ciências Sociais e Filosofia	8	13	18	20	19	28
Comunicação	17	10	15	19	17	21
História e Geografia	14	18	24	29	28	33
Serviço Social	10	21	15	12	8	12
Centro de Ciências Jurídicas	8	10	11	17	25	29
Direito	8	10	11	17	25	29
Centro de Ciências da Saúde	62	63	63	69	61	75
Ciências Farmacêuticas	24	26	30	37	27	29
Educação Física e Desporto	3	2	2	1	5	8
Enfermagem	2	4	4	1	2	1
Fisioterapia	14	9	7	9	3	6
Medicina	13	15	10	7	7	11
Medicina Veterinária	-	-	-	10	8	12
Odontologia	6	6	4	3	8	7
Psicologia	-	1	-	1	1	1
Centro de Ciências Sociais e Aplicadas	59	60	61	67	64	57
Administração	33	27	28	25	27	23
Contabilidade	17	25	24	34	29	27
Economia	9	8	9	8	8	7
Centro de Ciências Tecnológicas	147	161	162	170	154	177
Arquitetura e Urbanismo	32	28	26	26	16	22
Engenharia Civil	13	19	17	14	14	14
Engenharia de Produção e Design	5	3	5	7	11	19
Engenharia Elétrica e de Telecomunicações	27	28	32	34	33	38
Engenharia Florestal	34	36	37	48	34	37
Engenharia Química	36	47	45	41	46	47
TOTAL GERAL	564	596	582	613	579	650

Fonte: Sistema: Projetos de Pesquisa – Relatório: Projeto

Observações: projetos de pesquisa em execução em cada ano.

3.1.7.1 Fomento à Pesquisa

A FURB possui diversos programas institucionais de fomento à pesquisa, tais como:

- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)/ FURB/CNPq;
- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) / CNPq.
- Programa de Incentivo à Pesquisa (PIPE/Artigo 170).

Além disso, existem outras modalidades de bolsas, tais como bolsas de pesquisa de projetos aprovados em agências de fomento, bem como as bolsas de pesquisa para pós-graduação ofertadas pela FURB (Resolução nº 56/2008) e pela CAPES (bolsas de demandas). Constituem, ainda, recursos de apoio à pesquisa os créditos provenientes de:

- I. Recursos financeiros do Estado e dos municípios, a ele destinados;
- II. Transferências da União destinadas à execução de planos e programas voltados à pesquisa e pós-graduação de interesse comum;
- III. Parte da compensação financeira que o Município receber com relação a aproveitamentos hidroenergéticos, pela exploração de recursos minerais e outras atividades geradoras de significativos impactos ambientais em seu território, para aplicação em pesquisa;
- IV. Empréstimos nacionais e internacionais e recursos provenientes da ajuda e cooperação internacional e de acordos intergovernamentais;
- V. Retorno das operações de crédito contratadas com instituições da Administração Direta e Indireta do Estado e dos municípios, consórcios intermunicipais, concessionárias de serviços públicos e empresas privadas;
- VI. Produto de outras operações de crédito;
- VII. Rendas provenientes da aplicação de seus recursos;
- VIII. Doações de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;
- IX. Dotação orçamentária proveniente do orçamento geral da FURB, determinada por ocasião do detalhamento do orçamento;
- X. Outros recursos que lhe forem destinados.

Há também o compromisso institucional de despender até 7% (sete por cento) dos recursos de apoio à pesquisa com despesas de custeio e pessoal, destinando-se o restante, obrigatoriamente, para a efetiva elaboração de projetos e execução de ações do Plano de Desenvolvimento Institucional para o Desenvolvimento da Pesquisa e Pós-Graduação.

3.1.7.2 Comitês de Ética

A Resolução nº 009/2014²¹, de 20/02/2014 aprovou o Regimento da Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA) na FURB, cuja finalidade é monitorar e exigir, em cumprimento a Lei nº. 11.794, de 2008, e sua regulamentação, o cuidado na utilização dos animais, além de aplicar os princípios definidos na Diretriz Brasileira para o Cuidado e a Utilização de Animais para Fins Científicos e Didáticos (DBCA), no âmbito da Universidade. Tendo em sua composição um biólogo, um médico veterinário, três docentes/pesquisadores na área específica e um representante externo à FURB, indicado pelas Sociedades Protetoras de Animais, legalmente estabelecida no Município, essa comissão é essencial para aprovação, controle e vigilância das atividades de criação, ensino e pesquisa científica com animais, bem como para garantir o cumprimento das normas de controle de experimentação animal editadas pelo CONCEA.

Por sua vez, a Resolução nº 018/2018²², de 13 de março de 2018, aprovou o Regimento do Comitê de Ética na Pesquisa em Seres Humanos (CEPH) da FURB, cuja finalidade é a análise dos projetos de pesquisa, no âmbito da FURB ou não, visando proteger os seres humanos participantes da pesquisa, notadamente na defesa da sua integridade física e moral, bem como sua dignidade. Essa comissão é composta por um docente pesquisador de cada Unidade Universitária, um representante dos estudantes de graduação, indicado pelo DCE, um representante da comunidade externa e um representante dos usuários.

3.1.7.3 Plano institucional para o desenvolvimento de pesquisa

As propostas de desenvolvimento para a área de pesquisa para o período de vigência deste PDI toma por base o diagnóstico realizado pela CPA no Relatório de Autoavaliação Institucional, bem como as propostas identificadas no Planejamento da Reitoria 2016.

²¹ As Resoluções nº 05/2016 e nº 19/2016 alteram parcialmente a Resolução nº 09/2014.

²² A Resolução nº 018/2018 revogou, na íntegra, a Resolução nº 80/2014.

Quadro 11: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas à Pesquisa

Objetivo 11 – Fortalecer as atividades de pesquisa na FURB						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/ Comentários
				Início	Fim	
43) Qualificar a produção científica dos docentes e discentes da FURB.	1) Desenvolver uma sistemática de registro da produção científica e tecnológica da Universidade;	Software externo adquirido	PROPEX/DTI	2016	2017	DTI: Software externo em avaliação pela equipe da PROPEX. Previsão de aquisição em 2018-1. Software avaliado e em processo de aquisição (Stela Experta).
	2) Desenvolver uma sistemática de avaliação da produção científica e tecnológica da Universidade;	Software externo adquirido	PROPEX/DTI	2016	2020	DTI: Software externo em avaliação pela equipe da PROPEX. Previsão de aquisição em 2018-1. Software avaliado e em processo de aquisição (Stela Experta).
	3) Desenvolver formação continuada para o aperfeiçoamento do lançamento de informações no currículo Lattes;	Número de docentes capacitados	DPG/PROPEX	2016	2020	2017: capacitou-se estudantes do PPGE. Há previsão para continuar/expandir para outros PPGs em 2018.
	4) Incentivar os docentes para a publicação de trabalhos em revistas indexadas.	Número de artigos publicados	DAP/PROPEX	2016	2020	Desde junho de 2016 a PROPEX apoia, financeiramente, docentes que tiverem artigos aceitos para publicação em revistas classificadas com Qualis/CAPES nos níveis A1, A2 e B1. O apoio pode ser usado para pagamento de taxas de publicação ou revisão de idioma. Outro incentivo de dá com a oferta de assessoria no idioma inglês (FURB Idiomas) e em métodos estatísticos para os docentes e estudantes de PG.
	5) Realizar atividades extracurriculares contínuas de redação em inglês nos cursos dos PPG.	Disciplinas ministradas	PROPEX/DPG	2016	2020	Estão sendo ofertadas disciplinas de Inglês Acadêmico I e Inglês Acadêmico II para todos os estudantes matriculados no

						stricto sensu, sem custo ao estudante.
	6) Realizar capacitação docente para redação de artigos científicos (português/inglês).	Número de docentes capacitados	DAP/PROPEX	2016	2020	A PROPEX oferece assessoria no idioma inglês, em parceria com o FURB Idiomas, e em métodos estatísticos para os docentes e estudantes de PG. O apoio tem o intuito de qualificar as produções para a publicação em revistas bem classificadas no Qualis/CAPES.
44) Ampliar a captação de recursos por parte dos pesquisadores para viabilizar seus projetos.	1) Qualificar docentes para elaboração e submissão de projetos.	Número de docentes capacitados	DAP/PROPEX	2016	2020	Sob demanda. No período 2016/2017 a oferta de editais nas agências de fomento foi baixa. Diante do quadro apresentado não houve a oferta desse tipo de qualificação.
	2) Incentivar os grupos de pesquisa a desenvolverem projetos de pesquisa com captação de recursos externos.	Número de projetos aprovados com fomento externo	DAP/PROPEX	2016	2020	Idem ao item anterior, no entanto, a FURB disponibilizou, por meio de cooperação com a FAPESC, recursos financeiros para os seus grupos de pesquisa.
45) Qualificar e ampliar as funcionalidades do SIPEX para a pesquisa.	1) Permanente aprimoramento do processo de tramitação e avaliação de projetos;	SIPEX qualificado	DAP/PROPEX e DTI	2016	2020	DTI: solicitações concluídas. Sistema adequado. No que se refere à pesquisa em 2016/2017 avançamos bastante em relação aos processos de tramitação e avaliação de projetos e relatórios. Estamos iniciando a utilização de tais recursos para verificar a necessidade de aprimoramentos pontuais.
46) Ampliar a interação com a comunidade externa	1) Ampliar participação de trabalhos de instituições de ensino externos (superior e ensino fundamental/médio) na MIPE	Trabalhos de outras instituições de ensino apresentados na MIPE	PROPEX	2016	2020	Em 2018 será feito um trabalho direcionado às instituições com o intuito de incrementar esse número.

no campo da pesquisa.	2) Ampliar participação de docentes como avaliadores de instituições de ensino externos (superior e ensino fundamental/médio) na MIPE.	Docentes de outras instituições atuantes como avaliadores	PROPEX	2016	2020	Os docentes são convidados, anualmente, a participar da avaliação na MIPE.
	3) Capacitação de docentes e discentes em técnicas de divulgação científica.	Número de docentes e de discentes capacitados	DAP/PROPEX	2016	2020	Em 2018 serão oferecidas oficinas para atender esse item.
	4) Realização de eventos voltados à divulgação científica dentro e fora da FURB.	Eventos realizados	PROPEX	2016	2020	Foram realizados eventos na FURB, como a MIPE, a FIP e a FIEPE.
	5) Envolvimento efetivo da comunidade externa por meio de ações específicas da FURB junto à sociedade organizada.	Ações realizadas	PROPEX	2016	2020	Foram realizados eventos na FURB, como a MIPE, o Universidade Aberta e o Programa Interação FURB.

Fonte: organizado pela COPERA-PDI

3.1.8 Políticas de Pós-Graduação

Na FURB, entende-se pós-graduação como aperfeiçoamento profissional. No nível das especializações, a Universidade conta com diversos cursos *lato sensu*, que são oferecidos regularmente ou sob demanda. Por outro lado, a FURB tem a finalidade de formação de novos docentes e pesquisadores, no nível de *stricto sensu*, por meio dos cursos de Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional e Doutorado.

3.1.8.1 Pós-graduação *lato sensu*

A Resolução que institui a política de pós-graduação *lato sensu* na FURB é a Resolução nº 014/2012²³, de 14 de março de 2012. Essa categoria de pós-graduação, em nível de especialização, presencial ou à distância, permanece sob a responsabilidade da Divisão de Pós-graduação (DPG), subordinada à PROPEX, com gestão comercial e acadêmica sob responsabilidade da EDECON. Nesse sentido, são apontados como objetivos gerais dos cursos de especialização da FURB:

- a) sistematizar e aprofundar conhecimentos específicos e refletir sobre a realidade local, regional, nacional e global;
- b) socializar conhecimentos existentes e trabalhar pela emancipação própria e dos outros, na melhoria da qualidade de vida;
- c) possibilitar o surgimento, nos diversos segmentos organizacionais e universitários, de lideranças com capacidade de pesquisa e inovação;
- d) propiciar a inserção da FURB na comunidade, a partir de uma educação problematizadora e projetos de curso socialmente responsáveis;
- e) propiciar agilidade às demandas formativas identificadas na sociedade, elaborando e aprovando novos cursos.

Os cursos de pós-graduação na FURB em 2017 foram:

Tabela 11 – Cursos de pós-graduação *lato sensu*

Unidade Universitária/ Curso de Especialização	Nº de alunos
CCEAL	
- Negócios da Moda	14
CCJ	

²³ A Resolução nº 014/2012 foi parcialmente alterada pela Resolução nº 034/2018, de 26 de abril de 2018.

- Direito Público	177
- Direito Aplicado	14
CCS	
- Urgência e Emergência - Pré e Intra Hospitalar	15
- Doenças Infecciosas e Parasitárias	08
CCSA	
- Assessoria Executiva Empresarial	13
- Contabilidade e Gestão Tributária	10
- Finanças e Controladoria	16
CCT	
- Geoprocessamento e Georreferenciamento de Imóveis	27
- Recuperação de Áreas Degradadas	14
- Engenharia de Materiais	12
- Sustentabilidade : Ambientes Urbanos e Edificações	15
TOTAL	335

Fonte: Instituto FURB.

Cabe destacar que a Resolução nº 182/2017, de 05 de dezembro de 2017, criou o Programa de Parcerias Institucionais e Empresariais para oferecimento de abatimentos coletivos em mensalidades de cursos de Pós-graduação *lato sensu* na FURB. Este programa considera o conceito que a FURB desfruta na comunidade regional, bem como a necessidade de ampliar a oferta de seus cursos de especialização na região na qual está inserida. Ainda, considera o interesse de associações de classe, empresariais, corporações e empresas em viabilizar parcerias que possibilitem o oferecimento de benefícios coletivos nestes cursos para seus representados, associados e colaboradores.

3.1.8.2 Pós-graduação *stricto sensu*

A Política Institucional de Pós-graduação *Stricto Sensu* da FURB articula-se com a Política de Pesquisa, regulamentada por meio da Resolução nº 054/2015²⁴, de 18 de dezembro de 2015. Na FURB entende-se por pós-graduação *stricto sensu* os Programas de Pós-graduação (PPG) reconhecidos pela CAPES, em nível de mestrado e/ou doutorado. De acordo com a Resolução nº 054/2015 e no que tange à pós-graduação *stricto sensu*, constituem como diretrizes gerais para a implementação desta política:

- I. Estímulo à integração de Programas de Pós-graduação, internos e externos à FURB por meio da oferta de disciplinas, organização de eventos técnicos e/ou científicos compartilhados, pesquisa colaborativa, elaboração e participação de editais/programas de cooperação.

²⁴ A Resolução nº 054/2015 foi parcialmente alterada pelas Resoluções nº 014/2016 e nº 131/2017.

- II. Articulação das propostas de capacitação docente (mestrado, doutorado e pós-doutorado) com uma ou mais linhas de pesquisa dos Programas de Pós-graduação da FURB;
- III. Proposição de cursos novos de pós-graduação condicionada à existência de corpo docente qualificado pertencente ao quadro efetivo da FURB;
- IV. Promoção da formação continuada de estudantes da graduação na pós-graduação;
- V. Integração e sistematização de procedimentos de gestão documental e registros acadêmicos dos Programas de Pós-graduação;
- VI. Apoio a revistas e eventos técnicos e/ou científicos vinculados aos Programas de Pós-graduação – PPG;
- VII. Promoção da internacionalização das atividades vinculadas aos programas de pós-graduação;
- VIII. Incentivo à capacitação para estágio pós-doutoral aos docentes dos PPG para garantia mínima da qualidade do programa.

A busca pela excelência se dá pela qualificação dos PPG junto a CAPES e pela gestão de indicadores da pesquisa e da pós-graduação no âmbito institucional. Os PPG existentes na FURB são recomendados pela CAPES e apresentam uma organização baseada em um documento do comitê de área, o qual foi previamente submetido à avaliação e aprovado pela FURB. Internamente, a Resolução nº 017/2016²⁵ institucionalizou o Regulamento da Pós-Graduação *stricto sensu* da FURB. Convém destacar que cada PPG possui, ainda, um regulamento próprio, aprovado por meio de Resolução.

O quadro docente dos PPG divide-se em permanente – aqueles docentes constituintes do corpo principal do programa e que são avaliados quadrienalmente pela CAPES quanto a sua produção científica, orientações, inserção social, entre outras – e os colaboradores que, embora não orientem, colaboram com a produção científica.

A avaliação do programa ocorre de forma coletiva e a contribuição de cada docente permanente pode constituir-se em benefício ou não para o conceito final do programa. Para corrigir eventuais distorções, os programas possuem critérios de credenciamento e descredenciamento de docentes. Em cada programa, o Comitê de Área da CAPES estipula um mínimo de professores permanentes, o qual pode sofrer acréscimos em função do número de

²⁵ A Resolução nº 017/2016 foi parcialmente alterada pela Resolução nº 111/2017, de 04 de setembro de 2017.

estudantes e das linhas de pesquisa aprovadas. A qualificação mínima exigida para a docência na pós-graduação é a de doutorado.

Quadro 12: Mestrados e Doutorados: Conceitos CAPES (2017)

Programa	Área de Avaliação	Nota		
		M	D	MP
Administração	Administração (Administração, Ciências Contábeis e Turismo)	5	-	-
Ciências Contábeis	Ciências Contábeis (Administração, Ciências Contábeis e Turismo)	5	5	-
Desenvolvimento Regional	Planejamento Urbano e Regional (Planejamento Urbano e Regional/ Demografia)	5	5	-
Educação	Educação (Educação)	4	-	-
Engenharia Ambiental	Ciências Ambientais (Ciências Ambientais)	4	4	-
Engenharia Elétrica	Engenharia Elétrica (Engenharias IV)	3	-	-
Engenharia Florestal	Recursos Florestais e Engenharia Florestal (Ciências Agrárias I)	3	-	-
Engenharia Química	Engenharia Química (Engenharias II)	3	-	-
Ensino de Ciências Naturais e Matemática	Ensino (Ensino de Ciências e Matemática)	-	-	4
Química	Química (Química)	3	-	-
Saúde Coletiva	Saúde Coletiva (Saúde Coletiva)	-	-	3

Fonte: Relatório Institucional de Atividades 2017.

Legenda: MA: Mestrado Acadêmico. D: Doutorado. MP: Mestrado Profissional.

Integra o Sistema de Gerenciamento de Pesquisa e Pós-graduação os seguintes órgãos, cujas competências estão descritas na legislação vigente:

- I. PROPEX;
- II. Conselho Técnico dos Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação;
- III. Docentes e Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação;
- IV. Pesquisadores do quadro de docentes da FURB;
- V. Escritório de Projetos.

De modo geral, compete à PROPEX, supervisionar as atividades de pesquisa e dos PPG, incentivando o intercâmbio das atividades de pesquisa e dos programas com instituições científicas, culturais, tecnológicas, artísticas, públicas e privadas, nacionais e internacionais. Cabe à esta Pró-Reitoria, também, apoiar, monitorar e avaliar periodicamente os PPG *stricto sensu* da FURB, estimulando a sua integração. Já ao Conselho Técnico dos Coordenadores de Pós-Graduação, compete:

- I. Propor o programa geral das atividades de pós-graduação, para aprovação pelo CEPE;
- II. Propor o Regulamento de pós-graduação, para aprovação pelo CEPE, bem como instruções complementares;

- III. Propor os requisitos mínimos dos PPG, atendidas as normas gerais estabelecidas pela legislação vigente;
- IV. Propor atividades para o desenvolvimento de pesquisa e pós-graduação da FURB;
- V. Propor e discutir ajustes, acordos ou convênios, acadêmicos ou financeiros, para suporte, cooperação ou desenvolvimento dos Programas de Pós-Graduação;
- VI. Avaliar o funcionamento e o desempenho dos Programas de Pós-Graduação;
- VII. Propor à PROPEX a intervenção, a suspensão definitiva ou a desativação temporária de qualquer Programa, na falta de condições para o seu funcionamento;
- VIII. Deliberar sobre a criação de novos Programas e cursos de Pós-Graduação e encaminhar ao CEPE as respectivas deliberações, de acordo com a legislação vigente.

Convém destacar que, em 2018, a FURB instituiu a Resolução nº 115/2017²⁶, de 06 de setembro de 2017, a qual fixa os valores das mensalidades dos cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*, bem como descontos e cotas e bolsas de gratuidade. Esta normativa considerou, entre outras questões, a vulnerabilidade socioeconômica de muitos candidatos e altas taxas de desistência em alguns PPGs, bem como a equidade dos valores de mensalidades de cursos com semelhança estrutural e público alvo.

3.1.8.3 Desenvolvimento da pós-graduação

As propostas de desenvolvimento para a pós-graduação para o período de vigência deste PDI tomam por base os pontos fortes e as fragilidades identificadas no Relatório de Autoavaliação Institucional da CPA, bem como o Planejamento institucional da PROPEX e do Conselho Técnico dos Coordenadores de Pós-Graduação. Também são consideradas, para fim de qualificação dos PPG, as fragilidades apontadas nos Pareceres de Avaliação da CAPES, quando das avaliações Quadrienais.

²⁶ A Resolução nº 115/2017, foi parcialmente alterada pela Resolução nº 124/2017.

Quadro 13: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas à Pós-graduação *lato e stricto sensu*

Objetivo 12– Fortalecer as atividades de pós-graduação <i>lato sensu</i> na FURB						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/ Comentários
				Início	Fim	
47) Expandir o número de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> presenciais e em EaD.	1) Incentivar os docentes para elaboração de projetos de cursos de especialização.	Número de projetos de curso de especialização	Instituto FURB	2016	2020	No ano de 2016 foram 24 projetos. Em 2017, por sua vez, 13 projetos.
48) Integrar a pós-graduação <i>lato sensu</i> e graduação.	1) Promover atividades (aulas magnas, palestras, seminários, fóruns de discussão, etc.), integrando a pós-graduação <i>lato sensu</i> com a graduação;	Atividades de integração realizadas	PROEN	2016	2020	Não realizado em 2017.
	2) incentivar a participação de estudantes de graduação em disciplinas de cursos <i>lato sensu</i> na condição de ouvinte, revertendo as horas como AACC.		Instituto FURB/ Coordenadores de AACC	2016	2020	
Objetivo 13– Fortalecer as atividades de pós-graduação <i>stricto sensu</i> na FURB.						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status / Comentários
				Início	Fim	
49) Ampliar a oferta de cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .	1) Apresentar o APCN do curso de Mestrado Acadêmico em Direito;	Curso aprovado pela CAPES	PROPEX/CCJ	2016	2017	A Resolução nº 152/2017 aprovou o Regulamento do Programa de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> em Direito da FURB. O projeto foi submetido à CAPES em setembro de 2017.
	2) Apresentar o APCN do curso de Mestrado Acadêmico na área das Ciências Biológicas (“Biodiversidade”).	Curso aprovado pela CAPES	PROPEX/CCEN	2016	2017	A Resolução nº 138/2017, de 06 de outubro de 2017, aprovou o Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade da FURB.

						O projeto foi submetido à CAPES em setembro de 2017.
	3) Apresentar o APCN do curso de Mestrado Acadêmico “Interdisciplinar em Ciências Humanas”.	Curso aprovado pela CAPES	PROPEX/CCHC	2017	2018	A Resolução nº 153/2017, de 30 de outubro de 2017, aprovou o Regulamento do PPG Interdisciplinar em Ciências Humanas da FURB. O projeto foi submetido à CAPES em setembro de 2017.
	4) Apresentar o APCN do curso de Mestrado Profissional Farmácia.	Curso Aprovado pela CAPES	PROPEX/CCS	2017	2018	Processo não foi iniciado.
	5) Capacitação de docentes doutores na área de Informática.	DINTER em Informática	PROPEX/CCEN	2017	2018	O projeto está em tratativas com a UFF, para a verificação da viabilidade financeira.
50) Ampliar a integração entre os programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .	1) Promover a integração de PPG com áreas ainda não envolvidas com <i>stricto sensu</i> .	Docentes credenciados nos PPG/ Produção científica compartilhada	PROPEX/PPG	2016	2020	
	2) Realizar o Fórum Integrado de Pós-Graduação anualmente.	Eventos realizados	PROPEX/PPG	2016	2020	Nos dias 23 e 24 de novembro de 2017 realizou-se a 2ª edição do FIP.
	3) Integrar disciplinas de vários PPG com afinidade temática e de conteúdo, visando implantar núcleo comum das disciplinas	Disciplinas integradas	PROPEX/PPG	2016	2020	Selecionar disciplinas e docentes para unificar ementas.
	4) Aumentar mobilidade de discentes entre os PPGs da FURB.	Alunos cursando disciplinas de outros PPG	PPG	2016	2020	Envolver CT PPG.
	5) Realizar projetos integrados com docentes de vários PPG.	Projetos integrados realizados	PPG	2016	2020	Já existem projetos desenvolvidos com docentes de PPGs diferentes.
	6) Realizar co-orientações de dissertações e teses com docentes de vários PPG.	Co-orientações realizadas	PPG	2016	2020	Incentivar docentes.
	7) Fortalecer a Escola de Pós-Graduação	4 reuniões anuais	PPG	2017	2020	A segunda edição da EPG está agendada para os dias 6 a 8 março.
51) Ampliar a integração da pós-graduação <i>stricto sensu</i> com a graduação.	1) Promover atividades integrando a pós-graduação <i>stricto sensu</i> com a graduação, considerando TCC,	Integração realizada	PROPEX/PROEN	2016	2020	Há diversos projetos de IC integrando <i>stricto sensu</i> e graduação.

	Projetos de Iniciação Científica, Dissertações e Teses.					
	2) Ampliar estágio docente abrindo-o para todos os alunos dos PPG.	Estágios docentes realizados	PROPEX/PPG	2016	2020	Com a aprovação da Resolução nº 115/2017 todos os bolsistas deverão realizar o estágio docente.
52) Ampliar e qualificar a produção científica de docentes e discentes dos PPG.	1) Realizar capacitações de docentes em escrita científica e língua inglesa.	Docentes capacitados	PROPEX/PPG	2016	2020	Em andamento - Oficinas em 2018/1.
	2) Realizar disciplinas (extra-) curriculares em escrita científica e língua inglesa para discentes dos PPG.	Disciplinas ministradas	PROPEX/PPG	2016	2020	Já estão sendo ofertadas as disciplinas de Inglês Acadêmico I e Inglês Acadêmico II para todos os alunos matriculados no <i>stricto sensu</i> sem custo ao aluno.
	3) Ampliar, integrar e aprofundar disciplinas na área estatística para discentes dos PPG.	Disciplinas ministradas	PROPEX/PPG	2016	2020	Em andamento.
	4) Apoiar financeiramente a tradução e submissão de artigos em periódicos A1 e A2.	Apoios realizados	PROPEX	2016	2020	Apoio já implantado.
	5) Manter edital interno de apoio a publicações (livros e periódicos).	Ações implantadas	PROPEX	2016	2020	Mantido.
	6) Apoiar as revistas científicas dos PPG mediante envolvimento da BU e da EDIFURB.	Revistas apoiadas	PROPEX/BU/EDIFURB	2016	2020	Criar conselho dos editores.
53) Consolidar os Programas de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> e verticalizar.	1) PPGEQ: apresentar APCN – Doutorado;	Cursos aprovados pela CAPES	DPG/PROPEX e área afim	2016	2020	
	2) PPGEF: apresentar APCN – Doutorado;					
	3) PPGECIM: apresentar APCN – Doutorado;					
	4) PPGE: apresentar APCN – Doutorado;					O projeto do Doutorado em Educação foi submetido à CAPES em setembro/2017
	5) Criar uma política de concursos para docentes para atender a demanda dos PPG.	Resolução aprovada no CONSUNI	PROEN/PROPEX	2016	2020	A Resolução nº 69/2017.

	6) Concatenar capacitação docente prioritariamente com as lacunas dos PPG e dos cursos de graduação, contemplando principalmente docentes com alta produtividade.	Docentes capacitados	PROPEX/PPG	2016	2020	Aprovação da Resolução nº 049/2017 que contempla os docentes com alta produtividade.
	7) Apoiar a internacionalização dos PPG mediante cooperações internacionais, dupla diplomação, mobilidade de discentes, oferta de disciplinas ministradas em língua estrangeira e realizar projetos em cooperação.	Programas internacionalizados	PROPEX/PPG	2016	2020	Elaborar proposta CAPES PRINT; Quanto à dupla diplomação, a Resolução nº 067/2017 estabeleceu normas para a revalidação de diplomas de graduação e reconhecimento de cursos de pós-graduação stricto sensu expedidos por IES estrangeiras.
54) Qualificar os programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> para melhorar o conceito (notas) da CAPES para, no mínimo, 4.	1) Incorporar as fragilidades apontadas nos Pareceres de Avaliação da CAPES, quando das avaliações Quadrienais, no desenvolvimento dos PPG;	Fragilidades corrigidas	PROPEX/PPG	2016	2020	Em 2017, o PPGCC e o PPGAd conquistaram o conceito 5.
55) Rever a política de preços praticada pela FURB para os cursos de Mestrado e Doutorado.	1) Analisar os custos de cada curso e a margem de contribuição estimada.	Análise realizada	COPLAN	2017	2017	Processo CONSUNI nº 20/2017. A Resolução nº 115/2017. Fixa os valores das mensalidades dos cursos de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> , bem como descontos e cotas de bolsas de gratuidade e dá outras providências.
	2) Rever o valor da mensalidade dos cursos.		PROAD	2017	2018	
56) Adequar a formatação das revistas eletrônicas da FURB.	1) Diagramação das revistas eletrônicas pela EDIFURB;	Revistas diagramadas	EFIFURB	2017	2020	Não iniciado.

Fonte: organizado pela COPERA-PDI, a partir das informações da PROPEX.

3.1.9 Plano de Desenvolvimento de Política Universitária de Cultura

A proposição de uma Política de Cultura na FURB remete a uma provocação presente no cenário nacional em repensar o papel da universidade como produtora e disseminadora de artes e culturas, valorizando a produção artístico-cultural universitária e da comunidade, atribuindo-lhes articulação e importância na pesquisa, no ensino e na extensão. Cabe à universidade fomentar a criação de espaços que possibilitem acesso aos diferentes estilos e formas de arte e cultura a toda a comunidade universitária e seu entorno. A Política de Cultura no ensino superior e médio deve ser capaz de dialogar sobre ações que promovam o desenvolvimento das artes e das culturas, de modo continuado, em projetos voltados para a formação, pesquisa e extensão.

A Política de Cultura da FURB deverá estar alinhada com os objetivos do Plano Nacional de Cultura de assegurar o direito constitucional à cultura; a proteção e a promoção do patrimônio e da diversidade étnica, artística e cultural; a ampliação do acesso à produção e fruição da cultura em todo o território; a inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico.

Nesse sentido, cabe destacar as competências estabelecidas para a Divisão de Cultura (DIC) na Resolução nº 41/2011, a qual cria a divisão e altera dispositivos da Resolução nº 35/2010 (estatuto):

- a) promover e articular uma Política Universitária de Cultura, por meio do diálogo com a comunidade universitária e sociedade;
- b) promover, divulgar e coordenar ações artísticas e culturais da FURB;
- c) organizar e difundir o acervo de obras de artes da FURB, em conjunto com a BU, depositária do acervo;
- d) elaborar a Agenda Cultural da FURB, buscando inserir ações culturais promovidas pela Universidade em calendários culturais externos;
- e) organizar e supervisionar a utilização dos espaços reservados para promoções artísticas e culturais;
- f) promover a integração, nas suas áreas de competência, com as unidades de ensino e demais órgãos da FURB;
- g) estimular e apoiar as ações externas, artísticas, culturais, técnicas e científicas de interesse da FURB e da sociedade;
- h) coordenar e apoiar administrativamente os grupos artístico-culturais da FURB;

- i) fomentar a realização regular de atividades extracurriculares e de educação continuada relacionadas à cultura e às artes;
- j) firmar parcerias com instituições públicas e privadas, no âmbito de suas competências;
- k) estimular, apoiar, editar e divulgar obras de valor cultural e científico, incluindo publicações periódicas e não periódicas, de acordo com plano e critérios editoriais estabelecidos pelo Conselho Editorial da FURB, vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura.
- l) divulgar, distribuir e comercializar as publicações editadas pela FURB;
- m) promover o intercâmbio com outras editoras universitárias e manter convênios, contratos e acordos, na sua área de competência.

A Universidade afirma sua produção cultural por meio de ações consolidadas ao longo de sua história, o que fortalece, em qualidade e quantidade, a relação que estabelece com a comunidade regional. Assim, a FURB assume o compromisso de trabalhar coletivamente na construção de diretrizes para ampliar esta relação.

3.1.9.1 Abrangência Cultural

Para estreitar a relação estabelecida entre a Universidade e a sociedade, convém o estabelecimento da abrangência cultural, nos âmbitos de memória, produção e difusão cultural e artística, conforme proposto a seguir:

- a) cultura e identidade popular – saberes e fazeres da maestria popular (processos, eventos e produtos);
- b) artes cênicas – dança, teatro, técnicas circenses, performance;
- c) artes integradas – ações multiculturais, envolvendo as diversas áreas da produção e da prática artística;
- d) artes visuais – escultura, pintura, arquitetura, desenho, gravura, instalação, artes gráficas, fotografia;
- e) espaços de ciência – difusão e divulgação de conhecimentos científicos e tecnológicos em espaços de ciência, como museus, observatórios, planetários, estações marinhas, entre outros;

- f) mídias – cinema e vídeo, artes nas mídias contemporâneas, multimídia, web-arte, arte digital;
- g) música – apreciação, criação e performance;
- h) patrimônio histórico e cultural, material e imaterial – arquitetura, espaço urbano, paisagismo, música, literatura, teatro, dança, artesanato, folclore, manifestações religiosas populares, gastronomia e costumes;
- i) arqueologia e etnologia enquanto cultura;
- j) leitura e literatura;
- k) arquitetura, design e moda.
- l) formação, assessoria, capacitação e qualificação;

Destacam-se, na Tabela 12, as ações culturais realizadas entre 2014 e 2016, por meio de apoio institucional à música, ao teatro, às danças e esportes:

Tabela 12 – Resumo Atividades Culturais (2014 – 2017)

Atividades	2014	2014/ Atendidos	2015	2015/ Atendidos	2016	2016/ Atendidos	2017	2017/ Atendidos
Exposições Científicas	01	23	02	461	01	201	06	590
Exposições Artísticas	04	826	09	1.011	11	1.448	07	1.097
Exp. Fotogr./Documentários	08	1.130	02	145	05	327	10	747
Evento de Lançamentos de Livros	01	50	02	115	05	250	05	187
Apresentações de Dança*	16	22.300	10	27.800	38	34.300	52	51.627
Apresentações musicais não vinculadas aos grupos de Extensão	04	189	08	565	08	1.570	--	--
Orquestra da FURB	17	5.435	10	2.870	16	1.935	09	1.815
Camerata de Violões	12	1.400	13	1.700	15	900	09	650
Coro Universitário		1.490	12	1.325	13	1.330	13	1.850
Apresentações Teatrais Phoenix*	12	1.616	18	5.922	06	1.820	05	5570
Outras Apres. Teatrais	-	-	07	376	03	128	13	1.814
Oficinas/cursos	07	257	03	60	09	175	04	83
Palestras	07	635	07	210	06	317	16	2.188
Performances/intervenções	02	270	-	-	01	80	01	70
Recital de Poesias	--	--	-	-	-	-	-	-
Seminários/Simpósio	01	150	-	-	-	-	02	148

Mostra de Vídeo/Cinema	83	1.658	81	617	52	672	52	701
Visitas técnicas e afins	01	32	01	100	01	80	02	50
Sub total atividades da Divisão	176	37.461	185	43.277	190	45.533	206	69.187
Espectáculos/Apresentações	31	5.440	20	7.224	36	7.436	35	7394
Oficinas/ Workshop	07	63	04	61	09	145	11	143
Palestras (conversas)	05	480	03	310	03	251	04	390
Mostra de Vídeo	01	52	01	96	05	74	02	68
Análise de Espectáculos	11	810	11	830	13	960	14	900
Jornada	01	176	01	182	01	84	--	--
Outras atividades Fitub	21	2.412	13	2.163	20	4.255	22	3.816
Sub total Festival	77	9.433	53	11.199	87	13.205	88	12.711
TOTAL	253	38.404	238	54.476	277	58.738	294	81.898

Fonte: Divisão de Cultura (DIC)/PROPEX.

* As apresentações incluem a Oktoberfest e também desfile de 2 de setembro, eventos numerosos cujo número aproximado é determinado pela Polícia Militar.

3.1.9.2 EDIFURB e Livraria Universitária

A FURB viabiliza a produção de publicações aprovadas pelo seu Conselho Editorial, consolidando-se como grande disseminadora do conhecimento no ambiente acadêmico. Desde 1986, a EDIFURB publica livros e periódicos escritos por autores brasileiros e estrangeiros, trabalhando nas linhas editoriais de caráter acadêmico-científico, didático-pedagógico e de ficção, facilitando a socialização do conhecimento produzido na Universidade e na comunidade. A EDIFURB contribui para a maior interação da FURB com a sociedade brasileira, gerando a autonomia universitária necessária à produção de novos conhecimentos e firmando o compromisso da difusão do desenvolvimento social, político, cultural e econômico da população.

Tendo como objetivo principal a publicação de obras dos mais variados gêneros, entre os quais, contos, ensaios, manuais científicos, poesia, coletâneas, a EDIFURB publicou em 2016 um total de 14 títulos, abaixo relacionados em ordem de publicação, com respectiva área:

- I. Enciclopédia Latino-americana dos Direitos Humanos (Direito);
- II. Desempenho físico-esportivo: contribuições das ciências do movimento humano (Ed. Física);
- III. Estilos de vida saudável e saúde coletiva (Medicina);
- IV. Interculturalidade e educação: saberes, práticas e desafios (Educação);

- V. Territórios e desenvolvimentos contestados: diálogos, resistências e alternativas (Educação);
- VI. Processos de ensinar e aprender: reflexões sobre formação de professores, teoria histórico-cultural e educação inclusiva (Educação);
- VII. Educação, direitos humanos e interculturalidade: diálogos críticos e reflexivos (Educação);
- VIII. O busão de floripeia (Literatura);
- IX. Religião, política e poder: uma leitura a partir de um movimento pentecostal (Ciências Sociais);
- X. Matemática básica - 3ª Edição (Matemática);
- XI. Química analítica qualitativa clássica - 2ª Edição (Química);
- XII. Jornalismo comparado: um dia na imprensa brasileira (Jornalismo);
- XIII. Filosofia da educação: entre devires, interrupções e aberturas - outro mundo contemplado (Educação); e,
- XIV. Resultados de pesquisas florestais na Renova Floresta (Ecologia).

Além disso, a **Livraria Universitária** da FURB ocupa um espaço amplo no interior da Universidade, de modo a atender tanto a comunidade interna (estudantes e servidores) quanto externa. Por meio do Programa Interuniversitário de Distribuição de Livros (PIDL), instituído pela Associação Brasileira e Editoras Universitárias (ABEU), a qual editora/livraria da FURB fazem parte, são comercializados, além dos livros da própria editora da FURB, livros de outras editoras universitárias.

As Tabela 13 e Tabela 14 evidenciam as ações da Editora e Livraria da FURB:

Tabela 13 – Editora e Livraria – dados gerais (2012-2016)

Ações	2012	2013	2014	2015	2016
Revistas Editadas	-	-	-	-	1
Livros publicados	18	26	20	08	14
Livros vendidos	3.912	2.789	1.571	2.390	2.047
Receitas (R\$)	57.148,10	48.344,01	37.712,53	62.233,30	62.845,28

Fonte: Divisão de Cultura, PROPEX – Relatório Institucional de Atividades 2016 (COPLAN)

Tabela 14 – Editora e Livraria – publicações de servidores da FURB (2016)

Ações	Servidores FURB	Total Editora
Livros publicados	12	14
Livros vendidos	1.594	2.047
Receitas (R\$)	28.118,81	62.845,28

Fonte: Divisão de Cultura, PROPEX – Relatório Institucional de Atividades 2016 (COPLAN)

3.1.9.3 Retomada da publicação do periódico Revista de Divulgação Cultural (RDC)

Em 2016, após um hiato de praticamente dez anos, foi retomada a publicação impressa do periódico Revista de Divulgação Cultural. Composto por artigos de professores e intelectuais da FURB como de fora da instituição, além de outras matérias, como entrevistas, contos, poesias, o objetivo de tal revista é tratar de cultura do modo mais amplo.

A Revista de Divulgação Cultural (RDC) é distribuída entre as universidades, jornais catarinenses, escolas e colégios do município de Blumenau, revistas de circulação nacional, variadas bibliotecas de municípios do Médio Vale do Itajaí, poder público, autoridades judiciais, parlamentares regionais, estaduais e nacionais.

A RDC permanece a disposição de interessados em adquiri-la na livraria universitária da FURB assim como podendo ser comprada através do site da Editora da FURB (www.furb.br/editora).

3.1.9.4 Desenvolvimento da Cultura

As propostas de desenvolvimento para a cultura para o período de vigência do PDI toma por base a intenção de consolidar e fortalecer as ações culturais.

Quadro 14: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas à Cultura

Objetivo 14 – Consolidar as ações de cultura da FURB							
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/Comentários	
				Início	Fim		
57) Criar e implementar a Política de Cultura	1) Institucionalizar a Política de Cultura da FURB;	Resolução aprovada no CONSUNI	DIC e PROPEX	2017	2018	Início da elaboração da proposta de resolução com justificativas envolvendo Externa em fóruns.	
	2) Criar um Conselho de cultura	Conselho criado	DIC e PROPEX	2017	2018	Criação a partir da aprovação da política.	
58) Institucionalizar o FITUB como programa permanente de Cultura	1) Aprovar o FITUB como projeto permanente de Cultura no CONSUNI;	Projeto aprovado no CONSUNI	PROPEX	2016	2017	Será encaminhado em 2018.	
	2) Realizar as edições do FITUB:	29ª Edição (2016)	Festival realizado	DIC e PROPEX	2016	2020	FITUB realizado: 07 à 14/ julho/2016
		30ª Edição (2017)					FITUB realizado: 06 à 13/julho/2017;
		31ª Edição (2018)					Já aprovado para execução em 2018.
		32ª Edição (2019)					
33ª Edição (2020)							
59) Prover infraestrutura com as condições necessárias à preservação, à ampliação, à adequação, à acessibilidade e à construção para atividades culturais.	1) Prever equipamentos culturais no Plano Diretor de Espaço Físico (PDEFI) – detalhamento	Espaços previstos no PDEFI	COPLAN e DIC	2016	2018	As atividades do Plano Diretor, para detalhamento do zoneamento, foram descontinuadas a partir de 2016.	
	2) Adequar área de reserva técnica para o acervo de artes visuais da FURB, na Biblioteca.	Adequação da sala concluída	COPLAN/ DIC e Biblioteca	2017	2020	Em 2017 foi realizada uma triagem de materiais afim de delimitar as necessidades do espaço para acondicionamento das obras da reserva técnica.	
	3) Melhoria dos auditórios (iluminação e sonorização) e sala S 113 (teatro), parceria com Curso de Teatro.	Espaços criados	COPLAN/ DIC/AudioVisuais	2017	2018	Recursos próprios para os auditórios em parceria com setor DAC/DME e Biblioteca Universitária; aguardando projeto FUNARTE para iluminação cênica da S-113;	
	4) Estabelecer parceria com o Curso de Design na criação de novos espaços culturais no campus 2.	Espaços criados	COPLAN/ DIC/ Curso	2017	2018	As atividades do Plano Diretor, para detalhamento do zoneamento, foram descontinuadas a partir de 2016.	
60) Valorizar, preservar e restaurar	1) Elaborar o projeto de melhoria do acervo de artes visuais da FURB (pinacoteca)	Projeto Elaborado	DIC e Biblioteca	2016	2020	Projeto foi elaborado.	

o patrimônio cultural da FURB.	2) Revisar a catalogação, levantamento de documentação e diagnóstico das obras (pinacoteca). (Primeira etapa).	Catalogação revisada	DIC e Biblioteca	2016	2018	Em andamento em parceria com o Projeto Arte na Escola.	
	3) Criar um catálogo de obras de artes da coleção da FURB para divulgação.	Catálogo elaborado	DIC e Biblioteca	2017	2020	Não iniciado, depende de etapas anteriores serem concluídas.	
	4) Capacitar recursos humanos para manipulação do acervo de artes visuais da FURB;	Documentação levantada, diagnóstico e capacitação executadas	DIC/Biblioteca	2017	2020	Em andamento em parceria com o Projeto Arte na Escola.	
	5) Apoiar ações de preservação e restauro de patrimônio cultural público, quando pertinente à FURB;		Reitoria/ COPLAN e DIC	2017	2018	Acreditamos que, poder-se-ia, indicar o apoio através dos projetos no Parque das Nascentes (patrimônio natural); e adoção da Praça do Estudante através do programa municipal “Adote uma praça”.	
	6) Criar o Museu de Ciências Naturais no campus 1 da FURB;	Comissão nomeada	Reitoria	2016	2018	A Portaria nº 791/2016, de 19 de setembro de 2016, designou integrantes para compor a Comissão responsável pela elaboração de proposta para a instalação do Museu de História Natural da FURB.	
		Proposta para a instalação do Museu (CONSUNI)	Reitoria/ COPLAN/ Comissão	2016	2018	A proposta de instalação do Museu foi entregue, à Reitoria, em novembro/2016.	
		Museu em funcionamento	Reitoria/ COPLAN/ Comissão	2016	2018		
7) Restauro da Casa e Galpão Salinger.	Casa e Galpão restaurados	COPLAN/DAC	2017	2019	Contrato nº 245/2017 para elaboração de projeto arquitetônico de saneamento e escoramento da estrutura.		
61) Promover a difusão e circulação das criações artísticas e expressões culturais interno e externo	1) Promover exposições científicas e artísticas, fotográficas;	Número de exposições realizadas	DIC	2017	2020	2017: foram realizadas 23 exposições, sendo: 06 científicas, 07 artísticas e 10 fotográficas/ documentários.	
	2) Lançar edital de artes visuais:	2017	Edital lançado	DIC	2016	2020	Cumprido em 2017;
		2018					Para execução em 2018.
		2019					
		2020					

	3) Promover lançamentos de livros;	Número de livros lançados	DIC/ EDIFURB	2016	2020	2017: realizados 05 (cinco) lançamentos de livros. 2018: 2019: 2020:
	4) Promover apresentações dos grupos culturais (Orquestra FURB, Phoenix, Camerata de Violões, Coro universitário, Grupo de Danças).	Número de apresentações realizadas	DIC	2016	2020	2017: realizadas 76 apresentações. 2018: 2019: 2020:
	5) Promover ensaios abertos dos grupos culturais (Orquestra FURB, Phoenix, Camerata de Violões, Coro universitário, Grupo de Danças);	Número de ensaios abertos realizadas	DIC	2016	2020	2017: realizados 12 ensaios abertos. 2018: 2019: 2020:
	6) Promover eventos culturais (oficinas/ workshops, palestras, performances, recitais de poesias, encontros acadêmicos, mostras de vídeo/cinema, seminários/simpósios, concertos, espetáculos teatrais).	Número de eventos realizados	DIC	2016	2020	2017: promovidos 90 eventos culturais, excetuando-se as ações do FITUB, que somaram 88. 2018: 2019: 2020:
62) Integrar a diversidade cultural nos currículos (ensino)	1) Incluir na revisão dos currículos.	PPC atualizados	PROEN	2016	2020	Em estudo.
63) Estabelecer parcerias externas	1) Manter e ampliar o número de parceiros:	Número de Parcerias concretizadas	DIC e Parceiros	2016	2017	2017: Parceria com Temporada Blumenauense de Teatro; FOR RAINBOW – Festival de Cinema e Cultura da Diversidade; SEMUDES – Secretária Municipal de Desenvolvimento Social; ICBA – Instituto Câmara Brasil Alemanha; Fundação Cultural de Blumenau; Consulados Honorários da Áustria e República Tcheca; Movimento Teatrando; COLMEIA – Coletivo Multicultural de Experimentações e Intervenções Artísticas; Região Escoteira de Santa Catarina; ASSIMVI – Associação de

						Imprensa do Médio Vale do Itajaí; e, SINDILOJAS - Sindicato do Comércio Varejista de Blumenau.
	2) Manter e ampliar o número de parceiros: Cineclube SC e acervos pessoais – cinema;	Número de Parcerias concretizadas	DIC	2017	2020	2017: Parceria com SESC: executada; 2018: Parceria com SESC: renovada;
	3) Manter e ampliar o número de parceiros: Fundação Catarinense de Cultura, principalmente na assessoria para melhoria no acervo (pinacoteca).	Número de Parcerias concretizadas	DIC	2017	2020	Recebemos documentação pertinente à manutenção e preservação de acervo.

Fonte: Organizado pela COPERA-PDI

3.1.10 Políticas de Inovação e Empreendedorismo

Com a Lei nº 10.973/2004, de 02 de dezembro de 2004, conhecida como Lei da Inovação, alterada pela Lei nº 13.243/2016, de 11 de janeiro de 2016, as instituições de ciência e tecnologia tem o compromisso de instituir parâmetros a fim de gerir as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, abrangendo temas como: propriedade intelectual, participação de criadores em ganhos econômicos, compartilhamento de infraestrutura para inovação, projetos cooperados e atividades de fomento da inovação, entre outros.

Por sua vez, a Política de Inovação da FURB, estabelecida pela Resolução nº 041/2012, de 22 de outubro de 2012, considera que é estratégico e fundamental:

- a) a participação das instituições científicas e tecnológicas no processo de inovação tecnológico e social, por meio da cooperação entre a Universidade, o setor produtor de bens e serviços e outros agentes da sociedade;
- b) a atuação articulada das universidades na aplicação do conhecimento científico, técnico e tecnológico, com vistas ao fomento de benefícios institucionais e sociais;
- c) o constante aprimoramento dos parâmetros adotados no âmbito da FURB na promoção de projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I);
- d) a efetiva constituição e pleno exercício de direitos de propriedade intelectual a fim de resguardar potenciais benefícios econômicos e sociais.

Neste sentido, os objetivos propostos no âmbito da Política de Inovação, Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia da FURB são:

- a) fortalecer a atuação do Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) da Universidade;
- b) estabelecer instrumentos de valorização à atividade inventiva desenvolvida no âmbito da Instituição;
- c) estabelecer critérios para a gestão dos direitos e obrigações associadas à proteção da propriedade intelectual, resultante das atividades do PD&I da FURB;
- d) regular a aplicação de contratos e outros instrumentos de transferência de tecnologia incidentes sobre a propriedade intelectual e outras formas de disponibilização da produção científica e tecnológica da FURB;
- e) regulamentar os critérios para participação dos criadores nos ganhos econômicos obtidos pela FURB com a transferência de tecnologia;

- f) definir instrumentos de incentivo aos pesquisadores envolvidos em projetos de inovação; definir os procedimentos para utilização da infraestrutura da FURB por terceiros para fins de PD&I;
- g) regular os procedimentos para desenvolvimento de projetos cooperados de PD&I;
- h) estabelecer as atribuições mínimas do NIT da FURB;
- i) estabelecer a possibilidade de participação da FURB em atividades de pré-incubação, incubação, parques tecnológicos, sociedade de propósito específico e outras iniciativas relacionadas à implantação e desenvolvimento de ambientes favoráveis à PD&I.

A Política de Inovação da FURB prevê que as criações resultantes de atividades desenvolvidas com a utilização das instalações da Universidade ou com o emprego de seus recursos, meios, dados, informações, conhecimentos e equipamentos poderá ser objeto de proteção dos direitos de propriedade intelectual, a critério da FURB, sendo a gestão executiva das atividades de inovação, transferência de tecnologia e proteção dos direitos de propriedade intelectual da FURB exercida por seu NIT.

3.1.10.1 Desenvolvimento da Inovação

O tema inovação caracteriza-se como um assunto complexo, que se traduz na necessidade de constante aprimoramento.

Ao longo dos últimos anos surgiu o diagnóstico no sentido de que era necessário que a gestão dos ativos intangíveis da Universidade fosse realizada diretamente pela instituição, sem a mediação de terceiros contratados. Tal aspecto mostrou-se evidente considerando que a gestão de ativos intangíveis, especialmente em relação aos procedimentos junto ao INPI, demandam acompanhamento permanente e centralizado, o que não se mostrou compatível com as possibilidades e peculiaridades do regime jurídico público de contratos administrativos.

O fortalecimento do NIT representa um grande desafio e, ao mesmo tempo, uma necessidade. Entenda-se como fortalecimento, a consolidação de:

- a) uma estrutura de recursos humanos com competências multidisciplinares, em especial, no sentido de: coordenar e orientar de forma prático-teórica as atividades institucionais relacionadas direta ou indiretamente a direitos de propriedade intelectual e transferência de tecnologia; produzir e avaliar contratos e convênios relacionados direta ou indiretamente à

propriedade intelectual e transferência de tecnologia; no âmbito da gestão da inovação, orientar e participar de tratativas cujo objeto compreenda propriedade intelectual e transferência de tecnologia; gerar, acompanhar e avaliar indicadores de propriedade intelectual e transferência de tecnologia; participar nos processo de avaliação e valoração de tecnologias; fomentar, no âmbito da gestão de parceria, a colaboração interinstitucional universidade – empresa – governo.

b) uma estrutura física que, além de contribuir para a atuação eficiente dos seus colaboradores, favoreça a visibilidade interna e externa;

c) a gestão dos ativos de PI de forma direta e centralizada;

d) a constituição de uma rede de agentes internos de inovação com o objetivo de identificar potenciais de ativos intangíveis, bem como colaborar na permanente difusão de informações e sobre Inovação e Propriedade Intelectual.

Considera-se também importante a participação da Universidade na implantação e no comitê gestor do Centro de Inovação Catarinense (Inova SC), localizado em terreno cedido pela Universidade, com recursos do governo do Estado repassados por meio de convênio, com previsão de conclusão em 2018.

Quadro 15: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas à Inovação

Objetivo 15 – Fortalecimento das atividades de inovação na FURB						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/ Comentários
				Início	Fim	
64) Institucionalizar órgão responsável pela coordenação das atividades e da Política de Inovação na FURB.	1) Consolidar o setor de inovação como órgão responsável pela coordenação das atividades e da Política de Inovação na FURB.	Reestruturação do NIT	NIT/Reitoria	2016	2017	Meta atingida parcialmente. O setor de inovação está se consolidando. Necessária consolidação de espaço físico e atualização da política de inovação.
	2) Atualizar a Política de Inovação.	Resolução aprovada no CONSUNI				Em fase de encaminhamento ao CONSUNI.
65) Fomentar o processo de inovação tecnológica e social por meio da cooperação entre a Universidade, o setor produtor de bens e serviços e outros agentes da sociedade.	1) Criar condições para aproximar o pesquisador do setor produtivo.	Editais de fomento	PROPEX/NIT/Reitoria	2017	2018	Proposta em fase de elaboração.
	2) Fortalecer a participação dos grupos de pesquisa em inovação.	Número de projetos entre pesquisadores interagindo com o produtivo.	PROPEX/NIT	2016	2020	Projetos foram implementados no sentido de consolidar parcerias com o setor produtivo. (Atividade em permanente realização).
66) Fortalecer os indicadores e a cultura de PI.	1) Cursos básicos e eventos de PI.	Eventos realizados	NIT	2016	2020	Realizados vários eventos voltados a alunos e pesquisadores.
	2) Curso de redação de patentes.	Curso				Realizado parcialmente junto ao curso de busca de anterioridade.
	3) Elaborar e publicar Editais de depósito de patentes/programa de computador.	Número de processos depositados				Realizado 01 Edital do inventor. Atualmente as comunicações são feitas diretamente ao NIT sem necessidade de edital.
	4) Estabelecer rede de agentes de inovação.	Rede interna estabelecida				Implementado (permanente).
67) Participar da implementação do Distrito de Inovação Catarinense nas dependências da Universidade.	1) Acompanhar a execução do projeto.	Ações implementadas	Reitoria	2016	2020	A Reitoria/ PROAD/ UGCP vem acompanhando a execução do projeto do centro de inovação.
	2) Participar da gestão do entro de inovação.					

68) Gestão dos ativos de PI da FURB.	1) Realizar a gestão dos ativos de PI de modo constante e permanente, diretamente pela Universidade.	Atos administrativos	NIT	2016	2020	Implementado (permanente realização).
69) Auxiliar na elaboração de contratos e convênios.	1) Auxiliar na elaboração de contratos e convênios.	Número de instrumentos avaliados.	NIT	2016	2020	Implementado (permanente realização).

Fonte: organizado pelo NIT e COPERA-PDI

3.2 POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO E MOBILIDADE

A Resolução nº 197/2017, de 21 de dezembro de 2017, instituiu a Política de Internacionalização da FURB. Para efeito desta normativa, considerou-se o compromisso firmado pela FURB em sua Visão de *Ser universidade pública reconhecida pela qualidade de sua contribuição e inovação na vida regional, nacional e global*. Em seus Valores, ainda, a Universidade se comprometeu em “[...] inovar nos processos de Internacionalização”.

A internacionalização é objetivo da FURB, com intenção de ampliação de seus acordos de cooperação internacional nas mais diversas áreas do conhecimento, destacando a preocupação institucional em manter a excelência no ensino, na pesquisa e na extensão. Assim, a cooperação internacional pode ser desenvolvida em seis diferentes âmbitos: Ensino Médio, Graduação, Pós-graduação e Pesquisa, Extensão, Inovação Tecnológica, Gestão Universitária e Aprendizado ou aperfeiçoamento de Idioma.

Os princípios norteadores da Política de Internacionalização são:

- I. A produção de conhecimentos em cultura, ciência, tecnologia e inovação, relevantes para a sociedade em geral;
- II. A socialização dos conhecimentos gerados, em âmbito local, nacional e internacional;
- III. A promoção da inserção social na concepção e desenvolvimento dos projetos de internacionalização;
- IV. O incentivo à interdisciplinaridade e ao trato dos temas transversais conforme resolução vigente na FURB, nas ações de internacionalização;
- V. A internacionalização das ações de ensino, pesquisa e extensão, procurando fomentar a cooperação e a integração de pesquisadores e de programas;
- VI. O reconhecimento dos créditos e de atividades acadêmicas e científicas conforme normas vigentes;
- VII. A ética e transparência na condução das ações de internacionalização; e
- VIII. A indissociabilidade de ensino, pesquisa e extensão.

São objetivos da Política de Internacionalização:

- I. Produzir novos conhecimentos nas diversas áreas do saber;
- II. Contribuir para o desenvolvimento, sustentabilidade e visibilidade da Instituição.

- III. Contribuir para o desenvolvimento acadêmico, científico, tecnológico, artístico, cultural e pessoal dos estudantes em todos os níveis de ensino;
- IV. Contribuir para a complementação da formação de docentes, discentes e demais servidores proporcionando-lhes novas vivências e oportunidades;
- V. Estabelecer cooperação científica efetiva com universidades e/ou entidades de pesquisa no mundo;
- VI. Proporcionar o aumento do número de pesquisadores estrangeiros na Instituição;
- VII. Estimular o desenvolvimento de programas internacionais conjuntos de pós-graduação;
- VIII. Constituir-se num diferencial competitivo da Universidade, auxiliando no fortalecimento da marca FURB;
- IX. Ser agente motivador da transformação da realidade dos cursos e da consolidação da pesquisa;
- X. Estimular a multi, a inter e a transdisciplinaridade;
- XI. Interagir com o público estrangeiro (*stakeholders*) da FURB e construir relações sólidas que contribuam para o desenvolvimento regional, social, cultura, econômico e educacional;
- XII. Contribuir para a adoção de uma concepção de ensino que instigue a geração do conhecimento entre docentes, discentes e demais servidores a partir da exploração de processos cognitivos inovadores e criativos;
- XIII. Contribuir na promoção da difusão do conhecimento científico gerado na pesquisa por meio de ensino e extensão, publicações científicas qualificadas em periódicos, livros com conselho editorial, eventos, mídias e hipermídias diversas, e
- XIV. Fomentar a internacionalização dos campi, das disciplinas e dos currículos dos cursos, por meio do uso de línguas estrangeiras, da cooperação em rede, do desenvolvimento de competências comunicativas interculturais dos docentes, discentes e servidores, da mobilidade e do intercâmbio docente e discente, publicações científicas em periódicos internacionais, entre outras atividades.

São diretrizes da Política de Internacionalização:

- I. Promover a troca de experiências entre estudantes, professores, pesquisadores e servidores com os correlatos de instituições estrangeiras;

- II. Promover intercâmbios, cursos, eventos, estágios e outras ações correlatas, no âmbito internacional;
- III. Elevar os padrões acadêmicos e da qualidade dos programas e currículos;
- IV. Promover a proficiência em idiomas estrangeiros entre estudantes, professores, pesquisadores e servidores;
- V. Estabelecer parcerias estratégicas para ampliação do horizonte acadêmicos e produção do conhecimento;
- VI. Intensificar a interação da FURB com as diversas áreas do governo, com instituições de ensino superior, instituições de pesquisa, desenvolvimento e/ou inovação e com a iniciativa privada, com o objetivo de fomentar iniciativas de internacionalização;
- VII. Apoiar a interlocução e a articulação com as agências nacionais e internacionais de financiamento ao desenvolvimento da cooperação e do intercâmbio acadêmico-científico internacional ;
- VIII. Incentivar a participação dos membros da comunidade universitária em diferentes tipos de atividades acadêmico-científica e cultural internacional;
- IX. Promover e divulgar as atividades da FURB no exterior;
- X. Fortalecer a posição da FURB como Universidade de referência regional nas articulações internacionais; e
- XI. Consolidar e promover a produção do conhecimento em rede, no âmbito nacional e internacional.

Pode-se elencar alguns benefícios que esta prática proporciona, tais como:

- a) O estudo em outros países contribui para a formação de um profissional autônomo e globalizado, capaz de atuar e resolver problemas em qualquer lugar do mundo;
- b) Permite a convivência com pessoas de outros países estimulando a empatia, a tolerância, a solidariedade, o respeito pelo outro e a diversidade cultural, características necessárias ao trabalho de equipe;
- c) Os estudantes e professores estrangeiros trazem elementos culturais, econômicos, linguísticos, comportamentais e geográficos que enriquecem a sala de aula;
- d) Proporciona ao egresso o aumento de empregabilidade em todo o mundo e amplia o networking em escala global;

e) Pode proporcionar ao estudante receber o diploma assinado por sua universidade de origem e pela instituição na qual estudou no Exterior, quando previsto em convênio específico.

Neste contexto, a Universidade mantém diversos convênios com instituições de ensino superior no exterior. Buscando promover a inovação, a sustentabilidade, a cultura, o bem estar social, a qualificação e a atualização do conhecimento, ela desenvolve trabalhos em cooperação com instituições estrangeiras, por meio de programas de intercâmbio de estudantes, professores e servidores técnico-administrativos das mais diversas áreas.

Quadro 16: Acordos/Convênios Internacionais FURB (2017)

Instituição Estrangeira	País	Observação
1. Alanus Hochschule	Alemanha	
2. <u>Beuth Hochschule für Technik Berlin</u>	Alemanha	
3. <u>Ernst-Moritz-Arndt Universität Greifswald</u>	Alemanha	
4. <u>Evangelische Hochschule Nürnberg</u>	Alemanha	
5. <u>Fachhochschule Bingen</u>	Alemanha	
6. Fachhochschule Kaiserslautern	Alemanha	
7. FH Aachen University of Applied Sciences	Alemanha	
8. Hochschule Aschaffenburg	Alemanha	
9. <u>Hochschule für Wirtschaft und Recht Berlin</u>	Alemanha	<i>Berlin School of Economics and Law</i>
10. Hochschule Neubrandenburg	Alemanha	
11. <u>Hochschule Offenburg</u>	Alemanha	
12. <u>Hochschule Stralsund</u>	Alemanha	<i>University of Applied Sciences</i>
13. <u>Hochschule Wismar</u>	Alemanha	<i>University of Technology, Business and Design</i>
14. Pädagogische Hochschule Weingarten	Alemanha	
15. Technische Hochschule Ingolstadt	Alemanha	
16. <u>Technische Universität Ilmenau</u>	Alemanha	<i>University of Technology</i>
17. Universität Bremen	Alemanha	Pesquisa Programa de Pós-graduação em Engenharia Química
18. Universidad de Buenos Aires	Argentina	Convênio exclusivo para o curso de Arquitetura e Urbanismo
19. Universidade Nacional de La Plata	Argentina	Convênio para os cursos do Centro de Ciências Tecnológicas – CCT
20. Universidad Nacional de las Artes	Argentina	Cursos do departamento de Artes
21. Universidad Nacional de Luján	Argentina	
22. Universidad Nacional del Litoral	Argentina	
23. Universidad Nacional de Tucumán	Argentina	Cursos: Direito, Ciências Sociais, Economia
24. Universidade Católica de Salta	Argentina	Pós-graduação e Pesquisa
25. Universidade de Palermo	Argentina	Pesquisa na área de Design
26. Fachhochschule Technikum Wien	Áustria	
27. Universität Innsbruck	Áustria	
28. <u>Université de Montréal</u>	Canadá	Convênio entre o Departamento de Ciências Naturais da FURB e o Departamento de Geografia da Université de Montreal
29. Universidad Austral de Chile	Chile	
30. <u>Universidad de Los Lagos</u>	Chile	
31. <u>Universidad de Valparaíso</u>	Chile	
32. <u>Universidad del Pacífico</u>	Chile	

33.	<u>Universidade de Macau</u>	China	Convênio para os cursos do Centro de Ciências Tecnológicas - CCT
34.	<u>Universidad Nacional de Colombia</u>	Colômbia	Convênio entre o Departamento de Ciências Naturais da FURB e a Facultad de Medicina Veterinaria y de Zootecnia da Universidad Nacional de Colômbia
35.	Instituto Tecnológico de Costa Rica	Costa Rica	
36.	Universidad Nacional	Costa Rica	
37.	<u>Roskilde University</u>	Dinamarca	
38.	Universidad San Francisco de Quito	Equador	
39.	Universidad Complutense de Madrid	Espanha	
40.	Universidad de Granada	Espanha	Docência e Pesquisa
41.	Universidade Cardenal Herrera	Espanha	CCEN – Projetos de Pesquisa
42.	Universidad de Huelva	Espanha	
43.	<u>Universidade de Vigo</u>	Espanha	
44.	<u>Universidade de Girona</u>	Espanha	
45.	Universitat de València	Espanha	Educação social, Pedagogia e Filosofia
46.	Oregon State University	Estados Unidos	
47.	Institu Supérieur de Gestion	França	
48.	University of Education, Winneba	Gana	
49.	Universidad Maya Kaqchikel	Guatemala	
50.	Avans Hogeschool	Holanda	Convênio para os cursos do CCSA e Fisioterapia
51.	Jaipur National University	Índia	
52.	Università Degli Studi di Cassino e del Lázio Meridionale	Itália	
53.	Università Degli Studi di Ferrara	Itália	Convênio com o Departamento de química e farmácia da instituição estrangeira
54.	Università Degli Studi di Milano	Itália	Laboratório de Anatomia Humana
55.	Università Degli Studi di Pavia	Itália	Pós-graduação
56.	Università di Napoli Federico II	Itália	
57.	Universidad Autónoma de Guerrero	México	Pesquisa e Eventos
58.	<u>Universidad Autónoma del Estado de México</u>	México	Convênio para os cursos do Centro de Ciências Tecnológicas - CCT
59.	<u>Universidade Eduardo Mondlane</u>	Moçambique	
60.	Universidad Autónoma de Asunción	Paraguai	
61.	Instituto Piaget	Portugal	
62.	Instituto Politécnico de Leiria	Portugal	
63.	Instituto Superior de Paços de Brandão	Portugal	
64.	<u>Universidade da Beira Interior</u>	Portugal	
65.	Universidade do Algarve	Portugal	
66.	<u>Universidade do Minho</u>	Portugal	
67.	Universidade do Porto	Portugal	
68.	<u>Universidade Fernando Pessoa</u>	Portugal	
69.	<u>Högskolan i Borås</u>	Suécia	Convênio para os cursos do Centro de Ciências Tecnológicas – CCT, Administração e Informática da FURB
70.	<u>Högskolan i Halmstad</u>	Suécia	
71.	<u>Högskolan i Halmstad</u>	Suécia	<u>Dupla titulação Programa de Pós-graduação em Administração e Ciências Contábeis</u>
72.	<u>Högskolan Väst</u>	Suécia	

Fonte: Relatório de Atividades Institucionais, CRI, 2017.

De acordo com a Resolução nº 35/2010, que homologa o Estatuto da FURB, a Coordenadoria de Relações Internacionais (CRI) tem como finalidade a troca de experiências, intercâmbio acadêmico, docente e técnico-administrativo e desenvolvimento de atividades relacionadas com o espírito de cooperação internacional. Compete à CRI orientar, acolher e acompanhar docentes, pesquisadores e discentes estrangeiros (*incoming*), assim como a orientação aos docentes pesquisadores e discentes da FURB que estejam saindo (*outgoing*) para intercâmbio, além de suporte a projetos no âmbito da internacionalização.

Os acadêmicos matriculados em curso de graduação da FURB estão aptos a se inscrever para participar de programas de intercâmbio. Essa participação é regulamentada por editais próprios, com ofertas de programas específicos, os quais regram as condições necessárias. Visando à internacionalização do currículo e à possibilidade de troca de experiências internacionais, em 2017 foram ministradas as seguintes disciplinas em inglês:

- *Entrepreneurship and Corporate Strategies*: Empreendedorismo e Estratégias Corporativas (2017.1 e 2017.2);
- *Globalization and International Business Management*: Globalização e Gerenciamento de Negócios Internacionais (2017.1 e 2017.2);
- *Marketing and Consumer Behavior*: Marketing e Comportamento do Consumidor (2017.1 e 2017.2);
- *Methods and Research Techniques in Marketing*: Métodos e Técnicas de Pesquisa em Marketing (2017.1 e 2017.2).

Embora tenham sido ofertadas as disciplinas *Educación Intercultural* e *Interkulturelle Bildung*: Educação Intercultural em Espanhol e Alemão respectivamente, não houve número de alunos suficiente para que fossem ministradas.

Não obstante, a mobilidade de docentes e discentes vem sendo inserida nos PPC, prevendo a possibilidade de cursar disciplinas em instituições estrangeiras de ensino superior pelo período de um ou dois semestres. Os créditos cursados no exterior, em que se obtiver aproveitamento, de acordo com as regras da instituição estrangeira ofertante das disciplinas, poderão ser convalidados na FURB, pelo colegiado de curso, mediante análise da documentação pertinente e de acordo com a resolução e normas específicas.

Quadro 17: Mobilidade Acadêmica – Estudantes Encaminhados ao Exterior (2017)

País	Instituição de Destino	Curso	Nº pessoas	Bolsas	Período
Alemanha	Fachhochschule Kaiserslautern	Sistemas de Informação	1		1 semestre
	Hochschule Aschaffenburg	Administração	1		1 semestre
		Direito	1		1 semestre
		Engenharia Elétrica	1		1 semestre
		Engenharia Civil	1		1 semestre
	Hochschule für Wirtschaft und Recht Berlin	Turismo e Lazer	1		1 semestre
		Direito	1		1 semestre
		Tecnologia em Comércio Exterior	1		1 semestre
	Hochschule Offenburg	Engenharia Química	1		1 semestre
		Engenharia Elétrica	1	1 BW	1 semestre
Pädagogische Hochschule Weingarten	Letras Inglês	1		1 semestre	
	Música	1		1 semestre	
Áustria	Herz-Jesu Krankenhaus Gmbh	Enfermagem	1		6 semanas
	Universität Innsbruck	Direito	1		1 ano
Dinamarca	Roskilde University	Jornalismo	1		1 semestre
Holanda	Avans Hogeschool	Tecnologia em Marketing	1		1 semestre
Itália	Università Degli Studi di Pavia	Doutorado em Administração e Ciências Contábeis	1		4 meses
	Università di Napoli Federico II	Direito	1		1 semestre
México	Universidade Veracruzana	Ciências Biológicas	3		1 semana
Portugal	Instituto Federal de Lisboa - ISCTE	Doutorado em Administração e Ciências Contábeis	1	1 CAPES	3 meses
	Universidade da Beira Interior	Arquitetura e Urbanismo	4		1 semestre
		Arquitetura e Urbanismo	4		1 semestre
	Universidade do Algarve	Educação Física	1		1 semestre
		Biomedicina	2		1 semestre
		Psicologia	1		1 semestre
		Farmácia	1		1 semestre
	Universidade do Minho	Engenharia Civil	1		1 semestre
		Moda	2		1 semestre
		Música	1		1 ano
		Publicidade e Propaganda	1		1 ano
	Universidade do Porto	Química	1		1 semestre
		Arquitetura e Urbanismo	2		1 semestre
		Direito	2		1 ano
		Direito	2		1 semestre
		Educação Física	2		1 semestre
Medicina Veterinária		4		1 semestre	
Suécia	Högskolan i Borås	Nutrição	1		1 ano
		Administração	1		1 semestre
		Engenharia de Produção	1		1 semestre
		Engenharia Química	1	1 docente	3 semanas
		Engenharia Química	1	1 docente	15 dias

Högskolan i Halmstad	Arquitetura e Urbanismo	2		1 semestre
	Engenharia Civil	1		1 semestre
	Publicidade e Propaganda	1		1 ano
	Tecnologia em Comércio Exterior	1		1 ano
	Tecnologia em Marketing	1		1 ano
Högskolan Väst	Ciência da Computação	1		1 semestre
	Engenharia Elétrica	1	1 docente	

Fonte: Coordenadoria de Relações Internacionais (CRI)

A FURB também recebe estudantes estrangeiros para cursar disciplinas nos currículos ofertados, conforme pode ser observado no Quadro 18. O intercâmbio de discentes vindos do exterior para a FURB enriquece a formação acadêmica e cultural dos nossos estudantes e também do corpo docente.

O recebimento desses estudantes, sejam de convênios específicos ou não, permite a matrícula desses em nossa Instituição, sendo que esses processos são regulamentados apropriadamente. Os créditos cursados na FURB nos quais o estudante estrangeiro obtiver aproveitamento, de acordo com as regras dos PPC em vigor e registrados em respectivo histórico escolar emitido pela FURB, poderão ser convalidados na instituição de origem do estudante, de acordo com as regras próprias.

Quadro 18: Mobilidade Acadêmica – Estudantes Estrangeiros Acolhidos (2017)

País	Instituição de Origem	Vinculação com a FURB	Atividade	Nº estudantes	Período
Alemanha	Ernst Moritz Arndt Universität Greifswald	Tecnologia em Comércio Exterior	Estudo/ Estágio	1	1 semestre
	Fachhochschule Bingen	Tecnologia em Marketing	Estudo	1	1 semestre
	Hochschule Für Technik und Wirtschaft des Saarlandes	Tecnologia em Comércio Exterior	Estágio	2	1 semestre
	Hochschule Kaiserslautern	Tecnologia em Comércio Exterior	Estudo/ Estágio	1	1 semestre
	Hochschule Offenburg	Engenharia Elétrica	Estágio	1	1 ano
	Technische Hochschule Ingolstadt	Tecnologia em Comércio Exterior	Estudo	1	1 semestre
Costa Rica	Instituto Tecnológico de Costa Rica	Ciência da Computação	Estudo	1	1 semestre
		Engenharia Civil	Estudo	1	1 semestre
		Engenharia de Produção	Estudo	1	1 semestre
		Engenharia Elétrica	Estudo	1	1 semestre
		Engenharia Química	Pesquisa	1	1 semestre
Espanha	Universidad de Granada	Engenharia Química	Estudo	2	1 semestre
	Universitat de València	Pedagogia	Estudo/ Estágio	1	1 semestre
Guiné-bissau	Programa Estudante Convênio Pós-graduação	Mestrado em Ciências Contábeis	Estudo	1	Todo o curso
Itália	Università di Napoli Federico II	Direito	Pesquisa	2	2 meses
México		Direito	Pesquisa	2	3 meses

	Universidad Autónoma de San Luis Potosí	Mestrado em Desenvolvimento Regional	Pesquisa	1	3 meses
Suécia	Högskolan i Borås	Tecnologia em Comércio Exterior	Estudo	2	1 semestre
		Engenharia Elétrica	Pesquisa	1	3 meses
	Högskolan i Halmstad	Tecnologia em Comércio Exterior	Estágio	3	3 meses

Fonte: Coordenadoria de Relações Internacionais - CRI

No que tange ao intercâmbio docente, entende-se como qualquer afastamento para a realização de estudos, pesquisas ou colaboração com outra instituição, incluindo-se nessa definição estágios de pós-doutorado, licenças sabáticas, bem como afastamentos decorrentes de programas oriundos de agências governamentais e órgãos de fomento nacionais e/ou internacionais. O intercâmbio docente tem por finalidade o desenvolvimento de atividades correlatas à docência, pesquisa e extensão na instituição de destino.

Por outro lado, faz-se necessária a organização de programas de docentes e pesquisadores visitantes, criando facilidades e estímulo para atrair docentes e pesquisadores estrangeiros de alta competência em suas áreas de atuação.

3.2.1 Programa Ciência sem Fronteiras (CsF)

Coordenado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), este Programa ofereceu bolsas de estudo para Intercâmbio, buscando promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, da inovação e da competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional.

Entre 2012 e 2016, a FURB, em parceria com esse programa, enviou discentes para diversos países da Europa, Oceania e América do Norte, conforme Quadro 21:

Quadro 19: Programa Ciência sem Fronteiras – Estudantes Enviados (2012 e 2015)

Curso	Alunos	Instituição	País
Arquitetura e Urbanismo	1	Carl Duisberg Centrum München	Alemanha
Arquitetura e Urbanismo	1	Technische Universität Braunschweig	Alemanha
Arquitetura e Urbanismo	1	University of Sydney	Austrália
Arquitetura e Urbanismo	1	Dublin Institute of Technology	Irlanda
Arquitetura e Urbanismo	1	Umeå University	Suécia
Ciência da Computação	1	Technische Universität München	Alemanha
Ciência da Computação	1	Nowergian Univ. of Science and Technology	Noruega
Ciências Biológicas	1	Radboud University Nijmegen	Holanda

Ciências Biológicas	1	Eötvös Loránd University	Hungria
Engenharia Civil	1	Technische Universität Dresden	Alemanha
Engenharia Civil	1	Ryerson University	Canadá
Engenharia Civil	1	Carleton University	Canadá
Engenharia Civil	1	Universidad Católica San Antonio de Murcia	Espanha
Engenharia Civil	1	Universidade de Santiago de Compostela	Espanha
Engenharia Civil	1	Rutgers University	Estados Unidos
Engenharia Civil	1	University College London	Reino Unido
Engenharia Civil	1	University of Ulster	Reino Unido
Engenharia de Produção	1	Hochschule für Technik und Wirtschaft Dresden	Alemanha
Engenharia de Produção	1	Rochester Institute of Technology	Estados Unidos
Engenharia de Produção	1	Aalto University School of Science	Finlândia
Engenharia Elétrica	1	Leibniz Universität Hannover	Alemanha
Engenharia Elétrica	1	Australian National University	Austrália
Engenharia Elétrica	1	University of South Australia	Austrália
Engenharia Elétrica	1	Lakehead University	Canadá
Engenharia Elétrica	1	Budapest University of Technology and Economics	Hungria
Engenharia Elétrica	1	Università Degli Studi di Firenze	Itália
Engenharia Florestal	1	Australian National University	Austrália
Engenharia Florestal	1	University Northern British Columbia	Canadá
Engenharia Florestal	1	University of West Hungria	Hungria
Engenharia Química	2	Universität Bremen	Alemanha
Engenharia Química	1	Fachhochschule Bingen	Alemanha
Engenharia Química	1	Hochschule Anhalt	Alemanha
Engenharia Química	1	Technische Universität Bergakademie Freiberg	Alemanha
Engenharia Química	1	Carl Duisberg Centrum Köln	Alemanha
Engenharia Química	1	Carl Duisberg Centrum Radolfzell	Alemanha
Engenharia Química	1	Frankfurt University of Applied Sciences	Alemanha
Engenharia Química	1	Friedrich-Alexander Universität Erlangen	Alemanha
Engenharia Química	1	University of Melbourne	Austrália
Engenharia Química	2	University of Toronto	Canadá
Engenharia Química	1	Lakehead University	Canadá
Engenharia Química	1	University of Alberta	Canadá
Engenharia Química	1	Rutgers University	Estados Unidos
Engenharia Química	1	Western Michigan University	Estados Unidos
Engenharia Química	1	University of California	Estados Unidos
Engenharia Química	1	Åbo Akademi University	Finlândia
Engenharia Química	1	University of Debrecen	Hungria
Engenharia Química	1	University of Limerick	Irlanda
Engenharia Química	1	University of Strathclyde Glasgow	Reino Unido
Engenharia Química	1	Swansea University	Reino Unido
Engenharia Química	1	KTH Royal Institute of Technology	Suécia
Medicina	1	The University of New South Wales	Austrália

Medicina	1	The University of Sydney	Austrália
Medicina	1	University of Manitoba	Canadá
Medicina	2	University of Eastern Finland	Finlândia
Medicina	1	Athlone Institute of Technology	Irlanda
Medicina	1	Dublin Business School	Irlanda
Medicina	1	University of Warwick	Reino Unido
Medicina Veterinária	1	University College Dublin	Irlanda
Química	1	Marburg	Alemanha
Química	1	De Montfort University	Reino Unido
Sistemas de Informação	1	The University of British Columbia	Canadá
Sistemas de Informação	1	The Catholic University of America	Estados Unidos
Total	65		

Fonte: Coordenadoria de Relações Internacionais (CRI)

3.2.2 Programa Idiomas sem Fronteiras (ISF) e Política Linguística da FURB

Em 2018, por meio da Resolução nº 035/2018, a FURB aprovou o Programa Idiomas sem Fronteiras (ISF) no âmbito da FURB. O referido Programa está subordinado ao Programa ISF da Secretaria de Educação Superior (SESu) do MEC e tem como objetivo geral contribuir para uma ampla Política de Internacionalização, com vistas à projeção internacional para as ações de ensino, pesquisa, extensão e cultura, por meio da ampliação de oferta de cursos em outros idiomas, do fortalecimento de programas de mobilidade acadêmica externa e interna, bem como de uma maior circulação de conhecimento científico produzido pela Instituição.

Também em 2018 foi instituída a Política Linguística da FURB, por meio da Resolução nº 038/2018, com o objetivo geral de “definir estratégias institucionais que atendam aos pressupostos da formação linguística, da internacionalização do ensino, da pesquisa, da extensão e da cultura, valorizando as relações interculturais, a inclusão social e a diversidade cultural, tomando por referência a formação integral, o respeito à diversidade e à solidariedade”.

3.2.3 Desenvolvimento da Internacionalização e Mobilidade

Para o período de vigência deste PDI, há intenção da Universidade em ampliar a internacionalização e a mobilidade acadêmica. Para tanto, algumas ações precisam ser tomadas, tais como: ampliar o número de servidores docentes e técnico-administrativos com fluência em outros idiomas e ampliar o número de disciplinas ofertadas nos cursos em outros idiomas, bem como inserir o ensino do idioma inglês nos diversos cursos da FURB.

Entre os objetivos destas ações, destacam-se:

- proporcionar experiências de educação para a comunidade em outras línguas;
- preparar servidores e acadêmicos para participação em intercâmbios internacionais;
- oferecer disciplinas em língua estrangeira, permitindo a inserção da FURB no contexto da mobilidade acadêmica internacional de alunos e professores.
- alcançar excelência nos indicadores de desempenho institucional, estabelecidos pelo SINAES, no que diz respeito à Internacionalização e Mobilidade.

Quadro 20: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas à internacionalização e mobilidade.

Objetivo 16- Consolidar as ações de internacionalização da FURB e ampliar os convênios de mobilidade						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/Comentários
				Início	Fim	
70) Revisar a política de mobilidade de docentes e estudantes.	1) Instituir a política de Internacionalização (Resolução para mobilidade);	Resolução aprovada no CONSUNI	CRI	2016	2017	A Resolução nº 197/2017, a qual institui a Política de Internacionalização da FURB foi aprovada (em 21/12/2017).
	2) Institucionalizar a saída de docentes para intercâmbio (Resolução)	Resolução	CRI/CONSUNI	2016	2016	Resoluções nº 22/2016 e nº 49/2017 publicadas.
71) Ampliar o número de servidores e estudantes com proficiência em língua estrangeira.	1) Inserir, nas propostas de matrizes curriculares para os cursos de graduação, “áreas livres”/ opcionalmente a serem preenchidas com disciplinas em idiomas;	Currículos alterados	PROEN/CRI/ PROAD/ CCEAL FURB IDIOMAS/	2016	2020	Iniciado em alguns cursos (Administração); 2018 – Em discussão no NDE da Medicina;
	2) Facilitar o acesso dos servidores às disciplinas voltadas à proficiência em idiomas;	Servidores com proficiência em idioma	PROEN/CRI/ PROAD/ CCEAL FURB IDIOMAS/	2016	2020	Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF) e implementação do NuLi-IsF em 2017.
	3) Inserir, como componente curricular obrigatório, conteúdos que visem a proficiência de, pelo menos, uma língua estrangeira nos cursos de graduação.	Currículos alterados	PROEN/CRI/ FURB IDIOMAS/ CCEAL	2016	2020	Não realizado em 2017.
72) Ampliar os convênios de mobilidade e de estágios para intercambistas.	1) Incentivar a internacionalização dos PPG.	Mobilidade/ intercâmbio inseridas na proposta dos PPG	PROPEX/ PPG/ CRI	2016	2020	Dupla Diplomação no Mestrado e Doutorado – PPGAD e PPGCC A Resolução nº 067/2017 estabeleceu as normas para a revalidação de diplomas de graduação e reconhecimento de cursos de pós-graduação stricto sensu expedidos por IES estrangeiras.
	2) Cadastrar empresas parceiras (por meio de Editais) e estabelecer convênios para realização de estágios para intercambistas estrangeiros.	Editais publicados/ Convênios firmados	CRI	2017	2020	
73) Proporcionar experiências de	1) Realizar cursos de curta duração, durante o período de recesso escolar,	Cursos realizados	CRI/FURB Idiomas	2017	2020	

educação para a comunidade em outros idiomas;	em inglês ou outro idioma (“Curso de verão”);					
	2) Realizar ações de integração com os estrangeiros, a partir de palestras, oficinas, em outros idiomas.	Cursos realizados	CRI	2017	2020	Em 2017 foram realizadas 02 Oficinas de Integração com os estrangeiros.
	3) Promover cursos de português para estrangeiros (imersão) anterior ao início do semestre (para aqueles que frequentarão disciplinas durante o semestre em português);	Cursos realizados	FURB Idiomas	2017	2020	Em 2017 foram ofertadas 02 turmas do Curso de português para estrangeiros
	4) Criar um “módulo internacional” para cursos de especialização, o qual poderá ser frequentado por todos os alunos matriculados nos cursos <i>lato sensu</i> .	Cursos realizados	Unidades Universitárias	2017	2020	
	5) Promover cursos de idiomas (imersão) para quem tem interesse em fazer intercâmbio;	Cursos realizados	FURB Idiomas	2017	2020	

Fonte: Organizado pela CRI e COPERA-PDI.

3.3 COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE

Alinhada com o conceito *freiriano* de que Comunicação é igual a Extensão (FREIRE, 1979), a FURB consolida suas práticas de Comunicação com a sociedade, além dos meios informativos organizacionais, também por um dos pilares do sentido universitário, que são os projetos de extensão. Além da prática em si comunicacional de todas as ações extensionistas, mobilizando milhares de cidadãos na comunidade regional, destacam-se projetos dos vários cursos da área de Comunicação da instituição, com abordagens específicas.

Nesse contexto, a Comunicação com a Sociedade ultrapassa interesses promocionais, fazendo com que a universidade cumpra sua missão e confirme um dos princípios que é o de dar publicidade aos seus feitos, com a visão de universidade pública regional reconhecida por suas contribuições, compartilhando saberes.

3.3.1 Portal da Transparência

A Lei nº 12.527, sancionada em 18 de novembro de 2011, tem como propósito regulamentar o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas, e seus dispositivos são aplicáveis aos três Poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios. A publicação da Lei de Acesso a Informações significa um importante passo para a consolidação democrática do Brasil e tornar possível uma maior participação popular e o controle social das ações governamentais, o acesso da sociedade às informações públicas permite que ocorra uma melhoria na gestão pública.

A FURB, como instituição de direito público, garante o acesso irrestrito a informações sobre seus atos administrativos por meio do Portal da Transparência. Nesse portal é possível acessar a agenda da Reitoria, bem como obter dados orçamentários da Universidade, acessar as publicações legais, dados funcionais e remuneração dos servidores, dentre outros assuntos. Informações que não estejam disponíveis podem ser solicitadas via e-mail arquivocmu@furb.br.

3.3.2 Ouvidoria

A Ouvidoria atua como um canal de comunicação entre a comunidade e a Universidade, focando sua atuação na mediação de conflitos.

A Ouvidoria acolhe e analisa opiniões, sugestões, reclamações e problemas – da sociedade e da comunidade acadêmica – referentes à FURB e toda sua estrutura. Atua como um canal de comunicação que prima pelo equilíbrio nas relações e na solução das divergências, focando sua atuação na mediação de conflitos. São atribuições da Ouvidoria:

- a) atuar no pós-atendimento, na mediação de conflitos entre o cidadão e a Instituição;
- b) avaliar a procedência das solicitações, encaminhando-as aos setores competentes para a devida apreciação e resposta;
- c) acompanhar as providências adotadas, cobrando soluções;
- d) dar o devido retorno ao interessado de forma ágil e desburocratizada;
- e) avaliar a Instituição no exercício da autocrítica e da reflexão;
- f) mapear e localizar eventuais falhas nos procedimentos da Instituição;
- g) propor a adoção de providências ou medidas para a solução de problemas, quando necessário.

3.3.3 Fale com o Reitor

Fale com o Reitor é um canal criado para a comunicação da comunidade universitária diretamente com a gestão superior da FURB.

3.3.4 Jornalismo Institucional

O jornalismo da FURB produz e distribui conteúdo, informações e imagens da Instituição à sociedade. É responsável pelo noticiário do website, com uma média de quatro notícias/dia, pela edição do boletim diário de notícias para a imprensa, pelo Blog FURB Na Mídia e pela assessoria de imprensa com os órgãos de comunicação local e nacional.

O jornalismo da FURB atua internamente para um público de 16 mil pessoas – entre estudantes, servidores docentes e técnico-administrativos – e, externamente, especialmente junto à comunidade regional e estadual, para cerca de 100 veículos de comunicação.

Além disso, o jornalismo está sempre à disposição da comunidade acadêmica e da imprensa para divulgar os eventos e projetos da Universidade e seus cursos de maneira transparente, ética e democrática. Para tanto, é possível sugerir pauta para as notícias do Website FURB, bastando preencher o formulário disponível no site da FURB.

3.3.5 Revistas Científicas e de Divulgação Cultural

As revistas científicas de divulgação da pesquisa e produção acadêmica de graduação e programas de pós-graduação, geradas na Universidade, são eletrônicas e integram o Portal de Periódicos FURB. A Universidade alcançou a classificação das suas revistas pelo índice Qualis, da Capes, qualificando as publicações e a produção acadêmica da Instituição. O Portal roda no Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER), desenvolvido especificamente para a construção e gestão de periódicos científicos que são reconhecidos pela Capes.

Quadro 21: Revistas Científicas Eletrônicas

Revista/Qualis 2016	Descrição
Atos de Pesquisa em Educação/B1	Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da FURB.
Dynamis/A2	Revista do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática.
Linguagens - Revista de Letras, Artes e Comunicação	Revista científica dos cursos de Letras, Artes e Comunicação da FURB.
O Teatro Transcende	Revista do Departamento de Artes da FURB que divulga a produção científica ligada à área das artes cênicas - teatro e dança.
Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional	Revista do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da FURB.
Revista de Estudos Ambientais	Revista do Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da FURB.
Revista de Negócios	Revista do Programa de Pós-Graduação em Administração da FURB.
Revista Jurídica/B1	Revista do CCJ da FURB.
Revista Universo Contábil	Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da FURB.

Fonte: Organizado pela COPERA-PDI

Por sua vez, a Revista de Divulgação Cultural é revista impressa, distribuída em todo Brasil pela editora da FURB, e pretende ser uma revista jornalístico-científica para compartilhar conhecimento produzido na Universidade. O "cultural" do título, deve ser entendido da forma mais ampla possível. Política, saúde, literatura, comportamento, tudo o que possa interessar ao leitor mais exigente. A RDC foi criada no ano de 1977 e circulou por 28 anos. Em 2006 a RDC teve a veiculação suspensa, a qual foi retomada recentemente, em 2016, ano em que a EDIFURB completou 30 anos.

3.3.6 Rádio e Televisão Educativa (RTE)

A RTE propõe-se a executar serviços de radiodifusão educativa, a produzir e veicular programas educativos, culturais, esportivos, científicos e noticiosos de televisão e rádio, sem finalidade lucrativa. A direção e a fiscalização das atividades da RTE são a Diretoria Executiva

e o Conselho de Programação, cuja constituição e competências são definidas em instrumentos próprios.

Estão inseridas na RTE as atividades desenvolvidas pela FURB FM, FURB TV e a TV Universitária (TUB).

3.3.6.1 FURB FM: uma rádio diferenciada

A FURB FM objetiva atender o público que aprecia músicas de qualidade sem apelos ou intervenções comerciais, com cuidadosa seleção musical. Sua programação é diversificada; entre os gêneros musicais destacam-se MPB, rock, reggae, blues, jazz e música erudita. Como rádio educativa, apoia a promoção de eventos artísticos e culturais, além de difundir ações de estímulo à cidadania. Abrange boa parte da região do Vale do Itajaí, a partir de Blumenau.

Toda a programação da FURB FM 107,1 está aberta a sua sugestão, pelos meios eletrônicos de contato e diretamente com os programas pelo e-mail de cada um deles. Os programas produzidos pela FURB FM podem ser observados no Quadro 24:

Quadro 22: Programas Produzidos pela FURB FM

PROGRAMAS	DESCRIÇÃO
Vertentes	Programa dedicado à divulgação de um gênero musical que mescla diversas influências, tendo como base a improvisação do jazz e a energia eletrificada do rock. As criações arrojadas de Miles Davis e da Mahavishnu Orchestra no início da década de 70 levaram o jazz a uma nova dimensão, conquistando, além do público cativo do jazz, também os amantes do rock.
Alles Blues	Programa voltado ao blues, com foco na evolução do gênero desde sua pré-história na África Ocidental, onde germinou, passando pelos Estados Unidos, onde floresceu e espalhou suas sementes, até chegar ao estágio atual: ouvido e produzido por todos os cantos do mundo.
Casinha Cabocla	Programa de rádio Casinha Cabocla, é fruto de uma verdadeira paixão pela viola caipira e pelas coisas da roça. No programa são resgatadas as modas de viola, com a apresentação de músicas cantadas e produzidas pelas duplas que foram sucesso nos anos 40 a 70.
Batuque na Cozinha	Programa com a proposta de fazer o resgate dos compositores e intérpretes do samba tradicional, dando destaque a esse ritmo, resgatando sua importância na música brasileira e mundial. No Batuque são narradas histórias envolvendo os vários elementos associados ao samba, desde a alimentação e os instrumentos musicais até as várias divisões do ritmo musical genuinamente brasileiro.
Clássicos de Ontem e de Hoje	Programa com o intuito de estimular o gosto pelo gênero da música erudita, pela apresentação, ao ouvinte, dos momentos e da história em torno de cada composição, tornando esses momentos ricos em emoção. Utilizando uma linguagem simples, descontraída e didática, Graf busca discorrer sobre histórias e fatos que contribuíram para a construção da obra à época de sua elaboração, além de explicar a técnica musical.
Linha Campeira	Linha Campeira representa a exaltação da música e da cultura gaúcha. Oferecido gratuitamente às emissoras de caráter educativo, universitário e comunitário sediadas no Estado de Santa Catarina, tem produção independente.

Fonte: RTE e Curso de Jornalismo da FURB, organizado pela COPERA-PDI

A programação musical da FURB FM é intercalada com notícias da Universidade, como o Minuto FURB, agenda cultural, avisos de utilidade pública, entre outras informações de cunho educativo, cultural e informativo. Destaca-se o Jornalismo em Ação, que são *programetes* de rádio com notícias diárias sobre acontecimentos na Universidade, produzidas pelos estudantes do Curso de Jornalismo. A FURB FM também apresenta diariamente, em duas edições, o jornal Clip Notícias, onde relata as principais notícias dos acontecimentos da região, do Brasil e do Mundo, que sejam relevantes a nossa região.

3.3.6.2 FURB TV

A FURB TV foi a primeira geradora de conteúdos essencialmente educativos no estado de Santa Catarina, veiculando programas que priorizam a cultura e os valores da região, assim como atividades acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão. A programação com inclusão social, espaço para as informações da região, sem ideias prontas e impostas, faz da FURB TV um canal voltado para o saber informar e formar a todos.

Com conteúdo produzido localmente ou por meio da sua parceria com o canal educativo TV Cultura, da Fundação Padre Anchieta, a programação da FURB TV é transmitida para Blumenau e cidades do Vale do Itajaí por sinal aberto, canal 13 e também pelas operadoras de TV por assinatura – canais 06 da Net e 11 da BTV. Os programas produzidos pela FURB FM podem ser observados no Quadro 23:

Quadro 23: Programas Produzidos Pela FURB TV

PROGRAMAS	DESCRIÇÃO
Cidadania em Debate	Programa do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau (SINSEPEs), que discute temas sociais de interesse da população; educação, religião, meio ambiente e a sociedade em geral são colocados num debate, o qual conta com a opinião de especialistas.
FURB Notícias	O FURB Notícias é um programete, que apresenta as informações sobre as atividades acadêmicas nas diferentes áreas do conhecimento e os eventos da Universidade.
FURB Pesquisa	Um programa para os que acreditam que ciência e tecnologia são fundamentais para o desenvolvimento econômico e social sustentável.
Hardsoft Informática na TV	O programa traz os principais assuntos ligados à informática. Os especialistas participantes esclarecem dúvidas relacionadas ao mundo dos computadores.
Missa Dominical	Transmissão da celebração eucarística realizada aos domingos, na Catedral São Paulo Apóstolo de Blumenau.
Plug In	É o espaço dos alunos do curso de Comunicação Social – Publicidade & Propaganda da FURB. O programa, produzido pelos alunos sob a coordenação de professor do curso, procura mostrar o cotidiano dos profissionais de comunicação, assim como a inserção da publicidade nas diversas áreas e veículos de comunicação, alternando com momentos de cultura e informação.
TV Empresa	Programa semanal que aborda os aspectos empresariais e administrativos. Empreendedorismo, temas atuais de economia, negócios, administração e perfil de empresas fazem parte desse cardápio de apresentações e entrevistas..

Tá Rolando	Cobertura jornalística de fatos e eventos universitários oriundos dos mais de 40 cursos da FURB, produzido por alunos do curso de Jornalismo, sob orientação da jornalista Alessandra Meinicke.
------------	---

Fonte: RTE

Em 2017 deverá, também, ter seus sinais transmitidos em sistema digital HDTV pelo canal 22-UHF, pois em fevereiro de 2014 teve seu projeto aprovado junto ao Ministério das Comunicações.

3.3.6.3 TV Universitária (TUB)

A Televisão Universitária de Blumenau (TUB) é um importante veículo de comunicação para a difusão do fazer acadêmico, exclusivo nas operadoras de televisão por assinatura de Blumenau. Trata-se de um canal universitário reservado para o uso compartilhado entre as universidades localizadas na cidade de Blumenau, a partir das bases da educação, da extensão comunitária e da pesquisa; dá voz e imagem à diversidade de atores e pontos de vista acadêmicos, científicos, humanistas e de pesquisa social.

A composição da grade é mista, com uma programação produzida localmente e a programação nacional do Canal Futura. Os canais de exibição são: canal 15 da NET e 42 da BTV.

3.3.7 Redes Sociais

Nas redes sociais, a FURB compartilha notícias, informações e campanhas com todos que acompanham e se identificam com o que é produzido pela Universidade. Para tanto, utilizam-se sites, *facebook*, *twitter*, *youtube*, *flickr*, *blogs*, *instagram*, entre outros. As publicações de cunho institucional tem origem na Coordenadoria de Comunicação e Marketing (CCM) e existem outras ações de comunicação a partir dos diversos cursos de graduação e de pós-graduação, bem como de unidades administrativas da FURB, como a Divisão de Cultura, a Biblioteca, entre outros.

3.3.8 Coordenadoria de Comunicação e Marketing (CCM)

A CCM é responsável por diversas ações de comunicação com a sociedade. Destacam-se os materiais de boas-vindas aos estudantes calouros e veteranos, a Revista Digital Update, o

Programa Interação, organização dos eventos de formaturas, comunicação institucional via redes sociais, as campanhas publicitárias de cursos em todos os níveis de ensino, entre outras. A CCM desenvolve campanhas internas, voltadas para os servidores da Universidade e, externas, voltadas à toda comunidade, além de eventos e cerimoniais. O Quadro 24 apresenta algumas ações de comunicação oriundas da CCM:

Quadro 24: Ações de comunicação oriundas da CCM

Campanhas	Descrição
Internas / Externas	Páscoa, Eu levo a FURB no coração (aposentados em maio e 25 e 30 anos em outubro), Dia da Mulher, Dia das Mães, Dia dos Pais, dia do Servidor, dia do Professor, Campanha de Natal.
Externas	Cursos de Especialização, Curta Duração, Cursos de baixa Demanda, Matrícula dos Veteranos, Acesso FURB, Intercambio, Vestibular Verão, Vestibular de Inverno, Histórico Escolar e ENEM, Acesso FURB, ENADE, FURB na Festa do Trabalhador, Aniversário da FURB, Dia do Estudante, FURB no desfile 2 de setembro, FURB na Oktoberfest (Kinderhaus e desfiles de traje típico FURB), Mestrado em Saúde Coletiva, Mestrado em Administração, Mestrado em Ciências em Matemática, Mestrado e Doutorado CCT, Institucional, Matrículas ETEVI, FURB Idiomas (verão e inverno), Prática Desportiva, Interação Kids, Interação Jr (ensino fundamental) e Interação (ensino médio), MIPE.
Outros materiais	Calendário de formaturas (cartaz, flyer, convites), brindes de boas-vindas aos servidores (agenda, caderno), calendário acadêmico, calendário de mesa, recepção aos calouros (convites, camiseta, faixa, sms), convites aulas inaugurais dos Centros, Comunicados Cadastro Socioeconômico, Comunicado FIES, Artes Redes Sociais (criação permanente), Revista UP Date FURB, assinatura padrão Cursos, Departamentos, Centros, Setores, folder Institucional, flyers cursos de graduação, material de boas-vindas aos veteranos, Revista Escolha Certa, Mestrado Desenvolvimento Regional, Festa de Natal das crianças de servidores, festa dos servidores.
Eventos e Cerimoniais 2016	FURB na Festa do Trabalhador 2016, 1ª Feira de Inovação do Centro de Ciências Tecnológicas, Palestra Manejo do Paciente com Doença de Fabry: Diagnóstico Multiprofissional e Tratamento, Seminário Regional do Plano Estadual de Educação, Encontro de Comitês de Ética de Pesquisa em Seres Humanos de Santa Catarina, FURB no Desfile do Aniversário de Blumenau, FURB na 33ª Oktoberfest, 1ª Semana de Prevenção de Acidentes do Trabalho e Cuidados com a Saúde da FURB, Eu Levo a FURB no Coração - Servidores com 25 e 30 anos e aposentados.
Formaturas 2016	2016/1: 571 formandos - 8 Solenidades de Colação de Grau; 2016/2: 1.035 formandos - 12 Solenidades de Colação de Grau
Central de Ex-alunos	Total de 341 ex-alunos associados à Central

Fonte: CCM

3.3.8.1 Programa Interação

O Interação é um programa desenvolvido na Universidade, composto por uma série de eventos em que estudantes de escolas da região têm a oportunidade de participar de oficinas organizadas pelos cursos de graduação da Universidade, conversar com profissionais das áreas de atuação, obter informações sobre os cursos e o mercado de trabalho e, ainda, conhecer a

estrutura da FURB. Tem como objetivo apresentar os cursos ofertados pela FURB e auxiliá-los na escolha da sua carreira profissional, com ações organizadas por professores e discentes.

O programa compreende o Interação FURB, para estudantes do ensino médio e comunidade em geral; o Interação Junior, para estudantes do ensino fundamental; e o Interação Kids, para estudantes da educação infantil. Nas tabelas Tabela 1 **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e **Erro! Fonte de referência não encontrada.** são apresentados os principais resultados desse programa:

Tabela 15: Vagas preenchidas x matriculados com cadastrado no Interação

Dados	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Vagas Preenchidas na FURB	1.893	1.823	1.698	1.436	1.462	974
Participantes do Interação matriculados na FURB	1.059	1.039	532	633	874	417
Resultado	56%	57%	31%	44%	60%	42%

Fonte: Programa Interação FURB da Coordenadoria de Comunicação de Marketing – CCM.

Tabela 16: Comparativo de resultados das ações do Interação

Ações	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Alunos visitados nas escolas	6.162	5.504	17.213	18.180	17.970	14.143
Inscritos no evento Interação FURB	5.795	7.180	5.869	7.819	7.678	6.675

Fonte: Programa Interação FURB da Coordenadoria de Comunicação de Marketing – CCM.

Durante todo o ano, o programa Interação FURB também auxilia os estudantes do ensino médio na escolha da profissão, realizando para as turmas de terceiro ano das escolas de Blumenau e região a palestra “Escolha Profissional”, com informações sobre os cursos, profissões, apoio ao estudante e muito mais.

3.3.8.2 Revista Escolha Certa

A revista **Escolha Certa** é uma publicação anual da FURB com tiragem de 20 mil exemplares, elaborada pela CCM. Direcionada a estudantes do terceiro ano do ensino médio, que estão no momento da escolha profissional, a revista é distribuída nas escolas de Blumenau e região e também está à disposição da comunidade nas recepções e na Praça de Atendimento ao Estudante da FURB.

3.3.8.3 Revista UPDATE FURB

A UPDATE FURB é uma revista digital e surgiu da necessidade da FURB em se comunicar de forma mais direta com os estudantes, servidores e comunidade, tendo por intuito apresentar o que acontece na Universidade, com espaço para sugestões de pautas de relevância

e interesse destes públicos. Assim, a publicação é feita por todos que fazem parte da FURB, sejam professores, colaboradores ou estudantes, além, é claro, da comunidade e região.

Nas páginas da revista o conteúdo é diversificado, com informações relevantes sobre cursos, projetos e programas da Universidade, além de 'dicas' enviadas pelos próprios professores, alunos e servidores técnicos da Instituição. A UPDATE já está em sua terceira edição, tendo em sua 1ª Edição alcançado 9.740 acessos, na 2ª Edição 12.773 e na 3ª Edição alcançado 15.466 acessos. O endereço para acesso é www.furb.br/revistadigital.

3.3.9 Agência de Notícias de Extensão Universitária (ANEXU)

A Agência de Notícias de Extensão Universitária (ANEXU) reúne notícias sobre as atividades de extensão da FURB. A ideia, que partiu da Divisão de Apoio à Extensão (DAEX), vinculada a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura (PROPEX), conta com o apoio do curso de Jornalismo. É uma forma de viabilizar a divulgação e troca de informação entre os extensionistas da FURB e entre estes e a comunidade externa.

3.3.10 Projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão na área de comunicação.

A FURB executa diversos projetos de ensino, pesquisa e extensão na área da Comunicação. Cabe ressaltar em sua estrutura administrativa o CCHC e o Departamento de Comunicação, ao qual estão subordinados os cursos de Publicidade e Propaganda e Jornalismo. Destacam-se, no Quadro 27, alguns desses projetos:

Quadro 25: Projetos institucionais na área da comunicação

PROJETO	DESCRIÇÃO
Projeto Focus	Desenvolvido no âmbito da disciplina Pesquisa em Publicidade e Propaganda e Pesquisa Aplicada ao jornalismo, é realizado a cada semestre, constituindo-se num importante e referenciado banco de dados. O Projeto Focus investiga os mais diferentes e variados assuntos que constituem a vida, a cultura e o dia a dia da população e da cidade, acumulando informações inéditas e atualizadas da população de Blumenau. É uma iniciativa realizada com sucesso e de forma cooperada com empresas, profissionais, professores e estudantes de Publicidade e Propaganda e também de Jornalismo. Dentre suas muitas edições, já pesquisou temas que vão desde os sonhos e objetos de desejo do blumenauense; sua autoimagem; até questões relativas a hábitos de mídia e lazer, percepções sobre os cenários político e econômico nacionais.
PLUG IN	Projeto de extensão que visa à produção e veiculação de um programa de televisão. A operacionalização conta com a participação de acadêmicos e professores do curso de Publicidade e Propaganda da FURB. É veiculado semanalmente na FURB TV desde 2001 e disponibilizado nas redes sociais digitais. Dentro de sua concepção, o Plug In trabalha conceitos das áreas temáticas de Redação Publicitária e Produção Eletrônica.
Projeto Panorama Publicitário	Desenvolvido no âmbito da disciplina Estudos o Consumo em Propaganda, o projeto se propõe a criar e manter um banco de dados contínuo acerca do mercado publicitário do Vale do Itajaí, investigando diferentes aspectos: dinâmica do mercado,

	expectativas/manutenção/desenvolvimento de equipe, atitudes do consumidor frente à propaganda, entre outros aspectos. As informações têm origem em diferentes dimensões: consumidor, anunciantes, veículos de comunicação, agências de publicidade, empresas de serviços em comunicação. Nessas dimensões, por sua vez, as informações têm impacto econômico na medida em que darão subsídio aos profissionais para a tomada de decisão, quais sejam geração de emprego, desenvolvimento profissional, manutenção de equipe, prospecção de novas contas, e outras. O Panorama permite, aos profissionais e à academia, conhecer, de fato, o mercado publicitário regional e, a partir deste conhecimento, incidir no seu desenvolvimento. O projeto é pioneiro no mercado publicitário catarinense.
Comunicação para o Desenvolvimento Social	Projeto de extensão que visa dar assessoria de comunicação para ONGs da região; constitui atividade integrada às áreas temáticas de Criação Publicitária, Estratégias de Comunicação e Produção Publicitária. O envolvimento dos estudantes se dá através do desenvolvimento de campanhas que posteriormente são veiculadas em meios de comunicação da região. O projeto existe desde 2005 e já foram beneficiadas mais de 30 entidades da região como a Casa São Simeão e a Organização Não Governamental (ONG) São Roque.
Informação e Cidadania	Atua na elaboração, produção e difusão da informação necessária para o bem-estar social. Nesta perspectiva, e considerando que o rádio ainda é o meio com grande penetração nos lares, a proposta consiste no desenvolvimento de programetes de rádio que veiculam na rádio FURB FM, e em rádios comunitárias e comerciais do município de Blumenau. O objetivo é a produção de conteúdo com foco nos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio.
EDUJORNALISMO para o Letramento Digital	Capacitar jovens nas escolas públicas, universitários de Jornalismo e de cursos de licenciatura da FURB a realizarem ações de produção e leitura crítica da mídia, prestando-se assessoria aos professores em exercício nas escolas através de procedimentos que integram os campos da educação e do jornalismo por meio de dispositivos tecnológicos que inovam as práticas docentes. O objetivo geral, portanto, envolve ações de formação, orientação e produção de materiais informativos de apoio escolar
VERTER	O projeto tem como objetivo geral desenvolver formas de inclusão social com adolescentes de escolas públicas de Blumenau/SC através de oficinas de fotografia e discussão da mídia. Buscamos criar condições para que os adolescentes desenvolvam outro olhar em relação às suas comunidades e à realidade em que vivem e possam se expressar através da fotografia.
Assessoria de Imprensa aos Projetos de Extensão da FURB	O projeto Assessoria de Imprensa aos Projetos de Extensão da FURB pretende realizar, em 2017: a) uma divulgação sistematizada dos Projetos de Extensão da FURB na comunidade do Médio Vale do Itajaí, através da atividade direta de assessoria de imprensa região; b) realizar um treinamento de mídia (media training) com os responsáveis pelos projetos c) fazer relatórios com clipagem.
Tá rolando	Programa semanal do curso de Jornalismo da FURB que apresenta na FURB TV (canal aberto e fechado) o que está acontecendo na Universidade. São abordados temas sobre os cursos da FURB, internacionalização e os serviços prestados pela Instituição.
Jornalismo em ação comunitária	Desde novembro de 2015 o programa de radiojornalismo "Jornalismo em Ação" estreou na FURB FM (107,1). O programa é produzido pelos alunos do Curso de Jornalismo, coordenado pela jornalista e professora Giovana Pietrzacka, com apoio do Laboratório de Áudio, do CCHC e dos servidores da FURB FM, o qual vai ao ar em três horários (7h15min, 15h e 18 h), de segunda a sexta-feira. Esse é o único meio pelo qual a instituição produz informatividade educativa pelo seu canal de rádio. O curso de Jornalismo apresentou projeto ao RTE para ampliar o espaço. Para isso é fundamental a atuação de um monitor específico do curso de Jornalismo e profissional com maior tempo de dedicação, em permanente relacionamento com o Curso de Jornalismo.
Outras ações de comunicação	
Republika – Agência Experimental de Publicidade e Propaganda.	Possibilitar ao estudante a vivência real de uma agência de propaganda, favorecendo a indissociabilidade entre teoria e prática é o objetivo da agência. Auxiliar os professores das disciplinas das áreas temáticas Produção Publicitária, Estratégias de Comunicação e Criação Publicitária. A Republika propicia a relação entre o ambiente acadêmico e o mercado profissional, através da produção de materiais de comunicação para a utilização no ambiente interno da Universidade e para entidades sem fins lucrativos. Atua juntamente as disciplinas da área temática de estratégias de comunicação.
Talento Universitário	Desenvolvido anualmente no âmbito da disciplina Técnicas de Relações Públicas em Publicidade e Propaganda. Trata-se de um concurso entre acadêmicos de Comunicação do Estado de Santa Catarina que abrange categorias como fotografia, peça gráfica, campanha publicitária, internet, charge, áudio e vídeo. Os trabalhos inscritos são julgados por

	profissionais do mercado que têm a oportunidade de conhecer talentos em diferentes áreas de atuação. O Talento Universitário é um dos mais prestigiados encontros de comunicação do Estado e já envolve todas as instituições de ensino superior que oferecem curso de Publicidade e Propaganda de SC. Recebeu, por duas vezes, o prêmio de melhor evento acadêmico no Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom). Empresas dos mais diversos setores e portes, especialmente de comunicação e marketing, reconhecem-no como a maior exposição de talentos jovens de Santa Catarina.
Revista Job!	Publicada a cada seis meses, a Revista é desenvolvida no âmbito da disciplina Planejamento Visual e Produção Gráfica Publicitária, com integração teórica das disciplinas das áreas temáticas de Redação Publicitária e Produção Publicitária. É um veículo de comunicação impresso que firma um compromisso de contribuição para o desenvolvimento regional da área de comunicação publicitária, explicitado pela geração e socialização do conhecimento e, principalmente, pelo poder de agregação de diferentes interesses: da Universidade, em proporcionar a experiência prática aos estudantes; das empresas e outras entidades, caracterizadas como público-alvo, que constituem excelentes interlocutores e resultam em fontes de informação. A Revista Job! Foi lançada em 2003 e desde então tem sido produzida de forma ininterrupta.
Rinha	Desenvolvida anualmente no âmbito da disciplina Técnicas de Relações Públicas em Publicidade e Propaganda, trata-se de uma gincana acadêmica com abrangência estadual organizada pelos estudantes e professores. A temática das provas inclui técnicas de comunicação e ações sociais de arrecadação de alimentos, que posteriormente são doados para uma instituição filantrópica. A gincana tem sido realizada desde 2003, com a participação de mais de mil estudantes de diferentes instituições de ensino superior de Publicidade de Santa Catarina. Durante a gincana, a troca de informações, a análise e a crítica de experiências são constantes. Destacam-se, nesta atividade, a socialização e a interdisciplinaridade do conhecimento.
APARTE	O jornal impresso <i>Aparte</i> é a primeira produção impressa no Curso de Jornalismo. Trata-se de uma produção informativa obrigatória clássica na formação jornalística. No primeiro semestre de 2016 o primeiro número foi produzido, já que aparece como primeira ocorrência na grade curricular do curso novo, no segundo semestre (quando está sendo concluído o número 2). Com a implantação do curso, a ideia é que esse instrumento clássico de informação também contribua com a ponte entre universidade e sociedade, por meio das realizações autorais dos acadêmicos de Jornalismo, cumprindo com suas funções de apurar notícias e informar sobre os fatos socialmente relevantes.
Site TE ORIENTA	Prezando pela qualidade dos conteúdos informativos na Internet, as práticas de Jornalismo de Digital envolvem experimentos como sites com produção informativa a respeito de temas definidos a cada semestre. Em 2016 houve uma movimentação expressiva da comunidade LGBT para a realização, conforme registrado no site: www.teorienta.com

Fonte: organizado pela COPERA-PDI e pelo CCHC / Departamento de Comunicação.

3.3.11 Desenvolvimento da Comunicação com a Sociedade

As propostas de desenvolvimento para a comunicação institucional com a sociedade para o período de vigência deste PDI tomam por base os pontos fortes e as fragilidades identificadas no Relatório de Autoavaliação Institucional da CPA, e as rupturas identificadas no Planejamento da Reitoria, do colegiado da Reitoria.

Para o período de vigência deste PDI pretende-se institucionalizar a Política de Comunicação, bem como a criação de uma Secretaria Integrada de Comunicação.

Quadro 26: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas à comunicação com a sociedade

Objetivo 17– Institucionalizar a Política de Comunicação da FURB e consolidar as ações de comunicação com a sociedade						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/ Comentários
				Início	Fim	
74) Institucionalizar a política de comunicação da FURB.	1) Aprovar, no CONSUNI, a política institucional de comunicação;	Política aprovada	GT de Comunicação/ CONSUNI	2016	2018	Ação não iniciada.
75) Consolidar ações de comunicação com a sociedade,	1) Ampliar o número de atendimentos em <i>Jobs</i> para o público interno da FURB;	Ações de comunicação realizadas.	CCM	2016	2020	A ação não foi realizada em função da redução no número de servidores na criação.
	2) Lançar o Guia de Fontes ao público interno e externo da Universidade;		CCM	2017	2017	Ok, ação concluída.
	3) Concretizar a entrega do Perfil Institucional (Revista FURB), um <i>flyer</i> por curso da FURB (47 diferentes tipos - número de cursos da Instituição);		CCM	2017	2020	Ok, ação concluída.
	4) Elaborar vídeos para atender as demandas (formaturas, endomarketing, recepção calouros e perfil Institucional);		CCM	2017	2020	Ok, ação concluída.
	5) Ampliar a produção de informações institucionais para divulgação na RTE FURB.		Jornalismo/RTE/CCM	2017	2020	Houve ampliação na produção de informações institucionais divulgadas na RTE FURB.
Objetivo 18 – Consolidar as ações do Programa Interação FURB						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/ Comentários
				Início	Fim	
76) Aumentar a aproximação da Universidade com os estudantes de ensino médio e outras instituições.	1) Ampliar o Programa Interação em número de escolas visitadas (ensino médio);	Número de Escolas Visitadas	CCM	2016	2020	O Programa Interação foi ampliado em número de escolas visitadas.
	2) ampliar o número de estudantes abordados com a divulgação da Revista Escolha	Número de exemplares distribuídos	CCM	2016	2020	Ok, ação concluída.

	Certa (elaborada e diagramada pela CCM);					
	3) definir estratégias de interação com o público alvo (estudantes do ensino médio) junto às mídias interativas/sociais.	Estratégias estabelecidas e descritas	CCM	2016	2020	Ok, ação concluída por meio da Pesquisa realizada com os alunos inscritos no evento
	4) Estabelecer um plano de comunicação para aumentar o número de ingressos no processo seletivo de inverno.	Plano institucionalizado	CCM	2018	2020	Em discussão.
	5) Institucionalizar o Programa Interação Empresarial.	Programa Institucionalizado	CCM	2018	2020	
Objetivo 19– Consolidar as ações da Ouvidoria						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/ Comentários
				Início	Fim	
77) Institucionalizar o Processo Ouvidoria.	1) Descrever o processo de atendimento da Ouvidoria (recepção das demandas, encaminhamentos, registros, avaliação);	Processo mapeado	Ouvidoria/ UGCP	2017	2018	O processo de recepção e encaminhamento das demandas são por correio eletrônico, website e telefone. As mensagens recebidas na Ouvidoria são encaminhadas aos diversos setores da FURB que, após análise, respondem à Ouvidoria. A Ouvidoria dá encaminhamento (resposta) à(o) usuário(a) solicitante. As mensagens ficam registradas/armazenadas em servidor junto a DTI.
	2) Dar publicidade ao Regimento Interno da Ouvidoria;	Regimento da Ouvidoria publicado	Ouvidoria/ UGCP	2017	2018	Regimento publicado no website: http://www.furb.br/web/1659/institucional/ouvidoria/apresentacao
	3) Adequar a ferramenta tecnológica de registros recebidos pela Ouvidoria (geração de relatórios de desempenho).	Ferramenta disponibilizada	Ouvidoria/ DTI	2017	2018	DTI: novo processo, desenhado a partir do módulo de tramitação do ERP está concluído. Em 2018-1 iniciam testes de utilização e efetiva implantação.
78) Monitorar e avaliar, semestralmente, a efetividade das ações e	1) Melhorar a infraestrutura tecnológica da Ouvidoria		Ouvidoria/ DTI	2017	2018	DTI: novo processo, desenhado a partir do módulo de tramitação do ERP está concluído. Em 2018-1

encaminhamentos da Ouvidoria	(protocolo de ocorrências e de solução e relatórios)					iniciam testes de utilização e efetiva implantação.
Objetivo 20– Fortalecer o compromisso com a transparência nos processos e atos institucionais						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/ Comentários
				Início	Fim	
79) Ampliar a transparência nos processos e atos institucionais	1) Divulgar as decisões colegiadas através das atas das reuniões;	Atas registradas no sistema de gerenciamento eletrônico de documentos	Colegiados	2016	2020	DTI: Concluído. Resultado está disponível no portal de transparência.
	2) Disponibilizar o resultado de licitações no portal da transparência da FURB;	Resultados disponíveis	PROAD/ DAM/ DTI	2016	2020	DTI: Concluído. Resultado está disponível no portal de transparência.
	3) Manter objetivos, metas e ações da DAM atualizados no <i>SharePoint</i> .	Software atualizado	PROAD/ DAM/ UGCP	2016	2020	
80) Estabelecer parcerias com os agentes (internos) de comunicação, informação e cultura.	1) Estabelecer parcerias com RTE;	Parceria estabelecida	RTE e DIC	2016	2017	Parceria melhorou significativamente e foi ampliada.
	2) Estabelecer parcerias com a EDIFURB, incentivando a criação e circulação de conhecimento;	Parceria estabelecida	PROPEX/EDIFURB/ DIC	2016	2017	
	3) Estabelecer parcerias com a agência experimental.	Parceria estabelecida	Agência Experimental	2016	2017	

Fonte: Organizado pela COPERA-PDI

3.4 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES

A FURB possibilita a seus discentes o acesso a diversos programas de apoio e serviços, que contribuem para a sua integração social, acadêmica e profissional.

3.4.1 Divulgação dos cursos da FURB

A FURB é uma das mais representativas instituições de ensino superior do sul do Brasil, ofertando cursos de graduação, de pós-graduação *lato e stricto sensu* (mestrado e doutorado), sequenciais e de extensão. A comunidade acadêmica é composta por aproximadamente 14.000 pessoas, sendo que dessas, 11.000 são discentes dos diversos níveis de ensino.

Os cursos e ações da Universidade são divulgados por meios eletrônicos, digitais e impressos, presentes na comunidade também por meio da constante atualização de seu website e na transmissão de informações por meio das mídias sociais. A Universidade conta também com programas que proporcionam orientação profissional, pela realização de ações diretas nas escolas de ensino médio de Blumenau e região. Essas ações acontecem por meio de palestras, visitas e entrega de materiais de divulgação, conforme já descritos anteriormente.

3.4.2 Interação FURB

O Interação é um programa desenvolvido na Universidade, composto por uma série de eventos em que estudantes de escolas da região têm a oportunidade de participar de oficinas organizadas pelos cursos de graduação da Universidade, conversar com profissionais das áreas de atuação, obter informações sobre os cursos e o mercado de trabalho, auxiliá-los na escolha da sua carreira profissional e, ainda, conhecer a estrutura da FURB.

O programa compreende o Interação FURB, para estudantes do ensino médio e comunidade em geral; o Interação Junior, para estudantes do ensino fundamental; e o Interação *Kids*, para estudantes da educação infantil. No ano de 2016, a FURB recebeu 7.698 inscrições de estudantes do ensino médio de escolas de diversas cidades do Vale do Itajaí para o evento presencial na FURB, dos quais 5.158 estudantes compareceram efetivamente.

3.4.3 Formas de ingresso no ensino superior na FURB

Os processos de ingresso na graduação são regulamentados por editais que, dentre os critérios para o ingresso, exigem, por parte do candidato, a conclusão de ensino médio ou equivalente. Existem diferentes formas de acessar o ensino superior na FURB, conforme Quadro 27:

Quadro 27: Processos de ingresso no ensino superior na FURB

Forma de Ingresso	Descrição	Regulamentação
Vestibular	Aberto aos portadores de certificado de conclusão do ensino médio, o vestibular é a principal forma de ingressar nos cursos de graduação. As inscrições são pela internet e as provas acontecem em junho e novembro de cada ano, em várias cidades catarinenses.	Edital ACAFE
ENEM	É o acesso por meio do boletim de desempenho no ENEM, o qual é um exame individual realizado em todo o Brasil, com o objetivo de avaliar os conhecimentos dos estudantes que estão concluindo ou já concluíram o ensino médio.	Edital ENEM
Histórico Escolar	Está aberto aos portadores de certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente. É válido apenas para alguns cursos. Trata-se de um edital específico, por meio do qual se divulgam as datas e os procedimentos normativos para inscrição, seleção e matrícula de ingressantes nos cursos de graduação da FURB, oferecidos em regime regular.	Edital Processo Seletivo Especial, da PROEN.
Acesso FURB	O candidato pode se matricular no curso com vagas disponíveis. As inscrições e matrículas (por ordem de chegada) são abertas para o Acesso FURB - com publicação da lista de cursos com vaga - logo após a realização das matrículas dos candidatos aprovados no Vestibular FURB, Histórico Escolar e Enem.	Para se inscrever e realizar matrícula, o candidato deve comparecer no período previsto no Edital Acesso FURB, na Praça de Atendimento ao Estudante (Bloco A, campus 1).
Reingresso	É a forma, destinada ao estudante da FURB, de retornar os estudos no mesmo curso em que houve a desistência.	Publicação semestral. Edital de solicitação de vagas da PROEN, pelo qual são divulgadas as datas e os procedimentos normativos para a complementação de vagas para os cursos de graduação da FURB, oferecidos em regime regular.
Reingresso por transferência interna	É a forma, destinada ao estudante da FURB, de retornar aos estudos em outro curso , diferente daquele do qual desistiu.	
Transferência Externa	Destinada a estudantes regularmente matriculados no semestre letivo ou com matrícula trancada em um curso de graduação de outra IES que desejam ingressar em um dos cursos de graduação oferecidos pela FURB, na forma da legislação vigente.	
Transferência Interna	Destinada a estudantes regularmente matriculados ou com matrícula trancada em um curso de graduação da FURB que desejam trocar de curso (ou turno) na Instituição.	

Diplomado	Destinado a candidatos com diploma de curso de graduação, devidamente reconhecido na forma da legislação vigente, que desejam ingressar em outro curso de graduação, sem necessidade de realizar novo vestibular.	Publicação semestral. Edital de solicitação de vagas da PROEN, pelo qual são divulgadas as datas e os procedimentos normativos para solicitação de vaga para os cursos de graduação da FURB.
Aluno Especial	Aluno especial é aquele matriculado em disciplina(s) isolada(s) dos cursos de graduação da FURB, com vistas à obtenção de certificado de aprovação em disciplina, não caracterizando vínculo com nenhum curso de graduação. Está aberto aos portadores de certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente ou diploma de curso superior devidamente reconhecido.	Publicação semestral. Edital Aluno Especial, no qual se divulga datas e procedimentos normativos para inscrição, seleção e matrícula isolada em disciplinas dos cursos de graduação da FURB, oferecidas em regime regular.

A recepção e integração dos calouros, que ocorre no início de cada semestre letivo, possibilitam que os novos estudantes conheçam a estrutura da Universidade, estando regulamentado pela Resolução nº 004/2014, de 29 de janeiro de 2014. Nessa oportunidade, a Pró-Reitoria de Ensino e as Unidades Universitárias orientam os ingressantes sobre aspectos acadêmicos e demais programas institucionais. Essa Resolução, em seu segundo artigo, também regulamenta a questão do trote, ficando proibidas atividades que “possam implicar em constrangimento, humilhação, zombaria, violência ou agressão física, moral ou psicológica, dentro ou fora dos campi da FURB”.

No período de vigência deste PDI, a PROEN pretende definir um projeto de atendimento e relacionamento com os estudantes, de modo especial para a recepção e integração dos calouros, em conjunto com os diversos setores da Universidade, de modo a qualificar suas práticas e difundir os canais de comunicação entre os estudantes e a FURB.

3.4.4 Assuntos estudantis e estímulos à permanência

O atendimento aos estudantes visa, prioritariamente, orientá-los e apoiá-los na resolução de situações que interferem no processo de aprendizagem e, conseqüentemente, em sua permanência na Instituição. Trata-se de atuar na promoção da saúde, em âmbito preventivo e de encaminhamento a serviços especializados e na promoção da cidadania, bem como orientação em questões relacionadas ao acesso a benefícios sociais, direitos, cultura, lazer e informação. Os serviços e programas estão descritos a seguir.

3.4.5 Atenção ao Estudante e Núcleo de Inclusão (NInc)

A Resolução nº 059/2014, de 23 de outubro de 2014, institui a Política de Inclusão das Pessoas com Deficiência e com Altas Habilidades/Superdotação e cria o Núcleo de Inclusão (NInc) da FURB. Esta política define diretrizes e ações para assegurar a participação das pessoas com deficiência e com altas habilidades nas atividades da Universidade. O NInc, por sua vez, tem como objetivo instituir e garantir ações integradas de apoio às demandas e necessidades estudantis que representem riscos potenciais ou efetivos à sua inclusão e ou prosseguimento nos cursos da Universidade.

Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial e as com transtorno do espectro autista que, devido a diversas barreiras, podem ter restringidos seu acesso, participação e permanência na Instituição e na sociedade. Entende-se por pessoas com altas habilidades/ superdotação aquelas que apresentam elevado potencial em, pelo menos, uma das seguintes áreas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Assim, são atendidos pelo NInc discentes com deficiência ou altas habilidades/ superdotação. Por sua vez, estudantes em situação de vulnerabilidade pessoal e/ou social e/ou outras demandas que exijam a ação da Universidade no sentido de garantir sua permanência, são atendimentos pela Coordenadoria de Assuntos Estudantes (CAE).

Atendendo às diretrizes do MEC, o NInc, composto atualmente por profissionais do Serviço Social, da Psicologia, da Pedagogia e, mais recentemente, de Atendimento Educacional Especializado (AEE), prevê o acolhimento, a avaliação e a proposição de alternativas e/ou recursos para esses acadêmicos, bem como seu acompanhamento, além da orientação e qualificação da atuação docente e técnico-administrativa da Universidade. O núcleo está organizado em duas vertentes: o apoio psicossocial ao estudante e o AEE, de acordo com o Quadro 28:

Quadro 28: Núcleo de Inclusão (NInc) e Atenção ao Estudante

Ações	Objetivos
Atendimento Psicossocial ao Estudante	<ul style="list-style-type: none"> • Oferecer acolhimento e escuta qualificada às demandas estudantis; • elaborar, quando necessário, os Planos de Inclusão e Permanência Estudantil, instrumento destinado ao planejamento de ações a partir das particularidades apresentadas por cada estudante; • interagir com a rede de apoio primário do estudante, mobilizando-a como importante recurso nas ações executadas; • oferecer apoio aos segmentos estudantis que enfrentam problemas pessoais prejudiciais a sua convivência e permanência na Universidade; • construir referência institucional de apoio psicossocial aos estudantes.

Atendimento Educacional Especializado (AEE)	<ul style="list-style-type: none"> • Planejar ações voltadas a atender às necessidades dos estudantes com deficiência, disponibilizando e organizando recursos humanos e materiais demandados; • interagir com a rede de apoio primário do estudante, mobilizando-a como importante recurso nas ações executadas; • construir referência institucional de apoio especializado aos estudantes; • ofertar ações que promovam a acessibilidade e atendam ao público-alvo da educação especial.
---	---

Fonte: Coordenação de Assuntos Estudantis (CAE)

A Resolução nº 008/2015 regulamenta o Serviço de Tradutor/Intérprete de Libras, com o objetivo de disponibilizar ao estudante com surdez o acesso à comunicação, informação e participação em todas as atividades de ensino, pesquisa, extensão e cultura e ao docente com surdez a comunicação com ouvintes. Ressalta-se que atuam na instituição quatro profissionais efetivos, graduados em curso superior de Letras-Libras em nível de bacharelado para o provimento de vagas com vinte horas semanais de trabalho.

No que diz respeito ao acesso e permanência de estudantes com deficiência (temporárias e/ou permanentes), a CPA da FURB apontou, no Relatório de Autoavaliação Institucional 2012-2014, as dimensões de acessibilidade e atendimento das mesmas na FURB. Ciente dos desafios relacionados à acessibilidade, a Universidade vem implantando adequações em sua infraestrutura para atendimento das fragilidades apontadas pela CPA, bem como estabeleceu metas e ações, neste PDI, para atendimento das demais dimensões.

3.4.6 Política de Acesso e Permanência dos Estudantes Indígenas da FURB

A Resolução nº 012/2018, de 26 de fevereiro de 2018, institui a Política de Acesso e Permanência dos Estudantes Indígenas da FURB. Esta política considera a necessidade de promover, assegurar e ampliar o acesso democrático à universidade pública frente ao desafio da promoção da equidade. Cabe ressaltar que se considerou, também, no estabelecimento desta resolução, as recomendações em decisões anteriores do CONSUNI quanto à formulação de uma política ampla de inclusão e efetiva permanência no ensino superior, de estudantes que pertencem a grupos étnico-culturais minoritários da sociedade em que a FURB está inserida²⁷.

Serão disponibilizadas, anualmente, vagas ofertadas no processo seletivo em cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, a serem disputadas exclusivamente por estudantes indígenas residentes em terras indígenas na abrangência regional do Vale do Itajaí, para

²⁷ Referente ao Processo nº 013/2011 e Parecer nº 020/2011/ CONSUNI.

atendimento das demandas de capacitação de suas respectivas sociedades. Serão 06 (seis) vagas em cursos de graduação e 01 (uma) vaga em curso de pós-graduação *stricto sensu*.

Ao se inscrever para concorrer às vagas, os candidatos deverão declarar a que povo indígena pertence, seus vínculos com o povo e a terra indígena a que pertence e sua situação em relação à língua do povo indígena a que pertence. Ainda, exige-se que os candidatos tenham cursado o ensino médio integralmente na rede pública (municipal, estadual, federal) e/ou em escolas indígenas reconhecidas pela rede pública de ensino²⁸ e/ou na rede privada de ensino com bolsas de estudo integral.

3.4.7 Apoio financeiro aos discentes

A Secretaria Estadual de Educação de Santa Catarina (SED/SC) dispõe de um grande programa de bolsas universitárias, o UNIEDU, o qual agrega os programas de atendimento aos estudantes da educação superior, fundamentados pelos Artigos 170 e 171 da Constituição Estadual e pela lei do Fundo Social. As bolsas do UNIEDU favorecem a inclusão de jovens no ensino superior com dificuldades de realizar os seus estudos, e que atendem aos requisitos estabelecidos na regulamentação dos programas, com bolsas de estudo e de pesquisa e extensão, integrais e parciais, para estudantes matriculados em cursos de graduação presenciais, nas instituições de ensino superior habilitadas pelo MEC ou pelo Conselho Estadual de Educação e cadastradas na SED/SC para participarem do Programa UNIEDU.

O cadastro socioeconômico é a forma pela qual todos os estudantes interessados em participar da seleção aos programas de bolsas, vinculados a critérios de carência econômica, comprovam sua condição socioeconômica familiar. Desta forma, além de contemplar os aspectos financeiros, o cadastro permite conhecer os estudantes em seus aspectos sociais, que podem variar desde influências de condições de saúde física, psicológica a casos de vulnerabilidade social. Essa abordagem generalista pretende realizar uma análise mais justa para que a distribuição dos recursos públicos aconteça de maneira mais igualitária.

Trata-se de um grande processo seletivo que permite ao estudante se inscrever para concorrer ao recebimento de bolsa dos seguintes programas:

- a) Bolsas de estudo: Artigo 170; Artigo 171 (FUMDES) e FUNDOSOCIAL;

²⁸ São consideradas escolas indígenas reconhecidas pela rede pública de ensino aquelas devidamente cadastradas nesta condição, junto ao Ministério da Educação.

É condição para acesso aos programas estar matriculado e atender aos requisitos e às disposições do edital de cadastro socioeconômico lançado semestralmente. Além disso, há outras possibilidades de apoio, promovidos pela FURB:

- a) Pesquisa: PIBIC/CNPq, PIBIC/FURB e PIBIT/CNPq;
- b) Bolsas de pesquisa: PIPE/Artigo 170; Artigo 171 (FUMDES),
- c) Extensão: Editais Internos;
- d) Bolsas de extensão: Artigo 171 (FUMDES).
- e) Bolsas de iniciação à docência (PIBID);
- f) Estágio interno.
- g) PROESDE Desenvolvimento Regional e PROESDE Licenciatura;
- h) Bolsas por participação em programas mantidos ou gerenciados pela FURB;

A seguir, detalham-se essas modalidades de bolsas:

Quadro 29: Apoio financeiro: bolsas de estudo.

Programa	Descrição	Regulamentação
Artigo 170	As bolsas de estudo do Artigo 170 são recursos destinados ao custeio de parte das mensalidades de acadêmicos economicamente carentes, que foram aprovados no Cadastro Socioeconômico e obtiveram os mais baixos índices de classificação (pontuação) dentro dos limites estipulados em Edital. Os percentuais podem variar de 25% a 100% das mensalidades. As bolsas provenientes do Art. 170 são gerenciadas pela FURB e mantidas com recursos provenientes do orçamento do Estado.	Artigo 170 da Constituição Estadual e Lei Complementar nº 281/2005 e Lei Complementar nº 296/2005. Edital do cadastro socioeconômico. Obs.: Universitário cidadão - beneficiados com esse programa devem cumprir 20 horas semestrais de atividades de extensão.
Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES) - Artigo 171	O programa de bolsas do FUMDES prevê a concessão de bolsas de estudo a estudantes economicamente carentes com verbas do Governo do Estado. O valor da bolsa de estudo corresponde à mensalidade integral do estudante selecionado (matrículas e mensalidades). O valor máximo da bolsa não pode superar 02 salários mínimos, vigente em dezembro do ano anterior ao ingresso no programa. A bolsa será concedida pelo prazo de duração do curso em que o estudante selecionado estiver matriculado, desde que atenda semestralmente aos critérios de permanência previstos na legislação específica.	Lei Complementar nº 407/2008 - Art. 171. Lei Complementar nº 583/2012 - Art. 171. Decreto nº 2.672/2009 - FUMDES Edital do cadastro socioeconômico
FUMDES – Artigo 171 – Licenciatura ²⁹	O FUMDES, vinculado à Secretaria de Estado da Educação, é o programa do governo do Estado para fomentar o desenvolvimento e as potencialidades regionais. As vagas são destinadas prioritariamente aos professores em exercício nos sistemas públicos de ensino, sem formação em nível superior.	Lei Complementar nº 407/2008 - Art. 171. Lei Complementar nº 583/2012 - Art. 171. Decreto nº 2.672/2009 - FUMDES

²⁹ O Artigo 171 (FUMDES) Licenciatura está em seu último semestre (2017/1), quando a turma de Educação Especial passará pela colação de grau.

		Edital específico para cada curso
Programa de Bolsas de Estudo do Fundo de Desenvolvimento Social (FUNDOSOCIAL) ³⁰	O FUNDOSOCIAL previa a concessão de bolsas de estudo integrais a estudantes com “absoluta incapacidade de pagamento” pela aquisição de vagas remanescentes junto às Instituições de Ensino Superior, até 2012. O valor da bolsa de estudo corresponde à mensalidade integral do estudante selecionado (considerando matrículas e mensalidades) e a bolsa será concedida pelo prazo de duração do curso em que o estudante selecionado estiver matriculado, desde que atenda semestralmente aos critérios de permanência previstos na legislação específica.	Lei nº 13.334/2005 - Fundo Social. Decreto nº 3.621/2010 - Fundo Social Edital do cadastro socioeconômico
Programa de Educação Superior para o Desenvolvimento Regional (PROESDE)	O PROESDE Desenvolvimento consiste em um conjunto de atividades de ensino, pesquisa e extensão voltados à formação do cidadão, capaz de intervir nas políticas públicas, mediante a articulação entre sua formação acadêmica com o desenvolvimento socioeconômico da região. O valor da bolsa de estudo é de 70% sobre o valor da mensalidade integral (matrícula e mensalidades) e 100% do Curso de Extensão para o Desenvolvimento Regional, carga horária total de 200 horas, ministrado aos sábados e cuja participação é obrigatória, durante dois semestres.	Edital interno específico e regulamento específico divulgado pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina.
Programa de Educação Superior para Organização Curricular.	O PROESDE/Licenciatura é um curso de extensão, que objetiva promover a qualificação dos estudantes das licenciaturas para intervir e contribuir na qualidade da educação básica. O curso possibilita a articulação entre os cursos de licenciatura, e atividades desenvolvidas nas unidades escolares públicas de educação básica, fundamentada na Proposta Curricular de Santa Catarina. O valor da bolsa de estudo é de 100% sobre o valor da mensalidade integral (matrícula e mensalidades) e 100% do Curso de Extensão para o Desenvolvimento Regional, carga horária total de 300 horas, ministrado aos sábados e cuja participação é obrigatória, durante três semestres.	Edital interno específico e regulamento específico divulgado pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina.
40% de desconto para todos os cursos de licenciatura e para o curso de Serviço Social.	Essa proposta incentiva a demanda pelos cursos de formação de professores e de demanda social e concede bolsa de estudo de 40% do valor das mensalidades para os cursos de Artes Visuais, Ciências Biológicas, Ciências Sociais, Educação Especial, Educação Física, História, Letras, Matemática, Música, Pedagogia, Química, Serviço Social e Teatro.	Para participar, não é necessário fazer a inscrição no cadastro socioeconômico. O benefício é concedido automaticamente a partir da matrícula até a conclusão do curso, desde que atendidas a Resolução nº 33/2009 e a Resolução nº 78/2014.
Bolsas por participação em programas mantidos ou gerenciados pela FURB	Repasse de recursos financeiros aos estudantes de graduação e do ensino médio da ETEVI sob a forma de bolsas, por participação em programas mantidos ou gerenciados pela FURB (participação em comissões, conselhos superiores, LCC, entre outros).	Resolução nº 072/2014, alterada pela Resolução nº 055/2016.
Programa de Parcerias Institucionais e	Criação do Programa de Parcerias Institucionais e Empresariais para oferecimento de abatimentos coletivos em mensalidades de cursos oferecidos na	Resolução nº 046/2018, de 11 de junho de 2018.

³⁰ O Fundo Social não conta com ingresso de estudantes desde 2012, sendo apenas mantidos aqueles que ainda estão em vias de concluir seus cursos de graduação.

Empresariais para oferecimento de abatimentos coletivos em mensalidades de cursos oferecidos na FURB.	FURB. Concessão de descontos em mensalidades dos cursos para pessoas ou grupos de pessoas indicadas pelas conveniadas.	(Os descontos serão concedidos mediante a celebração de convênios individualizados e específicos com entidades representativas, associações de classe e empresas).
---	--	--

Fonte: Coordenadoria de Assuntos Estudantis - CAE

Além das bolsas de estudo, a FURB conta com outras modalidades de bolsas de pesquisa e apoio, que se acessam por meio da participação do discente em atividades e projetos de pesquisa, extensão, estágio, monitoria, entre outras, conforme Quadro 32:

Quadro 30: Outras modalidades de bolsas e oportunidades

Programa/ Bolsas	Descrição	Regulamentação
PIBIC/ CNPq	São 42 bolsas pagas pelo CNPq. Os projetos têm duração de 12 meses e iniciam em agosto de cada ano. No PIBIC/CNPq o estudante deve dedicar-se apenas às atividades acadêmicas, sendo vedada a realização de outras atividades como estágio, monitoria ou emprego. Para atuar nesse programa o estudante não precisa ter cadastro socioeconômico.	Editais
PIBIC/ FURB	São 51 bolsas com recursos próprios. Os projetos têm duração de 12 meses e iniciam em agosto de cada ano. No PIBIC/FURB o estudante pode acumular as atividades de pesquisa com um estágio remunerado, desde que tenha a anuência do orientador. Para atuar nesse programa o estudante não precisa ter cadastro socioeconômico.	Editais
PIBITI/ CNPq	São 07 bolsas pagas pelo CNPq. Nesse programa os projetos devem estimular os estudantes ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e inovação; eles têm duração de 12 meses e iniciam em agosto de cada ano. No PIBITI/CNPq o estudante deve dedicar-se apenas às atividades acadêmicas, sendo vedada a realização de outras atividades como estágio, monitoria, emprego etc. Para atuar nesse programa o estudante não precisa ter cadastro socioeconômico.	Editais
PIPe/Artigo 170)	No Programa de Incentivo à Pesquisa, a FURB possui aproximadamente 35 bolsas que são pagas pelo Governo do Estado de Santa Catarina. Os projetos têm duração de 10 meses e iniciam em março de cada ano. No PIPe/Artigo 170 o estudante pode atuar em outras atividades além da bolsa de IC, desde que tenha a anuência do orientador.	Para atuar nesse programa o estudante precisa ter cadastro socioeconômico aprovado e com pontuação menor ou igual ao limite determinado pela CAE para bolsas de IC.

Bolsa de pesquisa de projeto aprovado (com bolsa) em agência de fomento	Formalização e cadastramento de estudantes que realizam atividades de pesquisa e recebem bolsa por meio de projeto de pesquisa aprovado em agência de fomento, empresa, etc. Essa formalização permite a contratação de um seguro contra acidentes pessoais durante a vigência do projeto. A vigência da bolsa é indicada pelo coordenador do projeto e deve obedecer à vigência do projeto. A dedicação do estudante às atividades de pesquisa deve ser acordada com o coordenador do projeto. Se os recursos financeiros do projeto são geridos pela FURB, o coordenador do projeto deve solicitar à PROPEX o pagamento da bolsa e deve comunicar, imediatamente, qualquer mudança ocorrida na equipe de bolsistas do projeto.	Agência de fomento determina as regras de concessão de bolsa
Programa de Bolsas de Extensão	São 40 bolsas para participação em projetos de extensão comunitária (de relevância social, ambiental, cultural ou econômica) que permitem a redução dos valores das mensalidades para os acadêmicos.	Resolução nº 24/2004
Bolsas de Extensão: Cultura	As atividades dos acadêmicos instrumentistas, cantores, bailarinos e artistas dos grupos estáveis de produção artística (Camerata de Vilões, Orquestra, Coro, Grupo Folclórico de Danças Alemãs, Grupo de Teatro Phoenix e Orquestra)	Resolução nº 93/2004
Apoio institucional para Esportes	Apoio institucional às atividades extracurriculares de iniciação ou de alto rendimento realizadas por estudantes de ensino médio, de graduação e pós-graduação.	Resolução nº 073/2016
Estágio Interno	Alternativa de aprendizado prático, especialmente para os acadêmicos que não têm experiência no mercado de trabalho, e também uma forma de obter desconto nas mensalidades. Os estagiários desenvolvem atividades técnicas nos diversos setores da FURB. O valor da bolsa é de 16 créditos financeiros mensais, descontados diretamente das mensalidades e auxílio transporte.	Podem participar desse programa os estudantes matriculados na FURB que atendam aos requisitos das vagas – publicadas na página dos Classificados da FURB – e a legislação que regulamenta o programa. O tempo máximo de permanência como estagiário é de 02 anos.
Estágio interno no Serviço Judiciário	Estágio interno, exclusivo para os acadêmicos de Direito, desenvolvido no Núcleo de Prática Jurídica (NPJ/FURB) ³¹ . É uma alternativa de aprendizado prático das rotinas de um escritório de advocacia, unindo a prática à teoria. O valor da bolsa é de 16 créditos financeiros mensais, descontados diretamente das mensalidades, e auxílio transporte.	Podem participar desse programa os estudantes matriculados no curso de Direito da FURB que atendam aos requisitos das vagas – publicadas na página dos Classificados da FURB – e à legislação que regulamenta o programa. O tempo máximo de permanência como estagiário é de 02 anos.
Programa Novos Valores	O Programa Novos Valores do Governo do Estado, é uma forma de estágio não	Decreto 781, de 25 de janeiro de 2012 (Governo do Estado de SC)

³¹ O NPJ está regulamentado pela Resolução nº 001/2017, de 30 de janeiro de 2017.

	obrigatório e tem a finalidade de assegurar oportunidade de aprendizado para inserção no mercado de trabalho do estudante residente no Estado de Santa Catarina e matriculado em curso regular de ensino médio, educação profissional, ensino superior e educação especial, a partir dos 16 anos de idade.	
Programa de Educação Tutorial (PET) – Biologia	Promove a formação ampla e de qualidade dos participantes, estimulando a melhoria do ensino de graduação, fornecendo uma formação acadêmica de excelente nível de qualificação, científica e criticamente, para a atuação acadêmica e/ou profissional futuras. Os bolsistas do PET desenvolvem atividades de ensino, pesquisa e extensão durante 20 horas semanais e recebem bolsa mensal no valor de R\$ 360,00, paga diretamente ao bolsista. O programa é financiado pelo MEC e Secretaria de Educação Superior (SESu.)	A seleção é feita por meio de edital específico – envolvendo entrevista, dinâmica de grupo, análise de currículo, dentre outros – e é exclusiva para estudantes de Ciências Biológicas.
PET Saúde	Destinado aos acadêmicos dos cursos da Saúde e Serviço Social, buscando a melhoria do atendimento e da formação de graduação na saúde. Os bolsistas do PET Saúde atuam em atividades de pesquisa e extensão junto à equipe de saúde e comunidade durante 20 horas semanais e recebem bolsa mensal no valor de R\$ 360,00, paga diretamente ao bolsista. O programa é financiado pelo MEC e Ministério da Saúde (MS).	A seleção ocorre internamente.
Bolsas do PIBID	O programa incentiva a formação de docentes em nível superior para a educação básica, concedendo bolsas de iniciação à docência para estudantes regularmente matriculados nos cursos de licenciatura da FURB.	A seleção do PIBID é regulamentada por edital específico.
Bolsas de Monitoria	Objetiva ampliar a interação entre professores e acadêmicos no processo ensino-aprendizagem, bem como oportunizar ao acadêmico aprofundamento de estudos e complementação da formação acadêmica. Segundo a Resolução nº 45/2013, a monitoria remunerada tem carga horária de 10 (dez) ou 20 (vinte) horas semanais, e o monitor tem direito a bolsa de, respectivamente, 12 (doze) ou 24 (vinte e quatro) créditos financeiros, mensais, descontados diretamente das mensalidades.	O concurso é regulamentado por edital específico.
Bolsas no Laboratório de Computação Científica (LCC)	É um programa semelhante ao de monitoria, porém direcionado somente aos acadêmicos das engenharias, arquitetura e design. Os bolsistas no LCC realizam atividades durante 25 horas semanais e recebem bolsa de 24 créditos financeiros mensais, descontados diretamente das mensalidades.	Para participar da seleção para as vagas o acadêmico deve atender às normas determinadas em edital lançado pelo CCT.

Desconto Fidelidade	Benefício concedido ao estudante da graduação ou pós-graduação que concluiu o ensino médio na ETEVI ou curso superior na FURB e também ao que possui parentes em primeiro grau estudando atualmente na ETEVI ou na FURB.	Resolução nº 135/2001
Bolsas de pesquisa para pós-graduação	São bolsas de pesquisa previstas para os programas <i>stricto sensu</i> ofertados pela FURB e pela CAPES (bolsas de demanda).	Resolução nº 56/2008
	Dispõe sobre a gratuidade em cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , em nível de mestrado, ofertados pela FURB, para estudantes da Instituição com o melhor desempenho no ENADE.	Resolução nº 93/2013
Programa de Parcerias Institucionais e Empresariais para oferecimento de abatimentos coletivos em mensalidades de cursos oferecidos na FURB.	Criação do Programa de Parecerias Institucionais e Empresariais para oferecimento de abatimentos coletivos em mensalidades de cursos oferecidos na FURB. Concessão de descontos em mensalidades dos cursos para pessoas ou grupos de pessoas indicadas pelas conveniadas.	Resolução nº 046/2018, de 11 de junho de 2018. (Os descontos serão concedidos mediante a celebração de convênios individualizados e específicos com entidades representativas, associações de classe e empresas).

Fonte: Organizado pela COPERA-PDI.

Cabe destacar que a monitoria, exercício de atividades de apoio didático-pedagógicas realizadas pelos discentes, é exercida em um componente curricular específico ou conjunto de componentes curriculares afins (área temática de ensino), constantes das matrizes curriculares dos cursos de graduação. O acadêmico monitor colabora nas atividades de ensino, sob a orientação do(s) professor(es) responsável(eis) pelo(s) componente(s) curricular(es) ou área temática objeto da monitoria. Esta atividade pode ser remunerada ou voluntária. A monitoria constitui um serviço essencial e fundamental para a permanência de outros estudantes, tais como aqueles que possuem dificuldades de aprendizagem ou superdotação, para que, com esse apoio, possam avançar em seus estudos na Instituição.

Existem, ainda, programas destinados a financiar as mensalidades dos acadêmicos. No Quadro 33 são descritas as formas de financiamento estudantil:

Quadro 31: Modalidades de financiamento estudantil

Modalidade	Descrição	Regulamentação
Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)	O FIES é um programa do Ministério da Educação destinado a financiar as mensalidades de estudantes que não tenham condições de arcar integralmente com os custos de sua formação. Atualmente o FIES é operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).	Acessar o SisFIES e informar os dados solicitados. Validar suas informações na Comissão Permanente de Supervisão e Acompanhamento (CPSA), em sua instituição de ensino. Comparecer a um agente financeiro do FIES. (Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil).
Credito Educativo Municipal (CREDUC)	O CREDUC é um financiamento estudantil instituído pela Lei Municipal nº	Lei Municipal nº 6.844/2005

	6.844/2005, com os recursos financeiros da Prefeitura Municipal de Blumenau (PMB). Destina-se a financiar até 70% do valor da semestralidade dos estudantes dos cursos de graduação da FURB.	
--	--	--

Fonte: DAF/ PROAD

A FURB firmou, ainda, convênio com a CAPES no PARFOR. Este, na modalidade presencial, é um programa emergencial instituído para atender ao disposto no artigo 11, inciso III, do Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009, implantado em regime de colaboração entre a CAPES, os estados, municípios, o Distrito Federal e as Instituições de Educação Superior. Tem como objetivo induzir e fomentar a oferta de educação superior gratuita e de qualidade para professores em exercício na rede pública de educação básica, para que esses profissionais possam obter a formação exigida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e contribuam para a melhoria da qualidade da educação básica no país.

Para concorrer à vaga nos cursos ofertados pelo PARFOR, os professores devem: a) realizar seu cadastro e pré-inscrição na Plataforma Freire; b) estar cadastrado no Educacenso³² na função docente ou tradutor intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na rede pública de educação básica; e c) ter sua pré-inscrição validada pela Secretaria de Educação ou órgão equivalente a que estiver vinculado.

3.4.7.1 Apoio aos discentes para atividades acadêmicas extracurriculares

Em Junho de 2015, por meio da Resolução nº 22/2015, a FURB normatizou o “apoio financeiro aos estudantes” para atividades acadêmicas extracurriculares na FURB. O objetivo desta Resolução foi normatizar o apoio financeiro da instituição às semanas acadêmicas dos cursos e atividades acadêmicas correlatas, tais como: a organização de semanas acadêmicas, a participação de estudantes em palestras, workshops, viagens a congressos, entre outras atividades. Os recursos financeiros para atendimento desta Resolução estão condicionados à disponibilidade no orçamento geral da FURB de cada exercício, na rubrica “apoio financeiro aos estudantes”, cuja disponibilização dos recursos ficou sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Cultura (PROPEX), mediante a apresentação de projetos pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE)/Centros Acadêmicos.

³² O Educacenso é um sistema on-line que visa manter um cadastro único em uma base de dados centralizada no Inep de: escolas, turmas, alunos, docentes/ auxiliares de educação infantil, profissionais/ monitores de atividade complementar, possibilitando maior rapidez na atualização das informações, por utilizar diretamente a Internet.

Além disso, uma alternativa implantada no processo de contas a receber, com objetivo de reduzir a inadimplência e ajudar o estudante com dificuldade financeira, é o programa de conta corrente, no qual o acadêmico pode pagar, no mínimo, 50% das mensalidades (exceto a matrícula) durante o semestre, e ao final deste, pagar o saldo devedor, ou, ainda, negociá-lo conforme os critérios da FURB.

3.4.8 Intercâmbios³³

A FURB mantém diversos convênios com instituições de ensino superior no exterior. Buscando promover a inovação, a sustentabilidade, a cultura, o bem-estar social, a qualificação e a atualização do conhecimento, a Universidade desenvolve trabalhos em cooperação com instituições estrangeiras por meio de programas de intercâmbio de estudantes, professores e servidores técnico-administrativos das mais diversas áreas.

3.4.9 Acompanhamento dos Egressos

Em 2005 foi implantada a Central de Ex-Alunos da FURB, com o objetivo de manter uma comunicação permanente com os estudantes egressos da graduação, oferecendo benefícios e vantagens para reatar ou manter o vínculo com a Universidade. Em 13 de fevereiro de 2017, por meio da Resolução nº 003/2017, a FURB instituiu o Programa de Relacionamento com seus Egressos e o Programa Alumni³⁴.

Essa política visa fortalecer essa relação entre a FURB e seus egressos por meio da participação ativa dos mesmos na discussão e aprimoramento das atividades da Universidade junto à sociedade. A FURB, por sua vez, tem condições de verificar a atuação dos egressos no ambiente profissional e socioeconômico e, num processo de retroalimentação, é possível propor medidas de adequação curricular dos cursos de graduação e pós-graduação, em consonância com as necessidades da sociedade. A partir de um banco de dados atualizado sistematicamente é possível uma interação contínua entre a Instituição e seus ex-alunos, possibilitando estimular a participação destes em atividades de formação continuada, a interação com outros membros da comunidade universitária, bem como proporcionar reencontros de turmas, estimular a

³³ As propostas institucionais para internacionalização e mobilidade são abordadas no capítulo Internacionalização e Mobilidade desse PDI.

³⁴ As Resoluções nº 065/2017, de 05 de junho de 2017, e nº 089/2017, de 10 de agosto de 2017, alteram dispositivos da Resolução nº 003/2017.

participação em atividades culturais, desportivas e ações desenvolvidas no âmbito e fora da FURB, e também homenagear egressos com destaque profissional ou na sociedade.

O Programa Alumni tem como finalidade a manutenção do vínculo do egresso, mediante a concessão de benefícios e ações de promoção de melhoria da estrutura e apoio aos Egressos da FURB. São considerados como benefícios:

- recebimento sistemático de informações de caráter institucional;
- promoção de eventos, encontros e outras ações para congregar e promover a troca de experiências entre os egressos;
- acesso ao acervo da BU, com empréstimo de obras;
- acesso aos anúncios e também às postagem de anúncios nos classificados FURB;
- utilização de e-mail da FURB e login de rede;
- descontos em outros cursos, eventos, emolumentos pelo uso de serviços ou estruturas.

Quadro 32: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionadas ao relacionamento com os estudantes

Objetivo 21 – Consolidar o relacionamento institucional com seus discentes egressos.						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/Comentários
				Início	Fim	
81) Promover relacionamento contínuo entre a FURB e seus egressos.	1) Institucionalizar uma Política de Acompanhamento dos Egressos FURB;	Política aprovada no CONSUNI.	Reitoria	2016	2017	A Resolução nº 003/2017 instituiu a Política de Relacionamento com seus Egressos e o Programa Alumni da FURB.
	2) Criar uma base de dados com informações atualizadas dos egressos;	Base de dados consolidada.		2017	2017	Em desenvolvimento.
	3) Institucionalizar um canal de comunicação entre a FURB e os seus egressos.	Canal de comunicação institucionalizado.	Reitoria	2017	2018	Em desenvolvimento.
	4) Promover eventos (encontro de turmas, seminários, cursos, palestras, entre outros) periodicamente com egressos da FURB.	Quantidade de eventos realizados	PROEN/ CURSOS	2017	2020	Em 2017, o PPGAd promoveu um jantar em comemoração aos 20 anos do Programa. O curso de Arquitetura e Urbanismo promoveu um encontro comemorativo de 25 anos do curso.
Objetivo 22 – Garantir a acessibilidade institucional.						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/Comentários
				Início	Fim	
82) Atender as fragilidades apontadas pelo diagnóstico realizado pela COPLAN/ CPA nas dimensões de acessibilidade.	1) Incluir o tema nos programas de formação de servidores e promover ações de conscientização visando eliminar barreiras atitudinais (preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações);	Número de formações realizadas e/ou ações de conscientização	CAE	2016	2020	2016: oferta de formação institucional em LIBRAS para os servidores, Nível Básico; 2017: oferta de formação institucional em LIBRAS, Nível Básico + Nível Intermediário. 2018: 2019: 2020:
	2) Adequar conteúdos, instrumentos, equipamentos e mobiliário buscando reduzir barreiras metodológicas (metodologias e técnicas de ensino-aprendizagem);	Conteúdos, instrumentos, equipamentos e mobiliário adequados	CAE/ PROEN/ DAC	2016	2020	Adequações pontuais de mobiliário e material adaptado. Disponibilização de lupa eletrônica, impressora e material didático em Braille.

	3) Revisar periodicamente as políticas institucionais, adequando-as às (leis, decretos, portarias, normas e regulamentos)	Políticas institucionais adequadas às normativas nacionais	CAE/ Reitoria	2016	2020	Ação permanente.
	4) Reduzir as barreiras relacionadas à Comunicação interna e externa, adequando os meios digitais (site, televisão, vídeos institucionais), o atendimento (formação em LIBRAS) e a sinalização (Braille, contraste e relevo nas placas);	Número de ações realizadas	CAE/ DTI/ RTE/ CCM/ DGDP/ DAC	2017	2020	<p>2017: Já apresenta melhorias na comunicação entre DTI e RTE na questão de geração de audiovisuais e eventos, e acessos ao site. Carece de melhorias de infraestrutura e equipamentos.</p> <p>2016: oferta de formação institucional em LIBRAS para os servidores, Nível Básico;</p> <p>2017: oferta de formação institucional em LIBRAS, Nível Básico + Nível Intermediário.</p> <p>2018:</p> <p>2019:</p> <p>2020:</p>
	5) Reduzir as barreiras Arquitetônicas (física), em prédios, estacionamentos e calçadas;	Adequações realizadas na infraestrutura	COPLAN/ PROAD/ DAC	2016	2020	Adequações sugeridas em diagnóstico específico estão sendo efetuadas.
83) Consolidar as ações de permanência.	1) Acompanhar as necessidades/dificuldades dos discentes que possuem deficiências;	Necessidades mapeadas	CAE/ PROEN	2016	2020	2017: A CAE tem realizado acompanhamento por demanda.
	2) Orientar os docentes que lecionam em turmas com estudantes com deficiência;	Docentes capacitados	PROEN/CAE			2017: A CAE tem realizado orientações e formação docente por demanda.
	3) Criar cargo específico para atendimento especializado e posterior realização de concurso público.	Lei alterada/ Concurso realizado/ Efetivação do servidor	CAE/ REITORIA	2016	2017	2018: em andamento.
	4) Adequar as ações da PROEN e da CAE às necessidades e exigências da comunidade universitária em termos de acessibilidade e disponibilidade dos serviços;	Ações adequadas	CAE/ PROEN	2016	2020	<p>2017: Ações pontuais são realizadas por demanda.</p> <p>Ações com maior amplitude demandam estudos de várias áreas da IES.</p>
	5) Envolver os cursos de graduação na busca de soluções e	Número de projetos dos cursos	CAE/ PROEN	2016	2020	2017: Ações tem sido realizadas por demanda.

	alternativas que apoiem a permanência dos discentes com deficiência.	relacionados à acessibilidade				
	6) Formação em LIBRAS aos estudantes surdos.	Formação institucionalizada	CAE	2016	2020	2017: Ações tem sido realizadas por demanda.
Objetivo 23 – Consolidar as ações de atendimento ao estudante						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/Comentários
				Início	Fim	
84) Consolidar o Projeto de Recepção de Calouros.	1) Institucionalizar a Comissão de recepção de calouros.	Comissão institucionalizada				Instituída Comissão de recepção de calouros.
	2) Definir o projeto para a recepção e integração dos calouros da FURB;	Projeto institucionalizado	PROEN	2016	2017	A comissão se reúne no início de cada semestre para definição das estratégias a serem adotadas pelas unidades e coordenações de curso.
	3) disponibilizar material e treinamento para as coordenações dos cursos;	Coordenadores de curso capacitados	PROEN	2016	2020	2017: Formação docente permanente para Coordenadores.
	4) divulgar para a comunidade universitária etapas e procedimentos da recepção.	Divulgação realizada	PROEN	2016	2017	2017: Divulgação realizada a cada semestre. 2018: Divulgação realizada a cada semestre.
	5) Formação de coordenação e servidores de atendimento nos centros de cursos.	Número de servidores capacitados	PROEN/DGDP	2017	2020	Formação permanente.
85) Institucionalizar a Política de Ingresso e Permanência (acompanhamento) discente.	1) Estabelecer uma política de ingresso e permanência dos discentes na FURB;	Política institucionalizada	PROEN	2017	2020	2017: Política não instituída. Realizado estudo sobre evasão. A DRA tem realizado contatos com os discentes que não renovam matrícula cada início do semestre. 2018: 2019: 2020:
	2) Ampliar as vagas de ingresso pelo ENEM;	Número de vagas	PROEN	2017	2020	Em Estudo.
	3) Estabelecer política de cotas;	Política institucionalizada	PROEN	2017	2020	Em Estudo.
	4) Regulamentar vagas ociosas;	Política institucionalizada	PROEN	2017	2020	A Política não foi instituída , mas, na prática, semestralmente é lançado o Edital de Solicitação de Vagas, que tem por objetivo a ocupação destas vagas ociosas.

	5) Divulgar atividades de atendimento aos estudantes pela CAE;	Divulgação realizada	PROEN/ CAE	2016	2020	2016: Divulgação realizada pela CAE. 2017: Divulgação realizada pela CAE. 2018: Divulgação realizada pela CAE. 2019: 2020:
	6) Divulgar formas de financiamento estudantil.		PROEN/PROAD	2017	2020	A DRA divulga a cada início de matrícula as diversas formas de financiamentos.
	7) Disponibilizar orientações de ingresso para potenciais estudantes estrangeiros (para o curso completo) - acesso à informações e procedimentos para obtenção da Carta de Aceite para emissão de Visto de Estudante.		PROEN/ CAE/CRI	2017	2020	Divulgação realizada pela CRI.
	8) Realizar feiras de oportunidades para ampliar as formas de permanência, com divulgação de vagas de estágio e empregos;	Uma feira semestral	PROEN/ Unidades Universitárias	2017	2020	As divulgações de vaga de estágio e emprego é realizada nos classificados na página da FURB. Feira semestral não realizada.
	9) Desenvolver banco de dados de TODOS os potenciais candidatos aos curso da FURB (reprovados no vestibular, candidatos não classificados pelo ENEM e Histórico Escolar, estudantes que abandonaram, Aluno Especial).	Banco de dados institucionalizado	PROEN/DRA	2017	2020	A DRA tem realizado contato com os candidatos não matriculados, de todos os processos seletivos.
86) Institucionalizar Programa de Apoio Pedagógico aos Estudantes.	1) Elaborar projeto Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes.	Programa institucionalizado	PROEN/ CAE	2017	2020	
87) Institucionalizar um processo sistemático de qualificação dos ambientes de aprendizagem.	1) Criar “sala modelo”, com equipamentos de videoconferência e tecnologias educacionais.	Sala modelo concluída	PROEN	2017	2020	A FURB possui espaço e tecnologia de videoconferência. Em relação às tecnologias educacionais, há o LIFE e EFEX.
Objetivo 24 – Consolidar as relações institucionais com os campos de estágio e as ações do Núcleo de Estágios						

Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/Comentários
				Início	Fim	
88) Regular e acompanhar os Estágios Obrigatórios e Não Obrigatórios.	1) Adequar a Resolução nº 22/2014, de 07 de maio de 2014 (<i>Institui a Política de Estágios da Fundação Universidade Regional de Blumenau</i>).	Proposta aprovada no CEPE	PROEN	2016	2020	Mínuta da Resolução em discussão com as Unidades Universitárias.
	2) Institucionalizar a Central de estágios	Central de estágios institucionalizada	PROEN	2016	2020	Existe uma Central de estágios.
	3) Adequar os PPC dos cursos ao regulamento aprovado;	PPC adequados	PROEN	2017	2020	Resolução nº 094/2017 aprovou o Regulamento do Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Bacharelado em Educação Física;
						Resolução nº 159/2017 alterou dispositivos da Resolução nº 45/2016, a qual aprovou o Regulamento do Estágio Obrigatório do Curso de Biomedicina;
						Resolução nº 053/2017 aprovou o Regulamento do Estágio Obrigatório do Curso de Bacharelado em Jornalismo;
						Resolução nº 036/2017 aprovou o Regulamento do Estágio Curricular Obrigatório do Curso de bacharelado em Educação Física;
						Resolução nº 026/2017 aprovou o Regulamento do Estágio Curricular Obrigatório do Curso de Pedagogia – Licenciatura;
						Resolução nº 010/2017 aprovou o Regulamento do Estágio do Curso de Arquitetura e Urbanismo;.
						Resolução nº 002/2017 aprovou o Regulamento do Estágio do Curso de Serviço Social;
						Resolução nº 071/2016 aprovou o Regulamento do estágio Obrigatório do Curso de Farmácia;
Resolução nº 045/2016 aprovou o Regulamento do Estágio Obrigatório do Curso de Biomedicina;						
Resolução nº 028/2016 aprovou o Regulamento do Estágio Obrigatório do Curso de Engenharia Química;						

						Resolução nº 027/2016 aprovou o Regulamento do Estágio em Engenharia Florestal do Curso de Engenharia Florestal;
	4) Estruturar o Núcleo de Estágios com portfólio de ações, incluindo licenciaturas, voltadas ao acompanhamento dos estágios obrigatórios e não obrigatório;	Núcleo de estágios e estágios organizados	PROEN	2017	2020	Ação vem sendo realizada. Permanente.
	5) Organizar os estágios das licenciaturas para o ano;			2017	2020	Ação vem sendo realizada. Permanente.
	6) Eleger a coordenação geral dos estágios.			2017	2020	Ok para os cursos de Licenciaturas.

Fonte: Organizado pela COPERA-PDI

4 SUSTENTABILIDADE

Um dos grandes desafios enfrentados pela humanidade nas últimas décadas é a questão socioambiental. No final da década de 1960, grupos de cientistas iniciaram as críticas a respeito dos efeitos prejudiciais do impacto das atividades econômicas sobre o meio ambiente, provocado pelo desenvolvimento industrial acelerado e o conseqüente crescimento econômico ocorrido após a segunda guerra mundial.

O engajamento da Organização das Nações Unidas (ONU) nos diversos fóruns mundiais contribuiu para a promoção de temas ligados à sustentabilidade. Entre esses eventos internacionais, destaca-se a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada em Estocolmo, em 1972, e na cidade do Rio de Janeiro, em 1992, de cujos resultados um dos principais foi a publicação da Agenda 21, na qual o capítulo 36 trata da “Promoção do ensino, da conscientização e do treinamento” e é destinado a propostas que promovam um ensino reorientado para o desenvolvimento sustentável, o aumento da consciência pública e a promoção do treinamento.

A Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento finalizou, em 1987, o relatório “Nosso Futuro Comum”, o qual apontou a necessidade de conciliar crescimento econômico com os problemas sociais e ambientais causados pelos padrões de produção e consumo insustentáveis. Nesse relatório é apresentado o conceito mais difundido de desenvolvimento sustentável, “(...) aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as futuras gerações de atenderem às suas próprias necessidades” (CMMAD, 1988).

A conferência de Estocolmo, em 1972, em seu princípio dezenove, chamou a atenção para a importância da educação ambiental em todos os níveis e a Declaração de Tbilisi (1977) foi o primeiro grande evento internacional em favor da educação ambiental. Os princípios da declaração abordam as estratégias e as ações orientadoras que são adotadas até hoje. A declaração menciona a importância de a educação ambiental se dirigir a todos os grupos de idades e categorias profissionais, entre os quais técnicos e cientistas, cujas pesquisas e práticas especializadas constituirão a base de conhecimentos sobre os quais se sustentarão a educação, a formação e a gestão eficaz relativas ao ambiente. Foi a primeira declaração internacional para o meio ambiente, em um contexto do ensino superior (WRIGHT, 2002).

Em 1990, presidentes, reitores e pró-reitores de universidades de todas as regiões do mundo, interessados nas questões ambientais, assinaram uma declaração inédita, no Centro Europeu da Universidade de Tufts, em Talloires, na França. Nessa declaração, apontam-se as

universidades como desenvolvedoras de papel crucial na educação, na investigação, na formação de políticas e na troca de informações necessárias à concretização desses objetivos. Declara-se, ainda, a importância dos líderes universitários na garantia e no apoio à mobilização dos recursos internos e externos, de forma que suas instituições respondam a esse desafio urgente. Essa declaração estimulou outras declarações, como a de Halifax, em 1991, no Canadá, e a de Swansea, em 1993, que também trataram desse tema (WRIGHT, 2002).

A Declaração de Halifax foi assinada em dezembro de 1991, em Halifax, no Canadá, por representantes seniores da Associação Internacional das Universidades, da Universidade Unida das Nações e da Associação das Universidades e Faculdades do Canadá, com a presença de 20 presidentes de universidades de várias partes do mundo. Nesse encontro, foram discutidas ações a serem tomadas pelas universidades; entre as principais, destacam-se: utilizar os recursos intelectuais da universidade para incentivar uma compreensão melhor, por parte da sociedade, dos perigos físicos, biológicos e sociais que o planeta Terra enfrenta, realçando a capacidade da universidade de ensinar e praticar princípios sustentáveis, para aumentar o interesse ambiental e a compreensão da ética ambiental por parte da faculdade, dos estudantes e do público em geral (KRAEMER, 2004).

Essas declarações fortalecem o entendimento de a universidade ser, entre as várias organizações, aquela a quem compete ensinar, pesquisar e viabilizar a ação transformadora na sociedade, por meio de seus saberes, razão pela qual desempenha um importante papel nessas transformações necessárias no âmbito do desenvolvimento sustentável.

A partir do conceito de desenvolvimento sustentável, o sociólogo inglês John Elkington criou o *Triple Bottom Line*, conhecido no Brasil como o tripé da sustentabilidade, cuja concepção consiste em ser economicamente viável, socialmente justo e ambientalmente correto. O *Triple Bottom Line* é mundialmente referenciado desde então.

Essa compreensão, no entanto, vem sendo fortemente criticada devido ao seu paradoxo, uma vez que o modelo capitalista vigente é estimulado pela alta competitividade, e suas ações nem sempre refletem atitudes socialmente justas ou ambientalmente corretas.

Desse modo, as universidades são chamadas à responsabilidade na formação de líderes e modelos econômicos diversos que invoquem ações socialmente justas e ambientalmente corretas.

4.1 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade social se constitui em uma elaboração conceitual da sociologia e diz respeito a um conjunto de valores aceito pela sociedade e que determina o comportamento tanto de pessoas quanto de organizações. A responsabilidade social seria, portanto, a assimilação, pelas organizações, de valores orientadores do comportamento social.

Um conjunto mais amplo de valores e que norteia os caminhos de todos é a Ética. A responsabilidade social está vinculada a um comportamento ético aceito pelas organizações, servindo de ideário de comportamento para todos os grupos sociais. Dessa forma, aceitando todo o conjunto de comportamentos éticos indispensáveis à convivência humana, pode-se sustentar que a responsabilidade social é a forma de gestão definida pela ética e transparência da instituição nos relacionamentos e pelo estabelecimento de metas compatíveis com o desenvolvimento sustentável da sociedade, preservando recursos ambientais, fomentando ações culturais, respeitando a diversidade e promovendo a redução das desigualdades sociais.

No Brasil, a forma de medição da responsabilidade social iniciou em 1997 com o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE). As organizações precisam comprometer-se com a sociedade com ações duradouras com vistas ao bem-estar da comunidade na qual estão inseridas. Portanto, a transparência das ações com a comunidade e por meio dela, é indispensável.

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o SINAES, determina a responsabilidade social das instituições de ensino, especialmente no que se refere à sua contribuição quanto à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, e à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, itens amplamente contemplados nas políticas institucionais internas.

Atualmente, as políticas públicas na área educacional têm dado ênfase ao desenvolvimento sustentável, à área ambiental e à saúde. Além desses campos, constitui-se em objetivos das políticas a transversalidade no tocante às questões étnico-raciais e a promoção de ações que visam à inclusão de pessoas com deficiência, com necessidades educacionais especiais e em situação de vulnerabilidade social.

A responsabilidade social da FURB manifesta-se na oferta de um ambiente propício à formação integral do ser humano, com uma educação eticamente comprometida com o seu entorno, a cidadania, o conhecimento, a visão crítica e estratégica, e o atendimento às necessidades e demandas contemporâneas, por meio de uma estrutura educacional inovadora e

diferenciada, contribuindo para um desenvolvimento que propicie melhor qualidade de vida para o indivíduo e a sociedade.

Como universidade pública, a responsabilidade social da FURB está presente em todas as suas atividades. Se expressa na maneira como faz o relacionamento com seus estudantes, nas políticas de ingresso e permanência, nas formas de incentivo, na divulgação da cultura, na sugestão e criação de políticas públicas, e na gestão de seu patrimônio material e humano, ou seja, em programas e projetos tanto na área do ensino como na da pesquisa e da extensão, com vistas ao desenvolvimento da comunidade.

Como modo de ilustrar o desenvolvimento nessa área, os projetos abaixo permitem vislumbrar, especialmente no que diz respeito à inclusão social, algumas ações importantes que propiciam a melhoria das condições de vida das pessoas menos favorecidas social e economicamente:

- a) surgimento de políticas públicas criadas em decorrência de projetos e participação da FURB;
- b) presença de representantes da FURB em conselhos diversos que participam das decisões, inclusive relacionados a políticas públicas, com destaque para o Fórum Mundial dos Direitos Humanos, onde a FURB está presente;
- c) preocupação crescente com a acessibilidade;
- d) implantação de programas de melhoria de qualidade de vida para os servidores;
- e) benefício-instrução aos servidores e seus dependentes;
- f) plano de carreira para servidores docentes e técnico-administrativos;
- g) acesso da comunidade externa à biblioteca;
- h) manutenção do número de estudantes beneficiados nos programas de apoio aos estudantes;
- i) incentivo aos programas sociais para manutenção e permanência do estudante na FURB;
- j) criação e manutenção de programas de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), visando à qualificação acadêmica e profissional nas áreas relacionadas à socioeconomia e à sociopolítica, capacitando profissionais, técnicos e cientistas vinculados à administração pública – municipal, estadual ou federal – e ao setor privado, bem como profissionais liberais;
- k) estímulo aos estudantes da educação básica no acesso à Universidade, como nos programas Interação FURB, Interação Júnior e Interação Kids;

- l) programa Interação, com visitas da FURB às escolas e promoção do evento presencial na Universidade; caracteriza-se como um trabalho de orientação profissional, educacional e de formação, motivando os jovens a ingressarem no ensino superior;
- m) oferta de cursos para atender às necessidades sociais, como, por exemplo, pelo PROEP, que congrega um conjunto de atividades, sobretudo cursos ofertados para a terceira idade;
- n) oferta de programas continuados de extensão, envolvendo projetos executados em diversas áreas temáticas (comunicação, cultura, direitos humanos, meio ambiente, saúde, tecnologia e trabalho), envolvendo um número aproximado de 500 mil pessoas; mantém, também, vários projetos culturais, como por exemplo: Camerata de Violões, Coro FURB, Orquestra, Dança Alemã, Grupo de Teatro, FITUB, etc.
- o) prática desportiva (diversas modalidades e horários) para os discentes e os servidores da FURB; alguns estudantes podem acessar as bolsas-esportes;
- p) FURB TV e FURB FM: rádio e televisão educativas, inserções de informações de utilidade pública, promoção da cultura e da arte, da pesquisa, da extensão, etc.;
- q) espaços para exposições gratuitas dos artistas locais;
- r) nivelamento em Matemática (atualmente nas engenharias);
- s) cursos para a comunidade carente (ex.: informática);
- t) publicações da Editora FURB;
- u) gestão ambiental, reestruturação da Coordenadoria de Meio Ambiente (CMA), tratamento dos resíduos sólidos (encaminhamentos) e perigosos;
- v) adesão da FURB aos programas estaduais, municipais e federais de formação de profissionais, tais como o PARFOR, FUMDES, PIBID, bolsas de Iniciação Científica, entre outros;
- w) programa de formação continuada (professores da educação básica);
- x) DCE: DCE solidário, FUCCA;
- y) biblioteca: amplo acesso à comunidade, inclusive aos portais de outras universidades, arquivos digitais, acervo físico, espaço infantil no local; digitalização de documentos institucionais (como os relatórios de atividades); apoio a cinco bibliotecas escolares, das quais uma municipal;
- z) manutenção dos grupos culturais: levar a arte à comunidade;
- aa) preservação do patrimônio material e cultural, da memória, de materiais que entram em desuso no passar dos anos (tecnologias, por exemplo), dos bens imóveis;

- bb) Feira de Economia Solidária, na qual se oportuniza aos empreendimentos coletivos e solidários e aos artesãos locais, apresentarem seus trabalhos e sua arte, suas criações e seus produtos;
- cc) FITUB: hoje com visibilidade nacional e reconhecimento internacional;
- dd) internacionalização da FURB e Universidade Sem Fronteiras, as quais possibilitam aos discentes a troca de experiências no ensino e na cultura;
- ee) convênio com prefeituras para controle populacional de animais (ex. Pomerode); controle de zoonoses;
- ff) campanhas dos cursos (Ex. Medicina Veterinária: doação de alimento para animais abandonados; Medicina: campanha de doação de sangue, etc.);
- gg) Centro de Operações do Sistema de Alerta da Bacia Hidrográfica do Rio Itajaí-Açu (CEOPS), responsável pelo monitoramento e previsão do tempo, monitoramento dos níveis do rio e previsão hidrológica, laudos técnicos, pesquisa em meteorologia e hidrologia e simulados de enchente.

Resoluções institucionais orientadoras do comportamento social:

Resolução nº 34/2015: proíbe o consumo, a venda e a propaganda de produtos fumígenos no âmbito da FURB (publicada em 15/10/2015);

A responsabilidade social da FURB, assim como as ações e os projetos desenvolvidos, não se restringe aos que foram descritas neste PDI. Ressalta-se a necessidade de ampliar a divulgação dessas realizações para a comunidade, de modo a demonstrar quanto a Universidade faz pelo seu entorno regional.

4.2 RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

A Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, regulamentada pelo Decreto 4.281, de 25 de junho de 2002, define educação ambiental como os processos por meio dos quais os indivíduos e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, (...) essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Essa lei institui a educação ambiental como um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, entre eles a educação superior, sendo desenvolvida como

prática educativa integrada, de modo transversal, contínuo e permanente, preferencialmente não implantada como disciplina específica, exceção concedida aos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando então, é facultada a criação de disciplina específica. Prevê, nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, a incorporação de conteúdo o qual trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas, além de mencionar que deve constar nos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas e obriga ao cumprimento da Agenda 21.

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, a qual institui o SINAES, determina a responsabilidade social das instituições de ensino, especialmente no que se refere à sua contribuição para a inclusão social, o desenvolvimento econômico e social e a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural – itens amplamente contemplados nas políticas institucionais internas.

As políticas públicas na área educacional têm dado ênfase ao desenvolvimento sustentável, à área ambiental e à saúde. Além desses campos, constituem-se em objetivos das políticas: a transversalidade no tocante às questões étnico-raciais e a promoção de ações que visem à inclusão de pessoas com deficiência, com necessidades educacionais especiais e em situação de vulnerabilidade social.

Nesse contexto, a qualidade de vida é parte do compromisso assumido pela FURB desde 1998, com a criação de um Comitê de Implantação do Sistema de Gestão Ambiental (CISGA), pela Portaria n.º 261 de 1998. Para atender às exigências de um SGA bem consolidado, o Comitê de implantação foi desdobrado em uma câmara técnica, voltada a aspectos técnicos de controle ambiental e economia de recursos, e uma câmara interdisciplinar, relacionada com questões amplas de comunicação e envolvimento da comunidade universitária. A primeira tarefa das câmaras foi conduzir a avaliação ambiental e o processo de definição da política ambiental.

Em dezembro de 1999, o SGA da FURB foi regulamentado pela Resolução n.º 195/1999. A partir dessa resolução, surgiu a Coordenadoria de Meio Ambiente (CMA), os Responsáveis Ambientais (RA) e os Agentes Ambientais (AA). A CMA é um órgão de assessoramento à administração superior da FURB, na condução da política ambiental. Sua atuação é transversal e integrativa de funções de diferentes órgãos da administração superior. Os RAs foram atuantes em nível de Pró-Reitorias, Unidades Universitárias e órgãos suplementares, com função executiva no cumprimento da política ambiental. Os AAs foram atuantes em departamentos, divisões, seções e laboratórios, cumprindo tarefas específicas de

proteção e controle ambiental, de acordo com os programas de gestão ambiental e com a supervisão do RA correspondente. Quando estudantes se dispunham a assumir atividades no âmbito do seu subsetor, eram chamados de Agentes Ambientais Voluntários.

A aprovação da Política Ambiental da FURB, pela da Resolução nº 14/2000, de 07 de fevereiro de 2000, demonstra o reconhecimento da importância da proteção ambiental e da economia dos recursos naturais globais e, visando à melhoria contínua da qualidade de vida atual e futura, é assumida uma postura ambientalmente consciente e responsável, expressa pelos seguintes princípios:

- a) **envolvimento:** ser uma Instituição que considera a cultura ambiental no desenvolvimento e nos resultados de suas atividades, transmitindo e estimulando a conscientização ambiental a todos os integrantes da comunidade interna e externa;
- b) **cumprimento da lei:** cumprir a legislação ambiental em todos os seus campi e, sempre que possível, adotar critérios mais rigorosos aos fixados em lei;
- c) **formação:** oportunizar educação e treinamento às comunidades interna e externa no que se refere à melhoria contínua da qualidade ambiental;
- d) **administração de materiais:** adquiri-los com critérios ambientais, promover a reciclagem e descartar adequadamente os materiais permanentes e de consumo, usar racionalmente, inclusive a água e energia envolvidas nas atividades diárias da Instituição, desde que não implique a perda da qualidade do serviço;
- e) **publicidade:** tornar pública essa política ambiental, as ações corretivas e os resultados decorrentes da sua implementação;
- f) **gestão ambiental:** manter permanentemente o Sistema de Gestão Ambiental com o objetivo de monitorar as atividades administrativas, do ensino, da pesquisa e da extensão.

Em março de 2000, foram elaborados objetivos e metas ambientais para serem alcançados em um período de três anos. Em 2003, os objetivos e metas foram atualizados para o ano de 2006, permanecendo os mesmos até hoje.

A partir dos princípios ambientais da Universidade, foram elaborados quatro programas descritos a seguir:

Quadro 33: Programas Institucionais de Gestão Ambiental

PROGRAMA	DESCRIÇÃO
Programa de Gestão de Resíduos Sólidos	Instituído no ano 2000, o programa compreende a separação, coleta e encaminhamento para reciclagem de resíduos como papel, plástico, metais e vidro gerados na Universidade. A partir da sua instituição, a coleta seletiva e a destinação dos resíduos passaram a acontecer de forma sistemática: os resíduos são coletados nas lixeiras coloridas específicas e encaminhados para a Central de Resíduos Recicláveis da FURB. Foi elaborada uma cartilha educativa para esse programa, a qual tem como objetivo tornar pública a Política Ambiental e o Programa de Gestão de Resíduos Sólidos da FURB e orientar a comunidade no que diz respeito à geração, separação e destinação de resíduos sólidos recicláveis, rejeitos e resíduos orgânicos;
Programa Gestão de Resíduos Perigosos	Implantado em 2001, nos laboratórios, clínicas e biotérios da FURB que geram ou manipulam resíduos perigosos, incluindo os resíduos de serviços de saúde, o programa visa a minimizar o impacto ambiental causado pelo descarte de resíduos perigosos, reduzir os riscos na manipulação e no armazenamento, evitando o seu acúmulo, e reduzir o uso de produtos perigosos. Prevê, também, a classificação segundo a NBR 10.004/04, segregação, pré-tratamento, rotulagem, transporte e destinação ao aterro industrial dos resíduos perigosos. Foram criadas duas cartilhas educativas para atender esse programa. As duas têm o objetivo de minimizar os impactos ambientais causados pelo descarte dos resíduos classificados como perigosos e melhorar a qualidade de vida dos estudantes e servidores da Universidade, em todos os setores que manipulam ou geram resíduos perigosos e no setor de serviços de saúde;
Licenciamento Ambiental	Com a implantação do Sistema de Gestão Ambiental, a FURB detectou a necessidade de promover o Licenciamento Ambiental de suas atividades junto ao órgão ambiental de Santa Catarina, a Fundação do Meio Ambiente (FATMA). Com base nesses projetos, a Universidade obteve, em 2002, suas primeiras Licenças Ambientais Prévias (LAP) e, em 2004, obteve as Licenças Ambientais de Instalação (LAIs). Uma vez implantados todos os controles previstos nas licenças de instalação, a FURB obteve as Licenças Ambientais de Operação (LAOs) em 2007. Assim, a Instituição tem o total controle sobre os impactos por ela causados, estando em conformidade com a legislação ambiental pertinente;
Programa de Água e Energia	Implantado em 2005, visa o dimensionamento correto da carga térmica para cada ambiente; a adequação de projetos elétricos antigos à nova realidade; a troca de torneiras antigas por modelos automáticos em diversos ambientes; o controle das entradas de água e energia da Universidade e a coleta semestral de 500 m ³ de esgotos das fossas, filtros e resíduos das caixas de gordura nos campi da FURB. Para orientar e esclarecer os servidores e estudantes da FURB sobre a água, seus usos, sua importância, seu ciclo e dados estatísticos, foi elaborada uma cartilha educativa, a qual serve para orientar sobre medidas simples que cada servidor deve tomar para contribuir com o uso racional de água na Universidade. Outra cartilha foi criada para subsidiar as atividades educativas do programa “Gestão de Água e Energia”, a qual pretende orientar e esclarecer os servidores da FURB sobre o uso racional de energia na Instituição, além de apresentar tópicos relacionados à história da energia, curiosidades, dados estatísticos, cálculos de consumo de energia, dicas práticas, entre outros. Ambas as cartilhas foram resultados do projeto “Uso Racional de Água e Energia” desenvolvido no âmbito do Programa “Construindo Atividades Participativas em Educação Ambiental” e foram aprovadas pelos editais n.º 01/04 e 01/05, respectivamente, da PROERC e Programa de Apoio à Extensão (PAEX).

Fonte: organizado pela COPERA-PDI

Apesar de todas as cartilhas educativas serem voltadas para a Instituição, visam ajudar a alcançar um desenvolvimento mais sustentável fora da Universidade também,

conscientizando e qualificando os cidadãos formadores de opinião de amanhã. As cartilhas de todos os programas podem ser encontradas com facilidade na página eletrônica da FURB.

No ano 2000, ocorreu a implantação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da FURB, o qual tem o papel integrador das ações ambientais na Universidade. O SGA está estruturado com a CMA, órgão permanente de assessoramento à administração superior da FURB. Com o encerramento da primeira fase de implantação do SGA em 2002, foi elaborado um manual desse sistema, o qual teve sua primeira atualização em 2005.

Atualmente a FURB possui inúmeros projetos de pesquisa que tratam da temática socioambiental, distribuídos nas linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação (PPG), bem como projetos de extensão com a mesma abordagem. Além disso, mais recentemente, no âmbito institucional, a FURB aprovou junto à CELESC o projeto eficiência energética, que tem como objetivo é reduzir a demanda e o consumo de energia elétrica, por meio da substituição de 9.202 lâmpadas fluorescentes tubulares de 32W, 36W e 40W, nos ambientes de ensino do Complexo esportivo, campus 1, 2 e 3, por lâmpadas LED tubulares de 18W.

Para o período de vigência deste PDI, ressalta-se a necessidade de reestruturação da CMA, reorganização do SGA e ampliação da divulgação das ações socioambientais realizadas pela FURB. Ainda, pretende-se submeter o projeto de eficiência energética para contemplar os ambientes administrativos da Universidade.

Quadro 34: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à responsabilidade social e ambiental

Objetivo 25 – Consolidar ações de inclusão, acesso e acessibilidade, de cooperação e de inserção social						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/Comentários
				Início	Fim	
89) Institucionalizar o Programa de Nivelamento e Capacitação Discente.	1) Realizar um diagnóstico das necessidades de todos os cursos em relação às necessidades de nivelamento.	Diagnóstico realizado	PROEN/ Unidades Universitárias	2017	2020	2017: Não realizado.
	2) Aprovar, no CONSUNI, a Política de Nivelamento em disciplinas básicas para os discentes;	Política aprovada no CONSUNI	PROEN	2017	2020	2017: Não realizado.
	3) Criar nivelamento em Português;	Programa consolidado	PROEN	2017	2020	O projeto de nivelamento <i>Assessoria Linguística na Universidade: inclusão e letramentos</i> objetiva “ampliar os usos linguísticos (letramentos) de gêneros acadêmicos necessários aos mais diversos desafios na Universidade, para TODOS os acadêmicos. Parceria entre o Programa Núcleo de Estudos Linguísticos (NEL) do Departamento de Letras, o Departamento de Educação e a CAE.
	4) Criar nivelamento em Física;					2017: Não realizado.
	5) Criar nivelamento em língua estrangeira;					2017: Não realizado.
	6) Ampliar nivelamento em Matemática.					Matemática Básica, oferecida a TODOS os cursos de engenharia.
90) Ampliar ações de inclusão, acesso e acessibilidade, de cooperação e de inserção social.	1) Desenvolver atividades de conscientização visando eliminação de barreiras desde arquitetônicas, instrumentais e de comunicação até as atitudinais, envolvendo e respeito a diferenças sociais, étnicas, de gênero, culturais e de sexualidade.	Ações desenvolvidas	PROEN/CAE/DAC	2017	2020	A Resolução nº 32/2017 estabeleceu a Política de Articulação de Temas Transversais (PATT). Foram criados os Núcleos de Estudo (NAEB, NERI, Vozes Livre, entre outros); Os grupos tem desenvolvido diversas atividades relacionadas às diferenças sociais,

						étnicas, de gênero, culturais e de sexualidade.
91) Desenvolver ações de caráter social, preventivo e de apoio ao tratamento de dependentes de substâncias químicas.	1) Criar um Programa de Prevenção e Apoio ao Tratamento de Dependentes de Substâncias Químicas (tabaco/cigarro, álcool, drogas ilícitas);	Programa institucionalizado	CAE/ PROAD	2017	2020	2017: Não iniciado.
	2) Implementar o Programa de Prevenção e Apoio ao Tratamento de Dependentes de Substâncias Químicas;		CAE/ PROAD	2017	2020	2017: Não iniciado.
	3) Promover a reintegração do assistido às suas atividades acadêmicas, ao trabalho, à família e à sociedade.		CAE/ PROAD	2017	2020	2017: Não iniciado.
92) Ampliar a prestação de serviços à comunidade a partir da atividade de pesquisa e extensão	1) Incentivar os pesquisadores a oferecer os resultados de pesquisa e extensão como prestação de serviços.	Serviços prestados	Instituto FURB	2017	2020	(Permanente)
93) Estimular o desenvolvimento de atividades dos Centros/ DAs com a comunidade	1) Incentivar os estudantes a desenvolverem atividades (serviços, palestras, debates, etc.) a partir da organização estudantil	Atividades realizadas	DCE	2017	2020	2016/ 2017: O DCE, Centros e Diretórios Acadêmicos desenvolveram atividades com a comunidade. Ação Permanente (ver relatórios de autoavaliação – CPA);
Objetivo 26 – Consolidar as ações institucionais de Responsabilidade Social						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/Comentários
				Início	Fim	
94) Ampliar a publicidade de ações de responsabilidade social e ambiental desenvolvidas pela FURB	1) Sistematizar as ações realizadas pela FURB em responsabilidade social;	Ações descritas no Relatório de Atividades (anual)	COPLAN	2017	2020	Anualmente, a FURB publica o Relatório Institucional de Atividades, no qual se procura evidenciar as ações no que diz respeito à Responsabilidade Social.
	2) Elaborar o Balanço Social anualmente;	Balanço Social elaborado	Gabinete da Reitoria	2017	2020	

	3) Publicar o Balanço Social e Ambiental de acordo com os princípios da ISO 26.000;	Balanço Social publicado	Gabinete da Reitoria	2017	2020	Por meio da Portaria nº 325/2017, o Reitor designou Comissão Especial para Elaboração do Balanço Social da FURB.
	4) Trabalhar com a área de comunicação social para melhorar a visibilidade e conhecimento da responsabilidade social da FURB por parte da comunidade interna e externa.	Ações divulgadas	Reitoria/ CCM	2017	2020	
95) Contemplar estratégias para incorporação dos princípios que norteiam a responsabilidade social pela comunidade interna	1) Introduzir na formação institucional a temática responsabilidade social;	Temática prevista na formação	PROEN/ PROAD/ DGDP	2017	2020	Não realizado em 2017. Previsto para 2018.
	2) Prever nos Planos Departamentais (PDs) estratégias para o desenvolvimento humano e treinamento no local de trabalho para a incorporação e apreensão dos princípios que norteiam a responsabilidade social, sobretudo com relação à Governança Institucional, direitos do consumidor e envolvimento e desenvolvimento da comunidade;	Desenvolvimento humano e profissional previsto nos PDs	Departamentos/ COPLAN	2017	2020	Não iniciado.
	3) instituir práticas trabalhistas e condições de trabalho das principais convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) (especialmente no que tange segurança e acompanhamento da saúde do trabalhador);	Práticas institucionalizadas	PROAD/ DGDP	2017	2020	SESMT: trabalhando nos aspectos de segurança e acompanhamento da saúde do trabalhador.
	4) combater a corrupção e melhorar controles internos.	Ações realizadas	Reitoria/ PROAD	2017	2020	Permanente. Todas as denúncias são apuradas (Processos Administrativos). Os controles internos foram melhorados. A FURB passou a ser auditada pelo TCE/SC.

96) Introduzir componentes curriculares específicos para desenvolver a responsabilidade social no ensino.	1) Envolver estudantes de graduação e pós-graduação em pesquisas sobre responsabilidade social e ambiental.	Estudantes envolvidos em Projetos de pesquisa no tema	PROEN/ PROPEX/ Programas de pós-graduação	2017	2020	2016, 2017: Foram desenvolvidos inúmeros projetos de pesquisa (dissertações e teses), iniciação científica e extensão relacionadas à sustentabilidade. Tanto social quanto ambiental. (Permanente).	
	2) Implementar a Política dos Temas transversais no Ensino.	PATT implementada	PROEN/Unidades Universitárias	2017	2020	A Resolução nº 32/2017, de 27/04/2017, estabelece a Política de Articulação de Temas Transversais (PATT). Foram criados os Núcleos de Estudo (NAEB, NERI, Vozes Livre, entre outros), envolvendo a PATT.	
97) Consolidar ações de preservação da memória e patrimônio cultural da região	1) Estimular o desenvolvimento de projetos e ações de preservação da memória e patrimônio cultural da região;	Projetos desenvolvidos	Reitoria/ DIC	2017	2020	2016, 2017: Foram desenvolvidos DIVERSOS projetos/ ações de preservação da memória e patrimônio cultural da região;	
	2) Executar ação emergencial na Casa Salinger para assegurar as condições de restauro;	Ação emergencial realizada	Reitoria	2017	2020	Contrato nº 245/2017: elaboração de projeto arquitetônico de saneamento e escoramento da estrutura.	
	3) Restaurar a casa Salinger e o galpão anexo, conforme projeto aprovado no Conselho do Patrimônio Histórico;	Casa restaurada	Reitoria	2017	2020		
	4) Criar o Museu de História Natural;					A Portaria nº 791/2016, de 19 de setembro de 2016, designou integrantes para compor a comissão responsável pela elaboração de proposta para instalação do Museu de História Natural da FURB. O projeto foi entregue à Reitoria. Está pendente liberação do espaço e recursos para implantação do museu.	
	5) Organizar o Museu dos Brinquedos.			PROEN/ CCEAL	2017	2020	
	6) Museu de Imagens e Som.			RTE/ BU/CMU	2017	2020	Não iniciado.
	7) Pinacoteca da FURB;			BU	2017	2020	Não iniciado.

98) Ampliar a participação da Universidade no desenvolvimento de políticas públicas	1) Realizar inventário das políticas públicas criadas a partir de projetos desenvolvidos pela FURB;	Inventário realizado	PROPEX	2017	2020	A CPA, durante a pesquisa realizada em 2018 para o relatório 2015-2017 conseguiu mapear alguns projetos que influenciaram Políticas Públicas.
	2) Incentivar a elaboração de projetos que visem a criação de políticas públicas.	Número de projetos	PROPEX	2017	2020	Está ocorrendo articulação com a AMMVI; PPGDR avança em projetos que visam a criação/participação da FURB na elaboração de políticas públicas. Outros projetos de extensão também.
Objetivo 27 – Consolidar ações de Responsabilidade Ambiental na FURB						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/Comentários
				Início	Fim	
99) Reestruturar a CMA.	1) Indicar membros dos setores da FURB para serem representantes na Comissão de Meio Ambiente;	Portaria publicada	Reitoria	2017	2020	A Portaria nº 0385/2017 designou os integrantes da Comissão de Meio Ambiente/Sistema de Gestão Ambiental (CMA/SGA) da FURB.
	2) Estimular o desenvolvimento de projetos e ações de gestão e educação ambiental;	Número de projetos	CMA	2017	2020	O Edital de Extensão 2017 estimula o desenvolvimento de projetos e ações de gestão e educação ambiental (os projetos que contemplassem as subáreas Educação e Meio Ambiente receberam bonificação na nota final de um virgula cinco (1,5)). 2018: Parceria entre o IPAN, o Curso de Ciências Biológicas (PET-Biologia) e a CMA/SGA aprovou o Projeto Sala Verde, junto ao Ministério do Meio Ambiente.
	3) Coordenar as ações, programas e projetos socioambientais no ensino, na pesquisa e na extensão;		PROPEX	2017	2020	Ações de gestão ambiental foram coordenadas; Avanço com projeto de extensão.
	4) Propiciar programas e projetos de extensão voltados a comunidade acadêmica e regional, que viabilizem a promoção e a educação ambiental;		PROPEX/ DAEX	2017	2020	2017: Edital de Extensão estimula o desenvolvimento de projetos e ações de gestão e educação ambiental (os projetos que contemplassem as subáreas Educação e Meio Ambiente receberam bonificação na nota final de um virgula cinco (1,5)).

	5) Incentivar a produção do conhecimento sobre as questões ambientais, dentro da Universidade e na região em que atua;		PROPEX/ DAEX	2017	2020	
	6) Atualizar as políticas ambientais da FURB, tendo como referência a Política Nacional de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999), Normas Brasileiras (ABNT) e internacionais (ISO 26.000).	Políticas atualizadas	CMA / Reitoria	2017	2020	Em estudo na CMA.
	1) Rever os procedimentos institucionalizados do atual SGA/FURB.	Plano de Logística Sustentável elaborado.	CMA / Reitoria	2017	2020	Os procedimentos do SGA/FURB estão sendo revisados. Em estudo na CMA.
100) Reorganizar o Sistema de Gestão Ambiental (SGA)	2) Elaborar o Plano de Logística Sustentável, de acordo com o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012 e a IN nº 10/2012 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.					Não iniciado.
	3) Propor novos encaminhamentos com relação à educação ambiental;					Em estudo na CMA.
	4) Promover ações continuadas de incentivo, conscientização e esclarecimento sobre a prática responsável e a utilização adequada dos resíduos gerados na Universidade;	Números de ações realizadas				2018: realizado o 1º Encontro para Discussão de Processos Atuais e Construção de Normatização para Gestão de Laboratórios da FURB.
101) Ampliar a divulgação das ações socioambientais	1) Criar um sistema para comunicar e divulgar as ações socioambientais realizadas pela FURB;	Ações socioambientais publicadas	CMA / Reitoria	2017	2020	Em estudo.

realizadas pela FURB	2) Mensurar e acompanhar de forma padronizada as ações da FURB na gestão ambiental, sistematizando a evolução dos indicadores ano a ano;					
	3) Publicar em modelo padronizado as ações de responsabilidade socioambiental utilizando a Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) - T15 – informações de natureza social e ambiental – ou adotar o modelo do relatório de sustentabilidade do <i>Global Report Initiative</i> (GRI), adotado pelas principais universidades no mundo.					
102) Contemplar estratégias para incorporação dos princípios que norteiam a responsabilidade ambiental pela comunidade interna.	1) Introduzir na formação institucional a temática responsabilidade ambiental;	Temática inserida na formação institucional	PROAD/ DGDP/ CMA	2017	2020	<p>2016 e 2017: Realizou-se a Oficina Estudo do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) da FURB.</p> <p>2018: Realizado o 1º Encontro para Discussão de Processos Atuais e Construção de Normatização para Gestão de Laboratórios da FURB. O PDI foi “apresentado” aos Técnicos de Laboratório presentes, em especial o capítulo da responsabilidade ambiental.</p> <p>2019:</p> <p>2020:</p>
	2) Estabelecer cursos de atualizações na reciclagem de materiais, tratamento de resíduos laboratoriais, descarte adequado, entre outros temas que a CMA considerar importante;	Número de cursos realizados	CMA/ PROEN/ DGDP	2017	2020	<p>2017</p> <p>2018: Realizado o 1º Encontro para Discussão de Processos Atuais e Construção de Normatização para Gestão de Laboratórios da FURB, no qual foi abordada a temática dos resíduos perigosos e tratamentos.</p> <p>2019:</p> <p>2020:</p>

	3) Prever nos PD estratégias para o desenvolvimento humano e treinamento no local de trabalho, para a incorporação e apreensão dos princípios que norteiam a responsabilidade ambiental, sobretudo com relação a práticas ambientais equilibradas e sustentáveis, e envolvimento e desenvolvimento da comunidade;	Estratégias previstas nos PD	Departamentos/ COPLAN	2017	2020	
	4) Realizar campanhas para redução e separação de lixo, e de economia de energia, água, papel e demais materiais de expediente;	Campanhas realizadas	CMA/ CCM	2017	2020	2017: Foram realizadas 07 palestras relacionadas ao Projeto de Eficiência Energética (CELESC), realizadas nos campi da FURB.
	5) Fornecer, subsidiar ou incentivar o uso de copos de vidro, ou equivalente, para água e café;		CMA/ CCM/ Reitoria	2017	2020	
	6) Substituir, gradativamente, condicionadores de ar, lâmpadas e outros eletrônicos que desperdicem energia;	Ações realizadas	PROAD/ DAC	2017	2020	2017: Projeto de eficiência energética, troca para lâmpadas LED nos ambientes de ensino (salas de aulas).
	7) Utilizar tecnologia, no setor de arquitetura, para construções que possam utilizar energia solar;	Ações realizadas	PROAD/ DAC	2017	2020	
	8) Construir composteiras para transformar a maravalha dos biotérios em composto, para uso na jardinagem, reduzindo custos e lixo produzido;	Ações realizadas	PROAD/ DAC/ CMA	2017	2020	2017: reuniões entre a CMA/SGA, DAC e COPLAN (Espaço Físico); 2018: reuniões entre a CMA/SGA, DAC e COPLAN (Espaço Físico), Departamento de Engenharia Florestal e o Departamento de Medicina Veterinária, para definição do local

						onde será construída a composteira (no campus 5). Dependendo de unificação de terreno.
						2019:
						2020:
	9) Instalar cisternas para captação da água da chuva para limpeza de calçadas, fachadas, jardinagem e uso no biotério central localizado nos campi;	Ações realizadas	PROAD/ DAC	2017	2020	
	10) Planejar edificações com maior aproveitamento da luz natural, diminuindo o consumo de energia elétrica;	Projetos de edificações	PROAD/ DAC COPLAN	2017	2020	
	11) Incentivar o desenvolvimento, junto aos cursos, de pequenos veículos elétricos que possam circular nos campi levando e trazendo materiais de escritório, limpeza e demais demanda;.	Ações realizadas	CMA/ Reitoria	2017	2020	
	12) Inserir a permacultura, bioconstrução, adaptação de edificações para captação/ armazenamento de água da chuva, e geração/ coleta/ tratamento de esgoto nas discussões institucionais na área ambiental;	Ações realizadas	CMA/ Reitoria/ PROEN/ PROAD/ COPLAN	2017	2020	Junho 2018: Evento Universidade Aberta trouxe a palestra sobre Plantas Medicinais e Permacultura; Palestra “Permacultura: Habitar e Habitações”, no Auditório do Galpão de Arquitetura;
	13) Implantar/aplicar nos campi da FURB conhecimentos obtidos com a “Casa-Modelo” no SENAI.					

Fonte: Organizado pela COPERA-PDI

4.3 RESPONSABILIDADE FISCAL

Está em vigor, desde 5 de maio de 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a qual se constitui no principal instrumento regulador das contas públicas do país. Essa lei provoca uma mudança na cultura institucional no que concerne ao trato com o dinheiro público, dinheiro da sociedade. Trata-se de uma lei complementar que, regulamentando o artigo 163 da Constituição Federal, estabelece as normas orientadoras das finanças públicas no país. “Ela objetiva aprimorar a responsabilidade na gestão fiscal dos recursos públicos, por meio de ação planejada e transparente que possibilite prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas”, segundo Khair (2000).

Na prática, estão sujeitos à Lei de Responsabilidade Fiscal os Poderes Executivo, Legislativo, inclusive Tribunais de Contas, e Judiciário, bem como o Ministério Público e os órgãos da administração direta, fundos, autarquias, fundações e empresas estatais subordinadas. Nesse sentido, a FURB, instituição pública auditada pelo Tribunal de Contas a partir de 2017, tem se esforçado para adequar suas políticas orçamentárias àquelas praticadas pelo poder público municipal, bem como atender às regras da LRF.

Cabe registrar que, na administração pública, o instrumento de planejamento e controle da área financeira é o orçamento público, onde são estimadas as receitas e fixadas as despesas. Esse processo é definido na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 165, que institui, como instrumento de planejamento governamental, o plano plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Além da Constituição Federal de 1988, a administração pública está ligada à Lei nº 4.320/64, que determina as normas gerais para o balanço e orçamentos públicos, devendo ser seguida pelos órgãos públicos da União, Estados e Municípios. O equilíbrio entre as receitas e despesas públicas é fundamental, e, por isso, os gestores públicos devem ter suas prioridades traçadas claramente, ou seja, não deve haver gastos desnecessários que extrapolem o orçamento.

4.3.1 PPA, Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual na FURB³⁵

O planejamento geral do orçamento da FURB é consolidado pela COPLAN, por meio da previsão das receitas e a fixação das despesas. O processo inicia-se com o PPA, posteriormente é encaminhado para a LDO, e pela LOA para a PMB. A COPLAN é o órgão

³⁵ Baseado no TCC de Vieira e Ressel (2012)

responsável pelo PPA e pela LDO, enquanto que à Pró-Reitoria de Administração (PROAD) compete o detalhamento orçamentário (LOA).

O PPA da Universidade é elaborado na mesma linha da PMB: são definidas grandes linhas, de acordo com uma análise dos ambientes interno e externo, para traduzir essas informações em um número macro, com técnicas estatísticas, aplicação da inflação e novos desafios. A vigência desse PPA segue o mesmo cronograma da PMB, com revisão a cada dois anos.

A elaboração da LDO da FURB acontece a partir do PPA, bem como de outras reflexões sobre a realidade atual, adequando os números antes informados no PPA, com base no ambiente interno e externo da Instituição. Ressalta-se que o PPA define os grandes números e objetivos e é mais quantitativo que qualitativo, enquanto na LDO é feita a comparação à situação atual e são definidos os números do orçamento e os investimentos necessários para atingir os objetivos, o que no PPA não é clarificado.

A elaboração da previsão das receitas é fortemente influenciada pelo histórico de exercícios anteriores. Também são previstos os projetos de pesquisa, os quais recebem repasses vinculados para as despesas. As receitas correntes abarcam as receitas de serviços (como pagamento de mensalidade pelos estudantes, receitas de serviços executados), transferências governamentais, recuperação da dívida, entre outras. As receitas de serviços são previstas baseadas em variáveis como quantidade de estudantes, relação com o mercado, valor do crédito financeiro (base para o cálculo das mensalidades) e abertura de novos cursos. Posteriormente são orçadas as demais receitas com base no histórico e receitas previstas de projetos especiais e repasses governamentais.

O PPA da Universidade é aprovado pelo CONSUNI e deve ser encaminhado durante o período de vigência do primeiro exercício financeiro do mandato do prefeito. Sendo assim, a Universidade encaminhou seu PPA 2014-2017 vigente em Julho de 2013. O PPA 2018-2021 será elaborado e entregue em julho de 2017.

A LDO, que compreende as metas e prioridades da Universidade para o exercício financeiro subsequente, é elaborada pela Coordenadoria de Planejamento, encaminhada à Reitoria e levada para o CONSUNI para aprovação. O prazo de encaminhamento da LDO para a prefeitura cumpre-se em março de cada ano.

A LOA é construída por cada unidade orçamentária, sendo depois consolidada pela PROAD, com assessoria da COPLAN. O processo de detalhamento do orçamento é realizado por meio do cadastramento no módulo Orçamento do sistema ERP. É encaminhada para a Reitoria que, por sua vez, leva à aprovação pelo CONSUNI. Por fim, é enviada para a Câmara

Municipal de Vereadores para aprovação e inclusão no orçamento da Prefeitura, cujo prazo de encaminhamento cumpre-se em agosto e é orientado pela LDO.

4.3.2 Sustentabilidade Financeira

A FURB, como universidade pública, deve oferecer ensino, pesquisa e extensão de qualidade a todos que a procuram. Como as demais organizações, a Universidade disponibiliza recursos financeiros para garantir a operacionalização de suas atividades. Ainda que seja uma universidade pública, a FURB tem uma significativa dependência dos recursos provenientes da cobrança de mensalidades acadêmicas e receitas de serviços, conforme se pode observar na Tabela 17:

Tabela 17 – Resumo das Receitas (2015-2017)

Receitas	2015		2016		2017	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Receita Tributária	9.409.197	5,47%	11.055.693	5,92%	12.416.324	6,17%
Receita Patrimonial	2.227.524	1,30%	4.572.189	2,45%	3.716.103	1,85%
Receita de Serviços	128.516.086	74,75%	134.078.591	71,85%	148.401.993	73,75%
Transferências Correntes	9.888.826	5,75%	9.165.063	4,91%	7.946.839	3,95%
Outras Receitas Correntes	20.147.624	11,72%	27.745.341	14,87%	26.931.410	13,38%
Receitas de Capital	1.728.795	1,01%	0	0,00%	1.812.384	0,97%
TOTAL DAS RECEITAS	171.918.051	100%	186.616.876	100%	201.225.054	100%

Fonte: Orçamento/ COPLAN.

As mensalidades de graduação representam a maior fonte de recursos para a Instituição, cujo cálculo é formado pelo conjunto de créditos financeiros (CF). Assim o reajuste do CF tem impacto direto no reajuste de mensalidade.

A metodologia para determinar o percentual de reajuste do CF foi documentado oficialmente em 2011, pelo Processo Nº 019/2011, do CONSUNI. No capítulo III – Parecer, item d, está descrito:

O cálculo do índice de reajuste das mensalidades passará a ser feito considerando os seguintes indicadores: IVGP-FURB, IPCA-IBGE, INPC-IBGE, IGPM-FGV, IPC-FGV e IPC-FIPE. A partir deles será feito a composição do índice, da seguinte forma: Média da soma dos indicadores, excluindo-se os extremos, multiplicado pelo fator de ponderação 0,8 (zero vírgula oito). A este resultado deverá ser adicionado o IGPM-FGV, ponderado pelo fator 0,2. Ao montante resultante, deverá ser adicionado o percentual referente ao crescimento vegetativo da folha de pagamento.

Na tabela a seguir se demonstra a evolução nominal e em percentual do valor do crédito financeiro a partir de 2000.

Tabela 18 – Evolução do Crédito Financeiro (2000-2016)

Período	Valor (R\$)	Variação
2000	12,60	6,10%
2001	13,62	8,10%
2002	15,05	10,50%
2003	16,52	9,77%
2004	18,13	9,75%
2005	19,34	6,67%
2006	20,66	6,83%
2007	21,64	4,74%
2008	22,68	4,81%
2009	24,31	7,19%
2010	25,74	5,88%
2011	27,56	7,07%
2012	29,63	7,51%
2013	32,05	8,17%
2014	34,50	7,64%
2015	37,46	8,58%
2016	42,14	12,49%

Fonte: Orçamento/ COPLAN.

A responsabilidade de seus dirigentes em relação à gestão de seus recursos financeiros é aumentada, uma vez que está sujeita à concorrência das instituições privadas. Com isso, a garantia de sua sustentabilidade financeira deve estar fundamentada no equilíbrio necessário entre a receita e a despesa. A

Tabela 19 apresenta o resumo das despesas:

Tabela 19 – Resumo das Despesas (2015-2017)

Despesas *	2015		2016		2017	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Ensino Superior	161.929.204	97,53%	183.007.450	97,76%	193.279.877	96,99%
Ensino Médio	2.692.421	1,62%	2.936.715	1,57%	3.126.186	1,57%
Hospital Universitário **	1.404.704	0,85%	1.257.055	0,67%	2.871.839	1,44%
TOTAL DAS DESPESAS	166.026.329	100,00%	187.201.221	100,00%	199.277.902	100,00%

Fonte: Orçamento/ COPLAN.

* Despesas Empenhadas;

** A partir de 2014 foi criado o Programa-ação Hospital Universitário e Ambulatório, para evidenciar a destinação de 15% do IRRF arrecadado para a área da saúde, atendendo ao art. 177 dos Atos de Disposições Constitucionais Transitórias, com redação dada pela Emenda Constitucional 29/2000.

Em 2015, por meio das Resoluções nº. 016/2015 e 024/2015, a FURB estabeleceu medidas administrativas visando o equilíbrio financeiro da FURB para o exercício de 2015. Destas medidas, resultaram outras normativas internas:

- Resolução nº 035/2015: prorroga a vigência dos Art. 1º e 7º, alínea ‘a’, da Resolução nº. 016/2015;
- Resolução nº 30/2015: altera dispositivo da Resolução nº 129/2001, Art. 106, referente a composição da comissão que realiza os processos disciplinares na FURB;
- Resolução nº 25/2015: altera a redação dos Art. 8º e 9º da Resolução nº 14/2005, de 6 de maio de 2005, que reformula o Programa de Avaliação Institucional da Fundação Universidade Regional de Blumenau – PAIURB;
- Resolução nº 23/2015: altera dispositivos da Resolução nº 030/2012, de 3 de agosto de 2012, que cria a Comissão de Revisão e Acompanhamento do Plano de Desenvolvimento Institucional e dá outras providências.

Tal equilíbrio exige da Universidade o desenvolvimento de um plano de sustentabilidade institucional que contemple a aplicação de um sistema de custos totais eficiente, capaz de explicitar os custos diretos e indiretos por atividade, bem como de permitir um controle rigoroso sobre os gastos necessários.

Além dos aspectos relacionados a controle de gastos, o plano deverá, também, contemplar a diversificação das fontes de financiamento e de captação de receitas capaz de:

- a) garantir o financiamento adequado, tanto para manter os atuais cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, como também para criar políticas de expansão;
- b) garantir a disponibilização de todos os recursos tangíveis e intangíveis necessários à excelência do desenvolvimento de suas atividades;
- c) ser uma universidade capaz de manter e atrair profissionais altamente qualificados.

A eficiência na gestão dos recursos da FURB é representada pela execução do orçamento, conforme pode ser observado na Tabela 20:

Tabela 20 – Evolução da despesa orçamentária (2013-2017)

Ano	Orçamento	Executado *	Evolução Exec./Orç.
2013 **	133.425.000,00	148.744.773,58	11,48%
2014	159.000.000,00	164.089.450,28	3,20%
2015	171.000.000,00	166.026.328,69	-2,91%
2016	190.000.000,00	187.201.220,56	-1,47%
2017	218.000.000,00	199.277.902,21	-8,59%

Fonte: Orçamento.

* Despesa empenhada

** Em 2013 não foram orçadas receita/despesa referente ao repasse do Art. 170, por se entender na época que seriam extraorçamentárias. No entanto, para a execução a orientação de consultores foi que fossem lançadas orçamentariamente, pois o repasse do Estado para a FURB é orçamentária. Assim se justifica a execução 11,55% superior ocorrida naquele exercício.

Além da eficiência na gestão dos recursos próprios, a FURB deverá também, ampliar sua capacidade de captar recursos por meio de convênios e agências de fomento, de modo a permitir o financiamento das atividades de pesquisa, extensão e cultura.

4.3.2.1 Prestação de Serviços

A estruturação de um instituto especializado na prestação de serviços é uma maneira de viabilizar a captação de recursos utilizando as *expertises* existentes na Universidade. Entende-se por prestação de serviços a realização de ensaios e serviços padronizados nas áreas tecnológicas (análises físico-químicas, microbiológicas, cromatográficas, entre outros) que ofereçam à sociedade soluções técnico-científicas, visando o seu desenvolvimento socioeconômico.

O Instituto FURB viabiliza parcerias com a iniciativa privada, o terceiro setor e o poder público com o objetivo de aproximar a Universidade dos diversos setores da sociedade, por meio da atuação cooperada e do acesso à estrutura interna da Instituição, representada pelos seus professores, pesquisadores, técnicos e infraestrutura laboratorial. Funciona como um canal de acesso do mercado e da sociedade aos conhecimentos gerados na Universidade, contribuindo para o desenvolvimento da sociedade e a promoção da qualidade de vida.

O Instituto FURB oferece os seguintes serviços:

- a) serviços laboratoriais: estrutura própria para realização de ensaios e serviços padronizados nas áreas tecnológicas (análises físico-químicas, microbiológicas, cromatográficas, entre outros);
- b) pós-graduação lato sensu: gestão comercial e coordenação operacional – oferta dos cursos de Especialização da FURB;
- c) cursos sequenciais: gestão comercial e coordenação operacional na oferta dos cursos sequenciais;
- d) concursos: gestão comercial e coordenação operacional de concursos públicos da iniciativa privada e pública;
- e) consultoria, assessoria e pesquisas: pelos professores e pesquisadores da Instituição nos mais variados campos do conhecimento.

A política da qualidade do Instituto FURB quanto à prestação dos serviços laboratoriais está em “Assumir o compromisso de identificar as necessidades dos clientes para atender e

superar suas expectativas. Para tanto, contamos com uma equipe capacitada e comprometida com o sistema da qualidade laboratorial, garantindo a confiabilidade dos serviços prestados”.

Em 2015, regulamentou-se a prestação de serviços ocasionais, no âmbito da FURB, por meio da Resolução nº 31/2015, de 25 de setembro de 2015. Para efeito da referida Resolução, conceituam-se como serviços ocasionais aqueles realizados em caráter temporário ou transitório, com duração definida, e que tenham contraprestação do serviço por parte da Instituição ou para atendimento de necessidades internas da FURB. O Instituto FURB é o órgão responsável pela gestão da prestação de serviços ocasionais no âmbito da Universidade.

4.3.2.2 Desenvolvimento para o período de vigência deste PDI

Por meio do seu processo de planejamento, a FURB deve garantir o equilíbrio financeiro e cumprir a sua missão e visão estratégica.

Quadro 35: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à responsabilidade fiscal

Objetivo 28– Consolidar ações que visem garantir a sustentabilidade econômica e financeira institucional no longo prazo						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/ Comentários
				Início	Fim	
103) Implantar o Gerenciamento de Custeio por Atividades.	1) Desenvolver um sistema específico de geração de informações de custos por atividade;	Sistema desenvolvido	COPLAN	2016	2017	2016-2017: O sistema de geração de informações de custos desenvolvido (COPLAN).
	2) Analisar o custo das atividades/ produtos desenvolvidos pela FURB;	Relatórios disponibilizados	COPLAN	2017	2018	2017-2018: consistência dos dados gerados pelo sistema em análise (COPLAN).
	3) Reduzir custos da atividade-meio e de custeio.	Processos revisados	COPLAN/UGCP	2017	2020	
104) Diversificar as fontes de recursos com atividades que contribuam para a sustentabilidade institucional.	1) Ampliar as receitas de serviços e tornar esta atividade superavitária (Hospital Escola Veterinário (HEV); Laboratório de Análises Clínicas (LAC); Laboratório de Patologia; Análises de Combustíveis; Análises de Águas, entre outros.)	Resultados financeiros com prestação de serviços	Instituto FURB	2016	2020	2017: Receita gerada (até 11/2017 - fonte ERP): - Lab. Comb.: R\$ 394.319,00 - HEV: R\$ 130.000,00 - Concursos: R\$ 394.535,00 - Serviços Diversos: R\$ 419.951,12 - Lab. Eng. Elétrica: R\$ 216.335,00 - Lab. Anal. Química: R\$ 1.482,00 - Lab. Quim. Têxtil: R\$ 31.334,20 - Lab. Eng. Civil: R\$ 3.025,00 Os demais laboratórios não estão sob a gestão financeira do Instituto FURB (Ex.: LAC, Patologia, etc.)
	2) Ampliar a oferta de cursos de educação continuada;	Número de cursos de educação continuada	Instituto FURB	2017	2020	Em 2017 foram ofertados 05 cursos de curta duração com 09 turmas.
	3) Ampliação do número de cursos técnicos de nível médio integrado;	Número de cursos técnicos de nível médio integrado	Instituto FURB/ETevi	2017	2020	Não iniciado.
	4) Ampliar a oferta de cursos sequenciais e superiores de tecnologia;	Número de cursos sequenciais e superiores de tecnologia	Instituto FURB/ PROEN	2017	2020	3 Cursos Sequenciais Foram instituídas comissões para proposição de novos Cursos Superiores de Tecnologia.

5) Ampliar fontes de financiamento externas para a pesquisa e extensão;		PROPEX/ Instituto (captação)	2017	2020	
6) Ampliar a oferta de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> ;	Número de cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>	Instituto FURB	2017	2020	2017: 22 Cursos de Pós Graduação <i>Lato Sensu</i> ofertados
7) Desenvolver cursos na modalidade EaD;	Número de cursos na modalidade EaD	PROEN	2017	2020	2017: oferta do curso Turismo (EaD); Foram elaborados outros PPCs.
					2018: Aguardando aprovação dos cursos.
					2019:
					2020:
8) Ampliar o número de estudantes na participação de disciplinas na condição de aluno especial.	Número de estudantes matriculados como aluno especial	PROEN	2016	2020	2017: Não realizado.
					2018:
					2019:
					2020:
9) Aderir ao Edital do Consórcio da Saúde para oferta de serviços na área de saúde para hospitais e municípios da AMMVI e AMAVI.	Contrato firmado	PROAD/HU/PU/CCS	2017	2017	2018: Em execução.
10) Ampliar a captação de recursos da iniciativa privada e da iniciativa pública, para investimentos em bolsas de estudos, infraestrutura e projetos institucionais.	Número de projetos encaminhados para captação de recursos externos	PROPEX	2014	2015	
11) Criar um fundo (captação externa de apoiadores) para investimentos cultura, esporte, inovação, patrocínio para programas tais como CEOPS, RTE, IVGP, entre outros.	Setor institucionalizado	REITORIA	2017	2020	
12) Instituir fundações de apoio, próprias para impulsionar os	Fundações instituídas	REITORIA	2016	2020	

	projetos da FURB ou buscar parcerias.					
	13) Atualizar e implantar o projeto de <i>Fundraising</i> proposto para a Universidade.	Projeto Implantado	PROAD	2016	2020	
105) Instituir metodologia de provisão de precatórios, processos e passivos contingentes; (orçamento)	1) Criar metodologia de provisionamento de precatórios, processos e passivos contingentes;	Metodologia institucionalizada	PROGEF/COPLAN/DA CP/DAF	2017	2018	A PROGEF, quando recebe intimação acerca da inscrição do valor devido em precatório, encaminha memorando à PROAD recomendando pagamento ou provisionamento de valores.
	2) Sistematizar o controle dos precatórios.	Controle sistematizado	PROGEF/COPLAN/DA CP/DAF	2017	2018	Depende do andamento processual e, portanto, deve-se aguardar a intimação.
Objetivo 29 – Qualificar os procedimentos contábeis da FURB						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status / Comentários
				Início	Fim	
106) Adequar o plano de contas da FURB ao novo modelo de plano de contas aplicável ao setor público (PCASP);	1) Aplicar o plano de contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais – Modelo do Tribunal de Contas do Estado (TCE-SC).	Modelo TCE-SC adaptado	DACP/ Comissão (GT)	2016	2020	O Plano de Contas foi implantado de acordo com as normas do TCE/SC.
107) Adaptar as rotinas operacionais e de registro contábil a serem desenvolvidas nos sistemas informatizados de contabilidade, finanças e orçamento	1) Reconhecer, mensurar e evidenciar os créditos, tributários ou não, por competência, e a dívida ativa, incluindo os respectivos ajustes para perdas;	Créditos reconhecidos, mensurados e evidenciados	PROAD/ DACP/ DTI	2016	2020	DTI: em 19/12/2017 aguardo especificação operacional sobre processos e alterações que precisam ser realizados nas soluções atuais. DACP: Foi criado um grupo de trabalho composto por servidores da DTI, DAF, DACP para esse projeto, porém foi descontinuado por falta de servidores analistas na DTI. A DACP encaminhou o memorando para a DTI e DAF nº 2017/64 informando as inconsistências geradas nos relatórios de faturamento e Dívida Ativa e a impossibilidade de contabilização, aguardando retorno.

	2) Reconhecer, mensurar e evidenciar os ativos de infraestrutura;	Ativos de infraestrutura reconhecidos, mensurados e evidenciados	PROAD/ DACP	2016	2020	Em andamento.
	3) Implementar a Contabilidade de Custos da Contabilidade Pública.	Sistema implementado	PROAD/ DACP	2016	2020	Em andamento.
108) Sistematizar o controle de dívida ativa	1) Adequar os sistemas de contabilidade com a Divisão de Administração Financeira (DAF) e com PROGEF	Sistema adequado	PROAD/ PROGEF/ DTI	2016	2020	PROGEF utiliza o sistema de gerenciamento jurídico - PROJURIS. DTI: aguardando especificação operacional sobre processos e alterações que precisam ser realizados nas soluções atuais. DAF: a DAF insere os acordos realizados na PROGEF, porém, já solicitamos há bastante tempo, que seja criada uma aba separada para esses acordos, pois o tratamento é diferente para essas parcelas.
109) Adequar os empenhos ao período da execução orçamentária	1) Realizar empenhos por mês de competência: bolsas e estágios.	Regra institucionalizada	CAE / DAF / DTI	2016	2020	2018: empenhos sendo realizados por mês de competência: bolsas e estágios.
110) Cadastrar produtos e serviços nas rubricas de Obras e Instalações.	1) Cadastrar produtos e serviços como Obras e Instalações;	Produtos e serviços cadastrados	DAM	2017	2017	Vem sendo realizado pela DAM. Alguns produtos e serviços são cadastrados, ainda, como Manutenção.
	2) Atualizar o patrimônio na questão de imóveis.	Inventário atualizado	DACP	2017	2018	Falta publicar a Instrução Normativa dos Imóveis e em 2018 iniciar os trabalhos, o prazo do PCASP é 2019.
Objetivo 30 – Qualificar os procedimentos de gestão financeira da FURB						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/ Comentários
				Início	Fim	
111) Viabilizar financiamentos para projetos institucionais.	1) Observar, junto ao PDI, as necessidades de investimentos institucionais;	Necessidades definidas	Reitoria/PROAD/DAF/COPLAN	2016	2020	<u>DAF:</u> estamos em fase final de análise pelo BADESC para contratação de financiamento para área de TI.
	2) Agendar e realizar reunião com agentes de crédito (após definição de necessidades de investimentos);	Reuniões realizadas	PROAD/DAF	2016	2020	(Por demanda)

112) Adequar os registros do programa de fidelidade	1) Revisar o programa de fidelidade (falhas no código)	Programa revisado	PROAD/DAF/DTI	2016	2020	DTI: aguardando especificação operacional sobre processos e alterações que precisam ser realizados nas soluções atuais.
113) Padronizar informações sobre os valores dos cursos da FURB	1) Analisar as informações repassadas para a Secretaria de Expediente e Documentação (SED) dos cursos de licenciaturas (de modo especial aqueles com desconto de 40%);	Informação padronizada	PROAD/DAF/CAE	2016	2020	DAF: a DAF encaminha os valores das mensalidades para a CAE por meio de acesso ao banco de dados. Em 2018, precisa ser estudado, em conjunto com a CAE e DTI uma forma automatizada.
114) Institucionalizar a Política de Preços para o <i>lato sensu</i>	1) Institucionalizar a Política de Preços para o <i>lato sensu</i>	Política aprovada no CONSUNI	Instituto FURB/ PROAD/DAF/DTI	2016	2020	2017: DAF: Foram atualizadas as planilhas financeiras
						2017: DTI: aguardando especificação operacional sobre processos e alterações que precisam ser realizados nas soluções atuais.
						A Resolução nº 046/2018 criou o Programa de Parcerias Institucionais e Empresariais para oferecimento de abatimentos coletivos em mensalidades de cursos oferecidos na FURB.
						2018: 2019: 2020:
115) Institucionalizar a Política de Preços para o <i>stricto sensu</i>	1) Institucionalizar a Política de Preços para o <i>stricto sensu</i>	Política aprovada no CONSUNI	PROPEX/ PROAD	2017	2017	A Resolução nº 115/2017 fixa os valores das mensalidades dos cursos de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> , bem como descontos e cotas de bolsas de gratuidade e dá outras providências.
116) Reduzir a inadimplência (passivos).	1) Rever critérios de negociação dos passivos;	Critérios analisados	PROAD/DAF	2016	2020	Em estudo.
	2) Analisar e atualizar a Resolução 22/2011 (recuperação de créditos antigos);	Resolução revisada	PROAD/DAF	2016	2020	
	3) Encaminhar proposta de Resolução para recuperação de créditos antigos ao CONSUNI;	Resolução aprovada no CONSUNI	PROAD/DAF	2016	2020	

117)	Expandir possibilidades de financiamento estudantil	1) Programa de Financiamento Próprio.	Programa Implantado	PROAD/DAF/CAE	2017	2018	2017: A DAF encaminhou para a DAM, memorando solicitando abertura de licitação para pagamento do curso no dobro da duração do mesmo.
118)	Centralizar serviços de execução e gestão financeira	1) Absorver o faturamento dos serviços prestados, encerrando essas atividades no Instituto	100% do faturamento realizado pela DAF	PROAD/DAF/Instituto	2016	2020	Faturamento dos serviços prestados permanece sendo realizado pelo Instituto. 2018: Meta de centralização desta operação na DAF consta no Planejamento Estratégico do Instituto FURB DAF: há emissão de boletos pelo Instituto, porém, não é realizado a baixa em caixa e devidamente contabilizado. Tarefa já está com a DTI e faz parte da carteira registrada.
119)	Qualificar o sistema financeiro.	1) Instituir o boleto único para várias parcelas;	Boleto único recebido pelo banco e baixa realizada com sucesso	PROAD/DAF/DTI	2016	2020	2017: DTI: modificação será revisada após conclusão de cobrança registrada. Há necessidade de revisão desta meta perante as novas regras. DAF: acredito que esse item não será mais necessário.
		2) Colocar em funcionamento o novo sistema de novação de dívida;	Sistema em funcionamento	PROAD/DAF/DTI	2017	2020	2017: DTI: modificação será revisada após conclusão de cobrança registrada. Há necessidade de revisão desta meta perante as novas regras. DAF: acredito que esse item não será mais necessário.
		3) Digitalizar documentos no sistema de contas a receber;	Documentos digitalizados	PROAD/DAF/DTI	2016	2020	2017: DTI: aguardando especificação operacional sobre processos e alterações que precisam ser realizados nas soluções atuais. DAF: tínhamos um grupo de trabalho composto por servidores da DTI, DAF, DACP para essa meta. Com o afastamento do servidor da DTI, pararam os trabalhos.

	4) Implantar a possibilidade de receber pagamentos de mensalidades através de cartões de crédito;	Recebimento das mensalidades (desejáveis) através de cartões	PROAD/ DAF/ DTI	2016	2020	
	6) Automatizar a gestão do CREDUC;	CREDUC automatizado	PROAD/ DAF/ DTI	2016	2020	2017: DTI: em análise de fornecedores e formas de contratação via edital. (DAF) DAF: em conjunto com a DTI, está sendo verificado a melhor solução, pois há bastantes questões tecnológicas envolvidas, além da forma de licitação.
	7) Atualizar os relatórios financeiros de acordo com as novas normas financeiras da FURB;	Relatórios atualizados	PROAD/ DAF/ DTI	2016	2020	
	8) Atualizar o resumo de matrícula no que tange a questões financeiras.	Resumo de matrícula atualizado	PROAD/ DAF/ DTI	2016	2020	2017: DTI: aguardando especificação operacional sobre processos e alterações que precisam ser realizados nas soluções atuais.
120) Revisar as resoluções institucionais com vinculação ao setor financeiro.	1) Revisar as resoluções institucionais com vinculação ao setor financeiro.	Resoluções atualizadas	PROAD/ DAF	2016	2020	DAF: 2017: foram publicadas várias resoluções e novos programas. 2018: devemos realizar essa tarefa.

Objetivo 31– Consolidar ações que visem garantir a elaboração participativa do orçamento da Universidade

Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/ Comentários
				Início	Fim	
121) Institucionalizar a elaboração participativa do orçamento.	1) Mapear e documentar o processo da execução do orçamento;	Processo descrito e publicado	PROAD/ DACP/ UGCP	2016	2020	
	2) Capacitar membros da administração setorial (coordenadores de curso, chefes de departamentos, diretores de unidades) e servidores para a elaboração e execução do orçamento;	Número de servidores capacitados	COPLAN / PROAD / DACP	2016	2020	Anualmente ocorre a capacitação dos membros da administração setorial para a elaboração e execução do orçamento;

	3) Alterar o sistema de cadastro de orçamento, considerando os recursos vinculados.	Sistema alterado	COPLAN/DTI	2016	2020	DTI: 2017: aguardo especificação operacional sobre processos e alterações que precisam ser realizados nas soluções atuais.
122) Vincular os recursos necessários à implantação das metas e ações do PDI ao PPA.	1) Mensurar quantitativamente e financeiramente os recursos necessários para a execução das metas do PDI;	Metas e estratégias de ações dimensionadas	COPLAN/Setores responsáveis pela ação	2017	2018	
	2) Distribuir as estratégias de ação do PDI nos exercícios financeiros do PPA;	PPA 2018-2021 elaborado com todas as metas distribuídas anualmente	COPLAN/Setores responsáveis pela ação	2017	2018	A Resolução nº 82/2017, de 31/07/2017, aprovou o Plano Plurianual do Quadriênio 2018-2021 da FURB.
	3) Acompanhar a execução das estratégias de ação do PDI;	Registro de ações executadas	Reitoria/PROAD/COPLAN	2017	2020	2017: a partir de outubro de 2017 os gestores da FURB passaram a registrar no PDI 2016-2020, por meio de edição compartilhada no OneDrive (ferramenta do Office 365) as metas e ações executadas por seus setores.
	4) redimensionar, se necessário, as estratégias de ação do PDI, para se adequar ao orçamento da Instituição.	Ações analisadas e redimensionadas	Reitoria/PROAD/COPLAN	2017	2020	As ações/metadados do PDI somente são realizadas se houver disponibilidade orçamentária/ financeira na Instituição.
Objetivo 32 – Consolidar a gestão de projetos por meio do UGCP.						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/Comentários
				Início	Fim	
123) Melhorar os processos de gestão de projetos com captação de recursos.	1) Institucionalizar o UGCP/FURB;	Escritório institucionalizado	PROAD	2016	2017	A Instrução Normativa nº 001/2015, de 22 de maio de 2015, instituiu a gestão de convênios e projetos institucionais, com órgãos públicos e de fomento por meio da UGCP.

Fonte: organizado pela COPERA-PDI em coadjuvação com a PROAD e a COPLAN.

5 POLÍTICAS DE GESTÃO

As políticas de gestão e desenvolvimento de pessoas consideram o plano de carreira dos servidores docentes e técnico-administrativos, a qualificação dos recursos humanos da FURB, seu desenvolvimento profissional, as formas de apoio à capacitação, bem como as políticas relacionadas à constituição e à organização administrativa e acadêmica da Universidade.

5.1 POLÍTICAS DE GESTÃO E DESENVOLVIMENTO DE SERVIDORES DOCENTES E TECNICO-ADMINISTRATIVOS

Antes de ser uma instituição estruturada por meio de prédios, processos e legislações, a FURB é um espaço constituído de pessoas movidas por valores e sentimentos distintos, cada qual, com suas histórias e trajetórias. O encontro dessas histórias e experiências contribuiu para a construção da diversidade do conhecimento aqui constituído.

A FURB também foi escolhida por muitos trabalhadores como a instituição para a construção da sua carreira profissional. Pensar e possibilitar condições adequadas de trabalho numa organização complexa e dinâmica como uma universidade, requer uma estrutura que acompanhe esse movimento. Na FURB, a política de gestão voltada aos servidores docentes e técnico-administrativos é de responsabilidade da Secretaria de Gestão de Pessoas - DGDP, definida pelo processo CONSUNI nº 017/2013, aprovado em 12/09/2013, por meio do Parecer nº 020/2013/CONSUNI, que tratou da reestruturação da DGDP, conferindo-lhe um papel mais estratégico, tendo vinculação direta à Reitoria no organograma institucional e possibilitando investimentos para sua implantação.

O Quadro 38 apresenta a organização da DGDP, cujas competências foram organizadas em quatro núcleos a partir de 2014: Rotinas Trabalhistas, Desenvolvimento Humano, Atenção à Saúde e Alocação e Movimentação.

Quadro 36: Organização da Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas (DGDP)

Núcleo	Competências
Rotinas Trabalhistas	Gerenciar as atividades de administração de pessoal, as rotinas trabalhistas, a folha de pagamento e manutenção do banco de dados funcionais.
Desenvolvimento Humano	Gerenciar as atividades de desenvolvimento e ações voltadas à permanência e valorização dos servidores, com vistas à potencialização do servidor, no âmbito de trabalho, em consonância com a legislação vigente. Uma das competências é a gestão do clima organizacional.
Atenção à Saúde	Desenvolver e implementar políticas de atenção e promoção à saúde e à segurança do trabalho.

Alocação e Movimentação de Pessoal	Gerenciar as atividades de planejamento, matriciamento e alocação de servidores, executar ações voltadas à sistematização de procedimentos relativos à movimentação de servidores, implementando estratégias e desenvolvendo diretrizes que estabelecem as práticas gerenciais, de acordo com as especificações dos cargos do quadro de pessoal.
------------------------------------	--

Fonte: DGDP

Os servidores da FURB possuem planos de carreira distintos, de acordo com suas funções de docentes ou técnico-administrativos. A Tabela 21 permite visualizar a quantidade de servidores da Instituição em cada categoria:

Tabela 21 – Servidores da FURB (2011-2017)

Descrição	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Docentes	822	788	848	883	848	860	800
	58%	60%	58,24%	58,36%	59,34%	60,13%	57,89%
Técnico-Administrativos	583	522	608	630	581	570	582
	42%	40%	41,76%	41,64%	40,66%	39,87%	42,11%
TOTAL	1.405	1.310	1.456	1.513	1.429	1.430	1.382

Fonte: Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – DGDP/ PROAD.

Observação: posição de 31/12 de cada ano. Docentes são considerados professores da graduação, Etevi e FURB Idiomas.

O regime jurídico (estatuto) e os planos de carreira dos servidores da FURB estão institucionalizados e regulamentados por meio de leis complementares municipais, a saber:

Quadro 37: Estatuto da FURB e regulamentação dos planos de carreira dos servidores

Legislação	Data	Disposição
Lei Complementar nº 660	28 de novembro de 2007	Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do município, suas autarquias e fundações públicas, e dá outras providências.
Lei Complementar nº 743	19 de março de 2010	Dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da FURB e dá outras providências.
Lei Complementar nº 744	19 de março de 2010	Institui o plano de carreira para os servidores técnico-administrativos da FURB e dá providências correlatas.
Lei Complementar nº 745	19 de março de 2010	Institui o Estatuto do Magistério Público Municipal de Blumenau da Educação Superior, do Ensino Médio e da Educação Profissionalizante, estabelecendo regras relativas ao quadro respectivo, ao regime de trabalho e aos planos de carreiras, e dá providências correlatas e complementares.
Lei Complementar nº 746	19 de março de 2010	Dispõe sobre as regras para a aplicação do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais aos servidores da FURB e providências correlatas.
Resolução nº 035/2010	28 de junho de 2010	Homologa o Estatuto da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).
Decreto 9.199/2010	30 de junho de 2010	Homologa o Estatuto da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).
Lei Complementar nº 768	05 de agosto de 2010	Altera e acrescenta dispositivos na Lei Complementar nº 746/2010.

Lei Complementar nº 798	28 de abril de 2011	Altera a redação do art. 43 da Lei Complementar nº 746/2010.
Decreto 9.473/2011	19 de setembro de 2011	Homologa alterações no Estatuto da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).
Lei Complementar nº 843	07 de março de 2012	Altera e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 746/2010.
Decreto 9.751/2012	06 de julho de 2012	Homologa alterações no Estatuto da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).
Lei Complementar nº 896	22 de julho de 2013	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 743/2010.
Lei Complementar nº 897	22 de julho de 2013	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 744/2010.
Lei Complementar nº 898	22 de julho de 2013	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 745/2010.
Lei Complementar nº 903	29 de agosto de 2013	Altera dispositivos da Lei complementar nº 746/2010.
Resolução nº 67/2013	24 de outubro de 2013	Homologa alterações no Estatuto da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).
Decreto 10.164/2013	31 de outubro de 2013	Homologa alterações no Estatuto da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).
Resolução nº 87/2013	02 de dezembro de 2013	Homologa alterações no Estatuto da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).
Decreto 10.295/2014	10 de março de 2014	Homologa alterações no Estatuto da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).
Lei Complementar nº 944	03 de novembro de 2014	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 660/2007.
Lei Complementar nº 953	08 de dezembro de 2014	Altera e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 745/2010.
Resolução nº 04/2015	27 de fevereiro de 2015	Homologa alterações no Estatuto da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).
Decreto 10.583/2015	04 de março de 2015	Homologa alterações no Estatuto da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).
Lei Complementar nº 10.222	18 de dezembro de 2015	Altera a Lei Complementar nº 744/ 2010.
Resolução nº 50/2016	21 de outubro de 2016	Homologa alterações no Estatuto da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).
Decreto 11.095/2016	27 de outubro de 2016	Homologa alterações no Estatuto da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).

Fonte: Organizado pela DGGP/ COPERA-PDI

5.1.1 Corpo Docente

Segundo a Lei Complementar Municipal nº 745/2010, o corpo docente da FURB da Educação Superior, do Ensino Médio e da Educação Profissionalizante compreende os professores efetivos, os temporários e os visitantes, sendo:

- a) professores efetivos: docentes admitidos mediante aprovação em Concurso Público de Títulos e Provas e em regime estatutário;
- b) professores temporários: docentes contratados mediante aprovação em processo seletivo público simplificado, para atividades temporárias de ensino, conforme Regulamento e em regime contratual;

- c) professores visitantes: docentes que desempenham atividades específicas, conforme Regulamento e em regime contratual.³⁶

Tabela 22 – Docentes por categoria funcional (2013-2017)

Ano/Semestre		Quadro		Substituto		Visitante		TOTAL
UNIVERSIDADE								
2013	I	420	51%	394	48%	8	1%	822
	II	429	52,5%	388	47%	4	0,5%	821
2014	I	441	50,1%	432	49%	8	1%	881
	II	429	50,5%	416	49%	4	0,5%	849
2015	I	486	54,2%	405	45%	6	0,8%	897
	II	469	57,2%	345	42%	6	0,8%	820
2016	I	454	53,92%	380	45,13%	8	0,95%	842
	II	457	54,74%	369	44,19%	9	1,07%	835
2017	I	446	51,92%	402	46,80%	11	1,28%	859
	II	445	57,35%	323	41,62%	8	1,03%	776
ETEVI								
2013		14	52%	13	48%	0	0%	27
2014		18	53%	16	47%	0	0%	34
2015		19	68%	9	32%	0	0%	28
2016		18	72%	7	28%	0	0%	25
2017		21	87,5%	3	12,5%	0	0%	24

Fonte: Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – DGDP/ PROAD.

Observação: Universidade - professores que atuam em Graduação, Pós-Graduação, Mestrado, Doutorado e FURB Idiomas. ETEVI - professores que atuam somente no Ensino Médio.

Os docentes da educação superior são lotados nos departamentos e os do ensino médio e profissionalizante na Escola Técnica do Vale do Itajaí - ETEVI. O ingresso no quadro do Magistério da Educação Superior, do Ensino Médio e da Educação Profissionalizante é precedido por Concurso Público de Provas e Títulos para o provimento efetivo de cargos em vaga não preenchida, caracterizada e com carga horária mínima. A abertura de concurso é proposta pelas Unidades Universitárias, em caso da Educação Superior, ou pela ETEVI e deve ter aprovação do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CEPE.

Atualmente 17 docentes percebem adicional de dedicação exclusiva (DE), correspondente a 20% do valor PQ1. Esse adicional foi concedido por ato discricionário da Reitoria (últimos atos de 2009), ou por ocupação de cargos de direção ou pela dedicação a pesquisa, esses quando da inexistência da pós-graduação estruturada em programas de mestrado e doutorado. A Lei Complementar nº 745/2010, nos art. 24, 25 e 26, o adicional de dedicação exclusiva.

Os critérios de concessão, renovação e exclusão do adicional de dedicação exclusiva aguardam normatização em regulamento próprio.

³⁶ A Resolução nº 069/2017 estabelece as normas para contratação de Professor Visitante na FURB.

Quadro 38: Critérios de ingresso, progressão na carreira e distribuição de horas docente

Legislação	Disposição
Resolução nº 20/2004	Altera os critérios para distribuição das atividades de ensino aos professores, pelos departamentos.
Resolução nº 70/2004	Regulamenta a distribuição de horas-atividade para os docentes da FURB
Resolução nº 36/2007	Dá nova redação à Resolução que “Aprova as normas para Concurso Público de provimento de cargos docentes na Fundação Universidade Regional de Blumenau”.
Lei Complementar nº 745/2010	Institui o Estatuto do Magistério Público Municipal de Blumenau da Educação Superior, do Ensino Médio e da Educação Profissionalizante, estabelecendo regras relativas ao quadro respectivo, ao regime de trabalho e aos planos de carreiras, e dá providências correlatas e complementares.
Resolução nº 37/2010	Dispõe sobre as regras de contagem de pontos para enquadramento inicial e progressão na carreira para os professores da educação superior e do ensino médio e educação profissionalizante.
Resolução nº 035/2017	Regulamenta o Regime de Trabalho de Tempo Integral (RTI) no Magistério Superior da FURB.
Resolução nº 36/2014	Aprova as normas para concurso público de provimento de cargos de Professor de Nível Médio/Profissionalizante, Administrador Escolar, Supervisor Pedagógico e Orientador Educacional na Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante (ETEVI).
Resolução nº 64/2014	Dispõe sobre as normas para realização de processo seletivo público e simplificado para contratação de professor temporário para desenvolver atividades de ensino superior na FURB.

Fonte: Organizado pela DGDP e COPERA-PDI

A Carreira do Magistério Superior está organizada em categorias de Exercício Permanente do Corpo Docente em nove (09) referências, designadas pela sigla “PQ”, organizadas de PQ01 a PQ09, que obedecem a um sistema de pontuação específico. Para o quadro de Carreira do Magistério do Ensino Médio e da Educação Profissionalizante há uma classe representada pela sigla "EM", distribuída em nove referências, de EM1 a EM9, obedecendo a um sistema de pontuação específica.

As regras de contagem de pontos para enquadramento inicial e progressão na carreira para os professores da Educação Superior, do Ensino Médio e da Educação Profissionalizante estão normatizadas na Resolução nº 37/2010. A progressão de uma referência para a imediatamente superior dar-se-á em função de critérios de comprovada titulação acadêmica, progressivamente maior, e dos méritos decorrentes das atividades de administração, ensino, pesquisa, extensão e da produção científica, artística ou cultural desenvolvidas pelos docentes, critérios esses definidos na referida resolução.

5.1.2 Corpo de servidores técnico-administrativo

De acordo com a Lei Complementar Municipal nº 744/2010, em seu art. 3º, o plano de carreiras para os servidores técnico-administrativos da FURB visa “...incentivar o corpo funcional da entidade à continuada e crescente qualificação, de modo a assegurar a eficiência do serviço e o permanente aperfeiçoamento do seu trabalho de prestação de serviços à comunidade usuária”. E, segundo o artigo 4º “as carreiras são organizadas em grupos de cargos dispostos de acordo com a natureza profissional e a ordem de complexidade de suas atribuições, em estreita correlação com as finalidades da Instituição”.

Quadro 39: Critérios de ingresso e progressão na carreira de TA

Legislação	Disposição	Capítulo	Descrição
Lei Complementar nº 744, de 19 de março de 2010	Institui o plano de carreira para os servidores técnico-administrativos da FURB e dá providências correlatas.	Capítulo I	Disposições preliminares
		Capítulo II	Do plano de carreiras técnico-administrativas
		Capítulo III	Do plano de carreira
		Capítulo IV	Dos critérios gerais da administração de recursos humanos
		Capítulo IV Seção I	Da nomeação e enquadramento
		Capítulo IV Seção II	Da promoção
		Capítulo IV Seção III Capítulo V	Da comissão permanente de carreira Disposições finais

Fonte: www.furb.br (intranet) – Portal do Servidor

Os cargos estão organizados nos seguintes grupos ocupacionais:

- a) Nível superior;
- b) Técnico de nível médio;
- c) Administrativo;
- d) Apoio e manutenção.

O Grupo Ocupacional Nível Superior (GNS) abrange os cargos cujas tarefas requerem conhecimentos teóricos e práticos de nível superior, representando o limite ascensional para os servidores públicos em suas carreiras. O Grupo Ocupacional Técnico de Nível Médio (GNM) compreende os cargos que exigem conhecimentos técnicos, em nível de ensino médio. O Grupo Ocupacional Administrativo (GAD) congrega os cargos que exigem conhecimentos, em nível de ensino médio, ligados ao âmbito administrativo e organizacional e por fim, o Grupo Ocupacional Apoio e Manutenção (GAM) reúne cargos cujas tarefas requerem ensino fundamental e o conhecimento prático, limitados a uma rotina de trabalho.

5.1.3 Políticas institucionais de Gestão de Pessoas

5.1.3.1 Política de capacitação e qualificação dos docentes e técnico-administrativos

A Universidade conta atualmente com docentes e servidores técnico-administrativos em diferentes níveis de titulação, conforme se pode observar nas tabelas a seguir:

Tabela 23 – Titulação dos docentes (2013-2017)

Ano/Semestre		Graduado	Especialista	Mestre	Doutor	TOTAL				
UNIVERSIDADE										
2013	I	7	1%	205	25%	391	47%	219	27%	822
	II	6	1%	201	24%	394	48%	220	27%	821
2014	I	8	0,94%	224	26,29%	399	46,83%	221	25,94%	852
	II	8	0,94%	212	24,97%	413	48,64%	216	25,45%	849
2015	I	8	0,9%	203	23,4%	430	49,5%	228	23,2%	869
	II	4	0,5%	188	22,5%	393	48,2%	235	28,8%	820
2016	I	9	1,07%	187	22,21%	405	48,1%	241	28,62%	842
	II	8	0,95%	191	22,87%	376	45,04%	260	31,14%	835
2017	I	7	0,81%	204	23,75%	384	44,70%	264	30,73%	859
	II	5	0,64%	140	18,04%	364	46,91%	267	34,41%	776
ETEVI										
2013		6	22%	9	33%	12	45%	0	0%	27
2014		13	38,23%	10	29,41%	11	32,35%	0	0%	34
2015		8	28,57%	8	28,57%	11	39,29%	1	3,57%	28
2016		4	16%	9	36%	11	44%	1	4%	25
2017		3	12,5%	8	33,33%	11	45,84%	2	8,33%	24

Fonte: Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – DGDP/ PROAD.

Observação: na coluna Doutor consideraram-se também os livre-docentes.

Tabela 24 – Titulação de servidores técnico-administrativos por gênero (2013-2017)

Grau de instrução		2013		2014		2015		2016		2017	
		Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.
Ensino Fundamental	Incompleto	12	10	9	8	8	7	8	4	6	4
	Completo	16	2	18	4	11	4	10	4	9	5
Ensino Médio	Incompleto	5	2	5	2	4	1	3	0	3	0
	Completo	66	70	90	55	95	52	90	56	85	48
Ensino Superior	Incompleto	51	38	59	29	57	24	51	26	51	26
	Completo	82	97	88	101	74	85	72	86	73	101
Especialização	Incompleto	3	6	3	4	3	5	3	5	3	7
	Completo	43	58	48	60	49	60	46	60	46	68
Mestrado	Incompleto	1	1	1	1	0	3	0	3	2	2
	Completo	19	23	18	24	17	19	18	14	19	21
Doutorado	Incompleto	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0
	Completo	2	1	1	2	1	2	0	2	1	1
TOTAL (por gênero)		300	308	340	290	319	262	301	260	299	283
TOTAL		608		630		581		561		582	

Fonte: DGDP. Estas informações são utilizadas nas estatísticas da ACAFE.

Para a qualificação de seus servidores, a FURB possui as seguintes resoluções específicas:

Quadro 40: Plano de qualificação do servidor

Benefício	Beneficiado	Descrição	
Plano de Qualificação do Servidor	TA e docentes	Resolução nº 05/1994	Disciplina o abatimento sobre os encargos educacionais, em cursos oferecidos pela FURB (FURB Idiomas, ETEVI e Graduação), a serem pagos por servidores, seus cônjuges e filhos.
	TA e docentes	Resolução nº 13/1997	Disciplina o abatimento previsto na Resolução nº 05/94 para o segundo curso de graduação, oferecido na FURB, a todos os seus servidores.
	TA	Resolução nº 30/1997	Fixa novas condições de afastamento de servidores técnico-administrativos para cursar pós-graduação, mestrado e doutorado, e dá outras providências.
	Docentes ETEVI	Resolução nº 05/2008	Normatiza o apoio institucional à capacitação de docentes do Quadro da ETEVI.
	TA	Resolução nº 17/2008	Regulamentação de benefício institucional para servidores técnico-administrativos cursarem pós-graduação <i>stricto sensu</i> nos programas da FURB.
	TA e docentes	Resolução nº 26/2008	Regulamenta o Projeto de Capacitação Linguística para Servidores da FURB.
	Docentes	Resolução nº 49/2017	
Resolução nº 179/2017			Altera artigos da Resolução nº 49/2017.

Fonte: Organizado pela COPERA-PDI

Para atender as demandas de aperfeiçoamento e desenvolvimento profissional dos servidores, a FURB estabeleceu a política de formação continuada de curta duração por meio da Resolução nº 060/2012, de 19 de dezembro de 2012, com os seguintes princípios e diretrizes:

Princípios:

- a) indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão;
- b) compromisso com os interesses coletivos;
- c) democratização e socialização dos conhecimentos;
- d) formação contínua.

Diretrizes:

- a) democratização do acesso;

- b) flexibilização dos processos de formação;
- c) desenvolvimento do servidor como sujeito singular e profissional do serviço público em consonância com os objetivos institucionais;
- d) articulação da formação com os processos de avaliação interno e externo;
- e) compromisso com a formação e o desenvolvimento contínuo de lideranças.

5.1.3.2 Avaliação de desempenho

A avaliação de desempenho apresenta-se como uma ferramenta capaz de potencializar o processo de gestão pública. Sua implantação e manutenção requerem apoio maciço da administração superior, articulação com todos os sujeitos envolvidos, bem como a integração com os demais processos da gestão de pessoas.

5.1.3.2.1 Avaliação de desempenho docente

Conforme projeto da Política de Avaliação de Desempenho Docente, apresentado em 2012 pela PROEN, a avaliação se constitui num processo de diagnóstico e entrega de indicadores do desempenho dos docentes. Portanto, trata-se de uma estratégia para repensar as decisões relativas às mudanças e melhorias na qualidade do desenvolvimento profissional.

O exercício da docência na educação superior exige:

- a) competência técnica decorrente da formação específica no âmbito da graduação e pós-graduação;
- b) competência pedagógica, que compreende o conjunto de saberes necessários para organização do trabalho docente;
- c) experiência, resultado do fazer profissional em campos específicos ou no exercício da docência;
- d) envolvimento com a IES e com o curso.

A articulação entre estas competências, a busca pela formação contínua e a avaliação do desempenho docente constituem elementos essenciais para melhor qualificação da docência na Educação Superior e qualifica os processos de ensinar e aprender, na medida em que fornece subsídios para reflexão sobre as práticas pedagógicas e para a organização de programas de formação.

A avaliação do docente no processo de ensino-aprendizagem da graduação envolve o acompanhamento de atividades como:

- a) o cotidiano da sala de aula (relação professor-estudante, metodologias de ensino, procedimentos de avaliação da aprendizagem);
- b) os instrumentos institucionais (planos de ensino, diários de classe);
- c) a autoavaliação da prática do professor;
- d) a participação em programas de formação didático-pedagógica.

A avaliação docente constitui-se de um instrumento diagnóstico, cujo objetivo central é fornecer subsídios e criar possibilidades para a reflexão e a reorganização da prática pedagógica. Neste sentido, o programa de formação contínua docente é o espaço permanente para essa reflexão.

A avaliação docente contempla as instâncias dos colegiados de cursos, acadêmicos e o próprio professor. No período de estágio probatório, conforme definido na Lei Complementar nº 746/2010, o servidor é avaliado de acordo com os seguintes fatores: conduta ética, disciplina, relacionamento interpessoal e eficiência. O processo de avaliação de estágio probatório está regulamentado pela Resolução nº 18/2010.

5.1.3.3 Avaliação de desempenho do servidor técnico-administrativo

A partir do entendimento dos objetivos e das expectativas que o servidor técnico-administrativo possui em relação ao trabalho que desenvolve, a avaliação de desempenho pressupõe a identificação dos fatores de fragilidade profissional e institucional. Portanto, a avaliação não deve ser um processo unilateral, no qual a chefia avalia o subordinado e remete a ele a responsabilidade sobre seu desempenho. É por meio da avaliação de desempenho, articulada à análise das atividades e à revisão das rotinas, que as necessidades de formação e atualização dos conhecimentos, em todas as áreas, são identificadas.

A Lei Complementar nº 744/2010 institui o plano de carreira para os servidores técnico-administrativos da FURB e dá providências correlatas. A sessão II, artigos 21 a 24 instituem o benefício da promoção funcional aos servidores técnico-administrativos da FURB, que se dá em decorrência de merecimento apurado em avaliação de desempenho, por mérito do servidor na busca por formação/capacitação, tais como horas em cursos de atualização e aperfeiçoamento, conclusão de curso de graduação ou de cursos de pós-graduação, entre outros, e também por tempo de serviço.

Para atendimento da lei, a FURB aprovou a Resolução nº 002/2015 que instituiu e regulamentou a avaliação semestral de desempenho funcional para o servidor técnico-administrativo efetivo e estável, docentes com função de chefia administrativa superior e do cargo em comissão superior no âmbito da FURB, com dispositivos alterados pelas Resoluções nº 038/2015 (de 04 de novembro de 2015) e nº 009/2017 (de 24 de fevereiro de 2017).

5.1.4 Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT) e a Comissão Interna de Saúde do Servidor Público (CISSP)

O Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT), cujas atividades e atribuições foram descritas e aprovadas por meio dos Processos nº 06/2012 e 17/2013/CONSUNI, tem como finalidade promover a saúde e proteger a integridade do trabalhador no local de trabalho, mediante ações educativas, preventivas e de recuperação. Seu desenvolvimento se dá por meio de intervenções que minimizem a ocorrência de acidentes de trabalho e previnam surgimento de doenças ocupacionais, contribuindo para a diminuição do absenteísmo por motivo de saúde e a melhoria na qualidade de vida. Ao serviço estão vinculados os seguintes Programas:

- I – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO – NR7);
- II – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA - NR9)
- III – Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT);

Considerando as atividades e atribuições do SESMT, a Resolução nº 044/2014, de 03 de Setembro de 2014, dispõe sobre a criação da Comissão Interna de Saúde do Servidor Público (CISSP) da FURB e aprova as diretrizes gerais de seu funcionamento. Essa comissão tem como finalidade contribuir para uma gestão compartilhada entre Reitoria, setor de Gestão de Pessoas, SESMT e servidores, com os seguintes objetivos:

- I. propor ações voltadas à promoção da saúde e à humanização do trabalho, em especial à melhoria das condições de trabalho, prevenção de acidentes, de agravos à saúde e de doenças relacionadas ao trabalho;
- II. propor atividades que desenvolvam atitudes de corresponsabilidade no gerenciamento da saúde e da segurança, contribuindo, dessa forma, para a melhoria das relações e do processo de trabalho;
- III. valorizar e estimular a participação dos servidores, como protagonistas e detentores de conhecimento do processo de trabalho, na perspectiva de agentes transformadores da realidade.

5.1.5 Procedimentos para realização de sobreaviso

A Resolução nº 019/2015, de 16 de abril de 2015, estabelece procedimentos para realização de sobreaviso na FURB, cuja finalidade é proporcionar à Universidade a segurança de poder contar com o atendimento de situações emergenciais iminentes, ou de razoável probabilidade de ocorrência, sujeito à conveniência exclusiva da FURB. O regime de sobreaviso aplica-se à DTI, DAC, CEOPS e RTE, ficando limitado a determinadas atividades destes setores. A prática do regime de sobreaviso limita-se aos finais de semana, feriados, dias de dispensa de expediente e dias de ocorrência de processos críticos para a instituição (matrículas, Programa Interação, vestibular, enchentes, entre outros) desde que não haja sobreposição ao horário normal de trabalho.

5.1.6 Programa de Colaborador Voluntário

Na FURB regulamentou-se a atuação do colaborador voluntário, por meio de duas Resoluções. A Resolução nº 010/2015, de 10 de abril de 2015, institui e regulamenta a atuação do Professor Colaborador Voluntário em atividades da FURB. Já a Resolução nº 011/2015, de 10 de abril de 2015, altera dispositivos da Resolução nº 27/2010, de 25 de maio de 2010, que “Institui e Regulamenta o Programa de Colaborador Voluntário na Fundação Universidade Regional de Blumenau”. Trata-se de atividade não remunerada, que poderá ser prestada no âmbito da FURB, por qualquer cidadão maior de 18 (dezoito) anos, inclusive aposentados da FURB.

5.1.7 Licenças para servidores e afastamento do Reitor e Vice-Reitor para o exterior

Na FURB, a Resolução nº 022/2016 regulamentou as licenças para participação de servidores da FURB, em eventos e atividades correlatas, dentro e fora do país, e dispõe sobre afastamento do Reitor e Vice-Reitor para o exterior. De acordo com a resolução, o servidor terá direito à licença, no país ou exterior, para participar de eventos técnico-científicos, competições esportivas oficiais, bancas de pós-graduação *stricto sensu* e TCC de outras IES, banca de concursos para docentes de outras IES, avaliação de IES, entre outros.

Quadro 41: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à gestão e desenvolvimento de pessoas

Objetivo 33 – Adequar os processos de gestão de pessoas aos sistemas utilizados						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/ Comentários
				Início	Fim	
124) Adequar os processos de gestão de pessoas aos sistemas.	1) Dar continuidade à adequação da FURB ao e-Social até dezembro 2017;	Sistema de coleta de dados integrado com o sistema VetoRH/Rubi	DGDP/PROAD	2016	2017	2017: Ação iniciada - sistema atualizado; qualificação cadastral iniciada. (16/11)
	2) Otimizar as rotinas dos sistemas de folha de pagamento;	Rotinas otimizadas	DGDP/PROAD	2016	2017	Em andamento.
	3) Informatizar o registro de carreira dos servidores;	Registro sistematizado	DGDP/PROAD	2016	2018	2017: Ação não iniciada.
	4) Adequar o sistema de RH da FURB ao sistema Esfinge do Tribunal de Contas do Estado;	Sistema Adequado	DGDP/PROAD/DTI	2017	2017	2017: ação concluída. Sistema atualizado, integração de dados realizada.
	5) Atualizar os dados cadastrais dos servidores públicos municipais ativos, titulares de cargo efetivo, da FURB.	Dados atualizados	DGDP/PROAD	2016	2020	2017: atualização iniciada. Em andamento. 2018:
Objetivo 34 – Implementar a política de saúde do servidor						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/ Comentários
				Início	Fim	
125) Revitalizar o programa "Vida em Equilíbrio"	1) Propor e implementar ações que visem a preparação de servidores em vias de aposentadoria para a nova fase da vida;	Ações realizadas	DGDP	2016	2020	2017: Ação não iniciada.
						2018:
						2019:
						2020:
	2) Avaliar e implementar ações com base no resultado da pesquisa de qualidade de vida realizadas;	Ações implementadas	DGDP/COPLAN	2016	2020	2017: Ação não iniciada.
						2018:
						2019:
						2020:
	3) Institucionalizar um projeto de saúde para os servidores (retomando, por exemplo, a ginástica laboral).	Projeto institucionalizado	DGDP/ Unidades Universitárias	2016	2020	2017: Em estudo.
2018:						
2019:						
2020:						
126) Adquirir e implantar sistema de	1) Elaborar, periodicamente, laudos referente à segurança e saúde dos	Laudos disponíveis	DGPD	2016	2020	2017: Ação iniciada. 2018:

gestão do Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho (SESMT)	servidores em todos os ambientes da Instituição;					2019:
						2020:
	2) Adquirir e implantar sistema de gestão.	Sistema instalado, customizado e em funcionamento	DGDP/PROAD	2017	2017	2017: Ação não iniciada.
						2018: OK
						2019:
					2020:	
Objetivo 35 – Institucionalizar critérios de alocação e movimentação de pessoas						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/ Comentários
				Início	Fim	
127) Definir a Matriz de Alocação de Pessoal Técnico – administrativo.	1) Mapear as competências de cada unidade da estrutura acadêmico-administrativa da FURB;	Competências mapeadas	DGDP/ PROAD	2016	2020	2016: Ação não iniciada. Setembro/2017: iniciou nova servidora para realizar esta atividade. 2018: 2019: 2020:
	2) Mapear as competências (conhecimentos, experiência profissional) dos servidores técnico-administrativos para alocação mais assertiva nas unidades da FURB (quadro de vagas);	Competências mapeadas	DGDP/ PROAD	2016	2020	2017/ 2018: Ação iniciada com a publicação de um edital de remoção interna. 2019: 2020:
	3) Institucionalizar uma política de adequação do perfil técnico-administrativo às vagas (atividades) da FURB (formação e experiência).	Política institucionalizada	DGDP	2016	2020	2017: Ação iniciada com a publicação de um edital de remoção interna.
	4) Regularizar o quadro efetivo de pessoal técnico- administrativo;	Quadro técnico-administrativo regularizado	DGDP/PROAD	2016	2020	2017 e 2018: em andamento. 2019: 2020:
	5) Aplicar a Instrução Normativa (IN) 06/2011 para remoção dos servidores técnico-administrativos.	IN aplicada	DGDP/PROAD	2016	2020	2017: Ação iniciada com a publicação de um edital de remoção interna.
	6) Ampliar estrutura de pessoal (STA e docentes) para atender as necessidades dos cursos EaD;	Pessoal contratado	PROEN/DME/DGDP	2017	2020	2018: ok

128) Integrar e qualificar os novos servidores	1) Estabelecer as atividades de integração e de formação profissional dos servidores admitidos em 2013 e 2014 (docentes e TAs).	Programa de integração e de formação estabelecido	DGDP/PROAD	2017	2020	2018: ok.
	2) Dar continuidade a integração dos admitidos a partir de 2017			2017	2020	2017: ação não realizada. 2018: 2019: 2020:
129) Propor legislação de contratação para projetos, convênios e contratos, específica para a FURB	1) Propor legislação de contratação para projetos, convênios e contratos, específica para a FURB.	Legislação aprovada	DGDP/PROAD	2016	2020	2018: ok.
130) Revisar as políticas relacionadas a alocação de horas docentes e enquadramento/ regime de trabalho (Regime de Tempo Integral e TP)	1) Revisar e institucionalizar a Resolução de Regime de Trabalho de TI.	Resolução implementada	CONSUNI	2016	2017	A Resolução nº 35/2017 regulamenta o Regime de Trabalho em Tempo Integral no Magistério Superior da FURB.
	2) Deliberar sobre a criação de Regime de Tempo Parcial (RTP).	Alteração de Lei Complementar	CONSUNI	2016	2017	
	3) Deliberar sobre o Regime horista, visando à extinção gradual do mesmo para os docentes efetivos.	Altera Lei Complementar	CONSUNI	2016	2017	2017: Enquadramentos de docentes em RTI;
	4) Garantir número de docentes em RTI e RTP, nos cursos, necessários para o conceito muito bom (4) segundo os indicadores externos	Conceito muito bom (4)				
	5) Planejar as vagas para docentes com Regime de Tempo Integral (RTI) e Regime de Tempo Parcial (TP) até 2020.	Vagas determinadas	DGDP/ Unidades Universitárias	2016	2020	2017 e 2018: ok.
Objetivo 36 – Consolidar as ações de desenvolvimento humano e profissional						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/ Comentários
				Início	Fim	
131) Qualificar o processo de Avaliação de desempenho dos STA.	1) Revisar a Resolução nº 02/2015 e a 038/2015.	Aprovação no CONSUNI	DGDP	2017	2017	A Resolução nº 009/2017 altera dispositivos da Resolução nº 002/2015, de 4 de fevereiro de 2015, que “Institui e Regulamenta

						a avaliação semestral de desempenho funcional para o servidor técnico-administrativo efetivo (...) da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB.
						Realizada pesquisa com os servidores.
						Necessário rever alguns aspectos da Resolução.
	2) Adquirir sistema para operacionalização da política de avaliação.	Aquisição do sistema	DGDP/PROAD/DTI	2017	2017	2017: ação não realizada.
						2018:
	3) Identificar as necessidades de desenvolvimento profissional dos servidores técnico-administrativos.	Necessidades identificadas	DGDP	2017	2017	2017 e 2018: Sob demanda, a partir dos resultados da avaliação dos servidores T.A.
132) Institucionalizar a Avaliação de Desempenho dos Servidores Docentes.	1) Aprovar, no CONSUNI, o instrumento de Avaliação de Desempenho de Servidores Docentes.	Avaliação aprovada no CONSUNI	DGDP/PROEN/PROPEX	2017	2018	2017: ação não iniciada .
						2018:
133) Implementar o Núcleo de Políticas de Formação (NUPOF)	1) Estruturar equipe do NUPOF.	Equipe estruturada	DGDP	2017	2018	2017: ação iniciada.
						2018:
	2) Ampliar a participação dos servidores e as temáticas da formação institucional.	Número de servidores por curso	DGDP	2017	2017	2017: ação iniciada.
						2018:
	3) Aperfeiçoar as vias de comunicação/divulgação das formações institucionais.	Formações divulgadas	PROEN/ NUPOF	2017	2017	2017: ação iniciada.
						2018:
	4) Organizar a oferta anual do Seminário de Integração dos Professores Ingressantes.	Oferta organizada	PROEN/ NUPOF	2017	2020	2017: ação iniciada.
						2018:
	5) Criar um portfólio de cursos/temas a serem ofertados, considerando as demandas do PDI, os PPC e as demandas sociais.	Portfólio aprovado	PROEN/ NUPOF	2017	2020	2017: ação iniciada.
						2018:
	6) Consolidar um projeto de formação permanente em	Projeto aprovado	PROEN/ NUPOF	2017	2020	2017: ação iniciada.

	metodologias e tecnologias inovadoras que qualifiquem os docentes nos processos de ensino-aprendizagem.					2018:
	7) Realizar fóruns sobre forma de uso de metodologias e tecnologias inovadoras de ensino-aprendizagem.	Fóruns realizados	PROEN	2017	2020	2017: ação iniciada. 2018:
	8) Atingir 30% dos professores com formação no curso de Planejamento e Organização de Atividades à Distância (POAD)	Número de professores formados	DGDP/NUPOF PROEN/DME	2017	2020	2017: ação iniciada. 2018:
134) Aprimorar a qualificação dos servidores;	1) Aprimorar a Política de Capacitação dos servidores;	Política aprovada no CONSUNI	Reitoria	2017	2017	A Resolução nº 049/2017 fixa a Política de Capacitação Docente, em nível <i>stricto-sensu</i> , e estabelece normas e prazos de afastamento dos docentes estatutários estáveis do Quadro do Magistério Superior da FURB para PPG <i>stricto sensu</i> e estágio pós-doutoral. A Resolução nº 179/2017, de 29 de novembro de 2017, alterou dispositivos da Resolução nº 49/2017.
135) Implementar novas normativas relacionadas à gestão e desenvolvimento de pessoas.	1) Elaborar um Código de Ética do Servidor.	Código institucionalizado	DGDP/PROGEF	2017	2018	2018: Em elaboração.
	2) Atualizar a resolução nº 22/2007, acerca do uso de recursos de informática no âmbito da FURB e mídia social dentro e forma do FURB	Normativa institucionalizada	DGDP/DTI/PROGEF	2017	2018	2017: DTI: Minuta escrita em encaminhada à DGDP e CCM para complementação. Optou-se por realizar documento diferenciado da Resolução nº 022/2007.
	3) Regulamentar critérios de concessão, renovação e exclusão do adicional de dedicação exclusiva (DE)	Resolução aprovada ou alteração de lei	DGDP	2016	2017	2017: ação não iniciada.
136) Rever a política de Estágio Probatório.	1) Aprimorar a Resolução nº 18/2010 e os instrumentos de avaliação.	Resolução Aprovada no CONSUNI	DGDP/PROEN	2017	2017	2018: Em andamento.

	2) Adquirir sistema informatizado para operacionalizar o processo.	Sistema Adquirido	DGDP/PROAD/DTI	2017	2017	2017: ação não iniciada (DGDP); 2018: DTI: avaliando soluções tecnológicas possíveis. Aguardando liberação de recursos
137) Revisar o Plano de Carreira dos Servidores da FURB (STA e Docentes)	1) Revisar o Plano de Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos;	Novo Plano de Carreira institucionalizado	DGDP/PROAD	2017	2018	2017 e 2018: Revisão do Plano de Carreira dos STA iniciada pela Comissão de Carreira.
	2) Revisar os cargos e competências dos cargos dos STA, previstos em Lei.	Lei alterada	DGDP/PROAD	2017	2018	2016: ação não iniciada. 2017: iniciou nova servidora para realizar esta atividade.
	3) Identificar e criar cargos relacionadas às atividades realizadas no âmbito da EaD.	Lei alterada	DGDP/PROAD	2017	2018	2017: ação iniciada. 2018: ok
	4) Revisar o Plano de Carreira dos Servidores docentes;	Novo Plano de Carreira institucionalizado	DGDP/PROAD	2017	2018	2017: ação iniciada pela Reitoria.

Fonte: Organizado pela DGDP e COPERA-PDI.

5.2 CONSTITUIÇÃO E ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E ACADÊMICA

A organização administrativa e acadêmica da FURB está prevista no Estatuto da Fundação Universidade Regional de Blumenau, disposta na Lei Complementar nº 743, de 19 de março de 2010 e homologada pela Resolução nº 35/2010, de 28 de junho de 2010. Os estatutos e regimentos da Universidade podem ser observados no Quadro 44:

Quadro 42: Estatutos e regimento da Universidade

Legislação	Data	Disposição
Resolução nº 129/2001	20 de dezembro de 2001	Homologa o Regimento Geral da Fundação Universidade Regional de Blumenau, na forma do Anexo.
Lei Complementar nº 660	28 de novembro de 2007	Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do município, suas autarquias e fundações públicas, e dá outras providências.
Lei Complementar nº 743	19 de março de 2010	Dispõe sobre a reorganização da estrutura administrativa da FURB – Fundação Universidade Regional de Blumenau e dá outras providências.
Lei complementar nº 744	19 de março de 2010	Institui o plano de carreira para os servidores técnico-administrativos da FURB e dá providências correlatas.
Lei Complementar nº 745	19 de março de 2010	Institui o estatuto do magistério público municipal de Blumenau da educação superior, do ensino médio e da educação profissionalizante, estabelecendo regras relativas ao quadro respectivo, ao regime de trabalho e aos planos de carreiras, e dá providências correlatas e complementares.
Lei Complementar nº 746	19 de março de 2010	Dispõe sobre as regras para a aplicação do estatuto dos servidores públicos municipais aos servidores da FURB, e dá providências correlatas.
Resolução nº 35/2010	28 de junho de 2010	Homologa o Estatuto da FURB, na forma do Anexo.
Decreto 9.199/2010	30 de junho de 2010	Homologa o Estatuto da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).
Lei Complementar nº 768	05 de agosto de 2010	Altera e acrescenta dispositivos na Lei Complementar nº 746/2010.
Lei Complementar nº 798	28 de abril de 2011	Altera a redação do art. 43 da Lei Complementar nº 746/2010.
Resolução nº 41/2011	26 de agosto de 2011	Cria a DIC e altera dispositivos da Resolução nº 35/2010.
Decreto Municipal nº 9.473/2011	19 de setembro de 2011	Homologa alterações no Estatuto da FURB, constantes na Resolução nº 41/2011.
Lei Complementar nº 843	07 de março de 2012	Altera e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 746/2010.
Resolução nº 26/2012	28 de junho de 2012	Altera o art. 12 da Resolução nº 35/2010, relativamente à composição do CONSUNI.
Decreto Municipal nº 9.751/2012	06 de julho de 2012	Homologa alterações no Estatuto da FURB, constantes na Resolução nº 26/2012.
Lei Complementar nº 896	22 de julho de 2013	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 743/2010.
Lei Complementar nº 897	22 de julho de 2013	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 744/2010.
Lei Complementar nº 898	22 de julho de 2013	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 745/2010.

Lei Complementar nº 903	29 de agosto de 2013	Altera dispositivos da Lei complementar nº 746/2010.
Resolução nº 67/2013	24 de outubro de 2013	Altera os arts. 114 e 117 da Resolução nº 35/2010, relativamente à prorrogação de mandatos.
Decreto Municipal nº 10.164/2013	31 de outubro de 2013	Homologa alterações no Estatuto da FURB, constantes na Resolução nº 67/2013.
Resolução nº 87/2013	02 de dezembro de 2013	Altera o inciso I, do Art. 75, da Resolução nº 35/2010, relativamente à mudança de denominação do CCE para CCEAL.
Decreto Municipal nº 10.295/2014	10 de março de 2014	Homologa alterações no Estatuto da FURB, constantes na Resolução nº 87/2013.
Lei Complementar nº 944	03 de novembro de 2014	Altera dispositivos da Lei Complementar nº 660/2007.
Lei Complementar nº 953	08 de dezembro de 2014	Altera e revoga dispositivos da Lei Complementar nº 745/2010.
Resolução nº 04/2015	27 de fevereiro de 2015	Homologa alterações no Estatuto da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).
Decreto 10.583/2015	04 de março de 2015	Homologa alterações no Estatuto da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).
Lei Complementar nº 10.222	18 de dezembro de 2015	Altera a Lei Complementar nº 744/ 2010.
Resolução nº 50/2016	21 de outubro de 2016	Homologa alterações no Estatuto da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).
Decreto 11.095/2016	27 de outubro de 2016	Homologa alterações no Estatuto da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB).
Resolução nº 049/2018	14 de junho de 2018	Altera a redação do art. 116 do Anexo da Resolução nº 129/2001, que “Homologa o Regimento Geral da Fundação Universidade Regional de Blumenau, na forma do Anexo.”

Fonte: www.furb.br/e-furb

5.2.1 Constituição e Organização Administrativa

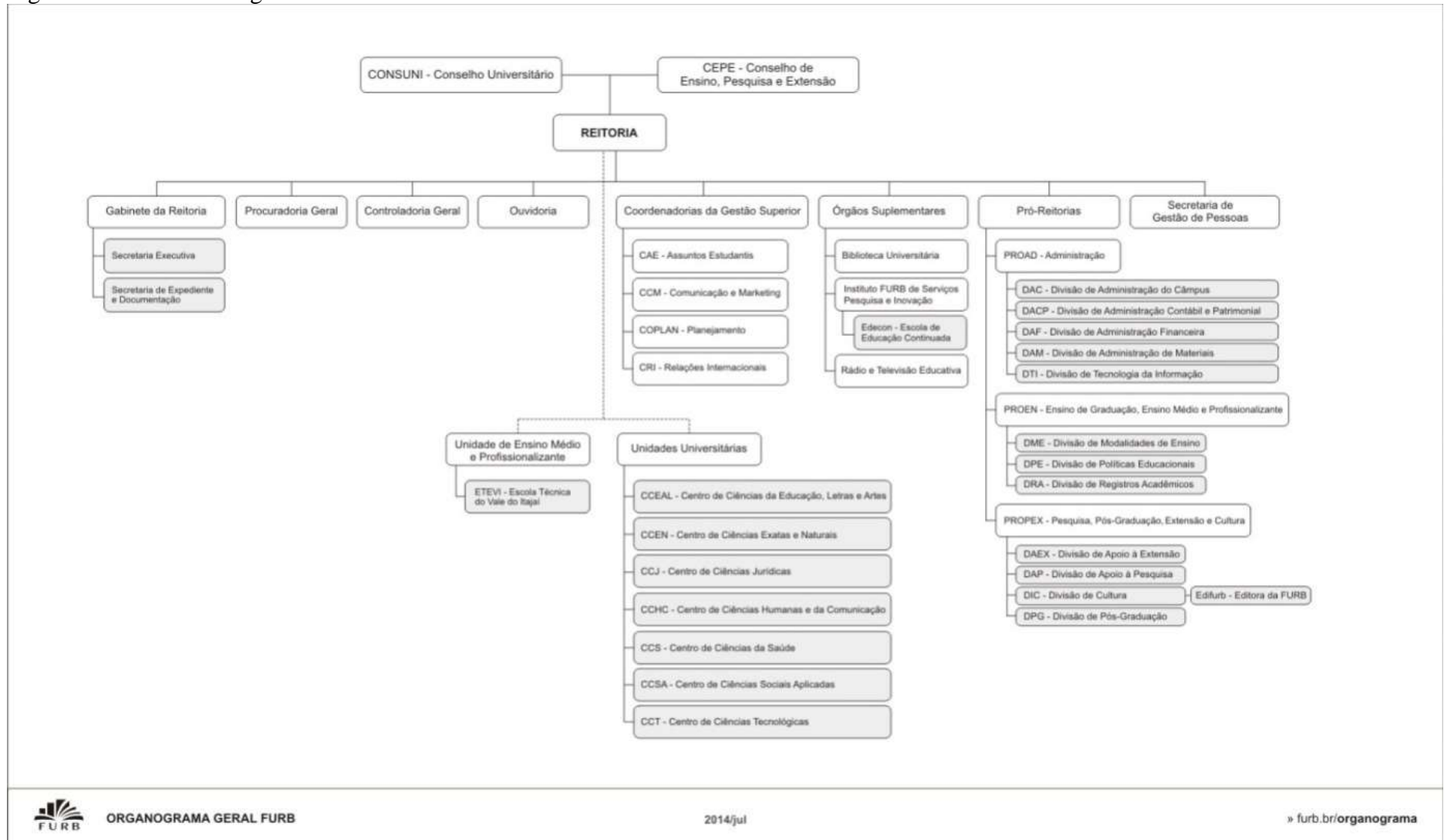
A administração da FURB executa-se em nível superior e em nível setorial, cuja estrutura organizacional é composta da seguinte forma:

- a) CONSUNI;
- b) CEPE;
- c) Reitoria e unidades subordinadas;
- d) Unidades Universitárias;
- e) Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante.

A

Figura 22 representa a estrutura organizacional:

Figura 22 – Estrutura Organizacional da FURB.



5.2.1.1 Órgãos de deliberação coletiva

Os órgãos de deliberação coletiva são o CONSUNI e o CEPE.

5.2.1.1.1 CONSUNI

O CONSUNI é o órgão máximo e soberano de deliberação em assuntos de política acadêmica, administrativa e financeira da FURB. No Quadro 45 se visualiza a composição e as competências desse conselho:

Quadro 43: Composição e atribuições do CONSUNI

Resolução nº 35/2010	
COMPOSIÇÃO*	Competências (Artigo 13º)
I – Reitor, que o presidirá;	I – examinar, discutir, reformar e aprovar: a) o Estatuto, o Regimento Geral e dos demais órgãos, assim como demais documentos legais da FURB, no que lhe for pertinente; b) a Política Geral e Universitária da FURB; c) o Orçamento Anual e PPA da FURB; d) aprovar diretrizes orçamentárias para o exercício seguinte, a serem fixadas até o final do mês de maio de cada ano; e) a Política Salarial de seu Pessoal, na conformidade da legislação pertinente; f) o Relatório Anual de Atividades; g) o Balanço Geral da FURB; h) as tabelas de taxas, custas e anuidades escolares; i) alterar o Estatuto da FURB, pelo voto de 2/3 (dois terços) dos seus membros; j) elaborar, reformar e aprovar o seu Regimento; II – estabelecer diretrizes, para a execução de atividades relacionadas com: a) administração financeira, contábil e auditoria; b) administração patrimonial; c) administração de pessoal; d) serviços gerais; III – promover avaliação das atividades da FURB; IV – deliberar sobre as competências e atribuições das Unidades Universitárias, da Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante, dos Departamentos, dos Órgãos Suplementares e das Pró-Reitorias, pelo voto de dois terços (2/3) dos seus membros, em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 743, de 19 de março de 2010; V – aprovar a criação, locação ou extinção de cursos; VI – deliberar sobre o veto do Reitor, no prazo de quinze (15) dias, a contar do seu recebimento, só podendo rejeitá-lo pelo voto de dois terços (2/3) dos seus membros, em escrutínio secreto; VII – aprovar a intervenção do Reitor na administração setorial, obedecidos aos princípios constantes deste Estatuto;
II – Vice-Reitor;	
III – 03 (três) Pró-Reitores;	
IV – Diretor da Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante;	
V – Diretores das Unidades Universitárias;	
VI – ex-Reitores da FURB em atividade na Instituição;	
VII – 02 (dois) representantes docentes por Unidade Universitária;	
VIII – 02 (dois) representantes docentes por Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante;	
IX – 01 (um) representante docente dos órgãos subordinados à Reitoria, indicado pelo Reitor;	
X – 01 (um) representante docente dos programas de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> , indicado pelo Conselho Técnico de Pós-Graduação;	
XI – 02 (dois) representantes dos servidores técnico-administrativos;	
XII – 01 (um) representante dos servidores inativos da FURB;	
XIII – 04 (quatro) representantes discentes da graduação, indicados pelo DCE;	
XIV – 01 (um) representante discente dos programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> ;	
XV – 01 (um) representante do Sindicato dos Servidores Públicos do Ensino Superior de Blumenau – SINSEPES;	
XVI – 01 (um) representante do Poder Executivo Municipal;	
XVII – 01 (um) representante da Associação Empresarial de Blumenau (ACIB);	
XVIII – 01 (um) representante do Fórum dos Trabalhadores de Blumenau;	
XIX – 01 (um) representante da Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí (AMMVI).	
§ 1º Os membros indicados nos incisos I, II, III, IV, V e VI são natos.	

<p>§ 2º Os membros indicados nos incisos XI, XII e XIV são eleitos por seus pares, através de eleição direta.</p> <p>§ 3º Os membros indicados nos incisos VII e VIII são eleitos por seus pares.</p> <p>§ 2º Os membros do CONSUNI, exceto os membros natos e os representantes discentes, têm mandato de 02 (dois) anos, permitida a recondução.</p> <p>§ 2º Os membros discentes do CONSUNI têm mandato de 01 (um) ano.</p>	<p>VIII – normatizar e apreciar proposições de concessão de títulos e honrarias;</p> <p>IX – apreciar e deliberar, originariamente ou em grau de recurso, sobre matéria omissa neste Estatuto e no Regimento Geral da FURB;</p> <p>X – normatizar e apreciar proposições de consulta direta da comunidade universitária sobre assuntos relevantes pelo voto de 2/3 (dois terços) dos seus membros.</p>
--	--

Fonte: FURB, 2012

* Alterada pela Resolução nº 026/2012 (Decreto nº 9.751, de 06 de julho de 2012)

5.2.1.1.2 CEPE

O CEPE é o órgão deliberativo, normativo e consultivo da FURB em matéria de ensino, pesquisa e extensão. No Quadro 46, visualizam-se a composição e as competências desse conselho.

Quadro 44: Composição e atribuição do CEPE

Resolução nº 35/2010	
Composição (Art. 16º)	Competências (Artigo 13º)
<p>I - Reitor, que o presidirá;</p> <p>II - Vice-Reitor;</p> <p>III - Pró-Reitores das áreas de ensino, de pesquisa e de extensão;</p> <p>IV – 02 (dois) representantes docentes de cada Unidade Universitária;</p> <p>V – 01 (um) representante discente por Unidade Universitária;</p> <p>VI – 02 (dois) representantes docentes da Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante.</p>	<p>I – propor e implementar as políticas de ensino, pesquisa e extensão;</p> <p>II – autorizar o funcionamento de cursos de graduação e de pós-graduação, cursos sequenciais, cursos de extensão e cursos técnicos, bem como a sua locação, extinção, suas vagas, planos e modificações;</p> <p>III – propor a criação, desmembramento, fusão e extinção de Unidades Universitárias, Departamentos e da Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante;</p> <p>IV – fixar normas complementares às do Regimento Geral da FURB sobre processo seletivo para ingresso de estudantes no ensino superior, currículos e programas, horários e turnos de funcionamento, matrículas, transferências, aproveitamento de estudos, avaliação da aprendizagem, bem como sobre o calendário acadêmico, estágios curriculares e outros assuntos, em matéria de sua competência;</p> <p>V – regulamentar o credenciamento, seleção, admissão, capacitação, avaliação e a distribuição de carga horária do pessoal docente para o ensino médio e profissionalizante, a graduação, a pós-graduação, a pesquisa e a extensão;</p> <p>VI – aprovar a abertura de vagas para concurso público de provas ou de provas e títulos e homologar os resultados;</p> <p>VII – aprovar o currículo pleno dos cursos do ensino médio e profissionalizante, de graduação e de pós-graduação;</p> <p>VIII – deliberar sobre o veto do Reitor, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do seu recebimento, só podendo rejeitá-lo pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, em <i>escrutínio</i> secreto;</p> <p>IX – elaborar, reformar e aprovar o seu Regimento;</p> <p>X – apreciar e deliberar, originariamente ou em grau de recurso, sobre matéria omissa neste Estatuto ou no Regimento Geral da FURB, no âmbito de sua competência.</p>
<p>§ 1º Os membros mencionados nos incisos I, II e III são natos;</p> <p>§ 2º Os membros indicados nos incisos IV, V e VI são eleitos por seus respectivos pares, para um mandato de 02 (dois) anos, permitida a reeleição.</p>	<p>Parágrafo único. Nas suas faltas e impedimentos, a Presidência é exercida pelo Vice-Reitor.</p>

Fonte: FURB, 2010

5.2.1.2 Órgão executivo

A Reitoria é exercida pelo Reitor, eleito pela comunidade acadêmica entre os professores do quadro com mais de 08 (oito) anos de atividade docente na FURB e nomeado pelo Prefeito Municipal de Blumenau para um mandato de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição para um único período imediatamente subsequente. É o órgão máximo de direção da FURB, aos quais se subordinam todos os seguintes órgãos:

- I. Gabinete da Reitoria:
 - a) Secretaria de Expediente e Documentação
 - b) Secretaria Executiva
- II. PROGEF;
- III. Controladoria Geral
- IV. Ouvidoria
- V. Pró-Reitorias e suas divisões subordinadas:
 - a) PROAD
 - b) PROPEX
 - c) PROEN
- VI. Coordenadorias da Gestão Superior:
 - a) CCM
 - b) COPLAN
 - c) CRI
 - d) CAE
- VII. DGDP
- VIII. Órgãos Suplementares:
 - a) Instituto FURB de Serviços, Pesquisa e Inovação;
 - b) BU
 - c) RTE

O Gabinete da Reitoria, unidade de apoio institucional e estratégico da Reitoria, tem por finalidade propiciar ao Reitor e Vice-Reitor os elementos necessários ao trabalho diário e as condições operacionais indispensáveis ao exercício de suas funções.

A Procuradoria Geral é órgão de natureza permanente, vinculada diretamente ao Reitor, exercendo as funções de consultoria jurídica e assessoramento da Reitoria e dos demais órgãos

superiores da Administração, das Unidades Universitárias e da Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante.

A Controladoria Geral é o órgão destinado, precipuamente, a acompanhar, controlar e fiscalizar a gestão econômica financeira, contábil, orçamentária e patrimonial da FURB.

A Ouvidoria é órgão de atendimento e proposição, atuando como canal de comunicação entre a Instituição e os usuários, focando sua atuação na mediação de conflitos.

À PROAD competem a organização, a coordenação e a execução das atividades administrativas e operacionais de suporte às atividades de ensino, pesquisa e extensão da Instituição.

À PROPEX cabe promover e estimular as atividades docentes e discentes da Instituição relacionadas à pesquisa e à extensão, no nível de ensino médio e profissionalizante, na graduação e na pós-graduação, facilitando a definitiva integração dessas.

À PROEN cabe elaborar e implementar, em conjunto com as Coordenadorias de Colegiados de Cursos de graduação e da Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante, as políticas de ensino de graduação, ensino médio e profissionalizante da FURB, coordenando-as e supervisionando-as.

A CCM é responsável pelas atividades de jornalismo e de marketing institucional, porém sinaliza-se a criação de uma estrutura integrada de comunicação.

A COPLAN é responsável pela análise da evolução da FURB e pela proposição, ao Reitor, de políticas, diretrizes e metas para o desenvolvimento das ações no campo físico, administrativo e econômico-financeiro da Instituição.

A CRI tem como finalidade a troca de experiências, intercâmbio acadêmico, docente e técnico-administrativo e desenvolvimento de atividades relacionadas com o espírito de cooperação internacional.

A CAE é responsável pela elaboração, implementação, execução e avaliação da política de apoio aos estudantes da FURB, em parceria com outras Unidades da Instituição.

A DGDP é responsável pela gestão dos recursos humanos da Universidade, gestão do clima organizacional, desenvolvimento e implementação de políticas de atenção e promoção à saúde e à segurança do trabalho, gestão de movimentação e alocação de servidores.

O Instituto FURB (Serviços, Pesquisa e Inovação) órgão suplementar de natureza técnico-científica, exerce a interface da FURB com a comunidade para o desenvolvimento da pesquisa e da extensão em programas interdisciplinares e para a prestação de serviços.

A BU é o órgão responsável pela gestão dos recursos bibliográficos e documentais necessários às atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração da FURB.

A RTE, instituição mantida pela FURB, sem finalidade lucrativa, propõe-se a executar serviços de radiodifusão educativa, produzindo e veiculando programas educativos, culturais, esportivos, científicos e noticiosos de televisão e rádio.

5.2.1.3 Unidades de Ensino Médio e Universitárias

5.2.1.3.1 Unidades Universitárias

As Unidades Universitárias, também denominadas de Centros e constituídas de um conjunto de departamentos de áreas afins, são responsáveis pelo ensino de graduação, estando agrupadas em áreas do conhecimento:

- a) CCEAL;
- b) CCS;
- c) CCEN;
- d) CCHC;
- e) CCJ;
- f) CCSA;
- g) CCT.

A administração, em nível setorial, das Unidades Universitárias, se efetivará através de:

- a) Conselhos de Unidade Universitária;
- b) Direções de Unidade Universitária;
- c) Departamentos.

O Conselho de Unidade Universitária é o órgão deliberativo e consultivo da Unidade Universitária.

A Direção de Unidade Universitária, órgão executivo, é exercida pelo Diretor e Vice-Diretor, professores do quadro, eleitos pela comunidade acadêmica da Unidade, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição para um único período subsequente.

O Departamento é a menor fração da estrutura da Unidade Universitária para todos os efeitos da organização administrativa, didático-científica e da distribuição de pessoal.

5.2.1.3.2 Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante

A Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante, também denominada Escola Técnica do Vale do Itajaí e/ou designada pela sigla ETEVI, é uma instituição com autonomia didática, administrativa e disciplinar, vinculada ao Sistema Estadual de Ensino, para ministrar o ensino médio e a educação profissionalizante da FURB, observando-se a legislação vigente.

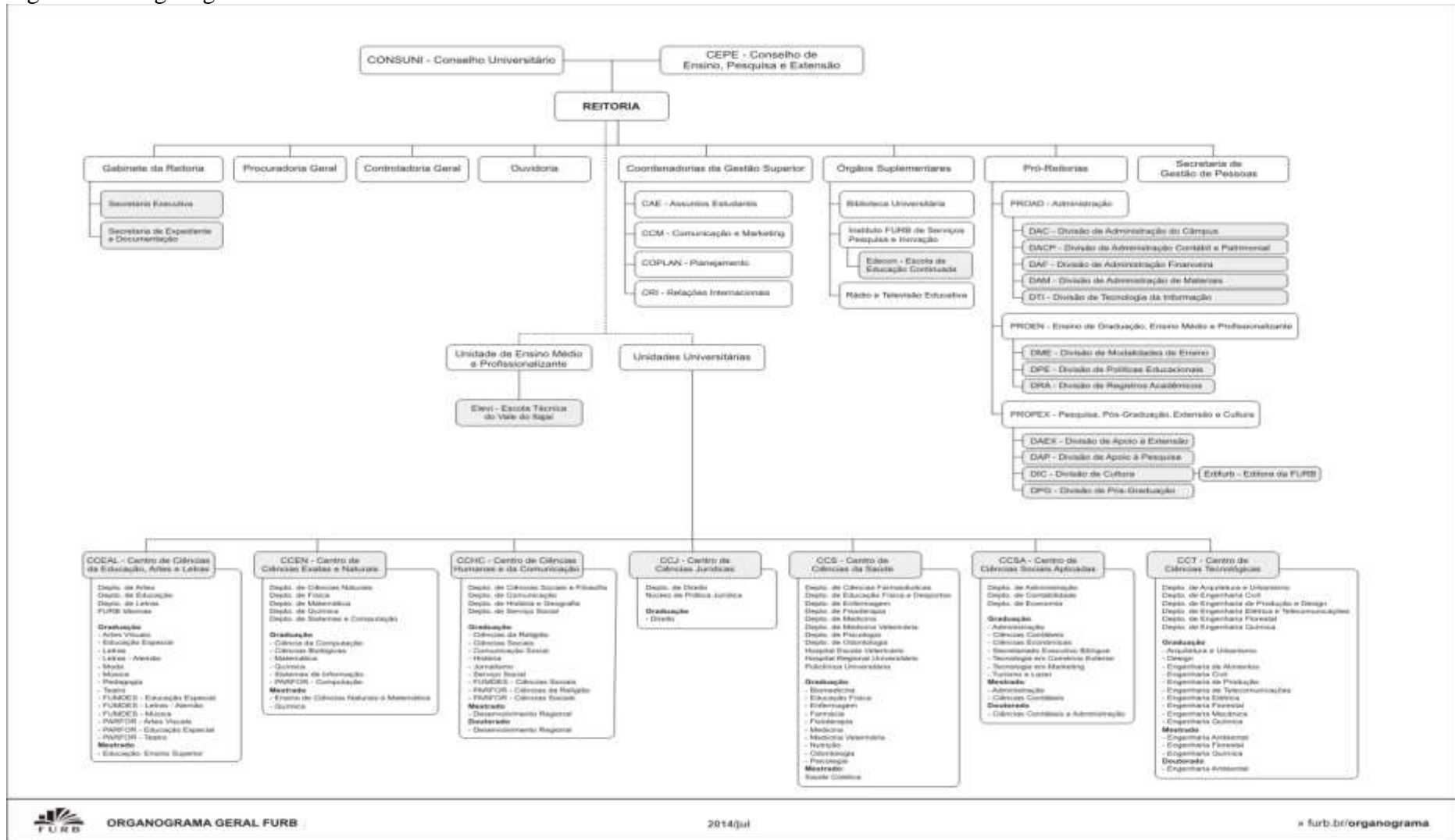
O órgão deliberativo da Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante é o Conselho da Unidade. O órgão executivo da Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante é a Direção da Unidade. A administração, em nível setorial da Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante, se efetivará através de:

- a) Conselho da Unidade;
- b) Direção da Unidade.

O Conselho da Unidade de Ensino Médio e Profissionalizante é o órgão deliberativo e consultivo da Unidade. A Direção, órgão executivo da Unidade, é exercida pelo Diretor e Vice-Diretor, professores do quadro, eleitos pela comunidade acadêmica da Unidade, com mandato de 04 (quatro) anos, permitida a reeleição para um único período subsequente.

5.2.1.4 Organograma Geral da FURB

Figura 23 – Organograma da FURB.



5.2.2 Desenvolvimento para o período de vigência deste PDI

Com base nas necessidades atuais da Universidade e com o intuito de qualificar a execução de seus processos, destaca-se a intenção da FURB em analisar e adequar sua estrutura administrativa.

Quadro 45: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à constituição e organização administrativa e acadêmica.

Objetivo 37 – Analisar a estrutura administrativa da FURB e propor adequações						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/Comentários
				Início	Fim	
138) Analisar a estrutura administrativa da Universidade (Gestão Superior e Setorial) e propor adequações.	1) Realizar estudo sobre a estrutura administrativa da FURB;	Estudo realizado	Reitoria/PROAD	2016	2017	2016: Estudo sendo realizado (PROAD/ Reitoria). 2017: Estudo sendo realizado (PROAD/ Reitoria). 2018: Estudo sendo realizado (PROAD/ Reitoria).
	2) Propor adequações à estrutura institucional a partir das contribuições da comunidade Universitária	Lei Alterada	Reitoria/PROAD	2016	2017	2017 e 2018: Estudo sendo realizado (PROAD/ Reitoria).
139) Definir o papel do FURB Idiomas na internacionalização institucional.	1) Organizar e adequar o trabalho docente e da estrutura física do FURB Idiomas.	Lei alterada	Reitoria	2016	2017	2018: Em estudo.

Fonte: Organizado pela COPERA-PDI

5.2.3 Gestão por Processos

Os processos constituem o elo entre a estratégia estabelecida pela FURB e as pessoas que nela realizam suas atividades. Entende-se por processos o fluxo das atividades que tramitam horizontalmente no organograma institucional, realizadas por seus servidores, em sintonia com a estratégia estabelecida pela comunidade universitária nesse PDI. A dimensão dos relacionamentos estabelecidos no fluxo horizontal agrega valor aos produtos e serviços, melhorando o desempenho de macroprocessos e criando um sincronismo organizacional.

A FURB, em 2001, experimentou a primeira iniciativa de implementar a Gestão por Processos. Com viés de ação estratégica, pensou-se em uma “(...) *estrutura organizacional e de responsabilidades destinada a implementar grupos de estudos para análise e melhoria de processos da FURB.*” Essa iniciativa passou por uma série de ajustes e de aperfeiçoamentos e culminou, em 2008, na implantação na metodologia do Sincronismo Organizacional, cujo foco é o diagnóstico de *gaps* ou rupturas de um processo com objetivo de alinhar pessoas, estratégias e processos. Junto à Coordenadoria de Planejamento foram identificados e proposto o redesenho de cinco processos: Contas a receber, Atendimento ao Estudante, Projetos Especiais, Integração dos Institutos e Ambientes de Aprendizagem.

Cabe destacar que, para a vigência deste PDI, há intensão de institucionalizar o Escritório de Gestão por Processos, setor que será responsável pela criação da política de gestão por processos, pela gestão do portfólio de processos da Universidade, por disseminar a metodologia e capacitar os colaboradores da FURB.

Quadro 46: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à gestão de projetos e gestão de processos.

Objetivo 38 – Consolidar a gestão de processos por meio do Escritório de Processos						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/ Comentários
				Início	Fim	
140) Institucionalizar a Gestão por Processos.	1) Institucionalizar a Unidade de Gestão de Convênios e Projetos;	UGCP institucionalizado	PROAD	2016	2018	
	2) Identificar as atividades/processos críticos e redesenhá-los;	Processos redesenhados	PROAD/ UGCP	2016	2020	2017: Alguns processos críticos foram mapeados e redesenhados.
	3) Estabelecer processos de captação de recursos da iniciativa privada e da iniciativa pública, para investimentos em bolsas de estudos, infraestrutura e projetos institucionais.	Processo desenhado	UGCP	2017	2020	
	4) Implementar metodologia para análise da viabilidade de projetos;	Metodologia institucionalizada	PROAD/ UGCP	2017	2020	A UGCP tem utilizado metodologia de análise da viabilidade de projetos.
	5) Implantar indicadores de desempenho com foco na gestão do conhecimento organizacional;	Indicadores estabelecidos	PROAD/ UGCP	2017	2020	
	6) Atualizar os processos administrativos da Universidade e criar documentação;	Processos atualizados e documentados	PROAD/ UGCP	2017	2020	2016 e 2017: alguns processos foram mapeados e documentados;
	7) Capacitar analistas de sistemas em gestão de projetos e ampliar a utilização de metodologia de gestão por projetos.	Metodologia consolidada	PROAD/ UGCP/ DTI	2017	2020	2017: modelo precisa ser rediscutido com gestão, dadas as limitações operacionais (DTI).
141) Implementar proposta de novo processo de Suprimentos.	1) Implementar o novo processo de Suprimentos (redesenho).	Processo implementado	PROAD/ UGCP/ DAM	2014	2018	DAM: Esta atividade não estava adequada às novas obrigações quanto às exigências do TCE e serão revistas.

142) Estruturar as atividades de elaboração de orçamentos na Divisão de Administração de Materiais (DAM).	1) Centralizar a elaboração de orçamentos para estimativas de preços das licitações	Proposta de estrutura e funcionamento do processo aprovada	PROAD/ UGCP/ DAM	2016	2020	DAM: Atividade deverá ser rediscutida, visto que a elaboração de orçamentos não é centralizada na DAM, pois que é o solicitante o conhecedor das características dos materiais.
143) Normatizar procedimentos relativos aos processos de contratação de bens e serviços.	1) Normatizar procedimentos de compras;	Normas institucionalizadas	PROAD/ UGCP/ DAM	2016	2020	DAM: parte dos procedimentos tem seu manual.
	2) Normatizar procedimentos de licitação;					DAM: Manual de procedimentos do almoxarifado tem seu texto base realizado.
	3) Normatizar procedimentos de almoxarifado;					DAM: existe empresa contratada para realizar os procedimentos de importação.
	4) Normatizar procedimentos de importação;					
144) Normatizar os procedimentos relativos a gestão, acompanhamento e fiscalização dos contratos, atas de registros de preços e documentos equivalentes.	1) Normatizar os procedimentos relativos a gestão, acompanhamento e fiscalização dos contratos, atas de registros de preços e documentos equivalentes;	Manual elaborado	PROAD/ UGCP/ DAM	2016	2020	2017: criação do setor de contratos; 2018: o setor de contratos irá elaborar manuais de procedimentos.
	2) Realizar capacitação aos gestores de contratos.	Número de gestores capacitados	PROAD/ UGCP/ DAM	2016	2020	2017: Discussões iniciais realizadas sobre a necessidade de ser esta parte da formação continuada e não procedimento específico e com final. (DAM)
145) Implantar a gestão da marca FURB.	1) Implantar a gestão da marca FURB	Gestão implantada	PROAD	2017	2020	2018: Em andamento no NIT.

Fonte: Organizado pelo UGCP/ PROAD e COPERA-PDI.

6 INFRAESTRUTURA INSTITUCIONAL

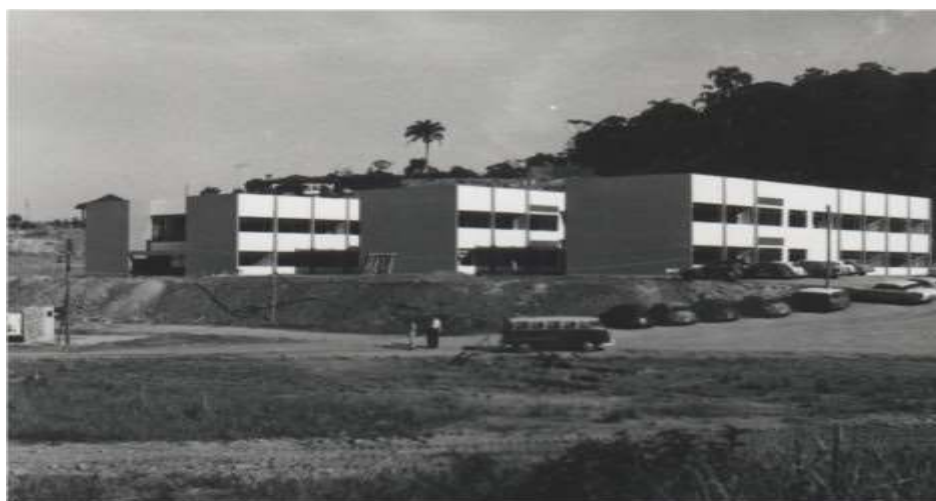
O processo de expansão das atividades da FURB se reproduz na sua infraestrutura física e de TIC, as quais têm se desenvolvido para atender às demandas do ensino, pesquisa, extensão, pós-graduação e cultura. Ampliar, manter e qualificar a infraestrutura institucional tem sido uma preocupação constante para proporcionar condições de excelência ao desenvolvimento das atividades fins e de apoio na Universidade.

Dentre as necessidades da comunidade acadêmica, no que diz respeito à adequação e à qualificação da infraestrutura, merece destaque a questão da acessibilidade. Proporcionar a máxima autonomia de estudantes e servidores é um compromisso da FURB, tornando democrático o acesso aos seus ambientes, ampliando e facilitando os processos de inclusão, tanto na infraestrutura física quanto nos seus ambientes de ensino-aprendizagem e de comunicação e atendimento.

6.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA

O desenvolvimento da infraestrutura física da FURB pode ser dividido em três períodos: estruturação, crescimento e qualificação. No primeiro período, que vai até a construção de seu campus próprio (campus 1), no ano de 1969, a preocupação foi de conseguir os meios necessários para garantir o básico para o funcionamento de seus cursos. A figura 24 mostra foto desse campus, quando de sua inauguração.

Figura 24 – Construção dos Blocos A, B, C do campus 1 em 1969



Fonte: CMU

Nos anos de 1970 a FURB recebeu da empresa Souza Cruz o imóvel de Gaspar, onde implantou as atividades da Escola Técnica de Agropecuária do Vale do Itajaí, atualmente ETEVI. Através de um convênio com o Ministério dos Transportes, a FURB passa a utilizar as instalações de um imóvel da Estrada Ferroviária Santa Catarina para instalação do extinto IPTB e cursos de graduação, atualmente campus 2.

No segundo período, que foi entre 1980 até 2002, a FURB voltou-se para a ampliação de sua infraestrutura, para acompanhar o crescimento no número de cursos e vagas. A Instituição cresceu em área construída, com construção de prédio próprio para biblioteca, construção do complexo esportivo, ambulatório, estruturação de salas de aula e laboratórios de ensino. O campus 2 também foi ampliado e foram adquiridos os imóveis do atual campus 3 e campus 5.

O terceiro período, de qualificação, iniciou-se com a aprovação do projeto de desenvolvimento institucional da infraestrutura pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), no ano de 2002. Com um financiamento de R\$ 14,2 milhões, o projeto objetivou a qualificação da infraestrutura laboratorial, de ensino e de pesquisa. No âmbito desse projeto esteve a ampliação da BU, construção de laboratórios de ensino e pesquisa na área tecnológica, construção e instalação do Núcleo de Atividades Aquáticas.

Atualmente, a FURB possui uma área de aproximadamente 869 mil m², sendo cerca de 96 mil m² de área construída distribuídas em diversos campi, conforme Tabela 25:

Tabela 25 – Áreas de terrenos e áreas construídas por campus da FURB (2016)

Descrição	Área (m²)
Campus I	101.442,67
Campus II	45.657,57
Campus III	8.975,45
Campus V	315.906,34
Campus VI	41.391,64
Antena TV	800,00
Fidélis	104.669,50
Campus Bugio	83.625,00
Campus Timbó	162.400,00
TOTAL	864.868,17

Fonte: Sistema Espaço Físico – 2016 (informações em 31/12) e Projetos Campi - DAC

Os campi da Universidade estão distribuídos no Médio Vale do Itajaí, nas cidades de Blumenau, Gaspar, Indaial e Timbó, conforme detalhado no Quadro 47:

Quadro 47: Unidades da Fundação Universidade Regional de Blumenau

CAMPUS	ENDEREÇO	ATIVIDADE PRINCIPAL
CAMPUS 1 BLUMENAU	CENTRAL Rua Antônio da Veiga, 140 C. Postal 1507 – Bairro Itoupava Seca 89030-903 – Blumenau/SC Fone (47) 3321-0200 / Fax (47) 3322-8818	Gestão Superior, Administração e Órgãos Suplementares, Unidades Universitárias (exceto CCT), laboratórios, cursos de graduação e pós-graduação <i>stricto sensu</i> , ETEVI, RTE, Biblioteca Central, Complexo Desportivo.
	GALPÃO DA ARQUITETURA Rua São Paulo, 1.430. 89030-000 - Bairro Itoupava Seca - Blumenau/SC	Laboratórios de Arquitetura e Urbanismo e salas de aula.
CAMPUS 2 BLUMENAU	Rua São Paulo, 3250 Bairro Itoupava Seca – 89030-800 – Blumenau/SC Fone (47) 3221-6000 / Fax (47) 3221-6001	CCT, laboratórios e cursos de graduação e pós-graduação <i>stricto sensu</i> da área tecnológica, salas de aula, biblioteca setorial e restaurante universitário.
CAMPUS 3 BLUMENAU	Rua São Paulo, 2171 Bairro Itoupava Seca – 89030-000 – Blumenau/SC Fone: (47) 3321-7300	Salas de aula, Laboratórios – cursos de graduação: CCS, Clínica de Odontologia, Instituto FURB, EDECON, cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> e <i>stricto sensu</i>
CAMPUS 5 BLUMENAU	Rua Samuel Morse, 768 Bairro Fortaleza – 89058-010 – Blumenau/SC	Complexo de Saúde: Hospital Regional Universitário (HRU), Policlínica Universitária, Hospital Escola Veterinário (HEV), Biotério Central. Clínica de Fisioterapia, Clínica de Psicologia.
CAMPUS 6 GASPAR	Rodovia Jorge Lacerda, s/nº 89110-000 – Gaspar/SC - Fone (47) 3332-0238	Estação Experimental da Engenharia Florestal (Desativado)
Rádio e Televisão Educativa (Antena)	Rua Muenchen, s/n – lote 165 / Ponta Aguda / Blumenau/SC	Antena TV
Fidelis	Rua Hermann Lange s/nº Blumenau – SC	Estação ecológica
Projeto Bugio	Rua Rio de Janeiro 401 Indaial SC	Centro de Pesquisas Biológicas de Indaial - CEPESBI e Observatório de Primatas do Morro Geisler
Campus Bugio	Rua Marechal Floriano Peixoto, s/nº Indaial SC	Futura implantação da sede do Projeto Bugio
Campus Timbó	Rua Tiroleses, s/n Bairro Tiroleses - 89120-000 - Timbó, SC	Fundação de Piscicultura Integrada do Vale do Itajaí (FUNPIVI)

Fonte: Divisão de Administração Contábil e Patrimonial (DACP)

No que concerne à infraestrutura, a Universidade tem buscado constante qualificação, adaptando suas instalações preventivas contra incêndio às normas atuais do Corpo de Bombeiros, adequando as condições de acessibilidade, tanto interna quanto externamente, e realizando manutenção de suas edificações.

Há também demandas para ampliação da área edificada nos diversos campi, tais como:

- campus 1: novo edifício para o curso de Arquitetura e Urbanismo, implantação do Museu de Ciências Naturais;

- campus 2: novo edifício multiuso para abrigar Restaurante Universitário, Biblioteca, Auditório, Laboratórios de Computação Científica, e salas de aula, viabilizando também a readequação de ambientes existentes para demandas dos cursos instalados naquele campus. Restauração da Casa Salinger.

- campus 5: novas edificações para abrigar salas de aula (bloco didático), laboratórios da Engenharia Florestal; laboratório de Alta Tensão (Eng. Elétrica), depósito e marcenaria da DAC, depósito Biblioteca (acervo baixa circulação e acervo permanente do CMU), ampliação do Hospital Universitário, da Policlínica, do Hospital Escola Veterinário, finalização do Biotério, entre outros..

6.1.1 PDEFI

Compreendendo que o espaço físico influencia diretamente no desenvolvimento de atividades cotidianas, e essas ambiências, construídas ou não, podem favorecer ou reprimir sensações e interações com a comunidade universitária, a FURB, por meio da COPLAN e do Programa de Extensão Construir³⁷, organizou o PDEFI, numa elaboração coletiva com os diversos segmentos da comunidade acadêmica. Nesse sentido, e considerando a relevância de ações de planejamento e não apenas de gestão do espaço, a institucionalização do PDEFI é uma estratégia para orientar a ocupação com qualidade ambiental, sustentabilidade e planejamento macro e em longo prazo. Trata-se de uma mudança de paradigmas: as ações de interferência espacial devem estar pautadas numa política institucional.

A IN nº 001/2011, instituiu o protocolo para solicitação de intervenção no espaço físico da FURB, e em 2012 esta IN foi alterada para introduzir a utilização do sistema de protocolo eletrônico do ERP da FURB, através da IN 003/2012.

6.1.1.1 Macrozoneamento: Política de Espaço Físico Institucional da FURB

³⁷ O PROGRAMA CONSTRUIR integrava atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da arquitetura e de serviços correlatos, desenvolvendo projetos de arquitetura de equipamentos comunitários e, promovendo palestras sobre questões ambientais.

O estudo do macrozoneamento para a infraestrutura física da FURB tem como causa primária a necessidade de atender às demandas de espaço físico observadas nos campi da Universidade. Os princípios e diretrizes desse macrozoneamento baseiam-se em critérios técnicos e contribuições da comunidade acadêmica através de questionários, além da participação em reuniões de apresentação e fóruns.

São princípios para a Política de Espaço Físico Institucional da FURB:

- a) integração das políticas de espaço físico da Universidade com as políticas urbanas municipais;
- b) composição entre os espaços dos campi e seu entorno urbano imediato, fortalecendo a relação entre a comunidade interna e externa;
- c) integração entre edificações e espaços abertos;
- d) humanização das ambiências institucionais, priorizando áreas de convivência;
- e) processo contínuo de planejamento de espaço físico (ambientes construídos e não construídos).

Para nortear as ações relacionadas à questão espacial, foram estabelecidas diretrizes gerais, que serão detalhadas a seguir.

6.1.1.2 Diretrizes gerais de integração da Política de Espaço Físico da Universidade com as políticas urbanas municipais: Distrito Universitário e Mobilidade

No entorno dos campi 1, 2, 3 estão os bairros Itoupava Seca, Vila Nova e Victor Konder. Visando fortalecer e consolidar o caráter universitário em seu entorno, é objetivo da FURB instituir legalmente, no Plano Diretor Municipal, um Distrito Universitário, que permitirá:

- a) estimular as características desejáveis ao crescimento da área;
- b) valorizar os elementos urbanos articuladores e estratégicos entre os campi 1, 2 e 3;
- c) promover a articulação/continuidade das propostas entre os distritos Universitário, Turístico e de Inovação (vinculação às políticas municipais), conforme Figura 25;
- d) conectar, facilitando a mobilidade entre distritos.

Figura 25 – Distritos Universitário, Turístico e de Inovação.



Fonte: Google Earth, 2014. Edição: Equipe Técnica PDEFI.

Considerando a localização dos Campi 1, 2 e 3 da FURB em área urbana, já consolidada e a atratividade de fluxos/deslocamentos que gera, a Universidade tem papel fundamental na proposição de ações que visem à melhoria na mobilidade urbana, que priorizem os transportes alternativos (a pé e cicloviário) e o transporte coletivo, em detrimento do transporte motorizado individual. Dessa forma, são diretrizes sustentáveis para mobilidade na FURB e entorno:

- a) priorizar e qualificar rotas caminháveis, e implantar rotas cicláveis no entorno dos Campi 1, 2 e 3 principalmente visando à integração entre os mesmos e outros elementos estruturadores do espaço urbano existentes (públicos e privados);
- b) recomendar à Prefeitura de Blumenau a integração de uso da bicicleta com o transporte público, integrando os terminais urbanos nas rotas cicláveis e dotando-os de paraciclos seguros;
- c) implantar bicicletários e paraciclos nas vias públicas e nos campi;
- d) solicitar estudo de viabilidade ao SETERB para implantar nova linha de ônibus caracterizada como **Linha Universitária**, que conecte os campi da FURB, inicialmente prevendo a abrangência dos Campi 1, 2 e 3, justificada para atender a comunidade universitária num raio de aproximadamente três quilômetros, num circuito diferenciado das linhas existentes, para o estímulo ao uso do transporte coletivo e redução da “dependência” do transporte motorizado (automóvel);

- e) solicitar estudo de viabilidade ao SETERB para a implantação do sistema de miniterminal pré-pago próximo aos campi e/ou qualificar os pontos de paradas existentes;
- f) apresentar estudos para Prefeitura de Blumenau para implementar medidas de moderação do tráfego motorizado, identificando no entorno dos campi os pontos para aplicação de conceito *traffic calming*³⁸;
- g) solicitar à Prefeitura de Blumenau a revisão da política de exigências de vagas de estacionamento para os imóveis da FURB, buscando viabilizar a regularização das edificações dos campi.

6.1.1.3 Diretrizes gerais para a Política de Espaço Físico da Universidade

6.1.1.3.1 Identidade e concentração das áreas de conhecimento

A legibilidade na Universidade e nos seus campi deve ser facilitada, tanto externa quanto internamente. Para tanto, propõe-se incorporar a identidade de cada campus à sua nomenclatura, facilitando a identificação por seus usuários (acadêmicos e comunidade externa), a partir das atividades predominantes desenvolvidas, e não apenas por sequência numérica romana, conforme figura 26.

Nesse sentido, priorizar a alocação de atividades acadêmicas ou administrativas afins, em espaços próximos, permite maior funcionalidade, ou seja, a integração das atividades de uma mesma natureza, criando núcleos/áreas de conhecimento ou de atividades. Implica, inclusive, priorizar a nucleação espacial dos cursos na distribuição de salas de aula, considerando a facilitação/potencialização de suas dinâmicas específicas.

³⁸ *Traffic calming* Consiste em implementar ações em estradas, ruas ou avenidas, com o intuito de retardar, reduzir e/ou desacelerar o tráfego motorizado, melhorando a segurança para pedestres e ciclistas.

Figura 26 – Identidade/ nomenclatura proposta para os campi

CAMPUS 1	CAMPUS CENTRAL
CAMPUS 2	CAMPUS TECNOLÓGICO
CAMPUS 3	INSTITUTO FURB
CAMPUS 5	CAMPUS SAÚDE
CAMPUS 6	CAMPUS GASPAR
CAMPUS 7	CAMPUS TIMBÓ
FIDÉLIS	ESTAÇÃO ECOLÓGICA FIDÉLIS
INDAIAL	CAMPUS BUGIO

Fonte: organizado pela equipe do PDEFI

6.1.1.3.2 Ambiências construídas e não construídas

Embora cada campus tenha enfoques diferenciados, são diretrizes comuns para constituição de ambiências na FURB:

- a) estruturar e/ou reorganizar todos os campi, buscando uma qualificação ambiental da paisagem (ambientes construídos e não construídos);
- b) atender às normas de acessibilidade, de segurança contra incêndio, de programação visual/sinalização e demais normas pertinentes;
- c) reservar espaços para convívio, tanto nas novas edificações quanto nas reorganizações e revitalizações de espaços existentes;
- d) requalificar e revitalizar os patrimônios históricos construídos, especialmente os blocos iniciais do campus 1 e as edificações históricas do campus 2, independente do tombamento das mesmas, a fim de manter e valorizar esses espaços como identidade dos campi;
- e) priorizar, no projeto de novas ambiências (construídas ou não construídas) ou na revitalização de ambiências existentes, a utilização de uma linguagem contemporânea, funcional e de qualidade estética, adaptada ao contexto em que se insere;
- f) adotar conceitos de arquitetura bioclimática nos projetos de novas edificações, buscando soluções tecnológico-sustentáveis (tanto construtivas, como de funcionamento), associadas às atividades de ensino-pesquisa-extensão universitárias;
- g) priorizar a utilização de pisos drenantes e/ou pisograma nas áreas a pavimentar, ampliando as áreas permeáveis e melhorando as condições de drenagem pluvial.

- h) afirmar a unidade projetual de conjunto/paisagem, porém com a garantia da identidade de cada intervenção;
- i) projetar novas edificações, pensando não apenas nas necessidades atuais, mas vislumbrando usos e demandas futuras, bem como a possibilidade de ambientes com maior flexibilidade e compartilhamento de usos e funções;
- j) readequar as edificações já consolidadas, de uma forma gradual, para adaptarem-se às novas medidas de qualificação ambiental.

A elaboração de uma Política de Ambientes de Aprendizagem é fundamental para pesquisa e planejamento futuros (inclusive prevendo adaptações tecnológicas), além de estabelecer características mínimas às atividades de ensino, propor modulações de atendimento às diferentes capacidades e uma unidade no tratamento visual aos ambientes (o que não significa igualdade).

Espaços livres e de socialização devem ser entendidos como os ambientes externos não edificados da Instituição. A apropriação adequada destes espaços perpassa por:

- a) implantar/transformar os espaços externos dos campi de forma gradual em parques urbanos e revitalizar os espaços de socialização já existentes com objetivo de propiciar em espaço articulador e de interação – interface de comunicação com a comunidade externa;
- b) criar/qualificar/humanizar os espaços livres voltados para o convívio;
- c) valorizar e incentivar atividades acadêmicas em espaços livres de forma a adotar espaços com qualidade e infraestruturas adequadas e específicas;
- d) integrar os espaços de socialização dos campi com os do entorno;
- e) apoiar, em consonância com políticas municipais, a implantação dos parques lineares ao longo do Ribeirão da Velha (Vila Germânica até Prefeitura) e rio Itajaí-Açu (da Ponte do Tamarindo até a Ponte Santa Catarina), entendidos como: a) um espaço de convívio e lazer e b) alternativa segura e agradável à mobilidade urbana – características que representam melhoria na qualidade de vida.

Cabe destacar a Resolução nº 66/2005, de 25 de novembro de 2005, a qual fixa normas para a denominação de espaços públicos da FURB. Alguns espaços, como auditórios, alamedas e laboratórios possuem denominação em homenagem à servidores e personalidades que passaram pela Universidade e deixaram a sua marca.

6.1.1.3.3 Diversificação de ofertas de serviços

Distribuir serviços pelos campi, gerando pontos de encontro e trocas, que agreguem facilidade às áreas de convívio dos campi, pressupõe:

- a) propiciar a oferta de serviços de conveniência e comércio no âmbito do campus, conforme prioridades específicas a cada campus;
- b) diversificar as opções de alimentação nos campi: variações de faixas de preço e tipos de comida;
- c) propor a alocação estratégica dos pontos de alimentação, considerando os fluxos e permanência da comunidade acadêmica, propiciando centralidades/ pontos de vitalidade em edifícios e espaços livres;
- d) realizar enquetes para entender as necessidades de serviços e comércio prioritários para a comunidade acadêmica.
- e) incentivar a diversificação de oferta de comércio e serviços nas ruas do entorno dos campi, no intuito de disponibilizar a comunidade acadêmica e aos acadêmicos residentes na região opções diversas e adequadas ao contexto urbano;
- f) apoiar e auxiliar a reconstituição da Associação dos Comerciantes da Rua Antônio da Veiga, e de formação de outras associações das demais ruas do entorno dos campi;
- g) envidar esforços junto à municipalidade para a implantação do Distrito de Inovação no entorno dos Campi 2 e 3.

6.1.1.4 Diretrizes gerais para a gestão da Política de Espaço Físico da Universidade: elaboração, implantação e gestão do PDEFI

Entendida a necessidade de uma Política de Espaço Físico para a FURB, a principal diretriz deverá ser o desenvolvimento do Plano Diretor do Espaço Físico (PDEFI) da FURB, sendo, para tanto, necessário:

- a) disponibilizar técnicos de arquitetura e engenharia, capacitados e instrumentalizados para as atribuições de planejamento, elaboração, gestão, implementação e acompanhamento do PDEFI, diretamente vinculados a COPLAN, articulada com a equipe da Divisão de Administração do Campus (DAC);

- b) disponibilizar técnicos de arquitetura e engenharia, capacitados e instrumentalizados para as atribuições de projetos e manutenções/conservações das edificações e instalações, diretamente vinculados à DAC, e articulados à COPLAN;
- c) qualificar permanentemente a equipe destinada ao planejamento/qualificação dos espaços físicos institucionais;
- d) viabilizar a gestão participativa do PDEFI, visando à continuidade das ações iniciadas a partir da revisão do PDI;
- e) constituir grupos de trabalho, junto aos setores da FURB, para desempenhar atividades específicas relacionadas ao PDEFI, tais como assessorias em legislação, melhorias de infraestrutura, entre outros.

A partir do desenvolvimento do PDEFI, é necessário promover ações estratégicas para a sua implementação, como:

- a) institucionalizar e fortalecer os Conselho de Usuários visando à implementação, à gestão e ao monitoramento das ações estabelecidas no PDEFI;
- b) promover sistemática de avaliação e monitoramento do PDEFI;
- c) elaborar estudos urbanísticos, arquitetônicos e financeiros, complementares à aplicação dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade e no Plano Diretor (operações urbanas consorciadas, direito de preempção), para viabilizar a implementação e execução das diretrizes definidas no PDEFI;
- d) contratar levantamento planialtimétrico georreferenciado de todos os campi da FURB, incluindo as edificações e redes de infraestrutura, e implantação das informações em sistema de geoprocessamento;
- e) implantar política de consulta prévia de espaço físico para qualquer projeto de pesquisa e/ou extensão vinculado à Instituição que necessite de novo espaço físico ou adaptação do existente (inclusive pela chegada de equipamentos, alteração de rede de infraestrutura, entre outros);
- f) adotar a política de desenvolvimento de estudos de viabilidade, de impacto ambiental ou de vizinhança para análise de demandas de novas intervenções/edificações, como subsídio à tomada de decisão;
- g) realizar cursos de capacitação para qualificação das equipes de campo responsáveis pela manutenção/conservação dos espaços institucionais (cursos de temáticas diversas: assentamento de pavimentação, confecção de pisos drenantes, noções de hidráulica e elétrica, paisagismo, etc.);

- h) promover concursos/maratonas de projetos (forma de atender as demandas e prestigiar os acadêmicos em formação);
- i) aperfeiçoar o processo de acompanhamento dos protocolos eletrônicos no atendimento a necessidades espaciais dos campi;
- j) definir critérios de priorização de atendimento das solicitações de intervenções espaciais;

6.1.2 Desenvolvimento da infraestrutura física

O diagnóstico e estudo das necessidades ambientais revelam as prioridades de intervenção em cada campus e suas diretrizes gerais estão apresentadas no Quadro 48:

Quadro 48: Prioridades e Diretrizes para Macrozoneamento por campus

Campus	Prioridade de Intervenção	Diretrizes para Macrozoneamento
Central (1)	Qualificação, Reorganização e Ampliação Espacial	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir os estacionamentos para veículos entre edifícios, limitando também a circulação dentro do perímetro do campus, de forma a valorizar o convívio e evitar conflitos com pedestres; • Reorganizar os estacionamentos, priorizando estacionamento vertical e com definição de taxa pelo uso; • Incentivar o uso de transporte público e/ou alternativo, através da disponibilização de infraestrutura de apoio (terminais de pré-embarque, bicicletários, rota de ônibus universitária, entre outros); • Propor novas conexões e reestruturação das ruas existentes no entorno do campus, e priorizando o acesso aos pedestres, ciclistas e usuários de transporte coletivo, em articulação com políticas municipais; • Definir parcelas urbanas (terrenos) a serem adquiridos para expansão e estruturação do campus; • Identificar viabilidade de novas edificações, potenciais construtivos e propor usos e atividades para as mesmas, considerando demandas atuais e futuras; • Integrar espaços internos e externos; • Redefinir eixos de circulação, centralidades e marcos visuais; • Criar novos espaços de convívio e requalificar os existentes; • Criar novas conexões entre a parte alta (Blocos R, S, T) e a parte baixa do campus 1; • Definir novos espaços multiuso (auditórios) e qualificar os existentes, considerando como premissa a flexibilidade dos espaços (tanto em capacidade como arranjos); • Revitalizar as edificações existentes, por manutenção ou adequação, seja de ordem estética ou de atendimento às normas de acessibilidade e de segurança contra incêndios, entre outras; • Revitalizar e valorizar os monumentos institucionais; • Criar Museu de Ciências Naturais no Bloco T, campus 1.
Tecnológico (2)	Ampliação e Qualificação Espacial	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzir os estacionamentos para veículos entre edifícios, limitando também a circulação no perímetro do campus, de forma a valorizar o convívio e evitar conflitos com pedestres;

		<ul style="list-style-type: none"> • Reorganizar os estacionamentos, priorizando estacionamento vertical e com definição de taxa de uso; • Incentivar o uso de transporte público e/ou alternativo, através da disponibilização de infraestrutura de apoio (terminal de pré-embarque, bicicletários, rota de ônibus universitária, integração com rede cicloviária proposta pelo município); • Criar novas conexões e estruturar as ruas existentes no entorno do campus, priorizando o acesso aos pedestres, ciclistas e usuários de transporte coletivo, em articulação com políticas municipais; • Conectar o campus com o entorno através de parque urbano na Área de Preservação Permanente; • Definir parcelas urbanas (terrenos) a serem adquiridos para expansão do campus, priorizando o terreno entre a Casa Salinger e a Casa Zadrozny, permitindo a integração do conjunto (Casa Strauss); • Identificar viabilidade de novas edificações, potenciais construtivos e propor usos e atividades para as mesmas considerando demandas atuais e futuras, priorizando a inserção do RU, da biblioteca e do auditório com maior capacidade; • Integrar espaços internos e externos; • Reorganizar a ocupação dos blocos a partir das transferências de atividades para novas edificações; • Criar novos espaços de convívio e requalificar os existentes; • Definir novos pontos de lanchonetes/café, ampliando a oferta no campus; • Revitalizar o auditório existente (espaço multiuso); • Valorizar as edificações históricas da Estrada de Ferro Santa Catarina; • Restaurar a edificação principal e o galpão aos fundos do conjunto Salinger e construção de teatro, configurando como Espaço Cultural Casa Salinger; • Adequar todas as edificações às normas de acessibilidade e de segurança contra incêndios.
Instituto FURB (3)	Readequação de Usos e Qualificação Espacial	<ul style="list-style-type: none"> • Potencializar o campus como conexão com a comunidade e ampliar os serviços oferecidos pela FURB à comunidade; • Melhorar/ requalificar o acesso de pedestre e veículos pelos usuários estudantes, servidores e comunidade ao campus; • Priorizar a sinalização externa e interna do campus; • Integrar a área de lanchonete do pavimento térreo com o pátio externo, gerando um novo espaço de convivência; • Promover o paisagismo do pátio, dotando-o de equipamentos e mobiliários adequados ao convívio; • Reorganizar as ambiências internas, na medida da transferência de atividades para o campus 5; • Adequar todas as edificações às normas de acessibilidade e de segurança contra incêndios; • Implantar espaço multiuso.
Saúde (5)	Estruturação e Ampliação Espacial	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidar o campus como referência regional em saúde; • Edificar as instalações laboratoriais, de ensino, pesquisa, sala de professores, para transferência dos cursos da área da saúde (CCS) para esse campus; • Edificar ala administrativa setorial e de serviços e conveniências acadêmicas (biblioteca, praça de atendimento, área de alimentação); • Ampliar o HRU; • Prever a aquisição das parcelas urbanas em frente ao terreno atual do campus 5, com testada para rua Samuel Morse, para abrigar o Centro de Eventos do Vale do Itajaí; • Implantar um parque urbano ao longo do ribeirão, do acesso 1 ao acesso 2 do campus, aberto à comunidade local e regional e à

		<p>comunidade acadêmica, integrando a área de eventos e o campus, conectadas através de nova via paralela ao ribeirão;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prever nova via que margeie o parque, entre os acessos, como forma de garantir acesso público e facilitar áreas de embarque e desembarque na estrutura de eventos; • Prever novas instalações laboratoriais e de ensino do curso de Engenharia Florestal próximo ao HEV; • Prever expansão das instalações do curso de Medicina Veterinária, para atendimento de grandes animais, e implementação de laboratórios; • Prever a expansão do Biotério Central. • Definir local para edificação de prédio para marcenaria, serralheria, área administrativa e depósito da DAC e acervo de baixa circulação (depósito) da BU; • Considerar as restrições definidas a partir da passagem da linha de alta tensão proposta pela Centrais Elétricas de Santa Catarina (CELESC) para a lateral do acesso 2 ao campus; • Todas as intervenções edificadas ou não devem gerar o mínimo de impacto possível, além de oportunamente tirar partido estético do cenário; • Articular junto ao município uma maior oferta de horários de transporte coletivo à região, na medida em que ocorra a consolidação do cenário planejado; • Incorporar o campus 5 na Linha Universitária proposta para o Distrito Universitário, nos horários de entrada e saída de turnos de ensino.
Gaspar (6)	Readequação de Usos e Qualificação Espacial	<ul style="list-style-type: none"> • Reestruturar o campus para oferta de cursos.
Timbó (7)	Reorganização Espacial	<ul style="list-style-type: none"> • Reestruturar e reformar as atuais estruturas utilizadas pela FUNPIVI para adequação às atividades de ensino, pesquisa, extensão, Fazenda-Escola, atendendo aos cursos de Medicina Veterinária, Ciências Biológicas, Engenharia Florestal, Turismo e Lazer e o curso de Engenharia Agrônômica, a ser implantado.
Bugio	Novas Edificações	<ul style="list-style-type: none"> • Área de pesquisa e ensino voltada aos primatas pertencentes ao gênero <i>Alouatta</i> e animais silvestres, atendendo os cursos de Ciências Biológicas e Medicina Veterinária.
Estação Ecológica Fidélis	Preservação	<ul style="list-style-type: none"> • Área destinada à pesquisa, atendendo os cursos de Ciências Biológicas e Engenharia Florestal.

Fonte: Organizado pela equipe do PDEFI

Quadro 49: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à Infraestrutura física

Objetivo 39 - Institucionalizar o PDEFI e consolidar as ações relacionadas						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/ Comentários
				Início	Fim	
146) Executar as ações previstas no PDEFI (PDI)	1) Estruturar equipe técnica para as atribuições de planejamento, elaboração, gestão, implementação e acompanhamento do PDEFI, diretamente vinculada à COPLAN, e articulada com a equipe de execução da DAC;	Equipe estruturada	COPLAN/PROAD	2016	2018	2016: Não realizado. 2017: Não realizado. 2018: 2019: 2020:
	2) Efetivar os Conselhos de Usuários dos campi 1, 3 e 5.	Atas das reuniões dos Conselhos de Usuários	Reitoria/ Conselhos de Usuários dos campi	2016	2017	- Necessidade de rever as Portarias para atualizar a composição dos conselhos; - Necessidade de definir as atribuições dos conselhos;
	3) Desenvolver projeto de implantação de sistema cadastral de Informações Georreferenciadas para gestão do espaço físico.	Protótipo implantado	COPLAN/ DAC/ DTI	2017	2019	2017: DTI: aguardando especificação operacional sobre processos e alterações que precisam ser realizados nas soluções atuais.
	4) Implantar política de consulta prévia de espaço físico para qualquer projeto de pesquisa e/ou extensão vinculado à Instituição que necessite de novo espaço físico ou adaptação do existente.	Instrução Normativa	COPLAN/ PROPEX	2016	2020	Existe Instrução Normativa.
147) Regularizar as matrículas dos imóveis dos diversos campi da FURB.	1) Atualizar as matrículas dos imóveis da FURB;	Matrículas de imóveis regularizadas	COPLAN/ PROAD/ PROGEF	2016	2017	A PROGEF, quando necessário, realiza contato com a PROGEM, tendo em vista que a competência para desapropriação é do Município.

	2) Transferir as matrículas e imóveis que estão em nome da Prefeitura de Blumenau para a FURB;		Reitoria/ COPLAN/ PROGEF	2016	2017	<p>2015: Solicitada a transferência dos imóveis que estão em nome da Prefeitura Municipal de Blumenau para a FURB, por meio do Ofício nº 84/2015/Reitoria.</p> <p>2017: Transferência dos imóveis em andamento.</p> <p>2018: Nova solicitação foi protocolada junto à PROGEM através do Ofício nº 27/2018/ Reitoria.</p>
	3) Regularizar posse do terreno do campus 2, da extinta RFFSA, junto à SPU	Transferência ou cessão de uso	COPLAN/Reitoria/ PROGEF	2016	2017	<p>2017: Regularização em andamento.</p> <p>2018: Foram realizadas tratativas com o Sr. Túllio (Chefe da Divisão de Incorporação da SPU). Retomada dos processos: 04972.016814/2012-71; 04905.005487/2007-69.</p>
	4) Contratar levantamento topográfico georreferenciado de imóveis e edificações;	Levantamento topográfico realizado	COPLAN/ PROAD	2016	2018	<p>2017: Termo de Referência elaborado pela DAC e COPLAN;</p> <p>2018:</p>
	5) Contratar serviço de retificação e unificação de áreas dos terrenos/ imóveis da FURB.	Serviço contratado	COPLAN/ PROAD	2017	2018	Depende do levantamento topográfico.
148) Obter alvarás de bombeiros e licenças	1) Adequar os campi às exigências legais.	Adequações realizadas	DAC	2016	2020	<p>2017:</p> <p>2018:</p> <p>2019:</p> <p>2020:</p>
Objetivo 40- Consolidar ações de manutenção preventiva e de conservação das instalações físicas						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/ Comentários
				Início	Fim	
149) Institucionalizar plano de manutenção preventiva e conservação das instalações físicas	1) Estabelecer um plano de manutenção e conservação das instalações físicas;	Plano aprovado	PROAD/DAC	2017	2018	<p>2017: Algumas instalações, como os ambientes de ensino, passam por manutenção preventiva. Sem institucionalização de um plano.</p> <p>2018:</p>
	2) Realizar a cada três meses levantamentos sobre a conservação e as necessidades de	Check list realizado	PROAD/DAC	2016	2020	<p>2017:</p> <p>2018:</p> <p>2019:</p>

	manutenção das instalações existentes.					2020:
150) Definir um processo sistemático de manutenção dos ambientes de aprendizagem (espaço físico)	1) Atualizar, em termos de tecnologia, os projetores multimídia;	Ambientes qualificados	PROEN	2017	2020	2017: Sendo realizado conforme disponibilidade orçamentaria e demandas;
	2) Requalificar a infraestrutura atual das salas de aula (quadros, cortinas, projetores, caixas de som, iluminação, carteiras e cadeiras, piso, tela, acessibilidade);		PROEN/PROAD	2017	2020	2017: Em andamento. 2018: 2019:
	3) Revitalizar/ adequar os ambientes de aprendizagem às necessidades de cada curso;		PROEN/PROAD	2017	2020	2020: 2017: Em andamento. 2018: 2019: 2020:
151) Implementar medidas de melhoria da rede elétrica.	1) Aprimorar a iluminação de emergência.	Sistema de iluminação de emergência instalada	PROAD/ DAC	2016	2017	Todas as instalações de emergência (campus 1, 2, 3 e 5) foram revisadas. Trata-se de uma ação permanente .
	2) Readequar as instalações elétricas do campus 1 (Blocos A-G e biblioteca);	Redução no consumo de energia.	PROAD/ DAC	2016	2020	Foram resolvidos problemas pontuais. As instalações elétricas dos blocos A-G, ainda não foram revisadas e melhoradas. 2019: 2020:
	3) Implementar o programa "Eficiência Energética";	Projeto implementado	PROAD/ DAC	2016	2017	2016: O projeto foi implementado em sua totalidade nos espaços acadêmicos, onde houve troca de tecnologia (lâmpadas) em todas as salas de aulas.
	4) Implantar programa de conscientização de economia de energia elétrica;	Programa em execução	PROAD/ DAC/ CMA	2016	2018	2016 e 2017: Foram realizadas ações de conscientização de economia de energia elétrica (vinculadas ao programa "Eficiência Energética").
Objetivo 41 - Executar as demandas de manutenção e conservação das instalações físicas da Universidade						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/ Comentários
				Início	Fim	
152) Implementar melhorias na infraestrutura institucional.	1) Executar ações propostas no projeto de revitalização/pintura e iluminação das fachadas dos campi	Ações executadas	COPLAN/ DAC	2016	2020	2016 e 2017: Alguns blocos já foram revitalizados, pintados. Também foram inseridas "letras" de identificação externa aos blocos (A-G).

						2018: Alguns blocos continuam sendo revitalizados, pintados. 2019: 2020:
	2) Ligar a rede de esgoto da FURB à rede pública.	Melhorias implementadas	PROAD/ DAC	2016	2020	2016 e 2017: Não realizado. 2018: Ação iniciada. 2019: 2020:
	3) Implantar os projetos de mobilidade urbana dos campi (acessibilidade, acesso ao campus 3).	Número de Projetos de mobilidade executados	PROAD/ DAC	2016	2018	2016 e 2017: Não realizado.
		Acesso ao campus 3 implantado	PROAD/ DAC	2017	2018	
	4) Instalar sistema de vigilância eletrônica (CFTV);	Sistema instalado	PROAD/ DAC	2016	2018	2016 e 2017: Não realizado.
153) Implementar melhorias na pavimentação.	1) Recondicionar os pavimentos dos diversos estacionamentos dos campi	Pavimentação recuperada	PROAD/ DAC	2016	2018	Foram realizadas ações pontuais de melhoria na pavimentação.
	2) Melhorar pavimentação campus 5: pavimentar acesso secundário, passeios e ciclofaixa.	Via pavimentada	PROAD/ DAC	2016	2018	Não iniciado.
154) Qualificar espaços acadêmico-administrativos nos diversos campi (reformas e obras diversas) e novos espaços.	1) Programar as diversas atividades de recuperação das instalações existentes, consoante cronograma da DAC;	Cronograma apresentado pela DAC	DAC	2016	2020	Ok. Ordens de Serviço.
	2) Concluir o Data Center, campus 1;	Data Center concluído	PROAD/DAC	2016	2018	2017 e 2018: em andamento.
	3) Implantar Museu de Ciências Naturais, Bloco T;	Implantação concluída	PROAD/ CCEN/DCN	2017	2020	2017 e 2018: Projeto arquitetônico definido na proposta de implantação. Aguardando desocupação do espaço. 2019: 2020:

	4) Transferir cantina no Bloco T para novo espaço;	Implantação concluída	PROAD/COPLAN/DAC	2017	2020	2017: Permissionário notificado para desocupar o espaço, cujo prazo é até fevereiro de 2018. 2018:
	5) Revitalizar e criar novos espaços de convivência;	Elaborar projetos e implantação dos mesmos	COPLAN/DAC	2016	2020	2017 e 2018: implantado novo espaço de convívio na <i>Alameda Lúcia Sevegnani</i> ; - Definido projeto espaço de convívio no campus 5 (orçamentos para aquisição – out./2017). 2019: 2020:
	6) Implantar processo de revitalização de ambientes institucionais (auditórios, salas de aula, laboratórios, etc.).	Reformas concluídas	PROAD/DAC	2016	2020	2017 e 2018: Troca de mobiliário em auditórios; Projeto auditório Bloco J 2019: 2020:
	7) Ampliar o Ginásio Escola;	Ginásio ampliado	PROAD/CCS	2017	2020	2017 e 2018: Projeto em elaboração pela DAC; 2019:
	8) Ampliar o espaço físico e instalações do setor de EaD para atendimento das necessidades dos cursos EaD;	Espaço reorganizado	COPLAN/DAC/DME	2017	2020	2017 e 2018: ok.
	9) Instalar totens para carregar baterias de telefones celulares (preferencialmente a partir de captação solar).	Totens instalados	COPLAN/DAC	2017	2020	Não iniciado.
	10) Ampliar a oferta de espaços de aprendizagem diferenciados (a exemplo da sala de cinema e do LIFE).	Espaços definidos	COPLAN/DAC	2017	2020	A Resolução nº 144/2017 aprovou a criação do Espaço de Formação e Experimentação em Tecnologias (EFEx), em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de SC (SED) e Centro de Inovação da Educação Brasileira (CIEB). O mesmo foi implantado nas salas C-201 e C-202 do campus 1 da FURB.
	11) Definir espaço para empresas juniores;	Espaços definidos	COPLAN/DAC	2017	2020	Não iniciado.

155) Restaurar Casa Salinger e Galpão.	1) Executar ação emergencial na Casa Salinger para assegurar as condições de restauro;	Ação emergencial executada	Reitoria/ COPLAN/ DAC	2016	2017	2017: Contrato nº 245/2017 para elaboração de projeto arquitetônico de saneamento e escoramento da estrutura.
	2) Contratar o projeto executivo e os projetos complementares	Projetos elaborados	Reitoria	2017	2017	
	3) Captar recursos federais, estaduais ou de parcerias para execução da obra.	Recursos captados	Reitoria/ COPLAN/ Instituto FURB (captação de recursos)	2016	2020	Ação não realizada .
	4) Restaurar a casa Salinger e o galpão anexo, conforme projeto aprovado no Conselho do Patrimônio Histórico.	Casa e galpão restaurados	Reitoria/ COPLAN	2016	2020	2017: Contrato nº 245/2017 para elaboração de projeto arquitetônico de saneamento e escoramento da estrutura.
156) Investir na infraestrutura do ensino médio.	1) Melhorar a estrutura e o espaço físico da ETEVI;	Reformas concluídas	ETEVI/ PROAD/ APP	2016	2017	
	2) Discutir com a comunidade acadêmica nova localização para a ETEVI.	Definição do local e elaboração dos projetos	COPLAN/DAC/ETEV I	2016	2017	

Objetivo 42 - Ampliar a estrutura física para qualificar as instalações dos cursos do CCT

Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/ Comentários
				Início	Fim	
157) Construir o prédio do curso de Arquitetura e Urbanismo no campus 1 e Design.	1) Contratar projetos complementares para o projeto de prédio do curso de Arquitetura e Urbanismo e Design.	Projetos elaborados	DAC	2016	2017	2017: Projetos contratados Contrato nº 281/2017.
	2) Construir o novo prédio anexo ao bloco N do campus 1.	Edificação concluída	DAC	2017	2020	2017: Ação não realizada. 2018:
158) Construir o edifício multiuso no campus 2 (RU, biblioteca, LCC, auditório e salas de aula).	1) Contratar projetos (executivo e complementares)	Projetos elaborados	COPLAN/ DAC	2018	2020	2018: Ação não iniciada.
	2) Construir o novo prédio no campus 2	Edificação concluída	DAC	2018	2020	2018: Ação não iniciada.

Objetivo 43 - Consolidar ações de melhoria na segurança e saúde da comunidade universitária

Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/ Comentários
				Início	Fim	
159) Qualificar a sinalização da Universidade, tanto para	1) Desenvolver a proposta de Identidade Visual da FURB;	Manual de Identidade Visual aprovado	CCM	2017	2018	Manual disponível no website.
	2) Desenvolver o projeto de sinalização da Universidade;	Projeto de sinalização implantando	CCM	2017	2018	Elaborado projeto de sinalização visual do campus 3. (DAC – out/2017).

deslocamento interno e externo.	3) Implantar sinalização visual e tátil em todos os campi.	Sinalização implantada	COPLAN/ DAC	2018	2020	
160) Institucionalizar a Política de Segurança.	1) Estabelecer e aprovar a política de segurança, especialmente normatização para segurança de laboratórios e instalações especiais da FURB;	Política aprovada no CONSUNI	SESMT	2017	2018	2018: Em discussão (SGA/ SESMT).
	2) Realizar Laudo Ambiental sobre as questões de acústica, iluminação, ventilação, etc. nas salas de aulas;	Laudo realizado	SESMT	2016	2020	2018: Em andamento (SESMT).
	3) Implantar projeto de segurança (vigilância eletrônica) substituindo 50% dos postos de vigilância (atualmente terceirizada).	Projeto implantado	DAC	2017	2018	2018: Ação não realizada.
	4) Estabelecer normativa relacionada à Biossegurança.	Normativa aprovada	CCT/ CCS/ CCEN/ SESMT/SGA	2018	2019	
161) Adequar os espaços físicos às atividades acadêmico-administrativas para atender recomendações do MEC (avaliação)	1) Realizar diagnóstico sobre o atendimento dos espaços físicos para atividades acadêmico-administrativas conforme os indicadores de excelência na avaliação de cursos e avaliação institucional / MEC;	Diagnóstico realizado	COPLAN/CPA/ PROAD/DAC	2016	2020	2016/ 2017: Em estudo.
	2) Adequar os espaços físicos às atividades acadêmico-administrativas para gestores setoriais, docentes e estudantes;	Espaços adequados	COPLAN/CPA/ PROAD/DAC	2016	2020	2016/ 2017: Em estudo.
	3) Adequar os espaços físicos às atividades acadêmico-administrativas: prover espaço disponível para reuniões (para colegiados e departamentos).	Espaços adequados	COPLAN/CPA/ PROAD/DAC	2016	2020	2016/ 2017: Em estudo.

162) Implantar um programa institucional de acessibilidade.	1) Definir diretrizes para o programa considerando todas as dimensões da acessibilidade, inclusive o espaço físico.	Política institucionalizada	COPLAN/ DAC/ PROEN	2016	2017	2018: Em andamento.
	2) Adequar as instalações, considerando as normas de acessibilidade	Instalações adequadas	COPLAN/ PROAD/ DAC	2016	2020	2018: Em andamento.
	3) Aplicar sinalização tátil (Braille e alto relevo) e de contraste (baixa visão) nas placas indicativas dos diversos espaços (salas de aulas, laboratórios, espaços administrativos, banheiros)	Braille inserido na sinalização de espaços	COPLAN/ PROAD/ DAC	2016	2020	Não iniciado.
	4) Implantar piso podotátil em todos os campi, mediante estudo, adequando condições de acessibilidade;	Piso podotátil instalado em todos os campi	COPLAN/ PROAD/ DAC	2016	2020	2018: Em andamento.
	5) optar pela instalação de equipamentos e mobiliário que atendam os conceitos do Desenho Universal.	Equipamentos e mobiliários adequados, inclusive tecnologia assistiva.	COPLAN/ PROAD/ DAC	2016	2020	2018: Em andamento.
	6) adequar a funcionalidade das instalações sanitárias aos usuários, inclusive àqueles com deficiência (altura da pia, largura e sentido de abertura de portas, etc.).	Instalações sanitárias adequadas	COPLAN/ PROAD/ DAC	2016	2020	2018: Em andamento.
Objetivo 44 - Consolidar ações de Manutenção Preventiva e de conservação de Equipamentos						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/ Comentários
				Início	Fim	
163) Institucionalizar o plano de manutenção	1) Elaborar e aprovar plano de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos	Instrução Normativa	PROAD/ DAC	2016	2018	2016 e 2017: Para os condicionadores de ar, a manutenção vem sendo realizada, sistematicamente, de forma preventiva.

preventiva e corretiva de Equipamentos da FURB.						2018:		
164) Institucionalizar plano de expansão e/ou atualização de equipamentos dos laboratórios e demais setores de apoio ao ensino, pesquisa e extensão.	1) Elaborar e aprovar plano de expansão e/ou atualização de equipamentos dos laboratórios e demais setores de apoio ao ensino, pesquisa e extensão	Plano aprovado no CONSUNI	PROEN/ PROPEX/ PROAD	2016	2020	Não iniciado.		
Objetivo 45 – Adquirir equipamentos de apoio às atividades de manutenção, conservação e serviços auxiliares.								
165) Adquirir equipamentos de apoio às atividades de manutenção, conservação e serviços auxiliares.	1) Planejamento da aquisição dos equipamentos e aquisição desses, conforme disponibilidade orçamentária.	Plano aprovado pela PROAD	PROAD/ DAC/ DAM	2016	2020	Em andamento.		
Objetivo 46 – Estruturar e ampliar o espaço físico do campus 5 para atender as atividades acadêmicas e administrativas dos cursos e outras demandas da área da saúde								
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/ Comentários		
				Início	Fim			
166) Finalizar o Biotério Central no campus 5.	1) Finalizar o Biotério Central no campus 5.	Estrutura concluída	DAC/ CCEN/ DCN	2016	2020	2016/ 2017: Não realizado.		
						2018:		
						2019		
						2020:		
167) Definir zoneamento e implantação das edificações	1) Contratação de projeto.	Projeto elaborado	Reitoria	2017	2018	2017: Não realizado.		
						2018:		
168) Edificar as instalações de ensino, pesquisa e espaços para os servidores, para transferência dos cursos da área da saúde (CCS) para campus 5.	1) Contratar os projetos (executivo e complementares) para bloco didático e laboratorial do CCS;	Edificações concluídas	CCS/ COPLAN/ DAC	2016	2020	2016/ 2017: Não realizado.		
	2) Captar recursos para viabilizar as edificações.					2016	2020	2016/ 2017: Não realizado.
	3) Expansão da Policlínica para abrigar o Curso Superior de Tecnologia em Estética, Clínica de Psicologia e o Laboratório de Simulação Clínica.					2016	2020	Em discussão no CCS;

	4) Implementar espaços de convivência para a comunidade acadêmica;			2016	2020	2016/ 2017: Estudo realizado, projeto elaborado, memorial descritivo e orçamentos. Falta alvará de construção.
169) Edificar ala administrativa setorial e de serviços e conveniências acadêmicas (biblioteca, praça de atendimento, área de alimentação). (Campus 2)	1) Contratar os projetos (executivo e complementares) da ala administrativa setorial;	Edificações concluídas	COPLAN/DAC	2016	2020	2016/ 2017: Não realizado.
	2) Contratar projetos (executivo e complementares) da ala de serviços e conveniências acadêmicas (biblioteca, praça de atendimento, área de alimentação, espaço de convivência) e gestão setorial;			2016	2020	2016/ 2017: Não realizado.
	3) Captar recursos para viabilizar as edificações.			2016	2020	2016/ 2017: Não realizado.
170) Projetar a qualificação e a ampliação do HRU.	1) Contratar os projetos (executivo e complementares) de qualificação e ampliação do HRU;	Edificações concluídas	CCS/COPLAN/DAC	2016	2020	2017 e 2018: Não realizado.
	2) Adequar ambientes do hospital de acordo com exigências da vigilância sanitária;			2016	2020	2017 e 2018: Espaços adequados.
	3) Captar recursos para viabilizar as edificações.			2016	2020	2017 e 2018: Não realizado.
171) Projetar a qualificação e a ampliação do HEV.	1) Adequar o HEV para grandes animais (antigo canil).	HEV adequado	DAC	2017	2020	2017 e 2018: Obra em andamento;
Objetivo 47 - Estruturar e realizar ampliação espacial do campus 5 para atender outras demandas acadêmicas e administrativas institucionais.						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/ Comentários
				Início	Fim	
172) Prever instalações laboratoriais e de ensino do curso de Engenharia Florestal, próximo ao HEV.	1) Elaborar projetos e executar as instalações laboratoriais e de ensino do curso de Engenharia Florestal.	Edificações concluídas	CCT/COPLAN/DAC	2016	2017	2017: Licitação dos projetos complementares (Processo nº 2017/363).

173) Construir edificação para atender demandas institucionais.	1) Construir edificação para atender demandas institucionais: DAC e depósito da biblioteca (acervo de baixa circulação).	Locais definidos e instituídos pelo PDEFI	PROAD/ COPLAN/ DAC	2016	2020	2016: Definido local (junto ao acesso 2, lado direito). 2017: Projeto em elaboração (DAC)
174) Novas instalações para o Laboratório de Alta Tensão.	1) Contratar os projetos (executivo e complementares) e executar as instalações laboratoriais.	Edificações concluídas	CCT/ COPLAN/ DAC	2016	2018	Não iniciado.
Objetivo 48 - Estruturar e adequar estruturas do campus Bugio e Timbó, para atender demandas acadêmicas e administrativas institucionais.						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/ Comentários
				Início	Fim	
175) Edificar as instalações do campus Bugio.	1) Elaboração do projeto, captação de recurso e construção.	Edificações concluídas.	PROAD/DAC	2016	2020	2016 e 2017: Não iniciado.
176) Adequar as instalações da FUNPIVI às atividades da Fazenda Escola.	1) Construir edificações para as atividades de Produção Animal (bovinos, suínos, ovinos e aves).	Edificações concluídas.	PROAD/DAC	2017	2020	2016 e 2017: Não iniciado.

Fonte: organizado pela COPERA-PDI

6.2 INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Divisão de Tecnologia da Informação (DTI) é “o órgão responsável pela administração dos recursos de informática necessários às atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração da FURB”, conforme a Resolução nº. 35/2010. A DTI surgiu em 1968, quando foi criado o Instituto de Planejamento e Processamento de Dados (IPLAN), passando por diversas denominações e alterações organizacionais, ficando atualmente vinculada à Pró-Reitoria de Administração (PROAD).

Do ponto de vista da organização administrativa, além da DTI, existem diversas outras estruturas responsáveis por processos e recursos envolvendo tecnologia da informação e comunicação (TIC), notadamente laboratórios nas Unidades Universitárias, com destaque para o Laboratório de Computação Científica (LCC), ligado ao CCT; Laboratório de Computação e Informática (LCI) e Laboratório de Ensino e Aprendizagem (LEA), ligados ao Departamento de Sistemas e Computação (DSC); Núcleo de Prática Jurídica (NPJ), ligado ao CCJ; além de áreas administrativas como PROEN, BU e COPLAN.

A rápida mudança de arquiteturas tecnológicas, softwares e a introdução em larga escala de dispositivos móveis demanda uma equipe atualizada e em constante sincronia com tais mudanças, de modo a prover um suporte adequado na introdução dessas novas tecnologias na Instituição.

Atualmente, a DTI enfatiza seu escopo de atuação e responsabilidade na gestão administrativa dos recursos e ativos de TIC, estando subdividida, internamente, em seis grupos de trabalho e três coordenadores, que atuam na gestão dos processos, a saber: Suporte Técnico; Apoio ao Usuário; Desenvolvimento de Sistemas; Telefonia e Comunicação; Central de Impressões e Central de Serviços de TIC.

Quadro 50: Grupos de trabalho e gestão dos processos de TIC

Unidade	Processo	Atribuições
DTI	Suporte Técnico (infraestrutura)	<ul style="list-style-type: none"> - Manter a estrutura da rede de dados (lógica e física); - manter as bases de dados corporativas (base de dados Oracle); - manter a comunicação por meio eletrônico (e-mail); - manter os servidores de aplicações corporativas (Form, Gestão de Pessoas, ERP); - manter a estrutura de gerenciamento de identidade (<i>Active Directory</i>); - manter a estrutura do AVA; - dar apoio técnico e estrutural para projetos de ensino e extensão; - planejar e prover a capacidade de recuperação de informações em caso de pane ou desastre (cópias de segurança e redundância).

	Desenvolvimento de Sistemas	<ul style="list-style-type: none"> -Desenvolver e manter os sistemas corporativos desenvolvidos internamente (Sistemas Acadêmico e Financeiro, principalmente, mas totalizando mais de 60 sistemas); - apoiar e gerenciar a implantação de sistemas licenciados de terceiros que compartilham informações com a base de dados da Instituição (ERP e Gestão de Pessoas); - dar apoio técnico e estrutural para projetos de ensino e extensão. - Manter o AVA.
	Apoio ao Usuário	<ul style="list-style-type: none"> - Fazer o cadastro e a manutenção da infraestrutura de microinformática da Instituição; - fazer o cadastro e gerência do licenciamento de <i>software</i>; - capacitar o corpo técnico da Instituição no uso de <i>softwares</i> diversos, através de treinamento; - dar apoio técnico e estrutural para projetos de ensino e extensão; - gerenciar os usuários, as políticas de segurança e de acesso a recursos da rede; -realizar monitoramento preventivo e proativo de segurança da rede de dados; - gerenciar servidores de terminais acadêmicos e administrativos.
	Telefonia e Comunicação	<ul style="list-style-type: none"> - Manter a infraestrutura de telefonia; - gerenciamento dos contratos de serviços de telefonia e rateio dos custos dos mesmos.
	Central de Impressões	<ul style="list-style-type: none"> - Manter o serviço de impressões em grandes volumes através da Central de Impressões;
	Central de Serviços de TIC	<ul style="list-style-type: none"> - Manter o <i>Call Center</i> para resolução de dúvidas, prestando suporte e manutenção da infraestrutura de microinformática (<i>hardware e software</i>); - monitorar indicadores de desempenho de todos os processos de atendimento que envolva TIC, buscando melhorar o tempo de atendimento e a qualidade dos procedimentos; - divulgar, interna e externamente, os serviços e procedimentos relacionados à TIC, e realizar acompanhamento gerencial dos serviços: custos e capacitação.
COPLAN	<i>Business Intelligence</i>	<ul style="list-style-type: none"> - Criar e realizar a manutenção e evolução de sistemas de apoio à decisão; - elaborar e manter portais de informação; - elaborar relatório <i>ad hoc</i>.
BU		<ul style="list-style-type: none"> - Fazer a manutenção dos equipamentos do Laboratório de Uso Geral
CCT	LCC	<ul style="list-style-type: none"> - Fazer a manutenção dos equipamentos dos ambientes de aprendizagem.
Depto. Sistemas e Computação	LCI e LEA	<ul style="list-style-type: none"> - Fazer a manutenção dos equipamentos dos ambientes de aprendizagem
PROEN		<ul style="list-style-type: none"> - fazer a manutenção de processos do Sistema de Registro Acadêmico; - fazer a manutenção dos equipamentos dos ambientes de aprendizagem; - realizar a Avaliação Institucional e elaborar concurso público.
CCJ	NPJ	<ul style="list-style-type: none"> - Fazer a manutenção dos equipamentos dos ambientes de aprendizagem

Fonte: Organizado pela COPLAN e DTI

A infraestrutura tecnológica é mantida pela DTI, compartilhada pelas demais estruturas e está descrita no Quadro 53:

Quadro 51: Infraestrutura de REDE mantida pela DTI

Rede	Característica	Composição
Wide Área Network (WAN)	Rede de comunicação de longa distância, cobre uma área geográfica grande.	É composta por dois links de dados, uma operadora de 200 Mbps e outra operadora de 250 Mbps. O hardware utilizado para fazer a conexão com a Internet e a rede FURB é um roteador e o protocolo utilizado é o IP-Internet Protocol. Os computadores conectados na rede LAN e os dispositivos móveis conectados na rede Wireless utilizam a rede WAN para acessar a Internet.
Local Área Network (LAN)	Rede local, podendo ser definida como uma rede de comunicação que interconecta uma variedade de dispositivos e fornece um meio para a troca de informação entre esses dispositivos, dentro de uma área geográfica relativamente pequena, como um campus universitário.	A rede de computadores da FURB é formada pela rede LAN dos Campi 1, 2, 3 e 5, sendo interconectados através de uma Rede – MAN de Blumenau, com interfaces de 10 Gbps entre os principais campus (1-2-3) e de 1Gbps entre os demais (5 e NPJ). Cada rede LAN de cada campus tem a topologia em estrela com um backbone de 100 Mbps interligando todos os blocos através de fibra óptica. Há projetos em execução que estão ampliando o backbone para 1Gbps.
Metropolitan Área Network (MAN)	Rede metropolitana – nome dado às redes que ocupam o perímetro de uma cidade.	
Wireless Local Área Network (WLAN)	Rede Wireless, também conhecida como rede sem fio.	A rede wireless da FURB é composta por vários pontos de acesso (padrão 802.11g e n), distribuídos pelos Campi 1, 2, 3 e 5 da FURB e conectados na rede local, sendo que as salas de aula e auditórios são os ambientes prioritários deste recurso. Os usuários para terem acesso aos serviços da rede sem fio, devem-se autenticar com um nome de usuário válido no serviço de Diretório do Active Directory no domínio furb.br.

Fonte: DTI

A união das tecnologias WAN, LAN, MAN e WLAN formam a Rede de Computadores da FURB.

A DTI mantém a sala de equipamentos Data Center na qual hospeda os equipamentos de infraestrutura de TIC, e onde mantém e armazena sistemas e informações de vital importância para a Instituição. A infraestrutura de equipamentos e sistemas hospedados nessa sala são:

- a) subsistema de armazenamento de dados (storage), com capacidade bruta instalada de 11 TB, onde estão armazenadas informações da Instituição;
- b) hospedagem de aproximadamente 90 equipamentos servidores que executam diversos serviços: Banco de Dados Oracle, SQL Server e MySQL, Aplicações WEB

(Oracle Forms, Java e PHP), Aplicações de gestão integradas (ERP Thema, Gestão de Pessoas Sênior), portais de informações com Microsoft Sharepoint, correio eletrônico, sistema de backup-profissional, áreas de trabalho remotas (terminais), serviços relacionados a infraestrutura tecnológica como Active Directory, DNS-Domain Name System, WINS-Windows Internet Name Service, DHCP-Dynamic Host Configuration Protocol, NTP (Network Time Protocol), registro de dados do Antivírus Cooperativo (McAfee EPO), Microsoft Update Services; além de aplicações ou sistemas que atendem a processos e serviços institucionais como CRM Dynamics, controle do Laboratório de Análises Clínicas (LAC), registro do atendimento odontológico (PRODENT), registro do atendimento do HU (PRONTO), controle de processos jurídicos (PROJURIS) e Business Intelligence (BI);

- c) Equipamentos de rede central (roteadores, Switch Ethernet, Switch Fiber Channel), equipamentos de rede de borda (roteadores, Switch Ethernet);
- d) Equipamentos NO-BREAK e o sistema de climatização;
- e) Equipamentos de telefonia: *gateway* de conexão com as operadoras de telefonia.

A DTI, por meio do GT de Apoio ao Usuário, é responsável pelo cadastro e inventário do hardware e software da FURB. Atualmente mais de 800 softwares são registrados e são inventariados, através de uma ferramenta específica. Esse GT também atende a **mais de 5.000 solicitações anuais** relacionadas a dúvidas, intervenções no hardware e software, e acompanhamento de serviços e sistemas terceirizados, dos 3500 equipamentos de informática do parque tecnológico institucional.

Por meio da Resolução nº 22/2007, a FURB instituiu a política de controle de licenciamento de software. Atualmente os procedimentos de instalação são gerenciados pela DTI e executadas pelo corpo técnico, salvo em casos específicos, onde o usuário pode ser autorizado através da assinatura do “termo de administrador”.

Atualmente, um dos grandes desafios da área de tecnologia se concentra na área de sistemas, com ações pontuais que visam à eliminação de processos não automatizados, ainda em uso na Instituição em algumas áreas. Para isso, é necessário ampliar a abrangência dos sistemas de gestão existentes na Instituição, além do empreender estudos técnicos e eventuais adoções de novas soluções, que permitam aprimorar e agilizar processos e a comunicação entre todos os envolvidos nos processos institucionais.

Com relação à gestão de TIC, os desafios giram em torno da criação, sedimentação e efetiva execução de política de investimentos que **permita traçar e priorizar objetivos estratégicos institucionais**, e que garanta a atualização **contínua e permanente de infraestrutura de TIC**. Qualifica-se infraestrutura de TIC como sendo todos os recursos de uso estrutural e/ou compartilhado, como: redes de comunicação, telefonia, armazenamento, equipamentos que atendam a serviços institucionais, bem como ambientes de aprendizagem.

Adicionalmente, a Universidade tem o desafio de promover a racionalização dos usos dos recursos de TIC, especialmente a Internet, o uso da rede interna e link de dados, a exemplo das ações já executadas relacionadas ao processo de impressão e fotocópias, que permitiram o efetivo gerenciamento dessa atividade.

Quadro 52: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à Infraestrutura de TIC 2016-2020

Objetivo 49 – Institucionalizar o Plano Diretor de Tecnologias da Informação e Comunicação (PDTIC)						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/ Comentários
				Início	Fim	
177) Institucionalizar o PDTIC.	1) Revisar as políticas institucionais vigentes relacionadas à TIC;	Políticas aprovadas	PROAD/DTI	2016	2020	2017: Em estudo.
	2) Institucionalizar o PDTIC.	PDTIC aprovado	PROAD/DTI	2017	2020	Não realizado.
	3) Assegurar no PDTIC, a acessibilidade digital institucional.	Acessibilidade digital institucionalizada	PROAD/DTI	2017	2020	Não realizado.
	4) Assegurar no PDTIC, a criação de mecanismo de investimento contínuo que permita priorizar ações com objetivos estratégicos institucionais.	Investimento contínuo em TIC institucionalizado	PROAD/DTI	2017	2020	Não realizado.
Objetivo 50 – Atualizar a infraestrutura física (hardware)						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/ Comentários
				Início	Fim	
178) Implantar o Data Center de acordo com normas técnicas exigidas.	1) Executar o projeto do sistema de climatização ;	Projeto concluído	PROAD/DTI	2017	2019	2017: Projeto técnico concluído. 2018/maio: recursos liberados pela contratação BADESC. Edital de aquisição em tramitação no DAM. Estimativa de término: maio/2019.
	2) Preparar infraestrutura de Data Center para suportar serviços na nuvem;	Infraestrutura concluída	PROAD/DTI	2017	2019	
	3) Executar sistema de iluminação e de energia ininterrupta: <i>no-break</i> e gerador;	Projeto concluído	PROAD/DTI	2017	2019	
	4) Executar sistema de controle de acesso e segurança;	Projeto executado	PROAD/DTI	2017	2019	
	5) Executar sistema de cabeamento estruturado UTP e Óptico;	Projeto executado	PROAD/DTI	2017	2019	

	6) Executar sistema de combate de incêndio.	Projeto executado	PROAD/DTI	2017	2019	
	7) Definir e contratar estrutura de contingência para banco de dados e aplicações críticas.	Estrutura de contingência definida e contratada	PROAD/DTI	2017	2020	Não realizado.
179) Atualizar o sistema de armazenamento (storage)	1) Dimensionar a atualização tecnológica do sistema de armazenamento de dados, com ampliação de sua capacidade, inclusive para atender novas demandas (virtualização, BU, RTE);	Comunicação corporativa, estrutura de virtualização e armazenagem de dados adequados para demandas institucionais.	PROAD/DTI	2017	2019	2018/maio: recursos liberados pela contratação BADESC. Edital de aquisição em elaboração pela DTI. Estimativa de término de execução: maio/2019.
	2) Adquirir e implantar sistema de armazenamento de dados conforme projeto técnico.	Sistema implantado	PROAD/DTI	2017	2019	
180) Implantar solução para consolidação de servidores (virtualização)	1) Dimensionar estrutura de hardware e software para virtualização de servidores;	Estrutura dimensionada	PROAD/DTI	2017	2019	2017: Projeto técnico concluído. 2018/maio: recursos liberados pela contratação Badesc. Edital de aquisição em elaboração pela DTI. Estimativa de término de execução: maio/2019.
	2) Adquirir estrutura de hardware e software para virtualização de servidores;	Estrutura adquirida	PROAD/DTI	2017	2019	
	3) Implantar a estrutura de virtualização e substituir todos os servidores físicos existentes no Data Center do Bloco A por servidores virtuais, quando possível.	Estrutura de virtualização implementada	PROAD/DTI	2017	2019	
181) Aprimorar a rede a distância (WAN)	1) Implantar controle de aplicação para reger utilização de link de dados;	Capacidade de limitação de banda para aplicações não essenciais estabelecida	PROAD/DTI	2017	2018	2017: Projeto técnico concluído.

	2) Dimensionar/adquirir Firewall de rede para suportar demanda de dispositivos conectados internamente;	Links com 100% de uso, sem a perda de pacotes por incapacidade de processamento do Firewall	PROAD/DTI	2017	2018	2018/maio: recursos liberados pela contratação BADESC. Edital de aquisição em elaboração pela DTI. Estimativa de término de execução: novembro/2018
	3) Promover mecanismos de monitoramento eficientes.	Pelo menos 90% dos problemas de utilização previstos antecipadamente e ações corretivas ou preventivas disparadas dentro do menor tempo possível	PROAD/DTI	2017	2018	
	4) Implantar serviços de IDS e antivírus de perímetro.	Estrutura monitorada e protegida	PROAD/DTI	2017	2018	
	5) Monitorar e ampliar equipamento de roteamento conforme utilização.	Utilização monitorada e nova aquisição planejada e executada	PROAD/DTI	2019	2020	2016: Ação realizada, concluída.
182) Aprimorar a rede local (LAN)	1) Atualizar backbone de 100Mbps para 10Gbps.	100% do backbone com velocidade de 10 Gbps	PROAD/DTI	2017	2020	2018/maio: 50% dos equipamentos substituídos (08 de 16). Backbone entre C1-C2-C3 atualizado.
	2) Ampliar capacidade dos ativos de rede;	100% dos ativos de rede atualizados	PROAD/DTI	2017	2020	2018/maio: Ativos de rede em substituição – 63,23% substituídos (86 dos 136 itens previstos).
	3) Criar redundância de acesso ao datacenter para blocos críticos da FURB (anel de fibra óptica);	Link de redundância implantado entre o Bloco A e Bloco S do campus 1	PROAD/DTI	2017	2020	2018/maio: anel em construção. Fibras óticas entre blocos A, G, R e J concluídos. Falta executar ligação entre blocos J e R.
183) Aprimorar a rede wireless (WLAN)	1) Ampliar a capacidade de Access Points: cobertura de sinal e acréscimo de clientes.	Rede wi-fi preparada para 21.000 conexões	PROAD/DTI	2017	2020	2017: aproximadamente 88,1% dos equipamentos adquiridos e instalados (141 dos 160 previstos para cobertura das salas de aula).

Objetivo 51 – Atualizar a infraestrutura lógica (software)						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/ Comentários
				Início	Fim	
184) Implantar certificação e assinatura digital de documentos e processos.	1) Implantar projeto de certificação e assinatura digital de documentos e processos.	Projeto implantado	PROAD/DTI	2017	2020	2017: elaborando projeto técnico para contratação via edital.
185) Adquirir o Sistema de Gestão Universitário.	1) Levantar requisitos do Sistema de Gestão Universitário.	Requisitos identificados	PROAD/DTI/UGCP/PROEN	2016	2017	2017: em levantamento de requisitos (estima-se 60% concluído).
	2) Selecionar e adquirir sistema;	SGU adquirido	PROAD/DTI	2017	2018	2018: Em processo.
	3) Implantar novo sistema em todos os graus de ensino e processos da área fim	Sistema Implantado e integrado aos demais sistemas	PROAD/DTI	2017	2020	Não iniciado. (depende da ação anterior);
186) Concluir o sistema Diário <i>on-line</i> (DION)	1) Concluir o sistema Diário <i>on-line</i> (DION)	Sistema implantado para todos os graus de ensino	PROAD/DTI/ PROEN	2016	2017	2017: Diário implantado para Graduação. Em execução para ajustes.
						2018: Ajustes e adição de outros graus de ensino.
187) Ampliar o Sistema de Matrículas e Inscrições <i>on-line</i> .	1) Ampliar o Sistema de Matrículas e Inscrições <i>on-line</i> , para atender cursos presenciais e EaD;	Sistema funcionando	PROAD/DTI/ PROEN	2016	2017	2017: Primeira versão em elaboração.
						2018: Projeto segue em 2018.
188) Atualizar o sistema de gestão de pessoas (Rubi).	1) Implantar módulo Medicina e segurança no trabalho;	Módulos instalados	PROAD/DTI/ DGDP	2017	2018	2017: projeto técnico concluído.
	2) Implantar módulo Controle de Acesso e Controle de Ponto;	Módulos instalados	PROAD/DTI/ DGDP	2017	2018	2017: projeto técnico concluído. 2018/I: Módulo em aquisição;
189) Aprimorar os serviços de comunicação	1) Atualizar correio eletrônico para versão mais recente;	Servidores e estudantes providos de caixas postais em tamanho e versões compatíveis com a necessidade institucional	PROAD/DTI	2017	2018	2017: projeto implantado.

	2) Definir medidas de orientação e facilidades para tornar o correio eletrônico da FURB ferramenta única de comunicação institucional, principalmente para servidores;	Utilização exclusivamente de e-mails <i>furbr.br</i> como ferramenta de comunicação institucional	PROAD/DTI	2017	2018	2017 e 2018: ações previstas junto à Reitoria e Proen para ampliação uso pela comunidade acadêmica.
190) Atualizar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados (SGBD) (Oracle	1) Atualizar versão de banco e aplicações forms ainda em uso.	Banco de Dados e aplicações atualizadas	PROAD/DTI	2018	2020	2017: Ação em planejamento. 2018: Analisando condições mercadológicas.
	2) Homologar aplicações existentes;	100% das aplicações homologadas para nova versão do Database	PROAD/DTI	2018	2020	
	3) Homologar aplicações terceirizadas.	100% das aplicações homologadas para nova versão do Database	PROAD/DTI	2018	2020	
191) Atualizar a infraestrutura de autenticação.	1) Atualizar equipamentos;	100% dos equipamentos de autenticação atualizados e dimensionados à demanda	PROAD/DTI	2017	2018	2017 e 2018: todos os equipamentos substituídos. Necessário ampliação estrutura no C3 (1 equipamento em 2018).
	2) Capacitar a equipe técnica.	Pelo menos 04 técnicos de suporte capacitados nas novas versões	PROAD/DTI	2017	2018	2017: técnicos capacitados. 2018: Ampliar ação para técnicos externos à DTI.
192) Aprimorar o gerenciamento e controle de rede;	1) Atualizar softwares e hardwares utilizados para gerenciamento de rede (monitores, analisadores, Sistema de Gerenciamento.	Software e hardware atualizados	PROAD/DTI	2017	2018	2017: sistema de monitoramento baseado em Zabbix implantado e ofertado a todos os setores técnicos.
193) Rediscutir a identidade única e o controle de acesso	1) Viabilizar a identidade única e mecanismos de gestão de contas e senhas centralizados e outros mecanismos mais atuais de gestão de acesso;	Processo único e documentado, para qualquer grau de ensino.	PROAD/DTI	2017	2018	2017: Definições de gestão de acesso tomadas considerando biometria.
						2018: Projeto de software de gestão de acesso incorporados a gestão de ponto (em aquisição 2018).

194) Modernizar website FURB	1) Elaborar projeto do novo website, envolvendo responsáveis institucionais por metas de marketing e gestão.	Projeto concluído, documentado e aprovado	DTI/CCM/PROEN/REITORIA	2017	2017	2017: DTI: projeto pausado, levantando diretivas de marketing e gestão 2018: Previsão de retomada em 2018-1.
	2) Adequar website as exigências das leis de transparência federal e municipal.	Portal de Transparência adequado	DTI/Reitoria/Setores envolvidos	2017	2017	DTI: nova versão do portal de transparência publicada em Out/2017. Projeto concluído.
	3) Executar novo projeto, com base no modelo homologado pelo grupo	Novo website construído e dimensionado	DTI/CCM/PROEN/REITORIA	2017	2018	Não iniciado. (depende de ação anterior);
	4) Substituir atual website	Novo website operacional com todas as informações	DTI/CCM/PROEN/REITORIA	2018	2018	Não iniciado. (depende de ação anterior);
195) Modernizar ambiente virtual de aprendizagem (AVA)	1) Elaborar projeto técnico e pedagógico que contemple novas necessidades e ferramentas atuais de aplicabilidade no ensino	Projeto concluído	DTI/DME/PROEN	2016	2017	2017: Projeto concluído (DTI).
	2) Implantar novo ambiente, substituindo os atuais AVA e AVA2, com características avançadas que atendem EaD.	Ambiente atualizado e operacional a todos os graus de ensino.	DTI/DME/PROEN	2016	2017	2017: novo ambiente entregue a comunidade acadêmica (jan./2018). 2018: Ações de divulgação e migração em andamento em 2018.
196) Modernizar sistema de automação da Biblioteca Universitária	1) Selecionar, adquirir e implantar novo sistema de automação, inclusive com integrações relacionados aos processos acadêmicos.	Sistema adquirido e implantado	BU/DTI	2017	2018	DTI: Requisitos em elaboração pela equipe técnica da BU. 2018/1: Previsão de aquisição;
197) Implantar Sistema de Custos	1) Desenvolver software	Software funcional	COPLAN	2014	2017	O software foi desenvolvido, no entanto, o ambiente em que a plataforma APEX (desenvolvimento do software) está instalada será descontinuada (como o próprio APEX). Assim, o sistema será reescrito (<i>Oracle Forms</i>).

	2) Análise dos dados de 2014/15/16	Análises apresentadas	COPLAN	2017	2017	As análises foram apresentadas em reunião com os gestores das Unidades Administrativas da FURB e Reitoria.
	3) Implantar ambiente de produção	Software implantado no ambiente de produção	DTI	2017	2018	DTI: 2017: solução precisa ser adequada para implantação em ambiente de produção. Maior/2018: COPLAN: acordado com PROAD e DTI a migração do sistema para <i>FORMS</i> que contempla ambiente em produção.
198) Retomar desenvolvimento do sistema de BI.	1) Desenvolver simulador para avaliações de cursos e institucional	Sistema implantado	COPLAN/PROEN	2017	2018	2017: Não realizado.
	2) Desenvolver sistema de informação gerencial de apoio à execução orçamentária.	Sistema implantado	COPLAN	2016	2017	2017: Sistema de informação gerencial foi desenvolvido.
	3) Retomar o desenvolvimento do <i>data warehouse</i> institucional.	<i>Data marts</i> implantados	COPLAN	2018	2020	Previsão de início em 2018.
199) Adequar o Portal de Transparência.	1) Adequar a consulta aos servidores, conforme solicitação da Controladoria Geral	Consulta alterada	COPLAN	2016	2017	2017: Portal de Transparência adequado conforme recomendações da Controladoria Geral.
Objetivo 52 – Reestruturar e qualificar o atendimento da DTI						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/ Comentários
				Início	Fim	
200) Promover a qualificação contínua do atendimento da DTI.	1) Promover modelo de governança de TIC e expandir melhores práticas no atendimento, rotinas de manutenção, desenvolvimento e projetos, tanto na DTI quanto nos outros prestadores da FURB;	Modelo definido e publicitado junto a equipe técnica	PROAD/DTI	2017	2020	2017: documentação de atendimento em consolidação pela equipe. Sistema implantado nas equipes de APUS, Telefonia, Desenvolvimento e Suporte. 2018: a) desenvolvimento painéis de acompanhamento pela comunidade acadêmica e gestores. b) Reorganização da estrutura de PCCs

						para refletir áreas técnicas de atuação.
	2) Dimensionar equipe de TIC para atender às expectativas institucionais: desenvolvimento, atendimento e infraestrutura;	Quantidade de processos de TIC alinhados à necessidade do negócio, com relação ao tempo esperado de atendimento	PROAD/DTI	2017	2020	2017: solicitando reposição de servidores aposentados ou exonerados. Analisando contratação de profissionais de perfis específicos via <i>outsourcing</i> .

Fonte: organizado pela COPERA-PDI

6.3 INFRAESTRUTURA DE BIBLIOTECA

Em relação à Biblioteca Universitária Professor Martinho Cardoso da Veiga (BU), a FURB encontra-se em situação de excelência, conseguida por meio de uma estratégia de longo prazo. Esta estratégia está calcada na premissa de que o amplo acesso ao conhecimento atualizado é fundamental para a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

Nesse sentido, a BU contava com 263.192 títulos de livros (com 395.986 volumes) ao final de 2015 e 5.706 títulos de periódicos. Esse acervo permitiu um volume de 876.403 empréstimos. Além do acesso ao acervo físico, a BU permite acesso a diversas bases de dados e a diversos periódicos através do acesso completo ao Portal de Periódicos da CAPES, que tem contribuído para o desenvolvimento da pesquisa na Instituição. O excelente trabalho da BU pode ser visualizado pelo nível de aprovação dos estudantes na avaliação institucional (92%). A Tabela 26 destaca os principais números da BU:

Tabela 26 – BU em números (2012-2016)

Biblioteca Universitária	2012	2013	2014	2015	2016
Consultas ¹	192.350	143.861	141.926	141.399	123.839
Empréstimos	1.042.355	995.250	820.917	876.403	751.098
Livros (títulos)	144.786	152.796	263.953	263.192	264.382
Livros (volumes) ³	267.617	276.474	399.498	395.986	398.203
Periódicos (títulos)	5.682	5.694	5.702	5.706	5.708
Consultas via WEB ²	1.350.507	1.001.3583	822.605	794.921	679.375
Empréstimo/usuário	88	85	58	60	56
Consulta/usuário	16	12	10	10	9
Invest. Material Bibliográfico	271.835,27	320.220,24	140.462,80	80.692,00	168.403,00

Fonte: Biblioteca Universitária

* Periódicos Nacionais (4869) e Internacionais (986)

¹ Foram somadas as consultas tanto de livros como de periódicos.

² O cálculo de consultas via WEB está agora restringindo a contagem de acessos por meio de IPs mais confiáveis.

³ A partir de 2014, estão contabilizando o acervo completo, englobando as outras coleções "Teses, Monografias e Relatórios", "Material Especial", "Recortes de Jornal", etc.

A Política de Desenvolvimento de Coleções da BU da FURB está regulamentada por meio da Resolução nº 046/2012, de 06 de novembro de 2012, e tem por finalidade orientar o processo de seleção e aquisição de obras do acervo, sejam elas provenientes de compra, doação ou permuta, bem como orientar o remanejamento e descarte das mesmas. Além dessa política, a Biblioteca também regulamenta a utilização das salas de estudo e o serviço de empréstimo, cujos documentos podem ser acessados por meio do site da biblioteca, no link Regulamentos e Políticas.

O acervo para empréstimo é composto por: Coleção Geral (CG), monografias, dissertações, teses, entre outros. Para realizar o empréstimo de obras é necessário utilizar *login* e senha de identificação pessoal FURB. A Biblioteca possui, ainda, convênios que permitem o empréstimo a usuários sem vínculo com a FURB.

É possível consultar o acervo no sistema da BU da FURB da seguinte forma:

Quadro 53: Sistema de consulta ao acervo da Biblioteca

Tipos de busca	Descrição
Busca rápida	Permite recuperar determinado documento por autor, título ou assunto, por meio de uma expressão de busca.
Busca avançada	Além das opções autor, título e assunto, este modo de busca contém a opção “livre” e a possibilidade de formulação de expressões combinando essas opções de busca com o uso dos operadores e, ou e não. Se desejar, poderá refinar a pesquisa selecionando o tipo de material desejado (coleção) e a biblioteca depositária.
Busca numérica	Permite fazer buscas através do número da obra no sistema ou do número de registro. O número da obra no sistema identifica exclusivamente cada título cadastrado no acervo da biblioteca, enquanto o número de registro identifica o exemplar e/ou volume físico da obra. O número de registro é o que se encontra na etiqueta de código de barras.
Busca de periódicos	Permite fazer a busca no acervo de periódicos da BU através do título, recuperando informações como classificação, localização, número, volume e fascículos da coleção disponíveis no acervo.

Fonte: BU

A BU mantém duas unidades setoriais, localizadas no campus 2 e no campus 3. Também é oferecido ao usuário o serviço de empréstimo entre bibliotecas, possibilitando que o livro chegue até o leitor sem que ele se desloque entre os campi da FURB. Para o empréstimo de obras, devem-se observar os seguintes prazos:

Quadro 54: Prazos para empréstimos de obras

Categoria de usuário	Quantidade de obras	Prazo de empréstimo
Estudante de graduação Estudante de ensino médio Servidor técnico-administrativo Servidor aposentado Usuário especial	Até 7 obras	7 dias
Estudante de pós-graduação (presencial)	Até 10 obras	15 dias
Estudante EDECON/convênios	Até 5 obras	7 dias
Cadastrados na Central de Ex-Alunos	Até 2 obras	7 dias
Servidor docente	Até 15 obras	15 dias
Unidade administrativa da FURB	Até o 1º dia útil do próximo semestre letivo	

Fonte: BU

- As obras da Coleção Especial (CE) podem ser emprestadas por um dia.
- As obras da Coleção de Reserva (CR) podem ser retiradas uma hora antes do encerramento do expediente da biblioteca, devendo ser devolvidas até às 8h do próximo dia útil.

Além disso, a renovação, a devolução e a reserva, que são serviços relacionados com o empréstimo de obras, podem ser realizadas da seguinte forma:

Quadro 55: Serviços relacionados com o empréstimo de obras

Serviços	Descrição
Renovação	Pode ser feita on-line (pela internet, nos terminais de consulta ou nos terminais de renovação) e localmente, no serviço de empréstimo, com a apresentação da obra. É permitida tantas vezes quantas forem necessárias, desde que a obra não esteja reservada por outro usuário.
Devolução	A operação de devolução de obras emprestadas poderá ser feita em qualquer unidade da BU.
Reserva	A reserva de obras pode ser feita desde que não haja exemplares disponíveis na mesma na biblioteca. É realizada nos terminais de consulta, no Serviço de Empréstimo ou pela internet. Uma vez devolvidas, as obras reservadas ficam à disposição do usuário que as reservou por 24h. É possível também reservar obras entre as bibliotecas. Para tanto, a obra requerida deve estar disponível na biblioteca de origem, possibilitando que o livro chegue até o usuário sem que ele se desloque entre os campi da FURB.

Fonte: BU

O usuário é responsável pelas obras em seu poder e tem a obrigação de devolvê-las dentro do prazo. Caso isto não ocorra, está sujeito a penalidades (multa por atraso), conforme regulamentação da BU.

Os estudantes de EaD podem realizar empréstimo de livros na BU. Para isso, deverão enviar um e-mail para bu@furb.br, solicitando cadastro, fornecendo seu nome completo, endereço residencial completo, CPF, telefones e e-mail para contato. O empréstimo de obras para esses acadêmicos está organizado da seguinte forma:

Quadro 56: Serviços relacionados com empréstimos de obras para estudantes de EaD

Serviço	Descrição
Empréstimo	Para emprestar um livro, o estudante de EaD-FURB, deve primeiro verificar se a obra está disponível no site da biblioteca furb.br/biblioteca . Os estudantes residentes em Blumenau devem dirigir-se à BU com o <i>login</i> e a senha, que serão fornecidos no e-mail e retirar o livro. Os estudantes de outras regiões também receberão senha e login, entretanto, na impossibilidade de vir retirar o material pessoalmente, poderão solicitar o empréstimo pelo e-mail bu@furb.br , fornecendo os dados do livro e o endereço residencial para o envio.
Prazo de devolução	Prazo de 15 dias, a contar da data do envio do material. Cabe ao estudante arcar com as despesas de recebimento e devolução. Quando não houver reserva, os livros poderão ser renovados através do site.
Biblioteca Digital	Aos estudantes de EaD-FURB também está destinado o uso da Biblioteca Digital da FURB, com o acesso às bases de dados via Virtual Private Network (VPN) » furb.br/bibliotecadigital .
Parte de obras	Também está previsto ao usuário EaD-FURB o envio de partes de obras bibliográficas, desde que respeitando a Lei 9.610/1998. Essa solicitação deverá ser encaminhada pelo e-mail bu@furb.br , com a referência completa do material requisitado.

Fonte: BU

Cabe destacar que existe a possibilidade de sugestões de aquisição, que permite aos usuários sugerir obras a serem adquiridas pela Biblioteca, preenchendo os campos autor, título e editora da obra, ou ainda o *International Standard Book Number* (ISBN). Essas sugestões, bem como a quantidade de exemplares a serem adquiridos, serão avaliadas de acordo com as normas e políticas de seleção da Biblioteca.

A estrutura da Biblioteca é preparada com ambientes totalmente climatizados, espaços para estudo individual e em grupos, Auditório Padre Orlando Maria Murphy com capacidade para 155 pessoas, Espaço Multimídia, Espaço de Cinema e Vídeo, acesso a diversos serviços pela internet, serviço terceirizado de fotocópia e Central de Impressões. Outros serviços são oferecidos:

Quadro 57: Serviços oferecidos pela Biblioteca

Serviços	Descrição
Orientação bibliográfica	Oferece informações sobre o uso da base bibliográfica, localização de publicações, manuseio de obras de referência e apresentação de trabalhos acadêmicos.
Visita orientada	Tem por objetivo familiarizar os usuários com a organização e funcionamento geral da BU, distribuição física do acervo e dos catálogos, serviços e produtos disponíveis.
Elaboração de ficha catalográfica	A “Catalogação na Fonte” é a elaboração da ficha catalográfica impressa no verso da página de rosto de um livro, tese ou dissertação. Essa ficha, recomendada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), deve ser feita quando a obra está em fase de impressão e é obrigatória para efeito de depósito legal. O serviço é prestado gratuitamente à comunidade acadêmica. Para a comunidade externa - editoras e outras instituições - tem um custo de 2,5 créditos financeiros.
Centro de Memória Universitária (CMU)	O CMU, vinculado à BU, tem por finalidade uniformizar a produção documental e os procedimentos que envolvem a gestão arquivística de documentos da FURB, em decorrência do exercício de suas atividades. O CMU tem sob sua custódia os documentos (gráficos e iconográficos) e peças museológicas oriundos das unidades/setores da Instituição, que apresentam valor informativo, administrativo, probatório, científico, histórico e cultural.
Comutação Bibliográfica (COMUT)	O serviço de COMUT permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos (artigos de periódicos, teses, dissertações, anais de eventos, relatórios técnicos, etc.) disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras ou internacionais. Esse serviço é exclusivo para fins acadêmicos e de pesquisa. Para utilizar o COMUT, basta formalizar o pedido através do e-mail comut@furb.br informando a referência completa do material desejado. Todos os usuários, mesmo fazendo os pedidos de artigos através da biblioteca, devem cadastrar-se no sistema da rede Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) do programa de COMUT.
Laboratório Geral de Informática	O Laboratório Geral de Informática da BU, localizado no nível 4 do campus 1, está à disposição dos usuários FURB para acesso à pesquisa científica, tecnológica e de interesse acadêmico.
Capacitação de usuários	A BU promove cursos de capacitação em grupo e orientação individualizada a usuários dos cursos da FURB.
Acesso a bases de dados	O acesso a bases de dados é disponível de forma on-line, interdisciplinar e/ou por área específica com o objetivo de ajudar o usuário a:

	<ul style="list-style-type: none"> • conhecer os sistemas de recuperação da informação, arquitetura das bases de dados e a organização da informação nas diferentes áreas do conhecimento; • ter competência para elaborar sua estratégia de busca usando os conectores booleanos; • ampliar seus conhecimentos dos recursos disponíveis na biblioteca eletrônica.
Normalização de trabalhos acadêmicos	Esclarecimento de dúvidas, individual ou em grupos, aos usuários quanto à normalização de trabalhos acadêmicos, referências, artigos de periódicos, resenhas críticas e resumos, de acordo com a Resolução nº 36/2003 da FURB que aprova o uso das normas da ABNT como padrão para a elaboração de trabalhos acadêmicos, no âmbito da FURB.

Fonte: BU

Os portais de busca acessíveis através da BU são:

Quadro 58: Portais de busca acessíveis através da BU

Portal	Descrição
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) FURB	A BDTD da FURB disponibiliza, via web, as teses e dissertações, em texto completo, produzidas pelos mestrandos e doutorandos dos programas de pós-graduação da FURB. A FURB integra o consórcio BDTD nacional.
BDTD Brasileira	O IBICT coordena o projeto da BDTD, que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de ensino e pesquisa brasileiras, e também estimula o registro em meio eletrônico e a publicação de teses e dissertações por esse referido meio. Em parceria com as instituições brasileiras de ensino e pesquisa, possibilita que a comunidade brasileira de Ciência e Tecnologia (C&T) publique suas teses e dissertações produzidas no país e no exterior - com a base internacional da Networked Digital Library of Theses and Dissertations (NDLTD), dando maior visibilidade à produção científica nacional.
Portal de Periódicos da FURB	Apresenta os periódicos voltados para a divulgação da pesquisa e produção acadêmicas, ligados aos departamentos de graduação e programas de pós-graduação da FURB.
Portal de Periódicos da CAPES	O Portal de Periódicos da Capes é uma biblioteca virtual que reúne e disponibiliza a instituições de ensino e pesquisa no Brasil o melhor da produção científica internacional. Conta com um acervo de cerca de 27 mil títulos com texto completo, 500 bases referenciais com resumo e/ou textos completos, nove bases dedicadas exclusivamente a patentes, além de livros, estatísticas, obras de referência, normas técnicas, arquivos abertos e redes de <i>e-prints</i> , teses e dissertações, conteúdo audiovisual e outras fontes. O acesso aos periódicos da CAPES é restrito ao grupo FURB. Para acessá-lo fora da Universidade, conecte-se à rede FURB através da VPN.
Scientific Electronic Library Online (SciELO)	SciELO – Biblioteca Científica Eletrônica em Linha – é um modelo para a publicação eletrônica cooperativa de periódicos científicos na Internet. Especialmente desenvolvido para responder às necessidades da comunicação científica nos países em desenvolvimento e, particularmente, na América Latina e no Caribe, o modelo proporciona uma solução eficiente, para assegurar a visibilidade e o acesso universal a sua literatura científica.
SciFinder Scholar	O SciFinder Scholar é uma ferramenta de busca desenvolvida para ser utilizada pelo usuário final. Apresenta uma interface de fácil utilização, com ferramentas intuitivas, que permitem ao pesquisador executar suas próprias buscas, de forma eficiente e econômica.
Revistas dos Tribunais Online	É uma plataforma de pesquisa na área jurídica que disponibiliza um acervo amplo sobre legislação, doutrina, jurisprudência e súmulas. Propõe, por meio de navegação simples e intuitiva, contribuir

	para a confecção de trabalhos acadêmicos, monografias, teses e para a fundamentação de peças da área jurídica.
Eikon – Base de Dados Financeiros	Conjunto de ferramentas para profissionais do mercado financeiros, dispõe de monitoramento de mercado em tempo real e fornece notícias, dados e análises de mercados. Apresenta a função de coletar e gerenciar dados financeiros de empresas nacionais e internacionais. É reconhecida como a maior e mais confiável base de dados sobre empresas internacionais. Importante ferramenta para o desenvolvimento de pesquisas dos Programas de Mestrado e Doutorado em Ciências Contábeis e Administração.

Fonte: BU

Contando com rampas de acesso, elevador, terminal de consultas e banheiros adaptados, a BU permite acesso facilitado para pessoas com deficiências. Os deficientes visuais também podem usufruir de alguns volumes em sistema Braille. Para os usuários de baixa visão, a Biblioteca tem à disposição uma lupa eletrônica.

A BU, em parceria com a Coordenadoria de Assuntos Estudantis (CAE) e com a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Ensino Médio e Profissionalizante (PROEN), procura adequar sua infraestrutura e serviços às demandas apresentadas pela comunidade universitária, para o melhor atendimento aos deficientes, proporcionando uma real acessibilidade à informação.

No que tange à cultura, a BU também conta com programação cultural, sendo algumas atividades realizadas em parceria com a Divisão de Cultura (DIC) da Universidade. Destaque para o Projeto Oficina de Leitura, que mensalmente reúne leitores em torno de um tema em comum. A Biblioteca Central possui espaços destinados à divulgação cultural, destacando-se o Salão Angelim, que recebe, em média, dez exposições anuais de artistas de renome nacional. Também nos níveis 01 e 03, há espaços destinados a essa finalidade. Ainda em parceria com a DIC, no nível 06, foi idealizado o Espaço de Cinema e Vídeo, com 40 lugares, para projeção de filmes e realização de oficinas³⁹.

É importante destacar que a BU conta com uma coleção de cerca de 350 obras de arte (Pinacoteca) com peças de artistas de renome regional, nacional e internacional. Outros espaços diferenciados na Biblioteca Central devem ser evidenciados, como o Espaço de Literatura Infantil, com acervo de aproximadamente 2.000 títulos de livros infantis e infanto-juvenis, bem como o Espaço de Xadrez, um projeto que proporciona prática desta atividade em parceria com a Fundação Municipal de Desportos de Blumenau.

³⁹ Os estudantes que participam das atividades realizadas no Espaço de Cinema e Vídeo podem reverter as horas-atividades, inclusive de exibição de filmes, em AACC.

Tendo em vista que a maior parte das pessoas está cada vez mais usando a Internet como fonte de informação, um grande desafio hoje está na digitalização do acervo e ampliação dos acessos da comunidade, via Internet e presencial. Alinhado a essa perspectiva, a Biblioteca também tem como objetivo ampliar a Política de Acesso Aberto na Universidade, por meio da viabilização do Repositório Institucional de Produção Intelectual da FURB (RI-FURB). A proposta de acesso aberto, prática internacional, visa dar publicidade às produções científicas da Universidade, proporcionando ganhos para o ensino, a pesquisa e a extensão, culminando com o Portal de Acesso Aberto da FURB.

6.3.1 Centro de Memória Universitária (CMU)

O Centro de Memória Universitária (CMU), vinculado à Biblioteca Universitária, tem por finalidade uniformizar a produção documental e os procedimentos que envolvem a gestão arquivística de documentos da FURB, em decorrência do exercício de suas atividades. O CMU tem sob sua custódia os documentos (gráficos e iconográficos) e peças museológicas oriundos das unidades/setores da Instituição, que apresentam valor informativo, administrativo, probatório, científico, histórico e cultural.

Desde o ano de 2010, com a implantação do Sistema de ERP, o CMU administra os módulos DOC\$ e PRO\$ (registro e localização de documentos e abertura e tramitação de processos). Nesse processo é responsável pela capacitação dos usuários, configuração dos processos, acompanhamentos diários e ajustes quando necessários. Além disso, é de responsabilidade do CMU a guarda física de documentos, em espaço climatizado, com temperatura e umidade controladas.

No decorrer dos anos, o CMU vem sendo uma unidade de referência para as pesquisas administrativas e acadêmicas. Suas atividades de apoio à gestão superior, orientando diversas unidades, têm demandas crescentes no papel da gestão dos documentos e na ampliação e implantação de novos processos.

Tabela 27 – Composição do acervo e de algumas atividades desenvolvidas pelo CMU⁴⁰

Tipo de material/atividade		2013	2014	2015	2016
Processos recebidos, classificados, cadastrados, digitalizados e agregados aos fundos – suporte -papel	CEPE	00	00	00	00
	CONSAD	00	00	00	00
	CONSUNI	00	00	00	00
Processos recebidos, montagem eletrônica, classificados, cadastrados agregados somente ao Sistema ERP – somente suporte eletrônico	CEPE	160	74	249	75
	CONSAD	00	00	00	00
	CONSUNI	46	20	00	18
Processos consultados em suporte -papel		05	00	00	00
Fotografias recebidas, classificadas, cadastradas e agregadas ao acervo	Suporte papel	63	00	24	00
	Digitais	826	1.025	555	1.347
Acompanhamento diário de registros de documentos, de diversas Unidades, no ERP (DOC\$)		15.905	13.046	11.716	7.009
Acompanhamento diário de abertura e tramitação de processos, de diversas Unidades, no ERP (PRO\$)		1.013 ⁴¹	970	1.004	481
Registro dos Pareceres da PROGEF de 2000 a 2010		00	00	00	00
Registro de Documentos da PROAD		00	00	00	00
Registros de Convênios da Reitoria com atribuição de vigência		00	00	00	00
Escaneamento e aplicação de OCR nas Atas dos Conselhos Superiores CEPE, CONSAD e CONSUNI (1986 a 2009)		00	00	00	00
Registros de CD´s/DVD´s e fitas VHS e caixas de slides		249	430	106	85
Registro de caixas dos fundos: DGDP e CMU		00	00	273	25
Registros de relatórios acadêmicos		00	00	00	00
Registros realizados para atender demandas da Gestão Superior (Convênios, Atas de Conselhos, Documentos PROAD, Relatórios Acadêmicos, Pareceres PROGEF, etc.)		1.751	764	295	00
Registro de fichas fotográficas		00	00	220	00
Atendimentos (exceto consultas de processos)		1.300	1.242	910	1.146
Fotografias emprestadas		3.051	6.660	2.755	520
Treinamentos com agendamentos		80	69	25	28
Exposições		10	10	03	01
Palestras/Cursos/Visitas		03	09	07	03
Pesquisas – levantamento de dados		30 ⁴²	25	12	11
Acervo recebido/conferido e eventuais procedimentos de higienização, arranjo, classificação por fundo.		734cxs	402cxs	668cxs	197cxs
Avaliação/Seleção para Eliminação/Descarte de documentos seguindo a TTD da FURB		298cxs	180cxs	212cxs	178cxs

Fonte: Centro de Memória Universitária – CMU/Biblioteca Universitária

Tabela 28 – Composição de acessos ao endereço eletrônico do CMU (2011-2017)

Total	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Acervo de Projetos Egon Belz	00	00	00	00	199	407
Acervo Jornais	167	466	951	1.133	1.300	677
Acervo Museológico	137	327	550	478	567	619
Apresentação	277	274	358	309	325	498
Catálogo	321	391	411	411	367	461

⁴⁰ Atualizado pela equipe do CMU/Arquivo em 10/2016.

⁴¹ Em 2013, foram implementados os processos eletrônicos: DPG, DGDP, PROEN.

⁴² Martinho Cardoso da Veiga, 45 Anos da BU, Grupo de Dança da FURB, 27 Anos EdiFURB, ABLU-HAND, Departamento de Letras, Curso de Ciências Biológicas, Biotério, 20 Anos de Atividades do PROAP/PROEP, Pesquisa referente aos homenageados do Programa Eu Levo a FURB no Coração, Celso Mário Zipf, Alcides de Abreu, Centro de Educação, Curso de Artes Visuais, Departamento de Ciências Sociais e Filosofia, Instituto Gene, entre outras de menor volume.

CMU	2.586	4.654	4.304	2.902	2.980	2.506
Contato	162	1.217	563	781	399	723
Dossiês BU	---	---	---	302	334	319
Dossiês Históricos	---	464	600	332	316	316
Entrevistas	550	449	354	386	384	375
Exposições Virtuais	597	1.134	754	423	512	535
Galeria dos Reitores	262	241	369	353	310	394
Gestão Arquivística	848	879	2.784	2.006	1.543	2.109
Histórico FURB	237	388	454	573	395	513
Histórico do CMU	249	252	340	319	331	534
Linha do Tempo	313	343	435	397	348	412
Links	185	371	347	348	341	404
Publicações Legais	---	219	443	351	327	397
Relatórios FURB	---	---	---	381	319	295

Fonte: CMU

6.3.2 Desenvolvimento da Biblioteca

As propostas de desenvolvimento para a Biblioteca deste PDI estão baseadas nas recomendações dadas pela CPA no processo de autoavaliação, bem como as rupturas identificadas durante os fóruns do PDI.

Quadro 59: Objetivos, metas e estratégias de ação relacionados à Biblioteca Universitária – PDI - 2016-2020

Objetivo 53 - Institucionalizar o Portal Acesso Aberto FURB						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/ Comentários
				Início	Fim	
201) Institucionalizar o Portal de Acesso Aberto da FURB.	1) Implementar e consolidar o RI-FURB;	Portal implementado	BU	2016	Fevereiro/2017	2016: Não implementado. 2017 e 2018: Em fase de conversa com empresa terceirizada para verificar viabilidade de contratação.
	2) Implementar e consolidar repositórios temáticos.	Repositórios implementados	BU	2016	Dezembro/2020	Dependem do Repositório Institucional.
Objetivo 54 - Qualificar o espaço físico da Biblioteca Central e das setoriais						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/ Comentários
				Início	Fim	
202) Adequar os espaços da biblioteca central e setoriais.	1) Adequar os espaços da biblioteca central e setoriais no que diz respeito à acessibilidade;	Acessibilidade adequada	BU e PROAD	2016	Dezembro/2017	2016: Estudos feitos pela COPLAN, 2017 e 2018: aguardando implementação.
	2) Reformular o Laboratório Geral de Informática;	Laboratório reformulado	BU e PROAD	2016	Dezembro/2020	2016: Computadores novos foram adquiridos; 2017 e 2018: Há a necessidade de reformular o layout e o mobiliário.
	3) Qualificar a sinalização das bibliotecas (placas que atendam idiomas inglês e espanhol e/ou totens);	Sinalização instalada	BU, COPLAN e PROAD	2016	Dezembro/2017	2017 e 2018: Não encaminhado.
	4) Instalar uma cafeteria na biblioteca central;	Cafeteria instalada	BU, COPLAN e PROAD	2016	Dezembro/2018	2017: Projeto elaborado pela DAC.
	5) Adquirir mobiliário (cadeiras e pufes) para os usuários;	Cadeiras adquiridas	BU	2016	Dezembro/2017	Os pufes foram consertados e disponibilizados aos acadêmicos. O modelo das novas cadeiras está sendo estudado junto à COPLAN.

	6) Reformulação do layout dos níveis 1, 2, 3, 4, 5 da Biblioteca Central.	Layouts reformulados	BU e DAC/PROAD	2016	Dezembro/2020	Os níveis 1, 3 e 5 sofreram algumas alterações. Os níveis 2 e 4 não foram alterados.
203) Ampliar o atual espaço físico das setoriais do campus 2 e campus 3.	1) Viabilizar nova biblioteca setorial do campus 2, respeitando as diretrizes do Plano Diretor do campus;	Biblioteca nova viabilizada	BU, COPLAN e PROAD	2016	Dezembro/2020	2017 e 2018: Há projeto com previsão de novo prédio que contemplará um novo espaço para a Biblioteca (CCT).
	2) Viabilizar ampliação da biblioteca setorial do campus 3, respeitando as diretrizes do Plano Diretor do campus.	Biblioteca ampliada viabilizada	BU, COPLAN e PROAD	2016	Dezembro/2020	Não encaminhado.
204) Atender espaços de estudos em grupo e individual nas bibliotecas setoriais com o padrão da biblioteca central.	1) Adequar as instalações das bibliotecas setoriais (campus 2 e 3) ao padrão da biblioteca central (campus 1) para estudos individuais;	Bibliotecas padronizadas	BU, COPLAN e PROAD	2016	Dezembro/2020	Não encaminhado.
	2) Adequar as instalações das bibliotecas setoriais (campus 2 e 3) ao padrão da biblioteca central (campus 1) para estudos em grupos;	Salas de estudo instaladas.	BU, COPLAN e PROAD	2016	Dezembro/2020	Não encaminhado.
	3) Ampliar a quantidade de salas de estudo na biblioteca central.	Novas salas de estudo instaladas	BU, COPLAN e PROAD	2016	Junho/2017	Novas salas instaladas e em uso.
205) Resignificar a praça da biblioteca central.	1) Resignificar a “praça” da biblioteca central (espaço externo).	Espaço estruturado	BU/ COPLAN/ DAC	2016	Dezembro/2018	Ainda não encaminhado. Imagino que seria o espaço ideal para uma área com gramado, árvores e bancos.
	2) Suprimir ou adequar a cobertura (que liga o Bloco G ao J) e reorganizar o trajeto.					Não encaminhado.
	3) Repensar o acesso à Biblioteca central					Não encaminhado.
206) Apoiar a inclusão digital dos usuários da BU.	1) Viabilizar acesso à internet de alta qualidade para até 1.000 acessos simultâneos.	Usuários conectados	BU e DTI/PROAD	2016	Dezembro/2017	Novos acessos implementados, mas ainda não alcançamos 1000 acessos simultâneos. DTI: pontos de acesso substituídos (capacidade de acessos para até 1200 usuários). Rede de acesso a Alumni

						também disponibilizada (meta tecnicamente atendida)
207) Reformar a claraboia e cobertura da biblioteca antiga	1) Contratar projeto externo para reforma da claraboia;	Projeto aprovado	DAC/PROAD	2016	Dezembro/2020	A claraboia foi limpa e vedada. Buscou-se solução alternativa, com menor custo.
	2) Licitar a execução da obra da cobertura;	Licitação concluída e prestador contratado	DAC/PROAD	2016	Dezembro/2020	2017: Feitos orçamentos e termo de referência. 2018: Necessário encaminhar à DAM.
	3) Executar a obra.	Obra concluída	DAC/PROAD	2016	Dezembro/2020	Não iniciado.
Objetivo 55 - Renovar os softwares e os hardwares da Biblioteca Universitária						
Metas	Estratégias de ação	Indicador	Responsável pela ação	Prazo		Status/ Comentários
				Início	Fim	
208) Renovar os softwares da Biblioteca Universitária	1) Adquirir e implementar o software Metabuscador de Dados ;	Software implementado	BU e DTI/PROAD	2016	Dezembro/2018	Não iniciado.
	2) Implementar novo software de biblioteca;	Software implementado	BU e DTI/PROAD	2016	Dezembro/2018	2018: Em estudos para selecionar o melhor software.
	3) Implementar sistema de identificação, gerenciamento e segurança do acervo bibliográfico (Tecnologia RFID);	Sistema implementado	BU e DTI/PROAD	2016	Dezembro/2017	Não iniciado. (Depende do novo software.)
209) Renovar os hardwares da Biblioteca Universitária	1) Adquirir novos computadores para renovação do parque tecnológico da Biblioteca Universitária;	Computadores comprados	BU e DTI/PROAD	2016	Dezembro/2020	2017 e 2018: Adquiridos equipamentos para o laboratório de informática e para atividades administrativas da Biblioteca. 2016: DTI: Equipamentos do laboratório substituídos;
	2) Implementar novo Sistema de Monitoramento (câmeras) da Biblioteca Universitária.	Sistema implementado	BU e DTI/PROAD	2016	Dezembro/2020	Não iniciado.

Fonte: Organizado pela BU e COPERA-PDI.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA FILHO, N. Universidade Nova no Brasil. In: SANTOS, B de S; ALMEIDA FILHO, N. de. **A universidade no século XXI**: para uma universidade nova. Coimbra: Edições, Almedina, 2008.
- FURB. Reitoria. **Resolução nº 129/2001**. Blumenau, 2001.
- FURB. Reitoria. **Resolução nº 35/2010**. Blumenau, 2010.
- IBGE. **Mapas da Divisão de Santa Catarina em mesorregiões e da Mesorregião do Vale do Itajaí em microrregiões**, 2015. Acesso em 20 nov. 2016. Disponível em: <<http://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa207913> e <http://portaldemapas.ibge.gov.br/portal.php#mapa207941> >.
- IBGE. **Censo da população, 2010**. Acesso em: 21 nov. 2016. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/caracteristicas_da_populacao_tab_municipios_zip_xls.shtm
- IBGE. **Informações sobre as cidades brasileiras, 2008**. Acesso em: 22 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>.
- KHAIR, Amir Antônio. **Lei de responsabilidade fiscal**: guia de orientação para as prefeituras. Brasília : Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; BNDES, 2000. 144p.
- VIEIRA, Carla de Cássia Nardelli; RESSEL, Carla de Lima Gonetek. **Práticas de gestão orçamentária das IPES**: um estudo comparativo entre UFSC, UDESC E FURB. Florianópolis, 2012.
- SOUTO-MAIOR, Joel. **Planeação estratégia e comunicativa**. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012. 534p.

ANEXO 1

Espaços de representação da Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB):

ACAFE**Câmara Setorial de Administração e Desenvolvimento Institucional****Câmara Setorial de Assuntos Jurídicos****Câmara Setorial de Ensino de Graduação**

SIMONE LEAL SCHWERTL- (47)33210640 - silealschwertl@gmail.com; proen@furb.br

Câmara Setorial de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão

ALEXANDER CHRISTIAN VIBRANS - (47)33210415 - acvibrans@gmail.com; propex@furb.br

Câmara de Tecnologia e Informação da Acafe

ANA LUCIA ANACLETO REIS - Contatos: (47) 3321-0368, (47) 9101-2888, email anna@furb.br

Câmara de Inovação da Acafe

VINICYUS RODOLFO WIGGERS – Contatos: (47) 3221-6055, (47) 8815-0027, email vwiggers@furb.br
Ofício nº 006/2016/REITORIA de 28/01/2016 / e-mail de 29/04/2016

Câmara de Internacionalização

DAVID COLIN MORTON BILSLAND – Contatos: (47) 3321-0214, (47) 9977-6658, email dbilsland@furb.br
Ofício nº 025/2016/REITORIA de 13/6/2016 / e-mail de 13/6/2016

--x--

Conselho Administrativo e Técnico Científico do IPS ACAFE

PAULO CESAR DE JESUS e HENRIETTE DAMM FRISKE (confirmado para a ACAFE por e-mail em 16/8/2016)

---x---

GT Avaliação Institucional

ROSE MARY GREETHER e FLÁVIA KELLER ALVES

GT Marketing – Comunicação

MARCIA REGINA BRONNEMANN

GT IPS

HENRIETTE DAMM FRISKE e PAULO CESAR DE JESUS

GT de Recursos Humanos

ANNA ROSSÁRIO FREITAG KOPPER

GT de Mobilidade

DAVID COLLIN M. BILSLAND

GT de Educação a Distância

LEOMAR DOS SANTOS (Indicação atualizada via e-mail da Reitoria em 7/12/2015)

GT de Bibliotecas

DARLAN JEVAER SCHMITT (Ofício 092/2012)

GT – Licenciaturas

SÔNIA REGINA DE ANDRADE (Ofício nº 077/2016)

GT - Assessoria Pedagógica

CLÁUDIA RENATE FERREIRA (Ofício nº 077/2016)

GT – Temática do Idoso

FÁBIO MARCELO MATOS (Ofício nº 077/2016)

GT – Fundo de Financiamento Estudantil

IDERALDO GONÇALVES (Ofício nº 230/2016)

CÂMARA DE ASSESSORAMENTO TÉCNICO DO COMITÊ DO ITAJAÍTitular: **Noemia Bohn** – Fone para contato: (47) 3321-0551. Endereço eletrônico: noemia@furb.br;

Ofício nº 044/2015/REITORIA de 17 de março de 2015.

Suplente: **Joel Dias da Silva**. Fone: (48) 9958-3818. Endereço eletrônico: dias_joel@hotmail.com

Ofício Nº 165/2015/REITORIA, de 15 de julho de 2015

CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA CIVIL - CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA/SC1. Édimo Celso Rudolf – Titular. E-mail: edicelso@furb.br. Fones para contato:

47-3221-6011 (FURB); e (47) 9123-4491 (celular);

2. Nilton Speranzini – Suplente. E-mail: speranzini@furb.br. Fones para contato:

47-3221-6011 (FURB); e (47) 9980-9540 (celular).

Ofício 015/2012

CÂMARA ESPECIALIZADA DE ENGENHARIA FLORESTAL -- CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA, ARQUITETURA E AGRONOMIA DE SANTA CATARINA – CREA/SC

Titular: Prof. Lauri Amândio Schorn – Engº Florestal, Registro Profissional

Suplente: Prof. Moacir Marcolin – Engº Florestal.

*Ofício nº 285/2010 de 28/11/2016***CÂMARA REGIONAL DE EDUCAÇÃO – FIESC – SESI/SC (reuniões SENAI Blumenau)****Movimento Santa Catarina pela Educação**

JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO

Ofício nº 133/2017, de 12 de junho de 2017

CÂMARA TÉCNICA DE PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS - CT PREVENÇÃO – COMITÊ DO ITAJAÍ1- Dr. Hélio dos Santos Silva – Departamento de Física. E-mail: heliosil@furb.br. Fones para contato: 3321-0552 (coml.), 3488-5781 (resid.)e 9997-6431 (cel.).2. Mário Tachini – Departamento de Engenharia Civil. E-mail: tachini@furb.br.

Fones para contato: 3321-0552 (coml.), 3488-6822 (resid.)e 9905-9125 (cel.).

Ofício 0019/2010

COMISSÃO ELABORAÇÃO PLANO ESTRATÉGICO DE RESTAURAÇÃO ECOSISTEMA PARA O ESTADO DE SANTA CATARINA.

Fundação do Meio Ambiente – FATMA / Diretoria de Proteção dos Ecossistemas – DPEC

- Manoela Drews de Aguiar – Engenheira Florestal, lotada no Departamento de Engenharia Florestal da FURB;
- André Luís de Gasper – Professor Universitário, lotado no Departamento de Ciências Naturais;
- Daniel Augusto da Silva – pesquisador vinculado ao projeto Inventário Florístico Florestal da Santa Catarina (IFFSC) – Departamento de Engenharia Florestal.

*Ofício nº 203/2016, de 26 de setembro de 2016.***COMITÊ ESTADUAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA/SC**

Fundação do Meio Ambiente – FATMA / Diretoria de Proteção dos Ecossistemas – DPEC

André Luís de Gasper – Professor Universitário, lotado no Departamento de Ciências Naturais. Contato: (47) 3321-0654 / algasper@gmail.com*Ofício nº 303/2016, de 12 de dezembro de 2016***COMISSÃO DE FARMÁCIA E TERAPÊUTICA – CFT, SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SEMUS**

Cláudio Laurentino Guimarães, servidor lotado no Departamento de Ciências Farmacêuticas/CCS da FURB.
Ofício nº 213/2015 de 03/09/2015

COMISSÃO ESPECIAL DE PREVENÇÃO E ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL - PETI

TITULAR: Professor Roberto Diniz Saut–
SUPLENTE: Professora Doutora Rita de Cássia Marchi
Ofício 040/2013

COMISSÃO INTERINSTITUCIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DE SANTA CATARINA - CIEA/SC - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável - SDS/SC,

Titular: Roberta Andressa Pereira, ocupante do cargo de professor universitário, lotada no Departamento de Ciências Naturais / Centro de Ciências Exatas e Naturais.

Suplente: Daniela Tomio, ocupante do cargo de professor universitário, lotada no Departamento de Educação / Centro de Ciências da Educação, Artes e Letras.

Ofício nº 154/2016 de 22 de julho de 2016.

COMISSÃO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA PREFEITO AMIGO DA CRIANÇA (SEMUDES/ PMB)

João Natel Pollonio Machado – Departamento de medicina – FURB
Ofício 127/2013

COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL – COMDEC

Titular: Dr. HÉLIO DOS SANTOS SILVA – Departamento de Física/CCEN
Endereço eletrônico: heliosil@furb.br. Fones: 3321-0553/0555/0556 (comercial);
Suplente: Dr. MARIO TACHINI– Departamento de Engenharia Civil/CCT
Endereço eletrônico: mtachini@furb.br. - Fones para contato: 3321-0304/0561.
Ofício 206/2013

COMISSÃO REGIONAL DE SANEAMENTO DA REGIÃO HIDROGRÁFICA 7 - "VALE DO ITAJAÍ"

1. Mário Tachini – Titular – docente, lotado no Departamento de Engenharia Civil

E-mail: mtachini@furb.br. Fone para contato: 47- 3321-0304 (coml.);

2. Geovani Zanella – Suplente – técnico-administrativa, lotada na Divisão de

Administração do Campus da FURB. E-mail: zanella@furb.br. Fone para contato: 3321-0908 Ofício 025/2012

COMISSÃO TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO DO PROJETO DE PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO DE DESASTRES NATURAIS NA BACIA DO RIO ITAJAÍ

1. Titular: Dr^a. Noemia Bohn - lotada no Departamento de Direito /Centro de Ciências Jurídicas - CCJ/FURB;

2. Suplente: Dr. Marcos Rivail da Silva -Departamento de Química

Ofício 162/2012

COMISSÃO TÉCNICA TRIPARTITE ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - CTTMA/IBAMA

Juarez Almond / Lucia Sevegnani / Julio Cesar Refosco / Ofício 0133/2009

COMITÊ CATARINENSE DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS (UFSC)

Lilian Blank de Oliveira

Ofício 246/2010

COMITÊ DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO E PROTEÇÃO ÀS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA:

Maria Salete da Silva – mssilva@furb.br – (47) 9991-4465

Kátrin Aline Osti – kao@furb.br - (47) 9963-7088

COMITÊ DO ITAJAÍ

Titular: Dr^a. Noemia Bohn– Departamento de Direito - CCJ/FURB.

Fone para contato: (47) 3321-0551. Endereço eletrônico: noemia@furb.br;

Suplente: Kátia Ragnini Scherer. Fones para contato: (47) 3321-0284 e 9903-3185. Endereço eletrônico: katia@furb.br.

Ofício 111/2013

COMITÊ ESTADUAL DA RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA – Verificar com Juarez
 André Paulo do Nascimento
 Juarez José Almond
 Ofício 140/2007

COMITÊ ESTADUAL DE GESTÃO FLORESTAL – CEGF

(Vinculada à Secretaria Estadual de Agricultura e Pesca)

TITULAR: Professor Alexander Christian Vibrans – Lotado no Departamento de Engenharia Florestal - CCT/FURB. E-mail: acv@furb.br ; Fone para contato: (47) 9177-2671

SUPLENTE 1 : Professor Dagoberto Stein de Quadros – lotado no Departamento de Engenharia Florestal – CCT / FURB; E-mail: dagobert@furb.br ; Fone para contato: (47) 9985-0682

SUPLENTE 2 : Professor Lauri Amândio Schorn – lotado no Departamento de Engenharia Florestal – CCT / FURB; E-mail: lschorn@furb.br; Fone para contato: (47) 9973-4820

Ofício 470/2014

CONSELHO CONSULTIVO DA RESERVA BIOLÓGICA ESTADUAL DE SASSAFRÁS - (processo de constituição do Conselho Consultivo) - Fundação do Meio Ambiente – FATMA

ANDRÉ LUÍS DE GASPER – Professor Universitário, lotado no Departamento de Ciências Naturais, contato: (47) 3321-0654 / algasper@gmail.com

OFÍCIO Nº 235/2016 de 4 de novembro de 2016.

CONSELHO CURADOR DA FUNDAÇÃO AGÊNCIA DE ÁGUA DO VALE DO ITAJAÍ.

RAFAELA VIEIRA, Professora Universitária, lotada no Departamento de Arquitetura e Urbanismo.

Contatos: (47) 9112-7071 / arquitetura.rafaela@gmail.com

Ofício nº 234/2016 de 4 de novembro de 2016.

CONSELHO ADMINISTRATIVO DA ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA CASA FRITZ MÜLLER

Titular: Roberta Andressa Pereira, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada no Departamento de Ciências Naturais da FURB, telefone: (47) 9999-2221, email: rapereira@furb.br;

Suplente: Luís Olímpio Menta Giasson, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Ciências Naturais da FURB, telefone: (47) 8457-1632, email: luis.menta@gmail.com

Ofício nº 254/2015 de 03/11/2015

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO PARQUE NATURAL MUNICIPAL “NASCENTES DO GARCIA” - PNMNG

NICOLAU CARDOSO NETO – professor universitário lotado no Departamento de Medicina Veterinária – Centro de Ciências da Saúde – CCS/FURB. E-mail: ncardoso@furb.br ou nicolau@scambiental.com.br Fone para contato: (47) 9197-5747;

LUÍS OLÍMPIO MENTA GIASSON – professor universitário lotado no Departamento de Ciências Naturais – Centro de Ciências Exatas e Naturais – CCEN/FURB. E-mail: lgiasson@furb.br ou luis.menta@gmail.com Fone para contato: (47) 8457-1632.

Ofício 178/2016

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA INSTITUIÇÃO COMUNITÁRIA DE CRÉDITO

BLUMENAU-SOLIDARIEDADE – ICC – BLUSOL

Titular – Prof. Ralf Marcos Ehmke

Suplente: Prof. Udo Schroeder

RECONDUZIDOS: Ofício nº 118/2015 de 19/05/2017.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO POLO TECNOLÓGICO DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO DA REGIÃO DE BLUMENAU – BLUSOFT

UDO SCHROEDER – ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Contabilidade/Centro de Ciências Sociais Aplicadas, atualmente exercendo a função de Vice-Reitor e Pró-Reitor de Administração da FURB. Indicado para o Triênio 2016, 2017 e 2018.

Contatos: e-mail: udo@furb.br / proad@furb.br ; Fone: 3321-0411 / 9944-7480.

Ofício Nº 262/2015 de 13/11/2015.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO GENE

Prof. Udo Schroeder

Udo@furb.br – 3321-0411

Ofício 012/2014

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau

TITULAR – João Natel Pollonio Machado –

SUPLENTE - Udo Schroeder –

Ofício 126/2017 de 6 de junho de 2017 E Portaria nº 20.990, de 19 de junho de 2017, do Município de Blumenau)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO ISSBLU - Instituto Municipal de Seguridade Social do Servidor de Blumenau

INTEGRAR COMISSÃO ELEITORAL (Eleição em maio 2017)

Leuri Arlênio Fritsch

Ofício 028/2017 de 7/3/2017

Obs. Apenas para o processo eleitoral de 2017

CONSELHO DA COMUNIDADE DA COMARCA DE BLUMENAU

- Titular: CLAUDIA SOMBRIO FRONZA, professora universitária, lotada no Departamento de Serviço Social / Centro de Ciências Humanas e da Comunicação. Endereço eletrônico: csfronza@hotmail.com Fone para contato: (47) 8827-3866.

- Suplente: TARCISIO ALFONSO WICKERT, professor universitário, lotado no Depto. de Ciências Sociais e Filosofia / Centro de Ciências Humanas e da Comunicação. Endereço eletrônico: wickert2014@outlook.com Fone para contato: (47) 9255-3085.

Ofício nº 097/20107/Reitoria de 28/4/2017

CONSELHO CONSULTIVO DA ÁREA DE RELEVANTE INTERESSE ECOLÓGICO (ARIE) SERRA DA ABELHA.

1. JULIO CESAR REFOSCO – ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Engenharia Florestal;
2. CARLOS EDUARDO ZIMMERMANN – ocupante do cargo de Biólogo, lotado no Departamento de Engenharia Florestal.

Ofício nº488/2014/Reitoria de 10 de outubro de 2014.

CONSELHO CONSULTIVO DO PARQUE NACIONAL DA SERRA DO ITAJAÍ - PNSITitular: LUÍS OLÍMPIO MENTA GIASSON– Igiasson@furb.br; luis.menta@gmail.com. Fones:3321-0272 e 3321-0441 (comercial) e 8457-1632 (celular).Suplente: CARLOS EDUARDO ZIMMERMANN – cezimmer@furb.br; brianzimma@gmail.com. - 3221-6041; (comercial) e 9993-1187 (celular).~~048/2013~~

Ofício nº 121/2016 de 7 de junho de 2016 - Renovação da indicação

CONSELHO CURADOR DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU (Hospital Santo Antônio)

Titular: João Natel Pollonio Machado – Medicina

Suplente: Udo Schroeder

Ofício 014/2013

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DA 15ª SDR - Blumenau

João Natel Pollonio Machado

Ofício 349/2010

CONSELHO DE ECONOMIA DA FIESC- Prof. Jamis Piazza – Dpto Economia - CCSA/FURB. E-mail: jamis@furb.br. Fones para contato: 47-3321-0485 (coml.); 47-9953-2574 (cel.).

Ofício 088/2013

CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS – FMD

Prof. Emerson Antonio Brancher – Departamento de Educação Física e Desportos/ CCS/FURB.

Fones para contato: (47) 3321-0264/0265 (coml.) e 9173-7677 (cel.).

Ofício 208/2014

CONSELHO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS – REPRESENTANDO A ACAFE

Doutor Ademar Cordero, docente lotado no Departamento de Engenharia Civil da FURB, para representar a ACAFE junto ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH

Ofício 187/2010

CONSELHO DELIBERATIVO DA FUNDAÇÃO DE PISCICULTURA INTEGRADA DO VALE DO ITAJAÍ – FUNPIVI

Ana Carolina dos Santos Oliveira – professora universitária, lotada no Departamento de Medicina Veterinária. Endereço eletrônico: annakarollavet@yahoo.com.br; acso@furb.br Fones para contato: (47) 998948414 e (47) 999948474;

Jonata Giovanella – biólogo, egresso da FURB, presidente do Instituto Parque das Nascentes (IPAN). Endereço eletrônico: jonatagiovanella@gmail.com Fones para contato: (47) 3321-0434 e (47) 991995691.

Ofício nº 278/2016 de 21/11/2016

CONSELHO FISCAL DA FUNDAÇÃO DE PISCICULTURA INTEGRADA DO VALE DO ITAJAÍ – FUNPIVI

1. TITULARES:

1.1 Luís Olímpio Menta Giasson – professor universitário, lotado no Departamento de Ciências Naturais. E-mail: luis.menta@gmail.com; lgiasson@furb.br Fones para contato: (47) 32091422; e (47) 984571632;

1.2 Thaís Helena Szabo Castro – professora lotada no Departamento de Medicina Veterinária. E-mail: thaishszabo@gmail.com Fones para contato: (47) 32373584 e (47) 988042283;

2. SUPLENTE: Simone Wagner – professora universitária, lotada no Departamento de Ciências Naturais. E-mail: simone@furb.br Fones para contato: (47) 33276054 e (47) 991171513.

Ofício nº 279/2016 de 21/11/2016

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CMAS,

TITULAR: SAMARA MILENE TSCHOEKE – Assistente Social, lotada na Coordenadoria de Assuntos Estudantis. E-mail: smtschoeke@gmail.com. Fones para contato: (47) 98486-1013;

1ª SUPLENTE: MARILDA ANGIONI - Assistente Social, lotada na Coordenadoria de Assuntos Estudantis. E-mail: marildaangioni@gmail.com. Fone para contato: (47) 99102-3369;

2ª SUPLENTE: ANDREIA MARTINI PILATTI – Assistente Social, lotada na Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas. E-mail: andreia@furb.br / Fone para contato: (47) 3321-0649.

Ofício nº 025/2017 de 6/3/2017

CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL

Secretaria Municipal de Gestão Governamental – Comitê Gestor do Programa Blumenau Gestão Transparente

- Titular: Prof. Vinícius Costa da Silva Zonato, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Contabilidade da FURB, telefone: (47) 9268-3362, email: zonatto@furb.br;
- Suplente: Profª. Márcia Zanievicz da Silva, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotada do Departamento de Contabilidade da FURB, telefone: (47) 8818-3388, email: marciaza@gmail.com.

Ofício nº 215/2015/Reitoria de 11/9/2015

CONSELHO MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL

Secretaria Municipal de Gestão Governamental – Comitê Gestor do Programa Blumenau Gestão Transparente
Comissão destinada à elaboração do Projeto de Lei Municipal de Acesso à Informação.

- Advogada SOLANGE GONÇALVES DOS SANTOS, servidora lotada na Procuradoria Geral da FURB, contato: (47) 3321-0580 / e-mail: solange@furb.br, para o Conselho Municipal de Transparência e Controle Social visando compor a comissão destinada à elaboração do Projeto de Lei Municipal de Acesso à Informação.
Ofício nº 063/2016 de 25 de abril de 2016.

CONSELHO MUNICIPAL DE COMBATE À PIRATARIA – CMCP (SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SEDEC)

Titular - Alejandro Knaesel Arrabal – Departamento de Direito.

Fones para contato: 3321-0239 (coml.); 8402-3901 (cel.) e 3327-1395 (resid.).

Suplentes 1: Guilherme Rosa da Silva – técnico administrativo Divisão de Tecnologia da Informação. Fones para contato: 3321-0429 (coml.) e 9179-6536 (cel.);

Suplente .2 Jomar Alberto Andreata – técnico administrativo Divisão de Tecnologia da Informação. Fones para contato: 3321-0429 (coml.) e 9955-4841 (cel.).

Ofício 031/2014

Ofício nº 060/2016/REITORIA de 25/04/2016 – reconduz representantes para o biênio 2016/2018.

Portaria nº 19.790 de 7 de junho de 2016 – Prefeito Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL.

Titular: Prof. Hélio dos Santos Silva

Suplente: Prof. Mario Tachini

Portaria 206/2013

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL –CMDES - Blumenau

Titular: JOÃO NATEL POLLONIO MACHADO – docente lotado no Departamento de Medicina/Centro de Ciências da Saúde – CCS e atual Reitor da FURB. Endereço eletrônico: natel@furb.br / reitoria@furb.br Fones para contato: (47) 3321-0381 (comercial) e (47) 9944-7459 (celular);

Suplente: UDO SCHROEDER – docente lotado no Departamento de Administração e atual Vice-Reitor da FURB. Endereço eletrônico: udo@furb.br / proad@furb.br Fones para contato: (47) 3321-0411 (comercial) e (47) 9944-7480 (celular).

Ofício nº 175/2015 de 24/7/2015. biênio 2015-2017

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - CMDE (SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO) – GASPAR

Titular: Prof. Ralf Marcos Ehmke – Departamento de Economia – CCSA/FURB

Suplente: Prof. Ivo Raulino – Departamento de Economia – CCSA/FURB - trocar

Ofício 0061/2009

CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – COMED – (SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEMED BLUMENAU)

TITULAR: Gicele Maria Cervi, docente lotada no Departamento de Educação, exercendo atualmente o cargo de coordenadora do PIBID institucional e desenvolvendo estudos no campo das Políticas Públicas e Gestão Escolar, e-mail: gicele.cervi@gmail.com, telefones para contato: 9113-1270 (cel).

Ofício nº 015/2016/REITORIA, de 16/02/2016.

SUPLENTE: Elenir Roders Budag - e-mails: leni@furb.br; elenirb@gmail.com. Fones para contato: 3321-0262; 9985-2895 (cel.); e 3325-2195 (resid.).

Ofício 043/2015

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – PMB

Titular: Prof. Carla Cintia Back – arqcarlaback@gmail.com - 273

Suplente: Prof. Fernanda Ikert – Fernandaikert@gmail.com – 9946-0790

Ofício 227/2013 - 057/2013

CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URBANO – COPLAN/PMB

TITULAR: Carla Cintia Back – professora lotada no Departamento de Arquitetura e Urbanismo – CCT / FURB.
Contato: 47 9103-1073 / arqcarlaback@gmail.com

SUPLENTE: Christian Krambeck – professor lotado no Departamento de Arquitetura e Urbanismo – CCT / FURB.
Contato: 47 9934-0199 / Christian@terra.arq.br

Ofício nº 017/2016 de 18/02/2016

CONSELHO MUNICIPAL DE POLITICA CULTURAL DE BLUMENAU – CMPC – FUNDAÇÃO CULTURAL DE BLUMENAU

• Lucineia Sanches – Professora Universitária, lotada no Departamento de Artes. E-mail: lucineiasanches@furb.br . Fone para contato: (47) 99905-1177;

• Carla Carvalho – Professora vinculada ao Departamento de Educação. E-mail: ca.carvalho@terra.com.br Fone para contato: (47) 99131-2704.

Ofício nº 030/2017 de 9/3/2017

CONSELHO MUNICIPAL DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO DE BLUMENAU. COPE/SEPLAN

TITULAR: Yone Yara Pereira – Professora lotada no Departamento de Arquitetura e Urbanismo – CCT / FURB.
Contato: 3321-0478 / 47 9966-8863 / yyp@furb.br

SUPLENTE: Darlan Jevaer Schmitt – Técnico Administrativo Lotado na Biblioteca Universitária – BU / FURB.
Contato: 47 3321-0226 / 47 9967-1923 / darlan@furb.br

Ofício nº 017/2016 de 18/02/2016

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE – CMS/PMB

Titular: João Natel Pollonio Machado - Departamento de Medicina.

Endereços eletrônicos: reitoria@furb.br; natel@furb.br. Fones para contato: (47) 3321-0381; 9944-7459;

Suplente: Kátrin Aline Osti– Enfermeira Ambulatório Universitário.

Endereço eletrônico: kao@furb.br. Fones para contato: (47) 9963-7088; 8438-3857.

OFÍCIO Nº 001/2015 de 19 de janeiro de 2016 – para biênio 2015/2016

OFÍCIO Nº 233/2016 de 3 novembro de 2016 para o biênio 2017/2018

CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – COMSEA – (SEMASCRI – BLUMENAU)

Prof. Drª. Luciane Coutinho de Azevedo - Departamento de Ciências Farmacêuticas/FURB.

Ofício – 373/2012

CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO

Titular: ERIKA DE PAULA ALVES, docente lotada no Departamento de Administração/Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Endereço eletrônico: epalves@furb.br Fone para contato: (47) 8816-9949.

Suplente: ADRIANA DIAS PASCO, docente lotada no Departamento de Administração/Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Endereço eletrônico: adridias@furb.br Fone para contato: (47) 8860-0509.

Ofício nº 118/2016 de 6 de junho de 2016.

CONSELHO MUNICIPAL DO BEM-ESTAR ANIMAL – COMBEA

Titular: Edgar Cardoso, ocupante da função de Professor Substituto, lotado no Departamento de Medicina Veterinária da FURB, telefone: (47) 9627-3832, email: edgar@vira-lata.vet.br;

Suplente: Thiago Neves Batista, ocupante do cargo de Professor Universitário, lotado no Departamento de Medicina Veterinária da FURB, telefone: (47) 9944-3522, email: tnbfurb@gmail.com

Ofício nº 231/2015/REITORIA de 29/9/2015

CONSELHO MUNICIPAL DO ENSINO DA LÍNGUA ALEMÃ DE BLUMENAU - GABINETE PREFEITO

Titular: Prof. Drª. Maristela Pereira Fritzen - lotada no Departamento de Letras/Centro de Ciências da Educação - CCE/FURB

Suplente: Valéria Contrucci de Oliveira Mailer - Departamento de Letras/CCE/FURB. Fones para contato: 47-3321-0252 (coml.); 47-9903-0352 (cel.); 47-3339-8374 (resid.).
Ofício 075/2013

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - COMPED

Titular: ANDREA SOARES WUO – Departamento de Educação
Suplente: LUCYMARA VALENTINI BORGES, Assistente Social lotada na Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas - DGDP.
Ofício 087/2016/REITORIA de 18/05/2016 – (biênio2015-2017)
Ofício 012/2017/REITORIA de 09/02/2017 – (biênio2017-2019) Recondução

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SANTA CATARINA – CRA/SC

Edson Luiz Borges
Ofício 242/2009

CONSELHO SUPERIOR DE ADMINISTRAÇÃO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE BLUMENAU - HOSPITAL SANTO ANTONIO

Titular: Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado
Suplente: Prof. Ms. Udo Schroeder

CONSELHOS COMUNITÁRIOS DE SEGURANÇA DE BLUMENAU – CONSEGSFECONSEG

Prof. Dra. Noemia Bohn, Departamento de Direito/CCJ
Ofício 142/2010

FÓRUM CATARINENSE DE MUDANÇAS CLIMÁTICAS GLOBAIS - FCMCG / Câmara Temática de Adaptação - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável

Titular: Prof. Hélio dos Santos Silva
Suplente: Dirceu Luis Severo
Ofício 0176/2011

Fórum não funciona mais: e-mail de Hélio dos Santos Silva em 13/07/2015

FÓRUM ESTADUAL PERMANENTE DE APOIO À FORMAÇÃO DOCENTE

Elenir Roders Budag - Departamento de Educação/Centro de Ciências da Educação/CCE/FURB.
Ofício 294/2012

FORUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Atualização:

1. TITULAR: Vânia Tanira Biavatt – e-mail: vania@hprada.com.br Fones para contato: (47) 9136-1155 (cel.);
2. SUPLENTE: Elenir Roders Budag - e-mail: elenirrb@gmail.com Fones para contato: (47) 9985-2895 (cel.); e (47) 3325-2195 (resid.).

Ofício 080/2015 de 17 de abril de 2015

FORUM MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA - FMSP

TITULAR – Profª. Lenice Kelner , e-mail: kelner@furb.br; Telefone: 3036-6300.
SUPLENTE – Rodrigo Fernando Novelli, e-mail: rod_novelli@hotmail.com; fone: 9953-6359
Ofício 186/2013
Obs. Representação ativa, confirmado com Lenice em 04/02/2016.

FÓRUM PERMANENTE DE DISCUSSÃO E ACOMPANHAMENTO DO PLANO MUNICIPAL DE TURISMO DE BLUMENAU – PMT, vinculado à Secretaria Municipal de Turismo de Blumenau:

- Titular: ADRIANA DIAS PASCO, email: adriadas@furb.br. Fone: (47) 8860-0509;
- Suplente: IVANA MARIA SCHMITT PEDREIRA, email: ivanapedreira@furb.br, Fones: (47) 3222-3340 (fixo) e (47) 9985-7999 (cel.).

OFÍCIO Nº 097/2015/REITORIA, de 29 de abril de 2015.

**FUNDAÇÃO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – FAEMA / BLUMENAU
PARQUE DAS NASCENTES**

Contato da Reitoria para as tratativas de assuntos relacionados ao Parque.

Obs. Conforme deliberação entre Reitor e o Presidente da FAEMA Fernando Leite por ocasião de reunião na PMB em 10/04/2015.

Profa. Dra. NOEMIA BOHN – DOCENTE LOTADA NO Departamento de Direito /CCJ. E-mail: noemiafurb@gmail.com

Telefone: (47) 3221-6118 (PPGGA)

OFÍCIO nº 087/2015/REITORIA de 28/04/2015

GRUPO DE AÇÕES COORDENADAS – GRAC DO PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA INUNDAÇÕES E ESCORREGAMENTOS DO SOLO DE BLUMENAU.

Participante: CEOPS – Prof. Hélio dos Santos Silva

GRUPO CONDUTOR PARA A CONSTRUÇÃO DA REDE DE ATENÇÃO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Área Técnica da Saúde da Pessoa com Deficiência – ATPCD/Superintendência de Serviços Especializados e Regulação – SUR/Secretaria de Estado da Saúde – SES/SC

- **MÁRCIA ANDRÉA FERNANDES** do Departamento de Fisioterapia – marciafernandes@furb.br. Telefones: (47) 3321-0287 (comercial) e (47) 9991-0090 (celular).

- Ofício 273/2013

GRUPO DE TRABALHO (CONSTRUÇÃO POLÍTICA ESTADUAL DE FLORESTAS)-CÂMARA TÉCNICA DE ATIVIDADES AGROFLORESTAIS-CTAFLO/CONSEMA/SDS

1. Titular: Dr. Alexander Christian Vibrans - Departamento de Engenharia Florestal

2. Suplente: Dr. Lauri Amândio Schorn – Departamento de Engenharia Florestal

Ofício 169/2012

GRUPO DE TRABALHO DO PROJETO DO DISTRITO DE INOVAÇÃO DE BLUMENAU.

1. Dr. Dagoberto Stein de Quadros– lotado no Departamento de Engenharia Florestal – CCT/FURB. Endereço eletrônico: dagobert@furb.br. Fone para contato: 3221-6003;

2. Ilisangela Mais– lotada no Departamento de Administração/Centro de Ciências Sociais Aplicadas – CCSA/FURB. Endereço eletrônico: ili@furb.br. Fone para contato: 3321-0913;

3. Dr. Vinicyus Rodolfo Wiggers– lotado no Departamento de Engenharia Química/ CCT/FURB. Endereço eletrônico: vwiggers@furb.br. Fone para contato: 3221-6061.

Ofício 299/2013

GRUPO GESTOR DO GRUPO GESTOR DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E AGRICULTURA FAMILIAR – PEAFAF - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável – SDS/SC

1. **Titular: Daniela Tomio** – e-mail: dtomio@furb.br; Contatos: 47-9605-6679 (celular) – docente lotada no Departamento de Educação;

2. **Suplente: Zelinda Maria Braga Hirano** – e-mails: zehirano@hotmail.com; zehirano@furb.br. Contatos: 47-3321-0272 (comercial) e 47-9902-2339 (celular) – docente lotada no Departamento de Ciências Naturais.

Ofício nº 210/2015/REITORIA – de 28/8/2015.

GRUPO TÉCNICO CIENTÍFICO – FAPESC

Titular – Prof. Dr. Hélio dos Santos Silva e

Suplente – Prof. Dr. Dirceu Luis Severo

Ofício 078/2010

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE E HUMANIZAÇÃO DO SUS - NEPSHU

1- Prof. Dr. João Luiz Gurgel Calvet da Silveira – Coordenador do Pró e PET Saúde

2- Claudia Regina Lima Duarte da Silva – Coordenadora do Mestrado Profissional em Saúde Coletiva

Ofício 48/2014 (*Gurgel, email de 22/7/2015: comissão está em vigor e se reúne semanalmente na Escola Técnica do SUS*).

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL/ACIB.

- Manoel José Fonseca Rocha – Prof. Ensino Médio, Diretor da Escola Técnica do Vale do Itajaí da FURB.
Contatos: (47) 3321-0335 / manoel@furb.br

- Rita Buzzi Rausch – Professora Universitária, Diretora do Centro de Ciências da Educação, Artes e Letras da FURB. Contatos: (47) 3321-0251 / ritabuzzirausch@gmail.com

Ofício nº 099/2015/Reitoria de 3/5/2017

NÚCLEO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO – ACIB

Servidor Técnico-Administrativo Márcio Alberto Anesi - Técnico em Segurança do Trabalho, lotado na Divisão de Administração do Campus/FURB.

Ofício 166/2012

PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA-PARFOR/CAPE/MEC

Professor Doutor Maurício Capobianco Lopes, docente do Departamento de Sistemas e Computação

Ofício 249/2012
